Coordenação:
Jean-Yves Durand

António Amaro das Neves
Clara Saraiva
Hugo Castro
Rui Faria

As Festas Nicolinas, em Guimarães: tempo, solenidade e riso

Coordenação:
Jean-Yves Durand

António Amaro das Neves
Clara Saraiva
Hugo Castro
Rui Faria

As Festas Nicolinas, em Guimarães: tempo, solenidade e riso

Índice

Introdução. Deve ser para alguma festa... *J-Y. Durand* **p. 7**

João Monteiro de Meira *A. Amaro das Neves* **p. 8**

O povo nicolino *J-Y. Durand* **p. 18**

O Ensino Secundário em Guimarães *A. Amaro das Neves* **p. 18**

O Chafariz do Toural **p. 21**

A Torre dos Almadas **p. 24**

A AAELG/Velhos Nicolinos **p. 26**

António Faria Martins **p. 28**

A Capela de São Nicolau **p. 30**

As Tertúlias Nicolinas **p. 31**

São Nicolau *A. Amaro das Neves* **p. 39**

O Colégio das Artes e Humanidades da Costa **p. 40**

Os Festejos a São Nicolau em Guimarães: Contributos sobre as suas possíveis origens *R. Faria* **p. 42**

Fazer uma festa *J-Y. Durand* **p. 54**

Zabumbas e pancadas: configurações e práticas percussivas nicolinas *H. Castro* **p. 63**

Repertório – toques e hinos **p. 64**

Toque das Moinas **p. 64**

Toque do Pinheiro **p. 65**

Toque do Pregão **p. 68**

Toque das Novenas **p. 68**

Usos, práticas e transmissão **p. 69**

O Pinheiro. História de um Mastro *A. Amaro das Neves* **p. 73**

O Pinheiro no Presente *J-Y. Durand* **p. 79**

As Ceias *A. Amaro das Neves* **p. 81**

A Entrada do Pinheiro *J-Y. Durand* **p. 85**

Novenas / Matinas *A. Amaro das Neves* **p. 89**

As Novenas: nove, oito, duas, uma? *J-Y. Durand* **p. 91**

As Roubalheiras (Rapto das Tabuletas) *A. Amaro das Neves* **p. 95**

As Roubalheiras, ou a árdua originalidade *J-Y. Durand* **p. 97**

As Posses *A. Amaro das Neves* **p. 98**

O Magusto *A. Amaro das Neves* **p. 102**

Posses e Magusto: partilhar o inverno *J-Y. Durand* **p. 103**

O Pregão *A. Amaro das Neves* **p. 109**
João Evangelista de Morais Sarmento **p. 110**
Bráulio Lauro Pereira da Silva Caldas **p. 111**
Jerónimo de Almeida **p. 112**

Pregoar, em tempo de redes sociais *J-Y. Durand* **p. 114**

A Entrega das maçãs (Maçãzinhas) *A. Amaro das Neves* **p. 119**

Galantear em tempos de SMS *J-Y. Durand* **p. 125**

As Danças de São Nicolau *A. Amaro das Neves* **p. 134**

As Danças de São Nicolau: Guimarães em revista *J-Y. Durand* **p. 137**

O Baile *A. Amaro das Neves* **p. 141**

O Baile: a saudade antecipada *J-Y. Durand* **p. 142**

História das Festas Nicolinas *A. Amaro das Neves* **p. 145**
António Joaquim de Almeida Gouveia **p. 149**
José Luís de Pina **p. 150**
Gaspar da Costa Roriz **p. 151**
Jerónimo Ribeiro da Costa Sampaio **p. 152**
Manuel Joaquim de Boaventura **p. 153**

As Nicolinas em Tempo de Revolução *A. Amaro das Neves* **p. 157**
Francisco da Cunha Oliveira Ribeiro **p. 158**
Hélder Raul de Lemos Rocha **p. 160**
Ana Joaquina de Magalhães Aguiar, a *Senhora Aninhas* **p. 161**

As Festas Nicolinas no panorama ritual e festivo tradicional *C. Saraiva* **p. 165**
Nicolinas pelo Mundo Fora: Santos, Diabos, Doces e Crianças **p. 165**
São Nicolau, o Ciclo Outono-Inverno, Jovens e Almas **p. 169**
As Festas Nicolinas e o Cenário Português: Rapazes, Almas e o Inverno **p. 171**

Significados de uma festa em movimento *J-Y. Durand* **p. 178**
Tempos alinhados **p. 178**
Tradições e tensões **p. 183**
Dinâmicas e transformações **p. 187**
Folgar, raparigas? **p. 194**
Solenidade e riso **p. 197**
Património, e mais além! **p. 202**

Épilogo *J-Y. Durand* **p. 213**
Bibliografia **p. 217**

Nota prévia

A leitura deste trabalho poderá ser complementada pela consulta do iBook disponivel em linha na iBooks Store (igualmente em formato PDF, sem funcionalidades interativas) *Folgar rapazes! Folgar, folgar*! *As Festas Nicolinas em Guimarães*, composto à volta de alguns *links* e de documentos visuais e sonoros recolhidos ao longo de vários anos de acompanhamento das Festas, com uma escolha realçando o período mais recente. Pretende-se assim oferecer a quem nunca se encontrou em Guimarães entre finais de novembro e início de dezembro uma perceção um pouco mais sensível de Festas cujos participantes dizem sempre que têm de ser vividas e sentidas.

Introdução. Deve ser para alguma festa…

J-Y. Durand

A chuva da noite tenta tornar reluzente o escuro piso de lajes de granito, espelhando a faixa de alvorada enublada entre os telhados das casas da rua estreita, ainda deserta. Uma única nota de cor: um cesto de dióspiros que uma velha senhora madrugadora acaba de colocar à porta da sua pequena loja. O outono já quer virar inverno: às portas da cidade, nos dias que ainda podem ser de um azul puro, a geada só desvanece quando é tocada pelo sol, já tarde na manhã. Ao virar de uma esquina, mais cor: o salpicar escarlate no verde-escuro de uma japoneira desbordando do muro de um jardim.

Um pequeno grupo aproxima-se, trazendo as mesmas tonalidades: os tambores que alguns dos jovens transportam são pintados a verde e vermelho, decorados com motivos pretos: um tocador de bombo, o contorno de um castelo, um guerreiro medieval erguendo uma espada… À saída de um hotel, um casal idoso, encolhido pelo frio que o regresso da chuva miudinha não modera, arrasta duas malas e observa, algo perplexo, a dezena de rapazes de barbas juvenis e rostos compenetrados, todos envergando o mesmo estrito traje preto e uma capa que lhes conferem uma elegante distinção de outros tempos. Terá a cidade retrocedido mais de um século durante a noite? Mas é um telemóvel que um dos rapazes puxa de um bolso, reagindo ao repentino toque de um canto gravado: «Folgar, rapazes, folgar…» E, antes de desaparecer no outro lado do largo, o grupo entoa as letras do hino, num uníssono rematado em gargalhadas vibrantes que ressoam em várias ruas. *Must be for some festival…* «Deve ser para alguma festa.»

De facto, além de montras decoradas com objetos emblemáticos das Festas (caixas, bombos e baquetas, lenços vermelhos, gorros vermelhos de borda verde: as mitras nicolinas), nos quais apenas os visitantes mais atentos terão reparado, não se vislumbra nenhum *outdoor* na autoestrada nem nenhuma ostensiva decoração de rua que indique ao forasteiro desprevenido que, entre finais de novembro e início de dezembro, decorrem em Guimarães festividades dedicadas a São Nicolau, o santo padroeiro dos estudantes, organizadas por uma comissão de dez rapazes, alunos do ensino secundário — precisamente o grupo que acabou de rumar em direção à Torre dos Almadas, na vizinha rua da Rainha, de onde sairá em cortejo, acompanhado por mais alunos, rapazes e raparigas, que não se importam com o sono perdido e ousam enfrentar o frio húmido — talvez para poder explicar com um necessário respeito da tradição uma ausência numa aula de uma disciplina menos apreciada… Tocando sem comedimento bombos e caixas nas ruas ainda adormecidas, todos seguirão até à Capela de Nossa Senhora da Conceição. Erguendo-se outrora numa paisagem rural, encontra-se hoje submersa no apertado tecido urbano e rodoviário periférico da cidade. Nela será celebrada uma missa em honra da santa padroeira de Portugal.

Em vez de esperar ao frio pelo táxi que o levará ao aeroporto, o casal de turistas britânicos — que, entre outras surpresas gastronómicas, descobriu a alta qualidade do café em Portugal e como se conjuga bem com os prazeres açucarados da doçaria vimaranense — resolve entrar numa pastelaria que acaba de abrir: afixado no interior da porta envidraçada, um pequeno cartaz de grafismo sóbrio mostra, em contraluz, a silhueta de uma personagem envolta numa capa preta, de cabeça coberta com um gorro vermelho e de tambor a tiracolo. E um programa onde se lê:

Nicolinas 2017
29/11 – Pinheiro
1/12 a 7/12 – Novenas
2/12 - Danças de S. Nicolau
3/12 - Missa de S. Nicolau
4/12 - Posses e Magusto
5/12 - Pregão
6/12 - Maçãzinhas
7/12 - Baile da Saudade
??? - Roubalheiras

No entanto, as competências linguísticas da dona do estabelecimento, adquiridas ao longo de anos de trabalho em Paris, não lhe permitem fornecer aos intrigados visitantes as explicações que estes teriam gostado de ouvir. E, no guia turístico que consultam enquanto ela tira os seus cafés, não encontram nenhuma alusão a festas invernais naquela cidade cujo centro histórico foi classificado em 2001 pela UNESCO como «Património Mundial» — aliás, tinha sido precisamente essa a razão da sua visita. «Os estudantes», diz a senhora, apontando para o rapaz na fotografia, desejosa de satisfazer a curiosidade daqueles visitantes simpáticos. «As Nicolinas... São Nicolau...» É, porém, pouco provável que a pronúncia portuguesa lhes permita reconhecer o nome do santo que no seu país é mais conhecido como *Father Christmas* ou *Santa Claus*, o Pai Natal.

Na realidade, a surpresa de muitos turistas portugueses não seria menor do que o espanto dos estrangeiros de numerosas nacionalidades que visitam a cidade mesmo na época baixa invernal. A notoriedade das celebrações que Guimarães dedica todos os anos a São Nicolau é muito reduzida fora do concelho e, até a uma época recente, nas freguesias rurais mais afastadas da cidade, evocar as «Nicolinas» nem sempre suscitava grandes reações. Antes da sua popularização a partir do início do século XX, as Festas Nicolinas parecem ter sido conhecidas sobretudo como «Festas de São Nicolau» ou «Festejos Escolásticos a São Nicolau». A designação hoje corrente foi adotada a partir do uso da expressão «a festa nicolina» no Pregão de 1904, escrito por João de Meira, uma figura intelectual da cidade no início do século XX, e ofusca agora por inteiro as outras denominações, as quais podem ainda surgir ocasionalmente em contextos formais ou eruditos, como é o caso de «Festejos a São Nicolau».

João Monteiro de Meira (1881-1913)

João de Meira nasceu em Guimarães a 31 de Julho de 1881. Era filho de Joaquim José de Meira e de D. Adelaide Monteiro de Meira. O seu pai era um prestigiado médico e cirurgião, político e homem de cultura. Seguiria as pisadas do progenitor, concluindo o curso de medicina no Porto, em 1907, com uma tese intitulada *O concelho de Guimarães (Estudo de Demografia e Nosografia)*. Em 1908, concorreu a um lugar de professor substituto na Escola Médico-Cirúrgica do Porto, onde se formara, com um trabalho com o título *O Parto Cesáreo*. Dedicar-se-ia à docência naquela escola até à sua morte prematura, ocupando a cátedra do seu mestre Maximiano de Lemos.

João de Meira cresceu numa cidade que fervilhava de atividade intelectual, circunstância que influenciou o seu espírito curioso e inquieto, tendo sido marcado pela convivência com eruditos amigos de seu pai, como Martins Sarmento, Alberto Sampaio ou o Abade de Tagilde. Com forte inclinação para a literatura e para a escrita poética, publicou os seus primeiros escritos ainda muito jovem. Ainda antes dos vinte anos, publicou na revista *A Memória*, sob o pseudónimo de Homo, uma série de textos que deixavam antever um escritor de largos recursos e que, segundo um biógrafo, já revelavam Meira como «um escritor da raça de Camilo».

João de Meira também se dedicou aos estudos históricos, produzindo estudos que ainda hoje são referências incontornáveis para qualquer pesquisa sobre a história local de Guimarães. Irreverente e inconformista, questionou verdades históricas que então se tinham por incontestáveis. Se a morte o não tivesse levado tão cedo, teria sido ele o continuador do Abade de Tagilde na organização dos *Vimaranis Monumenta Historica*, uma ambiciosa compilação sistemática da documentação histórica referente ao concelho de Guimarães. Ao lado do académico, senhor de uma escrita contida e rigorosa, em Meira perfila-se o autor irónico e dúctil, dotado de um fino sentido de humor e senhor de uma capacidade de escrita incomum, de que se serve para a imitação dos estilos de inúmeros escritores, habilidade que esteve na origem de alguns equívocos que fizeram correr muita tinta.

Entusiasta das festividades que os académicos de Guimarães dedicam a São Nicolau, João de Meira participou, enquanto estudante, no ressurgimento das Festas em 1895. Além de ter estudado e divulgado a sua história (João de Meira é o primeiro dos historiadores das Festas Nicolinas), foi autor dos bandos escolásticos dos anos de 1903, 1904 e 1905, além de ter escrito diversos outros textos relativos às festas dos estudantes. No pregão de 1904, João de Meira introduziu o termo pelo qual os festejos estudantis dedicados a São Nicolau passaram a ser conhecidos, Festa Nicolina ou Festas Nicolinas:

Rapazes! Nossa música divina
Capaz de estremunhar até Morfeu!
A Música da festa Nicolina
Que a terra abala e desconjunta o Céu!

A morte levou João de Meira no dia 25 de Setembro de 1913, quando mal completara 32 anos de idade.

A. Amaro das Neves

Ainda mais raro do que conhecer a designação «Festas Nicolinas» é estar ciente de que se trata das «festas dos estudantes», mesmo nos casos de alguns visitantes que sabem o suficiente sobre estas festividades para terem decidido juntar-se à multidão local na noite do Pinheiro, o número inaugural dos festejos. Mesmo tendo sido objeto de alguma divulgação mediática, mesmo circulando nas ramificações eletrónicas das redes sociais, as Festas Nicolinas estão longe de granjear no resto do país o mesmo grau de fama, que pode ser de alcance

nacional, ou mesmo, por vezes, internacional associado a certas festividades de outras localidades minhotas. Em todo o caso, a sua limitada notoriedade externa não faz jus ao apego e ao envolvimento que suscitam na cidade, ao ponto de um jornalista conhecedor da realidade local dizer que «são uma festa em que toda a Guimarães se revê» (Silva 2010) — uma afirmação cujo alcance deve, no entanto, ser limitado às freguesias mais urbanas ou à vizinhança imediata da cidade.

Um visitante do centro histórico que seja apreciador de livros antigos poderá explorar os recantos da Loja do Júlio, o alfarrabista da rua da Rainha, onde todos os anos os expositores da entrada acolhem documentação e publicações dedicadas às Festas. Trata-se de edições locais de obras de autores da cidade, eles próprios nicolinos ou simpatizantes deste legado cultural, sendo algumas delas recentes, como o *Manual (para um pequeno) Nicolino (Gonçalves, Cunha* e *Costa, 2016)* ou *30 anos de Nicolinas. 1984-2014*, de Ricardo Gonçalves (2014), e outras mais antigas, como *Guimarães e as Festas Nicolinas*, de Lino Moreira da Silva (1991), A *Cartilha Nicolina*, de Fernando Capela Miguel (1998)... Uma peça muito procurada pelos colecionadores é *O «São Nicolau». Tradições académicas de Guimarães*, de António Lopes de Carvalho, publicada em 1943 e reeditada em 1957 com o título *O São Nicolau dos Estudantes. Tradições escolásticas de Guimarães* (vários títulos encontram-se digitalizados no *site* da Internet da AAELG, a Associação dos Antigos Estudantes do Liceu de Guimarães). Este *corpus* é constituído por textos aliando tonalidades celebratórias e memorialistas e que podem ser extremamente precisos no registo de pormenores factuais. É notória a ausência de obras recentes produzidas por investigadores da área das ciências sociais, pois os historiadores parecem interessar-se sobretudo por aspetos do passado de Guimarães que fazem eco na história nacional. Quanto a etnógrafos e antropólogos, até a uma época recente, nos seus terrenos europeus, debruçavam-se exclusivamente sobre universos sociais rurais, observados em particular nas suas dimensões mais «populares» e nas modalidades de transmissão oral tradicional das suas características culturais. Esta tendência tem-se modificado progressivamente desde que Benjamim Pereira listou uma única referência nicolina (um artigo de A. L. de Carvalho sobre as «danças» dos estudantes de Guimarães) na *Bibliografia analítica de etnografia portuguesa* que compilou em 1965, e em particular ao longo dos últimos trinta anos, mas ainda assim a antropologia não se tem interessado pelas Nicolinas. De modo atípico em comparação com as outras festividades cíclicas conhecidas no Norte de Portugal no período invernal, estas festas são marcadamente urbanas, embora tragam para a cidade elementos evocativos de uma ruralidade agora desvanecida e que já não tem na região a relevância de que desfrutou ao longo de séculos. As suas formas atuais foram recriadas e sustentadas desde o século XIX por uma elite social e cultural no âmbito de uma instituição de ensino sob a tutela do Estado, razão plausível pela qual a produção de textos escritos e a referência à figura de Minerva da cultura clássica têm aqui uma relevância inusitada para este tipo de festas populares. Ademais, são dedicadas a um santo que atualmente não é objeto de grande tradição devocional no país. Além de diversas localidades espanholas, o culto de São Nicolau é muito mais desenvolvido em regiões europeias mais setentrionais ou orientais, onde assume formas diferentes.

Apesar de todo o seu apelo e atrativo visual e sonoro, as Festas Nicolinas são invisíveis mesmo em publicações de divulgação dirigidas ao grande público (por exemplo, Barros e Martinho Costa 2002-2003), embora possam dedicar páginas a outras manifestações culturais envolvendo um número muito menor de participantes ou que são menos complexas e originais. A pesquisa efetuada em bases de dados bibliográficos não logra alcançar resultados mais substanciais nos índices das revistas de ciências sociais. Entre as referências

relativas às Nicolinas que uma pesquisa em linha produz, a maior parte é constituída por conselhos turísticos e sobretudo por opiniões de entusiastas manifestando o seu inquebrantável apego por estas festividades e por Guimarães, ou exprimindo uma posição acerca dessas discussões, mais ou menos acaloradas, que ocasionalmente animam o pequeno universo nicolino: a interpretação correta de determinado aspeto da tradição, a inquietude face ao risco de uma possível «descaracterização» desse legado, apreciações relativas à introdução de possíveis inovações... Mas os textos resultantes de um esforço cientificamente válido são muito raros. As bibliotecas universitárias, nomeadamente a da Universidade do Minho, contêm algumas dissertações de estudantes que se debruçaram sobre as Festas Nicolinas, mas estas investigações parecem demasiado apressadas, talvez por conta dos prazos universitários estipulados para a sua conclusão. Por vezes mais interessadas na perspetiva da sua «valorização turística» (Fernandes 2014; Ferreira 2014) do que nas festividades em si, tais publicações estão longe de colmatar as lacunas da existência de uma documentação histórica precisa e de uma descrição etnográfica atenta que resulta de uma observação suficientemente prolongada, reduzindo-se a pouco mais do que uma reprodução repetitiva dos retratos já publicados dos números festivos, a descrições sumárias das aparências imediatas das atividades nicolinas e a transcrições de declarações proferidas por entusiastas das Festas Nicolinas, tomadas à letra, sem uma atenção particular à multiplicidade de discursos (inclusive da parte de quem não é nicolino) cujo registo importa também contrapor com a descrição precisa das atividades. A este propósito, assinala-se aqui que, nas páginas que seguem, os autores de declarações proferidas no quadro de entrevistas são identificados, de acordo com a autorização previamente solicitada. Os raros pedidos de deixar certos momentos *off the record* foram sempre respeitados, mesmo quando feitos num tom jocoso. Opiniões e testemunhos recolhidos em conversas informais, por vezes em plena realização de um número festivo, são deixados anónimos.

Tratando-se de uma manifestação cultural produzida por uma história plurissecular e que hoje envolve milhares de pessoas, mesmo se alguns pontos de referência centrais são inquestionáveis, as maneiras de pensar, viver e sentir as Festas Nicolinas são, na verdade, inúmeras. O facto de uma festa se realizar em datas precisas não significa que não possa ter alguma existência social ao longo do ano: os grupos que se formam à sua volta, informais ou constituídos no âmbito de associações, não se dissolvem ao cair do pano no fim das Danças de São Nicolau ou quando o último casal abandona o salão do Baile da Saudade.

Assim, como para qualquer facto social, importa situar as Festas Nicolinas em toda a extensão do seu contexto, tanto histórico como contemporâneo, variando os ângulos e as escalas de observação. Traços importantes da sua existência em Guimarães podem ser revelados, por exemplo, por atividades discretas, limitadas ao círculo reduzido dos mais fervorosos, que animam as redes das festas ao longo do ano. No entanto, o mesmo se pode dizer, por exemplo, do interesse que estas festividades suscitam face ao atual entusiasmo social pelo «património», e também como esse interesse se articula a nível local com esta tendência profunda que estrutura hoje, à escala global, a maneira como as sociedades gerem a relação com o que consideram ser a sua própria cultura. E só uma atenção prolongada permite alcançar recantos, ou vastidões, que escapariam por inteiro a um olhar fixado unicamente nas atrações festivas, por muito intrigantes e sedutoras que possam ser. Além de observar os bastidores, ouvir vimaranenses envolvidos nas Nicolinas («Até ao pescoço! Não, até às orelhas, para sempre ouvir os bombos!», como disse um deles) ou vozes mais distantes, ou mesmo críticas, permite constatar a fluidez dos discursos, confrontar as declarações com a realidade das práticas, discernir discrepâncias e, por vezes, aquilo que não é dito — ou hesita em ser dito.

O forte anseio dos nicolinos em afirmar que constituem uma frente unânime, unida à volta dos valores basilares do seu «espírito» (uma noção evocada com frequência, apesar da sua definição algo elusiva), da defesa da sua cidade e da tradição, não consegue ocultar uma grande diversidade que um observador externo rapidamente consegue notar. Esta mesma heterogeneidade também faz a sua aparição em ocasionais debates, que podem ser inflamados, traduzindo tensões entre visões mais conservadoras ou mais inovadoras. Longe de enfraquecer a tradição nicolina, a existência de tais divergências é um sinal da sua vitalidade e articulação com os processos evolutivos da sociedade, e um claro indicador de que os seus promotores se questionam sobre como os acompanhar. Atendendo à história e à continuidade destas festas tão singulares, os estudantes vimaranenses têm demonstrado a sua fidelidade à tradição, mas também a sua adaptação ao espírito dos tempos.

A questão do tempo é, precisamente, inevitável numa abordagem social e cultural de qualquer festa. No que toca às Festas Nicolinas, deve constituir o eixo principal de observação e de interrogação. Em primeiro lugar, e porque os seus primórdios remontam a vários séculos atrás, importa destrinçar entre aquilo que é documentado e aquilo que resulta da sedimentação de interpretações infundamentadas. É comum os aficionados de qualquer festividade com alguma antiguidade (comprovada ou imaginada, mas isso é outro assunto) vangloriarem-se das suas origens idealmente imemoriais, mas aqui o interesse pela História assume uma dimensão acrescida. Não se reduzindo a uma referência vaga e abstrata a tempos idos imprecisos e idealizados, as evocações do que se sabe ou do que se gosta de pensar acerca do passado das Festas Nicolinas têm uma presença notável na vivência nicolina. A força deste traço acabou por ditar a estrutura narrativa deste texto: antes de acabar com uma parte focada na atualidade, esforça-se por propor apresentações entrançadas do passado e do presente dos atores, das instituições e dos números das Festas. Segue-se o desenrolar cronológico do ciclo das Festas mas, com as passagens sucessivas entre épocas diferentes, assume-se um risco de menor linearidade imediata do discurso. Espera-se que, em contrapartida, este inconveniente ajude a transmitir alguma perceção da presença persistente da história das Festas na vivência dos seus atores de hoje. Optou-se ainda por atribuir um carácter gráfico distinto a algumas passagens dedicadas a certos pormenores históricos, realçando assim a sua relevância na história nicolina, e em particular às biografias de nicolinos eminentes, quando o seu nome é evocado pela primeira vez no texto. É possível que em nenhuma outra cidade portuguesa se possa encontrar tantas pessoas com um conhecimento mais ou menos preciso sobre a história das instituições locais de ensino secundário. São evocadas determinadas figuras de relevo, distinguidas por terem sido incarnações exemplares do «espírito nicolino» e, em particular, de uma irrepreensível retidão moral, nas exortações de Velhos Nicolinos dirigidas aos mais jovens, aos quais compete dar perpetuidade às festividades e assegurar a perenidade do elo entre as sucessivas gerações vimaranenses. A *Cartilha Nicolina* (Capela Miguel, 1998), por exemplo, é «dedicada a todos os Jovens Nicolinos do Presente para que saibam fazer no Futuro uma Festa, onde o orgulho Nicolino chegue à Alma dos seus antepassados.»

A importância da presença da tradição de São Nicolau em Guimarães manifesta-se hoje numa preocupação com uma produção deliberada e empenhada de memória futura. E muitos nicolinos, ciosos de afirmarem a sua vontade de estarem a «trabalhar para o futuro», revelam também uma intensa curiosidade em relação às origens das suas festas e aos significados «profundos» ou «esquecidos», como dizem alguns, que pensam estar associados a algumas das suas características. Desejando ver as suas perspetivas serem

consideradas interpretações legítimas, alguns exprimiram a esperança de que este trabalho possa fornecer-lhes «argumentos científicos» suscetíveis de alicerçar as suas interpretações simbólicas de certos aspetos das Festas Nicolinas. Importa, portanto, desfazer aqui possíveis mal-entendidos suscetíveis de alimentar expetativas que estas páginas não poderão satisfazer. Produzidas por autores de formações diversas, enquadram-se sobretudo nas preocupações da antropologia contemporânea: observar, descrever e entender o como e o porquê da diversidade das maneiras de ser humano, considerada no presente.

Fora dos círculos universitários, continua viva a ideia de que a disciplina da antropologia se interessa antes de mais, se não mesmo em exclusivo, pelas «tradições populares», maneiras de pensar, fazer e ser que teriam sido transmitidas de geração em geração — por alguma razão surpreendente, revelando-se insensíveis às mudanças sociais — e cuja presença na atualidade nos forneceria uma imagem fidedigna de fragmentos da vida dos nossos antepassados, de estados anteriores da humanidade, de «sobrevivências» que «ainda» poderiam ser observadas em recantos sociais e geográficos remotos. É verdade que os primeiros etnógrafos e folcloristas da Europa se preocuparam sobretudo com a identificação das origens e a decifração de certas práticas que lhes pareciam particularmente ricas de significados e suscetíveis de ancorar, num passado longínquo, a identidade de uma região ou de uma nação... Entretanto, os antropólogos orientaram paulatinamente o seu olhar e favorecem agora uma visão dinâmica das sociedades e das culturas, numa abordagem que tem mostrado que a imutabilidade das tradições não passa de uma ilusão – além de que muitas das que tradições aparentemente ancestrais podem, na realidade, ter sido inventadas e adotadas em tempos recentes (aliás, a expressão «invenção das tradições», popularizada pelos historiadores britânicos Eric Hobsbawm e Terence Ranger no início da década de 1980, já se tornou um lugar comum; Hobsbawm e Ranger 1983). É possível ilustrar esta ideia fazendo um paralelo com a língua, de que gostamos de pensar que é estável, quando é de facto fácil constatar que está na realidade em permanente evolução. Conhecer as formas antigas das palavras, a sua origem etimológica, não é desinteressante ou irrelevante, mas não nos diz nada sobre a maneira como são usadas hoje no dia a dia e sobre as razões sociais e culturais da diversidade dos seus usos atuais.

Nesta perspetiva, é menos importante tentar estabelecer com uma certeza absoluta que o Pinheiro, por exemplo, remete para uma simbologia fálica porque assim teria sido durante séculos (ou mesmo desde «sempre», como ainda hoje se ouve dizer) do que observar que esta interpretação, independentemente do seu grau de exatidão em relação ao passado, parece suscitar neste momento uma adesão crescente por parte dos jovens nicolinos. Sem descurar as informações verificáveis que nos chegam do passado, este estudo não pretende elucidar as origens das práticas nicolinas nem atribuir-lhes significados definitivos, imutáveis e inquestionáveis. Em contrapartida, tentará mostrar porque e como perduram no presente ou evoluem e se atualizam. O que significa esta notável resiliência, em particular numa cidade com as características de Guimarães, em inícios do século XXI?

Esta interrogação é oportuna. Nos últimos trinta anos, diversos aspetos das Festas Nicolinas evoluíram imenso, ao ponto de suscitarem críticas da parte de Velhos Nicolinos inquietos face àquilo que encaram como uma potencial «descaracterização» ou «desvirtuação», que são palavras recorrentes nas suas declarações. Ao mesmo tempo, entre os membros das Comissões de Festas mais recentes tem sido patente uma vontade viva de adotar uma visão muito rigorista da «tradição», uma noção na qual incluem práticas que são, na realidade,

de introdução relativamente recente e as quais alguns Velhos Nicolinos que participaram em Comissões mais antigas não reconhecem necessariamente como sendo legítimas. No entanto, mesmo uma breve auscultação à sociedade vimaranense permite encontrar vozes desejosas de mais inovações e favoráveis a uma leitura da tradição mais centrada no seu espírito do que no respeito absoluto das formas que foi assumindo nos últimos tempos. Entretanto, um outro elemento determinante juntou-se a este panorama e acrescentou matéria para um debate mais aprofundado: a ideia, formulada em 2005 pelo Professor Lino Moreira da Silva num artigo publicado no semanário *O Povo de Guimarães*, de apresentar uma candidatura das Festas Nicolinas à então recém-criada Lista Representativa do Património Cultural Imaterial da Humanidade, instituída pela UNESCO.

Foi esta proposta, adotada com entusiasmo pelos nicolinos, que motivou o pedido de realização deste estudo por parte do Município de Guimarães[1], a primeira entidade a quem devem ser dirigidos agradecimentos por esta oportunidade de observar atenta e prolongadamente uma manifestação cultural complexa. Representantes oficiais e membros individuais da Associação de Comissões de Festas Nicolinas, da Associação dos Antigos Estudantes do Liceu de Guimarães, de Velhos Nicolinos e da Irmandade de São Nicolau, mas também muitos vimaranenses sem ligação com as instituições nicolinas, devem igualmente ser agradecidos pela disponibilidade e vontade de partilhar os seus conhecimentos, experiências e opiniões. Os contactos, ora foram ocasionais e fugazes, ao acaso de encontros durante as atrações das Festas Nicolinas ou no âmbito de outras atividades, ora foram repetidos e demorados, ou por vezes anónimos, mas tão numerosos que não podem ser todos identificados.

Nas conversas entabuladas, uma matéria assumia particular relevância, motivada pela almejada candidatura: o prazo de conclusão do estudo (por vezes confundido com a própria candidatura e que, na eventualidade da sua apresentação, não passaria de mais um elemento entre muitos outros). Uma descrição das Festas Nicolinas poderia ter sido realizada de maneira mais célere. Mas um instantâneo fotográfico só pode capturar aparências momentâneas. Não situa o seu objeto na paisagem social e cultural em que se desenvolve. Em vez disso, um registo efetuado ao longo de um período suficientemente longo — como um filme, por oposição a um mero instantâneo — permite pressentir evoluções potenciais, discernir linhas de força e orientações novas. Estas tendências podem resultar num reforço ou numa diluição. Quando dizem respeito a sentimentos ou a atitudes que são centrais numa atividade cultural coletiva, tais deslizamentos de ideias, a princípio pouco percetíveis, nem sempre conseguem impor-se e esmorecem sem deixar rasto. Mas quando ganham um alento progressivo, a dado momento a sua discussão já não se restringe aos bastidores e este eventual culminar pode assumir a forma de uma crise, em particular quando o desejo de «respeito pela tradição» constitui um pilar essencial das atividades em causa e faz com que a acumulação de tensões tenha tido de ser subterrânea num primeiro tempo. A maturação de tais dinâmicas só pode ser lenta e a sua observação requer tempo, mas é imprescindível para produzir uma imagem verdadeiramente completa de uma manifestação em todas as suas especificidades. Por via das suas festas, uma comunidade fala-nos de si própria. Mas não é menos verdade que a maneira como os grupos gerem as dinâmicas contraditórias que os atravessam também é reveladora do que está em jogo na continuidade e na renovação de uma tradição.

[1] Passagens do presente relatório provêm da ficha de inscrição das Festas Nicolinas no Inventário Nacional do Património Cultural Imaterial ou de publicações anteriores, tendo sido eventualmente reformuladas, completadas e atualizadas.

No caso de um estudo sobre as Festas Nicolinas, era essencial permitir a eclosão de debates em que se expressam visões muito diferentes da tradição.

Porque a deusa da sapiência acompanha o Pinheiro na sua travessia noturna pela cidade durante as festividades, talvez seja apropriado citar aqui a imagem que Hegel usou com o intuito de significar que o conhecimento só pode ter lugar após o facto: «A coruja de Minerva só levanta voo ao cair do crepúsculo.»

(A bibliografia dos textos de J-Y. Durand encontra-se agrupada no fim do relatório)

AQUI
NASCEU
PORTUG

O Povo Nicolino

J-Y. Durand

É no crepúsculo, tantas vezes chuvoso, dos dias de outono que os membros da Comissão de Festas realizam os peditórios cujo produto financiará as festividades. São esses dez nicolinos vestidos de um rigoroso traje preto e de uma capa, com barbas adolescentes no rosto, com quem os visitantes estrangeiros da cidade se cruzam nas ruas do centro sem poderem perceber de que intrigante companhia se trata.

Todos os anos, um grupo de alunos do ensino secundário do concelho de Guimarães assume a responsabilidade de organizar as Festas Nicolinas, que decorrem de 29 de novembro a 7 de dezembro no centro da cidade, em honra de São Nicolau, o santo taumaturgo protetor de diversos grupos sociais, muitas vezes desfavorecidos, amigo das crianças e padroeiro dos estudantes. Com raízes plurisseculares, estas festividades foram organizadas e realizadas ao longo dos tempos pelos alunos de vários estabelecimentos de ensino que existiram na cidade de Guimarães, tendo ficado associadas em particular à memória do Liceu de Guimarães.

O Ensino Secundário em Guimarães

O ensino secundário público em Guimarães foi instituído em 1774, quando o Marquês de Pombal criou uma cadeira de latim que iria funcionar até à aposentação, em 1869, do seu último titular, Francisco Pedro da Rocha Viana, o célebre professor Venâncio. Daí em diante, o vazio foi sendo preenchido por colégios particulares.

Em 1880, começou a funcionar o Colégio das Hortas. No dia 11 de dezembro de 1891, foi inaugurado formalmente o Colégio de São Dâmaso, no antigo convento, que já funcionava na Costa desde finais do ano letivo anterior. Em outubro de 1892, começou a funcionar na Casa do Beringel o Colégio de São Nicolau, também conhecido como o Colégio do Padre Zé Maria (o cónego José Maria Gomes foi um dos seus diretores).

A carta régia de 8 de janeiro de 1891, que restaurou a Colegiada da Oliveira (extinta por decreto de 1 de dezembro de 1869), autorizou a criação de um «instituto de instrução pública e gratuita, onde se estudem as disciplinas que constituem os preparatórios para o curso teológico». No dia 29 de novembro de 1891, o rei e o arcebispo de Braga inauguraram, na praça de São Tiago, o Pequeno Seminário de Nossa Senhora da Oliveira, que iria dar formação a estudantes destinados à carreira eclesiástica. Não era, ainda, o Liceu que os vimaranenses reclamavam. Em 1895, quando as Festas Nicolinas foram restauradas, os alunos do Pequeno Seminário não foram autorizados a participar pelos seus organizadores, que eram estudantes dos colégios da cidade.

Um decreto de 16 de setembro de 1896 reorganizou o Pequeno Seminário de Nossa Senhora da Oliveira, instituindo um liceu nacional, que iria funcionar no antigo Convento de Santa Clara, sendo suportado pelo erário municipal. As festas dedicadas

a São Nicolau foram, desde então, apropriadas pelos estudantes do seminário-liceu. O seminário foi definitivamente extinto em 1911. Ficou o liceu nacional que, em 1917, por proposta do cónego José Maria Gomes, então deputado, seria elevado à condição de liceu central, passando a designar-se, por decreto de 7 de janeiro de 1919, Liceu Central de Martins Sarmento.

Em 1921, o ensino liceal passou a organizar-se em três ciclos: o 1.º, com dois anos; o 2.º, com três, e o 3.º, com dois. Em 1928, o 3.º ciclo foi retirado ao Liceu Martins Sarmento, situação que se manteria até 1958. Durante essas três décadas, a realização das Festas Nicolinas foi assumida pelos jovens estudantes dos dois ciclos que funcionavam no Liceu, que não iam além do antigo 5.º ano do ensino liceal (correspondente ao atual 9.º ano).

Entretanto, no ano letivo de 1947-1948, a reforma da educação organizou o ensino secundário em duas grandes vias, diferenciadas quanto aos currículos e à origem social dos respetivos estudantes: o ensino técnico, destinado aos filhos das famílias menos favorecidas, e o ensino liceal, orientado para a prossecução de estudos no ensino superior, destinado aos filhos das classes com maiores rendimentos. Esta distinção também marcou as Festas Nicolinas, que haviam sido apropriadas pelos estudantes do Liceu de Martins Sarmento, entretanto batizado de Liceu Nacional de Guimarães, assumindo uma feição marcadamente elitista. As festas estavam interditas aos estudantes da Escola Industrial, que eram alvos de humilhações públicas — como aconteceu quando, na manhã que seguiu a uma noite de Roubalheiras, apareceu afixada na porta da Escola uma placa com a inscrição «Casa dos Pobres».

Com o 25 de abril, ganhou terreno a ideia de acabar com a distinção entre liceus e escolas técnicas. Em 1975, foi extinto o ensino técnico, instituindo-se o ensino secundário unificado. Iniciava-se o processo de extinção dos liceus. A partir de 1978, todos os antigos liceus e escolas técnicas adotaram a designação oficial de escolas secundárias, sem qualquer distinção. As Festas Nicolinas adaptaram-se aos novos tempos: deixaram de ser exclusivas dos estudantes do antigo Liceu de Guimarães, como haviam sido durante várias décadas, e passaram a ser de todos os estudantes do ensino secundário de Guimarães.

A. Amaro das Neves

De todas as vicissitudes do Liceu de Guimarães ao longo do século XX — como as suas diversas mudanças de instalações —, a única que teve uma influência direta sobre as Festas Nicolinas foi a unificação do ensino realizada após o 25 de abril. Dessa reforma educativa resultou a abertura das festividades nicolinas a alunos das escolas Francisco de Holanda e da Veiga (esta última encerrada entre 2004 e 2005), bem como a outras escolas criadas posteriormente. Ou talvez fosse melhor dizer reabertura, já que, como indica Moreira da Silva (1991: 110), é conhecida a influência que diversas instituições de ensino tiveram na vida das festividades

nicolinas «em momentos em que já quase ninguém dava nada pela continuidade das Festas»: Colégio das Hortas, Escola da Sociedade Martins Sarmento, Colégio de São Dâmaso, etc. Formalizada num acordo aprovado em 1982 (consultável no *site* da AAELG: http://www.nicolinos.pt/s/78), a legitimidade desta abertura é ainda hoje objeto de contestação ocasional, em particular por parte de alguns Velhos Nicolinos ou de professores ou ex-professores nostálgicos do «velho Liceu» e mesmo por parte de alguns jovens alunos. Na maior parte dos casos, parece tratar-se de uma simples forma de bairrismo escolar, embora também possa haver aqui, pelo menos no entender de alguns, a indicação de um desejo de distinção social apoiada na imagem outrora associada ao Liceu – uma suspeita que é por vezes expressa por nicolinos oriundos de outros estabelecimentos. Mas a transformação do ensino que mais tem afetado as Festas Nicolinas nas últimas décadas não diz respeito apenas ao universo escolar vimaranense e abrange o país inteiro: trata-se da considerável massificação do acesso ao ensino (e aos seus anos mais avançados), que retirou, de facto, às festividades nicolinas qualquer indício do marcado e assumido elitismo que as caracterizou durante muito tempo.

No *site* da AAELG / VN lê-se que «Na evolução natural» do acordo de 1982, «hoje pode ser candidato para a Comissão qualquer aluno do sexo masculino com idade compreendida entre os 14 e os 18 anos, com matrícula em estabelecimento de ensino da cidade de Guimarães para o ano lectivo em curso», uma regra menos restritiva do que tinha sido estipulado num acordo posterior, datado de 1992: «Apenas podem integrar a Comissão de Festas alunos que não tenham mais do que duas reprovações (consecutivas ou não) e que estejam matriculados no ensino secundário em Guimarães no ano lectivo vigente e no ano lectivo anterior também.» O acordo de 1982 indicava que, a título experimental, dois alunos da Escola Francisco de Holanda e dois da Escola da Veiga integrariam a Comissão. Assim aconteceu nos dois anos consecutivos à assinatura do documento, mas nos anos seguintes a prática revelou-se avessa à regulamentação. Não houve, por exemplo, participação da Escola Francisco de Holanda entre 1984 e 1987 e apenas uma participação da Escola da Veiga em 1988, antes de em 1989 funcionar uma Comissão composta unicamente por elementos da Escola Martins Sarmento, como vigorava nos tempos pré-acordo. Semelhantes flutuações podem observar-se na atualidade, não parecendo obedecer a qualquer padrão. De qualquer modo, em princípio, é agora toda a comunidade estudantil do ensino secundário da cidade e do concelho, alargada a antigos estudantes (que têm um papel de acompanhamento e aconselhamento), que assegura a organização, a realização dos números e a transmissão das suas características de ano para ano. No entanto, os lugares na Comissão costumam, de facto, ser ocupados por alunos das escolas Martins Sarmento e Francisco de Holanda, com um envolvimento muito menor, ou quase inexistente, por parte de outros estabelecimentos, como a Escola Santos Simões ou a Escola Secundária das Caldas das Taipas. A posição oficial das instituições nicolinas quanto à abertura das festas a todos os estudantes do ensino secundário do concelho não é discutida em público. Mas existem sinais que indicam que a questão ainda comporta algum grau de incómodo, como se pode ler num texto datado de novembro de 2017, no qual Adelina Pinto (https://reflexodigital.com/nicolinas-um-patrimonio/), vereadora da cultura da Câmara Municipal de Guimarães, reitera a necessidade de que as Festas Nicolinas sejam «Sem donos, de todos». Insistir neste ponto não equivalerá, porventura a admitir de maneira implícita que persiste pelo menos uma perceção de que haveria quem detivesse a titularidade exclusiva das festividades nicolinas? Em conversas sobre este assunto, surge com frequência a expressão «As Festas são da cidade», sem que a ambiguidade do seu enunciado seja esclarecida: trata-se da mera descrição objetiva de uma ligação histórica ao centro urbano (que é, de facto, o palco de todas as atividades nicolinas) ou de uma justificação, em virtude

deste elo, da irredutível exclusão das outras freguesias na questão da titularidade simbólica das Festas? Para alguns velhos nicolinos, uma necessária maior inclusividade das festividades justifica a realização de iniciativas de divulgação nas escolas menos envolvidas, mas há também outros — de cujos currículos não consta necessariamente um grande número de participações nas Festas — muito menos motivados. Trata-se aqui, sem dúvida, de uma das dimensões das Festas Nicolinas cuja evolução no futuro próximo se afigura ainda mais indecisa.

Em todo o caso, a responsabilidade prática pela organização das festividades incumbe aos dez membros da Comissão de Festas por via de uma eleição anual. O Presidente, detentor da autoridade máxima num grupo de funcionamento hierárquico estrito, tem como função coordenar todas as atividades do grupo e a sua personalidade influi sobremaneira na qualidade das relações internas à Comissão, na sua dinâmica coletiva e no grau de excelência da realização dos números das festividades. O Vice-presidente e o Tesoureiro são os seus adjuntos, sendo particularmente crucial a gestão que o segundo fará dos fundos angariados por via de peditórios e de patrocínios. A função de escrivão incumbe ao Secretário. O Primeiro-vogal da Academia tem a honra de conduzir os desfiles das Maçãzinhas e do Pregão, montado num cavalo e arvorando a Bandeira da Academia. É auxiliado pelo Segundo-vogal da academia, responsável pela organização dos cortejos. O Primeiro-vogal de Festas, assistido pelo Segundo-vogal de Festas, organiza os diversos eventos. Os toques nicolinos serão ensinados aos estudantes pelo Chefe de Bombos, responsável pelo toque do bombo, enquanto o Subchefe de Bombos se especializa sobretudo no toque da caixa. (A especificação precisa das hierarquias, responsabilidades e funções pode ser consultada num texto disponível no *site* da AAELG http://www.nicolinos.pt/arquivo/127).

Outrora realizada no mês de outubro, a eleição da Comissão de Festas passou a efetuar-se desde 2000 na última sexta-feira do mês de setembro. Esta data, que já se tornou «tradicional», assinala o início oficial de um novo ciclo anual nicolino e a entrada em função de uma nova Comissão. Os atos eleitorais desenrolam-se junto do «Chafariz da Tradição», uma fonte quinhentista de novo colocada em 2011 no Toural, a praça principal da cidade, depois de ter estado no Largo do Carmo desde finais do século XIX.

O Chafariz do Toural

O imponente chafariz do Toural foi mandado instalar em 1587, para satisfazer necessidades de abastecimento público de água. Tem por base um grande tanque circular, em cujo centro se ergue uma coluna ornamentada, que sustenta duas taças redondas. A primeira, com seis bicas que brotam de carrancas; a segunda, mais pequena, com quatro bicas jorrando de cabeças de anjos. Acima da segunda taça, a coluna suporta uma esfera de pedra com quatro carrancas e outras tantas bicas. É encimada por duas águias de asas abertas, entre as quais se podem ver as armas reais de Portugal e as armas de Guimarães.

Este tanque-fontanário começou a ser desmontado no silêncio da noite de 26 de outubro de 1865, guardando-se as suas pedras lavradas na Praça do Mercado. A demolição só seria concluída em meados de junho de 1874, no âmbito da renovação da praça do Toural, que faria surgir um jardim cercado de grades, um

coreto para espetáculos musicais e um marco fontanário em mármore branco. Em 2011, regressou ao sítio para onde foi feito.

O chafariz do Toural está estreitamente ligado às festas que os estudantes de Guimarães dedicam a São Nicolau. Era nas suas águas que se puniam aqueles que, sem gozarem do foro escolástico (isto é, que não reuniam os requisitos necessários para poderem ser considerados estudantes), tentavam intrometer-se nas festas. Os banhos forçados no chafariz do Toural eram a penalidade para todo o *casquilho, taful, caixeirinho* ou *ginja* que, com a identidade oculta por trás de uma máscara, ousasse introduzir-se nos festejos dos *filhos da ciência*, os estudantes. A designação de «futricas», utilizada para designar, com desprezo, os não estudantes, de proveniência coimbrã, é de importação relativamente tardia (a mais antiga referência conhecida data de 1852).

No século XIX, eram recorrentes no texto do Pregão as referências ao chafariz do Toural como lugar de suplício da *vil caixeirada*. A partir de meados do século XX, a eleição da Comissão das Festas Nicolinas passou a fazer-se junto ao chafariz, primeiro no Largo Martins Sarmento (Carmo) e depois no Toural.

A. Amaro das Neves

Ao fim da tarde, várias dezenas de estudantes reúnem-se nas imediações do chafariz, como dita a tradição, que remonta provavelmente a duzentos ou trezentos anos atrás. Está, de facto, longe esse tempo evocado por João Neves:

As eleições em si eram feitas, o Presidente escolhia quem ia, e normalmente os candidatos eram todos da amizade dele [...] Antigamente, o processo eleitoral não existia, não havia. Era um processo interno feito pelo Presidente, que praticamente convidava amigos e outros a fazer parte da Comissão, e aquilo fazia-se numa sala de aula ou no recreio. Nem eram feitas reuniões específicas, [...] o presidente ia ter contigo e perguntava-te se querias entrar para a Comissão. A partir do momento da unificação do ensino [...] abriu-se a eleição [...] Houve aqui mão metida também. A Comissão do Liceu abriu a eleição às outras escolas, aí já houve uma evolução da ida para o jardim do Carmo. Depois também foram feitas eleições assim e no jardim o grupinho que aparecia já era o grupo para ser eleito. Com a evolução, criámos o edital nicolino, o qual o Presidente envia para as escolas de ensino secundário, é um dos papéis dele. Há uns anos, esqueceram-se da escola de Sezim, da Egas Moniz, mas agora já está, foi evoluindo e agora todas as escolas recebem o comunicado, o edital.

por Jorge Castelar:

[...] entrei logo pela porta grande como Chefe de Bombos em 1988. Acho que hoje o processo está mais ou menos formalizado, mas na altura aquilo era por convite e sei que fui convidado por alguns colegas mais velhos do Liceu. [...] Depois, internamente, é que se decidiu os cargos, e fiquei assim como Chefe de Bombos do ano de 1988.

ou por Luís Guise:

A eleição da Comissão chegou a uma altura em que ninguém ligava a isso, já estava quase tudo decidido, já se sabia mais ou menos quem iam ser os membros. Houve um período em que se deixou de ligar à eleição, talvez pelo fim da

ditadura... não havia informação nenhuma. Mas agora, no final dos anos noventa, começou-se outra vez a impor a regra da eleição no chafariz.

O grupo, que nos últimos anos se caracterizava por uma clara maioria de raparigas, segue as instruções dadas pelos dois ou três Velhos Nicolinos, membros da AAELG-VN ou da ACFN, que organizam as operações e registam os votos que os eleitores, postados em fila, lhes anunciam oralmente. Em 2018, não houve mais do que dez candidatos, e por esse motivo a eleição tomou a forma de sucessivas aclamações individuais, sem que nenhuma candidatura tivesse sido contestada. Os dez lugares não são sempre providos na totalidade, por falta de candidatos ou por desistência, em geral em razão da relutância de pais inquietos perante a perspetiva de uma quase certa perda de aproveitamento escolar dos filhos. Não faltam, na cidade, histórias acerca de bons alunos que desperdiçaram um ano e tiveram de o repetir. Há, de facto, casos comprovados, por vezes associados à memória de um professor pouco sensível à causa nicolina e que não facilitou a vida escolar de alunos que durante dois meses e meio, a partir do início do ano letivo, assumem o compromisso de passar os serões na preparação das Festas Nicolinas. Na realidade, nos últimos anos, tais consequências desastrosas e temidas não parecem ter sido tão frequentes como reza a mitologia nicolina, propensa a ver em semelhantes sacrifícios deliberados um sinal de entusiasmo e envolvimento na tradição. Uma dedicação tão apaixonada é louvável e motivo de um certo orgulho, ainda que meio velado, apesar de colidir com o ideal de empenho estudioso que culmina na entrega anual de prémios de mérito escolar pela AAELG-VN. Contradições deste tipo são frequentes na vivência das Festas Nicolinas e permitem a coexistência de uma pluralidade de posturas face a essas festividades, assumindo assim um provável papel na sua contínua vitalidade. Já em relação a outros aspetos mais ou menos controversos, é muito difícil destrinçar a realidade do que se diz acerca dela: como saber se as reprovações eram, de facto, mais comuns ou se derivam do trabalho da memória? Em contrapartida, também se ouve falar de algumas reprovações deliberadas a determinadas disciplinas, como aconteceu em 2017, calculadas no intuito de tornar inevitável a repetição de um ano e assim permitir uma nova candidatura ou recandidatura. Indubitavelmente, as Festas Nicolinas suscitam paixões profundas. No momento da eleição, a força deste sentimento pode manifestar-se com uma emoção mais ou menos contida por parte de quem deixa o seu lugar na Comissão ou acaba de ser eleito. Ninguém na assistência achará surpreendente ver deitar algumas lágrimas.

Os elementos de uma Comissão podem ser eleitos em anos sucessivos. É habitual que o Presidente e o Vice-presidente tenham sido membros da Comissão do ano anterior, de modo a permitir um aproveitamento da experiência adquirida e facilitar a transmissão de informação e a reprodução das práticas tradicionais que não se encontram fixadas em documentos escritos. Os novos membros são designados pelo termo «malotas», uma denominação de origem desconhecida. A tomada de posse será realizada alguns dias após a eleição, na Torre dos Almadas, que é sede da AAELG. Além das tarefas diretamente ligadas à organização das Festas Nicolinas, os membros da Comissão têm a obrigação de estarem disponíveis, ao longo do ano de duração do seu mandato, para dar o seu contributo nos eventos de divulgação das festividades promovidos pelas instituições nicolinas.

A Torre dos Almadas

O edifício batizado como Torre dos Almadas foi entregue, na véspera do cortejo do Pinheiro de 1967, à Associação dos Antigos Estudantes do Liceu de Guimarães, para aí instalar a sua sede. Na década de 1930, aquele imóvel, de cuja história pouco se sabe, foi tema de acesa polémica nas páginas dos jornais de Guimarães. Chamavam-lhe o Castelo dos Almadas. Em outubro de 1933, o município decidiu demolir umas casas camarárias da rua da República (a atual rua da Rainha), para pôr a descoberto um edifício quinhentista que, supostamente, se escondia atrás das suas paredes. Guimarães iria beneficiar assim de mais um monumento, dizia-se. Feita a demolição, o que se encontrou não foi o que era esperado. No local, ficaram, por muito tempo, os escombros das demolições, como um memorial involuntário de um ato falhado. O desejado monumento tornou-se assunto de comentários jocosos.

Jerónimo de Almeida trouxe o assunto para o Pregão que escreveu para as Festas Nicolinas de 1934:

Já vejo ressurgir, ao dobrar uma esquina,
Uma torre ameada entre velhas fachadas,
Que dizem pertenceu a gente muito fina
Que, outrora, lá morou — o Solar dos Almadas
A cair em ruína!

Foi com a mesma intenção satírica que o Professor José Luís de Pina concebeu um carro para o cortejo das Maçãzinhas, com uma representação do Castelo dos Almadas, onde aparecia um figurante mascarado de fantasma que saía do seu interior para declamar versos humorísticos.

Entretanto, em julho de 1934, a comissão administrativa da Câmara Municipal tinha encarregado o mesmo José Luís de Pina de encontrar uma solução para o problema. Com o que restava do edifício a desmoronar-se aos poucos, foi decidido refazê-lo, com uma intervenção classificada como artística. O projeto da obra é do escultor António de Azevedo, diretor da Escola Industrial. Foi aprovado pela Câmara Municipal no dia 22 de novembro daquele ano e a sua execução foi adjudicada ao mestre canteiro Joaquim da Silva. A obra fez-se e os seus críticos, a crer na opinião do jornal *O Comércio de Guimarães*, que a descreve como «uma completa e artística modificação», até nem desgostaram: «O Castelo lá está. Não é aquilo que devia e podia ser, mas não ficou tão mal como parecia.» Nos anos que se seguiram, o imóvel serviu de local de reunião para a Comissão de Estética, foi residência temporária do diretor do Paço dos Duques e *atelier* do pintor Jorge Maltieira.

> É neste edifício, a que chamaram castelo, palácio ou torre, supostamente com raízes quinhentistas, mas que, na verdade, resulta de uma (re)invenção artística da década de 1930, que está instalada a sede dos Velhos Nicolinos, por cedência da Câmara Municipal de Guimarães, aprovada em 18 de outubro de 1967.
>
> **A. Amaro das Neves**

Na tomada de posse, realizada perante representantes das três instituições nicolinas alguns dias após a eleição e uma vez efetuada a verificação dos certificados de matrícula, a Bandeira da Academia é entregue ao Primeiro-vogal e todos os membros da Comissão assinam um juramento:

Eu (Nome) comprometo-me:
A dedicar-me à causa Nicolina e a enobrecer os festejos ao seu Patrono: São Nicolau;
Na defesa da verdade dos seus rituais de fraternidade;
A criar igualdade de oportunidades a todo o Nicolino em busca de uma excelência de Sabedoria na defesa e valorização da dignidade humana e a combater «praxes» e comportamentos menores ou pouco edificantes;
A combater o vício, a ignorância e a marginalidade;
Na defesa das suas tradições ancestrais onde «os Velhos» são a memória e «os Novos» os obreiros-aprendizes e companheiros das Festas a São Nicolau;
A participar no rejuvenescimento das Nicolinas e na passagem do seu testemunho;
A respeitar «Os Velhos» e a acompanhá-los sempre que necessário;
Por vontade de São Nicolau,

O facto de este documento ser assinado na Torre dos Almadas, perante representantes da AAELG, da ACFN e da Irmandade, constitui uma clara indicação do importante papel de apoio, de aconselhamento ou mesmo de controlo que as instituições formadas por antigos estudantes, denominados Velhos Nicolinos, passaram progressivamente a cumprir. As duas primeiras entidades são agentes essenciais da transmissão da tradição. Impulsionada pelo grupo de nicolinos que anos antes tinha iniciado o relançamento das Danças, a AAELG foi fundada em 1961, formalizando uma existência factual desde a refundação das Festas Nicolinas em 1895 e, mais precisamente, desde o auxílio prestado aos Novos para a realização das festividades de 1953. Longe de se reduzir a uma simples associação de antigos alunos, parece ter-se pautado sempre por um funcionamento organizado à volta das preocupações nicolinas, um papel que posteriormente viria a ser reconhecido com a adjunção da menção «Velhos Nicolinos» ao seu nome. Esta «institucionalização» das festas dos estudantes vimaranenses provavelmente revestiu-se de uma dimensão importante na sua continuidade, como nota Miguel Bastos: «Vamos imaginar que as festas se tinham mantido liceais, sem a participação dos Velhos, provavelmente já tinham morrido.» Este processo proporciona também um reforço dos valores de respeito e deferência, por oposição à «irreverência» habitualmente associada a festas juvenis e que, de facto, é sempre reivindicada na atuação dos nicolinos. Esta tensão entre os polos opostos da seriedade e da respeitabilidade e, por outro lado, da brincadeira e da gargalhada manifesta-se nos diversos números festivos e na vivência nicolina, tanto durante os dias das Festas como ao longo do ano, e nunca tem uma resolução definitiva. Esta indefinição entre a emoção solene e o riso desinibido constitui talvez um dos traços mais específicos e sedutores destas festividades que parecem condensar em si algumas dimensões essenciais da existência humana.

A AAELG/Velhos Nicolinos

No início da década de 1950, o Liceu de Guimarães tinha poucos alunos, na sua maioria demasiado jovens para assegurarem plenamente todos os números do programa das Festas Nicolinas (a escola apenas ministrava os dois ciclos iniciais, que se concluíam no 5.º ano). As Nicolinas precisavam da ajuda dos Velhos, que iam sedimentando o hábito de se juntarem na noite do Pinheiro. Em 1953, os estudantes aposentados assumiram a organização de alguns dos números das Festas Nicolinas, as quais, apesar do tempo chuvoso, cumpriram o seu programa na íntegra, incluindo as danças, que seguiram o modelo antigo, exibindo-se em diversas casas particulares, no Grémio do Comércio e, à noite, no Teatro Jordão. Mas logo se percebeu que este não seria o caminho para a revitalização das Nicolinas, até porque as festas são dos novos e não dos Velhos Nicolinos. Os Velhos tinham consciência de que deveriam auxiliar os novos a organizarem as festas, sem se apropriarem delas. No entanto, faltava uma estrutura orgânica que institucionalizasse esse apoio.

Em maio de 1954, na esteira do sucesso da colaboração dos Velhos na organização das festas do ano anterior, Júlio Damas (pseudónimo literário de Francisco Armindo Pereira da Costa Damas) enviou de Vizela para o *Notícias de Guimarães* uma «Carta aberta aos antigos alunos do Liceu de Guimarães», em que apelava à criação de uma associação de ex-académicos de Guimarães. O apelo ficou sem resposta.

Em 1959, o Liceu abandonou o Convento de Santa Clara e os antigos estudantes assinalaram a despedida com um conjunto de manifestações que incluíram um jantar muito concorrido no Restaurante Jordão. António Faria Martins, um dos entusiastas das antigas festas dos estudantes que mais se tinham destacado na defesa da causa nicolina nas últimas décadas, que integrava a Comissão de Honra daquele encontro, não pôde comparecer ao jantar, por ter adoecido. Justificou a sua ausência através de uma carta, lida durante o repasto, na qual sugeria a criação de uma associação de antigos alunos do Liceu, uma ideia que, segundo a reportagem do jornal *Notícias de Guimarães*, «foi por todos abraçada com vibrantes aplausos.»

O projeto da associação foi posto em marcha. Foi criada uma comissão promotora constituída por Aníbal Dias Pereira, Antonino Dias de Castro, António Alves Monteiro, António Faria Martins, Daniel de Sá, Fernando Lage Jordão, Francisco Martins Fernandes, Gaspar Gomes Alves, Hélder Lemos Rocha, Jaime Sampaio, José Abílio Gouveia, José Aristião Campos, Júlio Soares Leite, Luís Cardoso e Luís Teixeira de Freitas. Os estatutos foram concebidos em laboriosas reuniões, sempre consumadas, segundo Hélder Rocha, «com as pernas debaixo da mesa». As adesões não pararam de crescer, como mais tarde contaria António Faria Martins:

«Conhecida a existência da nova coletividade, acorreram adesões de toda a parte, de todas as classes, de todas as profissões: purpurados da mais alta estirpe, magistrados da mais elevada hierarquia, ministros e diplomatas, professores e Jornalistas,

Engenheiros, Médicos e Advogados, Comerciantes e industriais, lavradores, funcionários públicos, empregados do comércio... — uma multidão heterogénea que se amalgamou numa designação única: a de "Velho Nicolino"!»

A Ceia dos Velhos de 1960 foi aproveitada para tratar de assuntos da AAELG, então ainda em organização. A assembleia geral fundadora realizou-se no dia 6 de setembro de 1961, no Salão Nobre dos Bombeiros Voluntários de Guimarães. Aprovaram-se os estatutos e foram eleitos os primeiros corpos sociais da associação, propostos por Francisco Ramos Martins Fernandes, presididos por António de Quadros Flores (Assembleia Geral), Manuel Bernardino de Araújo Abreu (Conselho Fiscal) e Júlio Soares Leite (Direção). O seu mandato foi curto: no dia 29 de novembro, foram eleitos novos órgãos sociais, com António Faria Martins a assumir a presidência da direção.

Uma das primeiras iniciativas da associação, proposta por Nuno Simões, foi a abertura de uma subscrição para a criação de um fundo permanente, cujo rendimento permitiria instituir prémios para estudantes que se destacassem pelos seus resultados escolares.

Faltava a sede, que tardaria a ser concretizada. No dia 18 de outubro de 1967, foi presente à reunião da vereação municipal, para deliberação, uma carta da direção da AAELG «pedindo a cedência das duas velhas salas do Liceu de Santa Clara que se situam de cada um dos lados do seu portão principal, as quais se destinariam à sede daquela Associação.» A Câmara Municipal, que estava em vias de transferir os seus serviços para Santa Clara, indeferiu o pedido, alegando «impossibilidade de acomodação». Em alternativa, decidiu permitir «que a associação se instale, embora a título precário, no rés do chão e primeiro andar da antiga Torre dos Almadas, logo que esta esteja desocupada e em condições a combinar com a entidade peticionária.» Assim seria. A chave da Torre dos Almadas foi entregue à AAELG no dia 28 de novembro de 1967. A seguir, tratou-se da aquisição do mobiliário e a sede da AAELG foi oficialmente inaugurada no dia do Pinheiro de 1969. A partir de então, é naquele dia que, todos os anos, ali se reúne a assembleia geral da associação, que continua a cumprir com o seu objetivo primordial de «manter a tradição escolar vimaranense, subsidiando, colaborando e incitando os estudantes que frequentam o ensino secundário de Guimarães a realizar, em cada ano e na época própria, as chamadas Festas Nicolinas.»

Os estatutos foram reformados em 19 de fevereiro de 1999, passando a associação a adotar a designação de AAELG/Velhos Nicolinos.

A. Amaro das Neves

António Faria Martins (1896-1980)

António Faria Martins nasceu em Guimarães no dia 28 de junho de 1896. Frequentava o Seminário-Liceu quando se deu a transição da monarquia para a República. Foi guarda-livros correspondente do Banco Pinto Magalhães, exerceu as funções de vereador da Câmara Municipal de Guimarães, antes e depois do 25 de abril, presidiu ao Vitória Sport Clube, integrou os Bombeiros Voluntários de Guimarães e esteve entre os fundadores do Rotary Club de Guimarães. É o autor da proposta de criação da Associação de Antigos Alunos do Liceu de Guimarães.

Em 1945, teve uma intervenção muito ativa na celebração do ressurgimento das Festas Nicolinas. Integrou a comissão organizadora e a subcomissão que ficou encarregada de pôr em marcha o cortejo da entrada do Pinheiro, cuja organização, naquele ano, foi entregue aos *Velhos*. Na *Posse dos Velhos*, deu voz a versos que o poeta Leão Martins compôs. No Sarau de Gala do dia 6, em que os *Velhos* de 1895, a Senhora Aninhas e o cónego Alberto Vasconcelos, velho professor do Liceu, foram levados em triunfo, António Faria Martins desempenhou um dos principais papéis na revista *Guimarães Monumental*, escrita por Luís Filipe Coelho e Leão Martins.

Uma doença impediu-o de comparecer no jantar de confraternização do Pinheiro do ano em que o Liceu se despediu do velho Convento de Santa Clara. Marcou presença por via de uma carta em que lançou uma ideia que frutificaria: a criação de uma associação de antigos alunos do Liceu, que foi acolhida com o aplauso dos presentes. A associação seria instalada e António Faria Martins seria o primeiro presidente da sua direção e, depois, até à sua morte, presidente da mesa da assembleia geral.

Em 1967, era presidente da direção da AAELG, tendo sido o autor do pedido que levaria à cedência, pela Câmara Municipal de Guimarães, da Torre dos Almadas, para aí ser instalada a sede da associação.

Numa entrevista que deu ao jornal *O Povo de Guimarães* por altura das Festas Nicolinas de 1993, quando lhe pediram que indicasse «três ou quatro figuras nicolinas que lhe ficaram na memória», Hélder Rocha não teve de pensar muito para responder: Jerónimo Sampaio, José de Pina, António Faria Martins e a Senhora Aninhas.

António Faria Martins faleceu no dia 30 de junho de 1980.

A. Amaro das Neves

A ACFN foi criada a partir de uma tertúlia realizada em 1995, com o objetivo inicial de agrupar ex-membros da Comissão que porventura não se sentissem representados por uma associação identificada com um estabelecimento específico de ensino preciso, o antigo Liceu de Guimarães, ou que discordassem de questões relativas às Festas Nicolinas promovidas pela AAELG. De fundação mais recente e recebendo anualmente os

membros das novas comissões, a ACFN dispõe de um corpo de associados mais jovens, visivelmente unidos pela sua proximidade etária, aos quais a instituição proporciona um ambiente de partilha de memórias associadas a essa experiência tão particular e marcante que é a passagem pela estrutura de organização das festividades nicolinas. Há Velhos Nicolinos que integram as duas associações, embora as relações entre as duas entidades nem sempre tenham sido fáceis, em virtude de acusações recíprocas de desvio em relação à pureza da tradição. Ouve-se dizer, por exemplo, que alguns membros da ACFN teriam introduzido no funcionamento da Comissão «praxes» previamente inexistentes ou que a sua proximidade com a oposição municipal resultaria numa «politização» das Festas Nicolinas. Negadas pelos visados, estas opiniões são, em si, uma indicação de que nem tudo é sempre sereno no pequeno povo nicolino. É forçoso reconhecer que, independentemente das fricções do passado, as relações institucionais entre as duas associações se pacificaram. Já colaboraram em certas iniciativas, como a organização da II Convenção Nicolina, em 2015.

Até agora têm sido descritas organizações essencialmente compostas por membros masculinos — de forma inevitável no caso da ACFN, da qual apenas podem fazer parte antigos elementos da Comissão. A Irmandade de São Nicolau apoia-se num universo de membros que se cruza com os das duas associações nicolinas, embora não se restringindo a eles, e é uma entidade aberta à participação feminina. Indubitavelmente associada às origens remotas das Festas Nicolinas, e sendo por natureza uma instituição «Nicolina», a Irmandade desempenha todavia uma atividade restringida à dimensão religiosa das celebrações e tem contribuído para as reforçar. Esta motivação é claramente perfilhada pelos seus membros mais ativos mas, em contrapartida, o agnosticismo de alguns nicolinos afasta-os naturalmente da Irmandade — mesmo havendo Irmãos dispostos a admitir que «São Nicolau é mesmo o único santo em que acredito» e que têm a sua imagem em casa. O envolvimento da Irmandade na organização dos festejos nicolinos é, na realidade, bastante recente. O cortejo do Pinheirinho (que, aliás, não consta da programação oficial, pelo menos até à data) só foi introduzido no início deste novo século. E foi apenas em anos recentes que a Missa de São Nicolau começou a aparecer nos cartazes das festas (embora de maneira irregular, em razão de ocasionais esquecimentos, mas sobretudo continuando a não constar das listas oficiais dos números festivos: a Missa, por exemplo, não é considerada na crónica pormenorizada dos trinta anos de festividades nicolinas publicada por Ricardo Gonçalves). As solenidades em hora a São Nicolau têm lugar no domingo mais próximo do dia 6 de Dezembro. Além dos membros da Irmandade, representantes das associações nicolinas participam na missa estatutária na Igreja da Senhora da Oliveira, durante a qual a Comissão de Festas executa o toque das Novenas. O mesmo toque acompanha a seguir a breve procissão que leva de volta São Nicolau à sua capela. O encontro encerra-se com a realização de uma fotografia de grupo na escadaria da igreja e é seguido de um almoço, numa tentativa iniciada há poucos anos de instituir mais um momento de convívio à volta da figura do santo. Agora que o estatuto de nicolino perdeu qualquer conotação com a proveniência sociocultural, a Irmandade, reativada com novos estatutos no início da década de 1990, desempenha o papel de manutenção de uma certa distinção social no universo das Festas Nicolinas. Seria exagerado dizer que todos os seus membros exercem profissões prestigiadas ou são oriundos de meios abastados, mas é verdade que a assistência na missa de São Nicolau não é representativa dos segmentos mais populares da sociedade vimaranense e corresponde mais ao universo social que caracterizava o antigo Liceu de Guimarães.

A Capela de São Nicolau

A construção da Capela de São Nicolau foi objeto de um contrato assinado no dia 21 de novembro de 1661 entre os mordomos da confraria de São Nicolau da vila de Guimarães e Domingos Lourenço, mestre de pedraria, da freguesia de Estorãos do concelho de Montelongo, a atual Fafe. Domingos Lourenço comprometia-se a fazer uma capela dedicada a São Nicolau, na igreja da Colegiada, «junto à porta travessa de contra a rua de Santa Maria no quintal do sacristão.» A obra deveria estar concluída em agosto do ano seguinte. O prazo não seria cumprido, até porque, à data da assinatura do contrato, ainda não estaria resolvido o problema da cedência do terreno onde a capela seria erigida, o qual só foi entregue pelo Cabido à Confraria, «na forma que contratado tinham com o mestre que tomou conta da obra da dita capela», em 20 de maio de 1662. A obra, financiada pelas receitas das danças e comédias promovidas pelos «estudantes desta Vila e outros devotos», seria concluída em 1663, conforme consta de uma inscrição lá colocada, onde se lia: «Esta Capela mandaram fazer os Estudantes desta vila no ano do Senhor de 1663.»

Para construir a capela, foi necessário abrir um arco na parede da igreja voltada para a rua de Santa Maria. O arco era de volta perfeita, com pilastras de base coríntia e capitéis dóricos. A capela estava coberta por uma abóbada de arco redondo, de três tramos e caixotões. O corpo da capela era um acrescento ao edifício da Colegiada, não tendo porta de ligação direta ao exterior. Pela descrição do Padre Torcato Peixoto de Azevedo, percebe-se que no final do século XVII estava revestida de azulejos. No altar da capela, foi colocada uma imagem seiscentista de São Nicolau, de madeira estofada e pintada e tamanho próximo do natural.

Na década de 1960, a capela encontrava-se em estado de abandono, por causa de obras de restauro da igreja da Colegiada, que estavam paradas. Em 1968, quando os Velhos Nicolinos se instalaram na Torre dos Almadas, chegou a aventar-se a ideia de remover a imagem de São Nicolau para a sede da AAELG, o que motivaria um texto de Jerónimo de Almeida, que saiu no *Notícias de Guimarães* de 14 de dezembro daquele ano, em que considerava que a consumação de tal intenção seria «uma profanação, por não só ser impróprio tal lugar para o devido culto, como também por não poder tomar-se lícito este propósito, sendo essa veneração unicamente permitida onde foi criada.» O velho poeta nicolino propunha que a capela fosse restaurada no local onde sempre estivera ou, caso não fosse possível, que fosse reerguida noutro local.

O restauro da Colegiada, promovido pela Direção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais (DGEMN), foi concluído em 1970-1971, tendo suprimido a capela, que foi desmontada. Em 1993, a Irmandade de São Nicolau foi reativada, assumindo a missão de a reconstruir. Por altura das Festas Nicolinas daquele ano, a Irmandade anunciou que tinha encarregado o arquiteto Eduardo António Ribeiro de proceder aos estudos necessários para que o projeto avançasse. O processo avançou e, por altura das Festas Nicolinas de 1995, foi apresentado o esboceto do projeto de reconstrução, com a

assinatura dos arquitetos Eduardo António Ribeiro e Manuel Augusto Antunes. Com um local de implantação muito próximo do original, o edifício seria erguido com as pedras da antiga capela, que estavam espalhadas pelos terrenos do Priorado da Oliveira. Os custos da obra seriam relativamente modestos (uma campanha de recolha de fundos e um subsídio da Câmara Municipal permitiram reunir a verba necessária) e o tempo de execução seria curto. No entanto, ainda havia que remover os entraves burocráticos, cuja resolução se arrastou pelos anos seguintes.

Vencidos todos os obstáculos, a obra fez-se. A capela reconstruída de São Nicolau foi inaugurada solenemente no dia de São Nicolau de 1998.

A. Amaro das Neves

A Irmandade de São Nicolau parece assumir um papel, que se vai afirmando, de continuidade e transmissão de valores nicolinos, começando pela devoção a São Nicolau, o ponto de referência oficial das Festas Nicolinas, mas que até hoje tem tido uma relevância diminuta nos números festivos. A mesma observação aplica-se às «tertúlias nicolinas», mas apenas no que respeita a dimensões profanas — em particular a gastronomia. Algumas tertúlias são estruturadas enquanto associações e registadas na AAELG, mas muitas outras têm uma existência informal — ao ponto de ser impossível contabilizá-las ao certo: qualquer grupo de amigos que se junte para partilhar a ceia na noite do Pinheiro pode ser considerado uma «tertúlia», ao ponto de haver quem diga que existem centenas desses grupos. Um número na ordem de algumas dezenas seria uma estimativa mais realista, dado que poucas destas tertúlias realizam encontros com regularidade.

As Tertúlias Nicolinas

As Festas Nicolinas têm duas dimensões paralelas. Uma é povoada por jovens estudantes, que aprendem o sentido das festas e se envolvem nelas, por dever e diversão, porque aquela é a hora dos novos nicolinos; a outra é a dos antigos estudantes, aqueles cuja hora já foi, ficando a nostalgia dos tempos em que rompiam as calças no banco das escolas, um sentimento que cresce quando o mês de novembro vai chegando ao fim, nos dias em que a emoção bate mais forte nos Velhos com a banda sonora de baquetas e maçanetas a retumbar na cidade. Chamam-lhe espírito nicolino, o que, para os antigos estudantes de Guimarães, é sinónimo de saudade. Uma saudade que se mata com reencontros anuais de grupos de amigos que, a cada ano, se juntam à volta da mesa, por altura das Festas Nicolinas, desfiando memórias. São as tertúlias nicolinas, entidades que começaram a multiplicar-se nas últimas décadas do século XX, especialmente quando a Ceia dos Velhos, organizada pela AAELG/Velhos Nicolinos, deixou de poder comportar todos os antigos estudantes que desaguam em Guimarães na noite do cortejo do Pinheiro.

A mais antiga, com mais de sete décadas, é a tertúlia 4 de dezembro, que nasceu num jantar de perdizes na antiga Pensão da Joaninha, na rua de Alcobaça, entretanto desaparecida para abrir espaço para o largo da Condessa do Juncal, e que, depois de ter passado pela Marisqueira da rua de Camões e pela Adega do Quim, em Santa

> Luzia, se junta no Vira Bar, na Alameda, onde a Comissão das Festas vai, todos os anos, reclamar umas das Posses mais emblemáticas.
>
> Duas destas tertúlias formalizaram-se como associações, com o propósito de promoverem o espírito nicolino, apoiando os novos nicolinos na organização das festas: a Tertúlia Nicolina e a Tertúlia das Comissões de Festas Nicolinas.
>
> A Associação Tertúlia Nicolina, com sede no antigo Convento das Domínicas, costumava promover uma das Moinas (lanches bem regados, oferecidos aos estudantes nos sábados que antecedem o arranque das Festas, para convívio e ensaio dos toques das caixas e dos bombos), em que se oferecia uma lança das Maçãzinhas ao Presidente da Comissão das Festas. Na noite de 4 de dezembro, concedia uma posse muito animada. Esta associação desempenhou um papel de relevo na promoção das festas entre as novas gerações de estudantes. Em 2008, esteve na origem de uma acesa polémica, ao registar em seu nome a marca Nicolinas. Este registo seria anulado por decisão judicial, que reconheceu a designação Nicolinas como propriedade coletiva da comunidade vimaranense, não sendo passível de registo por entidades particulares. A Associação Tertúlia Nicolina está inativa há vários anos.
>
> **A. Amaro das Neves**

Com a Irmandade e as tertúlias (que, nalguns casos, podem ser abertas às cônjuges de nicolinos ou podem inclusive ser femininas), o universo nicolino expande-se mais além da população estudantil, presente ou passada. No seu seio, alguns indivíduos, em função das suas competências, experiência ou disponibilidade, podem ganhar alguma notoriedade — por exemplo, pelo facto de assumirem papéis mais relevantes na execução de determinadas tarefas associadas à organização e à realização das festas, de maneira pontual ou ao longo de vários anos. Assim, a redação do guião das Danças de São Nicolau tem sido assumida durante vários anos por Miguel Bastos, assegurando a continuidade estilística desse número festivo, reforçada pela estabilidade do respetivo elenco de ano para ano, exceto nos casos de situações imprevistas na vida de algum dos participantes. O facto de desempenharem os mesmos papéis resulta numa identificação entre certos Velhos Nicolinos e as respetivas personagens: particularmente marcantes, foram os vinte e cinco anos do reinado de um D. Afonso Henriques personificado por José Maria Magalhães, que encontrou um digno sucessor em José Ribeiro, atual presidente da AAELG.

Embora não sendo membros de nenhuma instituição nicolina, há muitos anos que Joaquim Castro Pereira e Manuel da Silva Freitas (mais conhecidos na cidade por Quim e Manel das Vacas, respetivamente) são os depositários de um acervo de informações preciosas. Desempenham um importante papel de acompanhamento, aconselhamento e orientação da Comissão de Festas na realização de algumas das suas tarefas, ajudando na execução dos números festivos, resolvendo imprevistos ou eventuais dificuldades e assegurando a transmissão, de um ano para o outro, de importantes saberes práticos adquiridos ao longo de anos na companhia do grupo, em cujas aparições públicas são quase omnipresentes. Esta vontade

de proximidade e de participação é retribuída por um convite endereçado pela Comissão para ambos participarem no jantar do Pinheiro e no Baile da Saudade.

O envolvimento da restante população da cidade não é tão intenso como no caso do Quim e do Manel. No entanto, à semelhança deles, inúmeros vimaranenses declaram encontrar nas Festas Nicolinas um dos pontos de ancoragem de um fortíssimo sentimento de pertença coletiva, evocando com frequência o «orgulho» de ver que «temos miúdos capazes de organizar uma festa daquelas», «jovens para quem é importante trabalhar para a cidade». De facto, ao invés do que é habitual observar nas localidades onde existem festividades de vulto, o poder político e os agentes económicos vimaranenses têm permanecido relativamente alheios à continuidade das Festas Nicolinas, as quais são asseguradas, sem grandes meios, devido ao empenho de alguns jovens apoiados pelos seus predecessores nos bancos das escolas. É com justeza que esta característica é reivindicada como uma das originalidades destas festividades, e os nicolinos não deixam escapar nenhuma oportunidade de repetir que são «as festas dos estudantes». Esta notável independência poderá remontar aos tempos em que este grupo social representava uma reduzida minoria à qual era reservado o papel de reproduzir os círculos sociais e económicos dominantes da cidade, o que não impede uma simultânea identificação bairrista. De facto, os nicolinos de finais do século XIX encarregaram-se de nos legar testemunhos escritos do seu indubitável apego vimaranense. No entanto, em contrapartida, não dispomos de informações quanto à posição e aos sentimentos do resto da população perante festividades nas quais não estava autorizada a participar e que serviam, em parte, para reafirmar uma cisão social, sendo portanto legítimo duvidar que, na época, «toda a Guimarães» se revia nessas festas. Além disso, em períodos anteriores, a licenciosidade dos estudantes e as suas condutas carnavalescas, relatadas em diversos documentos históricos, eram disrupções que não podiam ser encaradas com bons olhos pela população, quer por censura moral, quer por consciência social perante comportamentos permitidos apenas a quem não levava uma vida de constante labor.

A disponibilização de uma sede permanente tem vindo a ser reivindicada com insistência por várias Comissões, mas as Festas Nicolinas recebem outros apoios municipais: subsídios anuais, cedência de viaturas, condicionamento do trânsito e de estacionamento, isenção de taxas e licenças para a realização dos cortejos, oferta de flores de camélias para as decorações dos festejos das Maçãzinhas, pagamento da escavadora alugada para o «enterro» do Pinheiro. Contudo, a organização das Festas e o seu funcionamento permanecem hoje completamente independentes dos poderes estabelecidos, o que é algo surpreendente. Como atestado pelos exemplos de diversas festas de rapazes em Trás-os-Montes, ou a Bugiada e Mouriscada de Sobrado (Valongo), os elementos de sátira politica e social já não constituem um impedimento à designação de uma festa como emblema oficial de um município e ao seu uso como um sempre apetecível recurso de *marketing* turístico. No contexto de uma permissividade social e liberdade mediáticas incomparáveis com a realidade de poucas décadas atrás, uma verdadeira irreverência requer muito mais esforço. Ser capaz de ouvir críticas em versos, raramente bombásticas, não é mais difícil para um político do que aturar as opiniões expressas num fórum radiofónico ou em linha, e ajuda a veicular uma imagem de tolerância. Por outro lado, menos discrepantes em relação à moral vigente, e já desassociados de diferenças sociais, os atrevimentos nicolinos observados na atualidade são mais suscetíveis de suscitar uma adesão identitária consensual — até porque alguns desses comportamentos contrastam com tendências recentes das políticas públicas, como as

restrições legais ao consumo alcoólico, em relação ao qual o senso comum pode ser tolerante enquanto acha que excessos governativos vexam a espontaneidade e a liberdade popular.

A demografia do povo nicolino tem sido marcada pelo crescimento, também em resultado de evoluções económicas e sociológicas da região. Derivando em parte do desenvolvimento dos setores comerciais e de serviços, em detrimento das atividades industriais de transformação (sempre muito importantes, mas localizadas sobretudo nas freguesias periféricas), a duplicação da população da cidade (cerca de 55 000 habitantes) desde 1960 até à atualidade tem-se traduzido num maior afluxo demográfico para o território nicolino, essencialmente focado no centro histórico e nalguns pontos adjacentes. O crescimento populacional do concelho tem sido proporcionalmente menor (de 116 000 para 156 000 habitantes no mesmo período atrás referido, apresentando um ligeiro decréscimo após um pico superior a 160 000 habitantes em meados da década de 2000). Neste caso específico, a massificação do ensino público e a abertura à participação de todas as escolas secundárias nas Festas Nicolinas foram fatores decisivos na ampliação da base de recrutamento nicolino e na diversificação radical da sua composição social — e, em corolário, induzindo nada menos do que a progressiva feminização das festividades nicolinas. Ao mesmo tempo, no entanto, a criação de escolas secundárias nos concelhos vizinhos onde estes equipamentos não existiam acarretará a longo prazo uma redução, ou mesmo o desaparecimento de todo um contingente de Velhos Nicolinos nativos de outras localidades (entre os quais se contam nomes com alguma visibilidade mediática). José Luís Xavier Fernandes lembra-se, assim, de um tempo em que

Vinham alguns de Felgueiras, do Colégio de Amarante, do Externato de Fafe, porque esses externatos todos aqui à volta só tinham até ao terceiro ano, depois desaguavam todos aqui em Guimarães [...] Havia o internato anexo ao liceu, situado no edifício da Câmara Municipal.

De um ponto de vista estrito, só pode ser considerado nicolino quem passou por um estabelecimento de ensino secundário de Guimarães. Como indica Miguel Bastos,

desde há vinte anos para cá, quase toda a gente frequentou o ensino obrigatório, pelo menos até ao 9º ano. Por inerência, ou se se quiser, por carta de identidade, é-se nicolino, embora possa até nem ter participado [...] se me perguntar, no limite qualquer vimaranense é um nicolino. As pessoas com mais de sessenta anos não, até porque podem não ter estudado ou podem ter frequentado a Escola Comercial e Industrial; mas, se quisermos ser puristas, qualquer pessoa nos últimos trinta ou quarenta anos para cá e que seja vimaranense, é nicolino. Pode não ter participado nas Festas, mas tem essa capacidade ou direito, se quisermos. Mas realmente nota-se que há muita gente que vem ver o fenómeno e não é vimaranense. Mas eu digo: se é vimaranense é nicolino, com mais ou menos participação.

Embora, como já foi referido, não exista uma unanimidade total quanto a saber se a denominação «Guimarães» designa a cidade ou todo o concelho, as mudanças que afetaram a organização do ensino contribuíram para que a delimitação da categoria de «nicolino» seja debatível. João Neves declara, assim, não concordar

quando se diz que as Festas são dos estudantes do ensino secundário. O ensino secundário é o 10º, 11º e 12º anos, o básico vai até ao 9º. O problema é que, para se fazer parte da Comissão de Festas, é obrigatório frequentar o secundário – o que é uma coisa recente também –, mas as Festas não são só do 10º, do 11º e do 12º anos, como anunciam nos cartazes, isso é mentira. As Festas são de todos os estudantes de Guimarães: não digo até à 4ª classe, mas desde o 5º ano. Por isso, a escola de Urgeses, por exemplo, que tem até ao 9º ano, tem toda a legitimidade de participar, embora

haja vozes que discordem com isso. [...] quando fui candidato à Comissão de Festas, tinha 14/15 anos e andava no 4º ou 5º ano do liceu, ou seja, no atual 8º ano. Claro que não podia ser Presidente, mas quem ocupava esse cargo andaria no 6º ano, que corresponde ao atual 10º ano. Quem andava no 6º e no 7º anos já tinha barba e tudo. Ou seja, eu participava nas Festas praticamente desde o meu primeiro ano do Liceu, correspondente ao atual 5º ano. Depois criou-se o ciclo preparatório, depois o ensino unificado, etc. Quando afirmam que as Festas Nicolinas são dos alunos do secundário, é asneira, porque isso só acontece agora [...] Tirei o curso de Radiologia e andava no 6º ano ao mesmo tempo [...] Por isso, o que se me apraz dizer sobre isso é de que as Festas Nicolinas são de todos os estudantes.

Mas as possíveis interpretações divergentes dos critérios de nicolinidade não mudam o facto de que, em razão de todas as evoluções que têm afetado as Festas e o seu contexto nas últimas décadas, existe hoje uma homologia social muito maior entre o conjunto dos habitantes da cidade e a população estudantil. A progressiva abertura à participação dos «futricas» não nicolinos, dos Novos Nicolinos ou das mulheres no cortejo do Pinheiro nunca foi decidida mas simplesmente passou a ser inevitável, proporcionando um reforço da indiscutível identificação da massa dos vimaranenses com as Festas Nicolinas. Além disso, quem vive no centro ou na sua proximidade não pode ignorar as Festas: provavelmente terá de contribuir para um peditório e dificilmente escapará a um encontro com um cortejo nicolino. Entre as Moinas e os números festivos, são raros os pontos do espaço urbano que, em determinada altura do outono, não são visitados pela repetição dos marcantes ritmos executados pelos estudantes. E ocasionalmente, em plataformas sociais como o Facebook ou em conversas, deparamos com a ideia de que as Festas Nicolinas são «de todos os vimaranenses», uma afirmação que suscita reações de relutância por parte de nicolinos puristas, que fazem questão de recordar que as Nicolinas «são dos estudantes» e que as festas «de todos os vimaranenses» são mais propriamente as Gualterianas.

A população adulta dispõe de diversas maneiras de manifestar o desejo de poder associar-se às festividades nicolinas: algumas de caráter privado, sob a forma de donativos à Comissão, outras de cariz público, como a decoração temática de montras de lojas da cidade, em conformidade com a quadra nicolina. Além dos milhares de participantes no desfile do Pinheiro, nos últimos anos, os números festivos de entrega das Posses, do Magusto, da declamação do Pregão (de cujo texto impresso muitos solicitam um exemplar) e da realização das Maçãzinhas têm atraído centenas de pessoas. Para algumas famílias, a oferta de um lanche aos participantes de uma Moina (que atualmente pode chegar a reunir entre duzentos a trezentos estudantes) é uma forma de afirmar o seu enraizamento no tecido social e nas tradições da cidade. De mesma maneira, a oferta anual de um pinheiro da Quinta de Aldão à Comissão perpetua a ligação dessa família à cidade e a memória do envolvimento do nicolino e vimaranense João Martins da Costa Aldão, antigo presidente da Câmara Municipal de Guimarães, falecido em 2007.

Ao mesmo tempo, sendo festas muito centradas em Guimarães, as Nicolinas acolhem sem problema passageiros clandestinos culturais, seduzidos pelo sentimento de partilha bem-humorada e de participação coletiva numa história de séculos. Não é novo: António Lopes de Carvalho, autor de *O «São Nicolau». Tradições Académicas de Guimarães* (1943), indica na introdução não ter fruído do «mel doirado das diversões nicolinas», o que não o impediu de lhes dedicar uma atenção apaixonada. E são muitos os nicolinos que, como Miguel Bastos, podem dizer que conhecem

muita gente que visita a cidade [na noite do Pinheiro], porque são amigos – eu já aqui tive amigos meus, que até chegaram a dar uma ou outra baquetada – ou que vêm ver o fenómeno em si, pessoas que vêm visitar a cidade já quase como romaria e que participam nas partes laterais da procissão, por assim dizer.

De facto, a cada ano que passa, os forasteiros parecem ser cada vez mais numerosos na noite do Pinheiro, embora muitos deles desconheçam os seus significados, pelo menos em grande parte, apesar de colmatarem essa lacuna com entusiasmo percussivo. Alunos recém-chegados às escolas secundárias não terão nenhum problema em integrarem os ensaios e as Moinas se manifestarem o desejo de o fazer. Um antigo membro de uma Comissão confiava o seguinte: «As Festas são em honra de São Nicolau, mas podia chegar aqui um miúdo muçulmano, que não havia qualquer problema». Esta opinião faz eco da afirmação de outro Velho Nicolino: «Não acredito em Deus, mas acredito em São Nicolau.» O tom jocoso deixa entrever que não se trata de tomar a segunda proposição ao pé da letra, indicando antes a força de um sentimento nicolino suficiente para conquistar agnósticos e suscitar o envolvimento coletivo.

Talvez admirado perante este singular rebanho que invoca os seus auspícios, deve estar São Nicolau, ele próprio.

São Nicolau (c. 280-c. 345)

A. Amaro das Neves

São Nicolau nasceu por volta do ano 280, na antiga cidade de Patara, na Anatólia, hoje uma província da Turquia. A sua biografia conhecida é composta mais de lendas do que de factos seguramente acontecidos. Na *Legenda Aurea*, obra composta em latim, no século XIII, pelo monge dominicano Jacopo Varazze, uma vasta coleção de biografias e milagres de santos, conta-se que os seus pais, Epifânio e Joana, «ricos e santos», o terão gerado logo após o casamento e que passaram o resto da vida em abstinência carnal. Terá revelado sinais de santidade desde os seus primeiros dias: quando lhe deram banho, no dia em que nasceu, ficou de pé; enquanto a sua mãe o amamentou, cumpriu uma espécie de jejum às quartas e às sextas-feiras, dias em que se pegava ao seio materno uma única vez; na infância, evitava as brincadeiras próprias da idade, preferindo passar o seu tempo em igrejas, registando na memória o que escutava das Sagradas Escrituras.

Quando os seus pais faleceram, Nicolau «começou a pensar no que faria com as suas grandes riquezas para proporcionar glória a Deus, mas evitando os elogios humanos por essas obras.» Segundo a *Legenda Aurea*, a primeira demonstração da sua generosidade terá acontecido quando mudou o destino a três donzelas, filhas de um seu vizinho, um homem nobre, mas indigente, que se tinha visto obrigado a prostituir as suas filhas virgens para que a família pudesse sobreviver. Por três vezes, Nicolau atirou sacos cheios de moedas de ouro para dentro da casa onde viviam, o que lhes permitiu escapar à má sorte.

Algum tempo depois, tendo falecido o bispo de Mira (a atual cidade turca de Demre), o bispo que tinha autoridade para designar o seu sucessor, depois de um período de jejum e orações, escutou de noite uma voz que lhe disse que o escolhido seria o primeiro homem chamado Nicolau que entrasse na igreja no dia seguinte. «Na hora das matinas, como que conduzido pela mão de Deus, o primeiro a apresentar-se na igreja foi Nicolau», que, apesar de contrariado, recebeu a investidura eclesiástica. Como bispo, participou em Niceia no primeiro concílio ecuménico, reunido no ano de 325.

A São Nicolau são atribuídos diversos milagres, que o tornaram no patrono dos marinheiros, das crianças e dos estudantes. Num deles, terá devolvido à vida três crianças que um estalajadeiro teria assassinado, esquartejado e salgado, para servir dissimuladamente em refeição aos seus hóspedes. É deste milagre, que teve grande curso no Norte da Europa e que não será mais do que uma lenda surgida depois da composição da *Legenda Aurea*, que lhe vem a fama de protetor das crianças, que o transformaria em Santa Claus, o Pai Natal que, num trenó puxado por dois cervos negros, visita anualmente todas as crianças.

Entre os milagres que terá praticado, também se conta aquele em que terá ressuscitado dois estudantes assassinados por ladrões, de onde lhe veio a fama de padroeiro dos escolares. No entanto, da sua hagiologia oficial apenas consta um estudante miraculado:

«Por amor a seu filho, que estudava as belas-letras, um homem comemorava todos os anos com solenidade a festa de São Nicolau. Certa vez, o pai do rapaz preparou um banquete ao qual convidou grande número de clérigos. Ora, o diabo veio à porta, em trajes de mendigo, pedir esmola. O pai mandou imediatamente o filho dá-la ao peregrino. O rapaz apressou-se, mas não encontrou o pobre e correu em sua busca. Quando chegou

a uma encruzilhada, o diabo agarrou-o e estrangulou-o. Ao saber do sucedido, o pai lamentou-se muito, recolheu o corpo, deitou-o na cama e pôs-se a dar vazão à sua dor, proferindo estes gritos: "Ó querido filho, o que aconteceu? São Nicolau, é esta a recompensa da consideração de que por tanto tempo dei prova?". Assim dizia ele, quando de repente o rapaz abriu os olhos como se saísse de um sono profundo, e ressuscitou.»

Não se sabe ao certo em que ano morreu São Nicolau, mas sabe-se o dia: 6 de dezembro (o mesmo dia em que morreu D. Afonso Henriques no ano de 1185). Inicialmente sepultado na Catedral de Mira, as suas relíquias foram conduzidas furtivamente para a cidade italiana de Bari, no ano de 1087. O seu culto propagou-se pela cristandade, de Oriente a Ocidente. Tem especial veneração no Báltico e no mar do Norte, para onde terá sido levado pela devoção de marinheiros. É o padroeiro da Rússia, da Grécia e da Noruega. Desde a Idade Média, os alunos das universidades e das escolas das catedrais veneram-no como o seu patrono. Os estudantes de Guimarães dedicam-lhe as Festas Nicolinas.

As representações iconográficas de São Nicolau, muito abundantes na tradição europeia, mostram-no com vestes e insígnias de bispo, muitas vezes junto de três crianças que ressuscitou, com as três bolsas de ouro que ofereceu às donzelas que salvou ou com ofertas que distribui às crianças, frequentemente simbolizadas por maçãs vermelhas.

O Colégio das Artes e Humanidades da Costa

Depois de estudar em Paris e em Lovaina, onde se doutorou em Teologia, o padre jerónimo D. Diogo de Murça regressou ao mosteiro da Penha Longa, em Sintra, onde professara. Pretendendo aperfeiçoar a instrução dos membros da sua congregação, convenceu o rei D. João III a fundar, naquele convento, um colégio de humanidades e artes. Instituído em 1535, o colégio foi transferido para o Convento da Costa, em Guimarães, onde já estava a funcionar em setembro de 1537 por ocasião da visita de um dos mestres de Diogo de Murça em Lovaina, o humanista Nicolau Clenardo.

A transferência do colégio dos monges jerónimos para a Costa estará relacionada com a formação do seu aluno mais notável, D. Duarte de Portugal, filho bastardo do rei D. João III. Com ele estudou Antoninho – filho do infante D. Luís e de Violante Gomes, a *Pelicana* —, que viria a ser Prior do Crato e um dos pretendentes ao trono de Portugal na crise sucessória de 1580, na sequência da morte do cardeal-rei D. Henrique.

Em 1539, o papa Paulo III autorizou o Colégio da Costa a conferir graus em Artes, Filosofia e Teologia. Dois anos mais tarde, o rei concedeu autorização para que passasse a atribuir os graus de bacharel, licenciado e mestre, com equiparação aos que eram concedidos pela Universidade de Coimbra.

O Colégio da Costa teve uma existência efémera. Em 1542, D. João III designou o príncipe D. Duarte para arcebispo de Braga. Tinha 21 anos e o seu episcopado seria breve, já que viria a falecer em novembro de 1543. Nesse mesmo mês, Frei Diogo de Murça foi elevado à condição de reitor da Universidade de Coimbra e parte dos alunos do colégio de Guimarães foram transferidos para aquela cidade. O Colégio da Costa perdia assim o seu mentor e iria perder, num dos anos seguintes, um dos seus principais alunos, D. António. Esta terá sido a machadada final na breve experiência de estudos superiores no Mosteiro da Costa. O Colégio da Costa foi extinto em 1550.

Em razão dos cursos que ministrava e pela qualidade dos seus mestres, humanistas formados em universidades estrangeiras, o Colégio da Costa era um estabelecimento de ensino que ministrava formação de grau universitário. No entanto, é questionável a sua qualificação como uma universidade.

Tem havido quem associe a existência efémera desta instituição ao surgimento dos festejos dos estudantes de Guimarães a São Nicolau. No entanto, até hoje não foi encontrada nenhuma evidência que permita relacionar esse facto com as Festas Nicolinas.

A. Amaro das Neves

Os Festejos a São Nicolau em Guimarães: Contributos sobre as suas Possíveis Origens

R. Faria

Analisar a génese das festividades em honra de São Nicolau em Guimarães comporta um elevado grau de incerteza, fruto da natureza lacunar dos registos históricos que a elas fazem menção. A tentativa de precisar uma cronologia do culto a São Nicolau prefigura, quiçá, um esforço inglório; como certeza, apenas o facto de, no enquadramento da realidade peninsular e europeia, ser possível comprovar as suas raízes medievais. De qualquer modo, persiste a dificuldade em documentar o processo que conduziu à apropriação do culto por parte da comunidade estudantil da então ainda vila, bem como compreender em que moldes aconteceu. Obviamente que, à semelhança de qualquer processo ocorrido na longa duração, será impensável atribuir-lhe uma data precisa. Quando muito, poder-se-ão estabelecer balizas temporais, tanto mais seguras quando mais dilatadas no tempo, de modo a enquadrar a evolução do fenómeno em análise.

Pese embora tais dificuldades, entre os estudiosos na matéria parece não merecer contestação o facto de as festividades estudantis em homenagem a São Nicolau existirem antes da instituição da Irmandade de São Nicolau e da construção da capela em honra do santo padroeiro na Colegiada[2]. Ao que parece, tais festividades surgem apenas num contexto de formalização de um culto preexistente.

Restará, pois, equacionar aquém desta baliza temporal dois momentos significativos deste devir: por um lado, a instituição do culto do santo; por outro lado, o momento em que este culto foi apropriado pela comunidade estudantil e posteriormente regulado pela Irmandade de São Nicolau.

A primeira baliza temporal poderá ser situada por volta do século XII, dado que o culto deste bispo oriental só se consolidou no Ocidente após a transferência das suas relíquias para Bari, em 1087. Prova disto constitui o *Censual de D. Pedro*, bispo de Braga, que não regista qualquer mosteiro ou igreja consagrada a São Nicolau, o que evidencia o desconhecimento deste santo no noroeste peninsular. Segundo Francisco Carvalho Correia, só a partir do Século XII é que assistimos ao esboçar de uma devoção, ainda que incipiente[3].

---

[2] Relativamente a este assunto, o professor Lino Moreira da Silva, especialista vimaranense nas festividades nicolinas, no seu trabalho *São Nicolau e a Sua Irmandade e a Sua Capela na Insigne e Real Colegiada de Guimarães*, editado em 1994 pela Associação de Antigos Estudantes do Liceu de Guimarães (AAELG) conclui o seguinte na p. 39: uma vez que quem negoceia o contrato da capela em 1661 é a própria Irmandade, esta instituição seria já uma realidade antes desta data. Além disso, segundo o mesmo autor, «[...] o Compromisso de 1691 talvez tivesse sido antecedido por outro, passado a escrito, de que não é conhecida referência, ou na base da verbal oral.» Sobre o mesmo autor poderão ser consultadas as obras: *Guimarães e as Festas Nicolinas*, Guimarães, AAELG, 1991; *A Senhora Aninhas, Mãe dos Estudantes Nicolinos*, AAELG, Guimarães,1992; *A Alma e A Graça das Festas Nicolinas*, ed. Autor, Guimarães, 2000.

[3] O autor aborda a questão na sua obra magna *O Mosteiro de Santo Tirso,* em razão de o *Livro de Linhagem* do Conde D. Pedro designar São Nicolau como o patrono inicial deste mosteiro. As evidências apontadas pelo autor acusam o lapso cometido por D. Pedro, que evocaria uma rutura no patrocínio espiritual do mosteiro, demonstrando a sua impossibilidade. O culto do santo apenas foi introduzido nesta região no século XII, o que é comprovado pelo *Missal de Mateus*, datado do século XII: [...] quer no corpo, quer no calendário bracarense que lhe anda anexo, lá regista pegadas de uma devoção que é, na altura, ainda incipiente», *in* CORREIA, Francisco Carvalho: 2009, *O Mosteiro de Santo Tirso, de 978 a 1588. A Silhueta de uma Identidade Projetada no Chão de uma História Milenária* (dissertação de Doutoramento apresentada à Faculdade de Geografia, História e Arte da Universidade de Santiago de Compostela), vol. I, Santo Tirso, Ed. Câmara Municipal de Santo Tirso, p. 107; *vide*: BRAGANÇA, Joaquim de Oliveira: 1971, *Missal de Mateus*, Lisboa, ed. Fundação Calouste Gulbenkian, pp. XVIII e 31.

De Bari, o seu culto foi levado, provavelmente por cavaleiros Teutónicos, para a Pomerânia no século XII ou XIII, e difundiu-se pelo mar do Norte e pelo Báltico através dos marinheiros e mercadores hanseáticos, para o que deve ter contribuído o seu estatuto de santo protetor da navegação. Ao longo do Mediterrâneo, esta difusão, para além dos mercadores, esteve a cargo dos peregrinos que se dirigiam à Terra Santa[4].

Por estas vias chega à Península Ibérica o culto a São Nicolau de Bari, fixando-se nos principais centros religiosos da época, de que Compostela constitui sem dúvida a representação maior. Este movimento insere-se igualmente num outro de natureza tipicamente medieval, no qual o culto dos santos assume um caráter de especialização em função das necessidades específicas dos fiéis. Deste modo, a maior fama recai sobre os santos cuja hagiografia se apresentava mais rica, e São Nicolau indiscutivelmente preenchia tais requisitos: além de patrono dos navegantes, era também padroeiro das jovens donzelas, dos padeiros, dos encarcerados e dos estudantes[5]. É neste contexto de difusão que se enquadra a fundação de igrejas com o orago de São Nicolau, um testemunho inegável da existência de um culto ao santo, cujos poderes milagrosos ecoam dos púlpitos pela voz dos párocos e mitigam a agonia dos fiéis atormentados[6].

Conhecidas as vias difusoras do culto, restará equacionar a posição de Guimarães relativamente a esta matéria. São diversos os indicadores que nos permitem concluir que a então vila de Guimarães mantinha um contacto estreito com estes canais de disseminação do culto nicolino. Desde a sua fundação, a vila constitui um importante ponto de apoio a peregrinos que ocorrem a adorar a Virgem Santa Maria. O mosteiro duplex (para monges e monjas), em torno do qual cresceu o burgo, mais tarde transformado em colegiada, representava um espaço privilegiado de apoio à jornada jacobina, oferecendo todas as condições necessárias ao conforto do corpo e da alma dos peregrinos[7]. Estas valências colocaram a vila em contacto com um dos principais centros de peregrinação do mundo medieval — Santiago de Compostela[8].

---

[4] Um exemplo deste trajeto sul-europeu é relatado por Juan Velasquez (João de Ortega, nascido em Quintanaortuño, ao norte de Burgos, cerca de 1080, filho de pais nobres), que em 1112 viajou à Terra Santa. Ao retornar, o barco em que navegava enfrentou uma enorme tempestade que ameaçava naufragá-lo. Face ao perigo eminente, dirigiu as preces a Deus, por intercessão de São Nicolau de Bari, prometendo ao santo que, caso sobrevivesse, construiria uma ermida onde lhe prestaria culto. De regresso a Espanha em 1113, e no cumprimento de sua promessa, retirou-se para um local ermo localizado entre Belorado e Burgos e aí construiu uma ermida em honra de São Nicolau, mais tarde transformada em mosteiro. Nesse local viria a ser desenvolvido um importante complexo de apoio aos peregrinos de Santiago – formado por duas igrejas, dois mosteiros, um hospital e algumas residências – que tomará o nome do seu fundador: São João de Ortega; *vide:* ARRESE, Miguel Cortés: 1994, *Por las sendas que conducen al sepulcro del patrón Santiago*, Cuenca, ed. Servicio de Publicaciones de la Universidad de Castilha-La Mancha, pp. 50-51.

[5] SILVA, Lino Moreira: 1994, *ob. cit.*, p. 13.

[6] Amendoeira em Macedo de Cavaleiros; Cabeceiras de Basto; em Mirandela, as freguesias de Cernadela, Cortiça ou Cortiços e Freixedo; em Valpaços, Carrazedo de Montenegro, Leboção e Vales; em Viana do Castelo, Mazarefes; em Bragança, Salsas; e, no Porto, a freguesia citadina de São Nicolau., SILVA, Lino Moreira, 1994, *ob. cit.*, p. 12.

[7] O Padre António Carvalho da Costa considera que o crescimento das construções em torno na praça da Oliveira resultou das necessidades dos peregrinos: «Com muita ocorrência de romeiros e devotos que vinham visitar a sagrada imagem da Virgem Santa Maria se edificaram junto do seu mosteiro algumas casas que, assim como podiam ser para recolhimento e agasalho dos que vinham a visitar a esta Senhora, também podiam ser para morada de alguns seus devotos.» COSTA, António Carvalho: 1706, *Corografia portugueza: e descripçam topografica do famoso reyno de Portugal,* Lisboa, Oficina Valentim da Costa Deslandes, vol 1, p. 7.

[8] Os milagres da Virgem ganham especial repercussão com a compilação do famoso *Livro dos Milagres de Nossa Senhora da Oliveira*, de Afonso Peres, escrito entre 1342 e 1343, revelando o poder milagroso da Virgem, bem como o alcance geográfico do culto. *Vide*: MARTINS, Mário: 1953, «Livro dos Milagres de Nossa Senhora da Oliveira de Afonso Peres», in *Revista Guimarães*, vol. 63 (1/2), Guimarães, ed. Sociedade Martins Sarmento, pp. 91-92; FERNANDES, Cristina Célia: 2006, *O Livro dos Milagres de Nossa Senhora da Oliveira da Real Colegiada de Guimarães (Apógrafo de 1351)*, Amarante, ed. Opera Omnia. Ao Porto afluíam peregrinos dos caminhos de Lisboa, Viseu e Lamego, daí a rota bifurcava-se: uma estendia-se ao longo do litoral que passava por Vila do Conde, Póvoa de Varzim, Viana do Castelo e depois Caminha; a outra seguia por Santo Tirso em direção a Guimarães, Braga, Ponte de Lima e, daqui, por Paredes de Coura até Valença do Minho, *in* COUTINHO, José de Sá Pereira (Conde d'Aurora): 1965, *Caminho Português para Santiago de Compostela*, Braga, ed. Livraria Cruz, p. 17.

Encontramos um exemplo desta rede de auxílio aos peregrinos no livro de despesas do cabido do ano de 1577, onde pode ler-se: «Item, 200 reais de esmola a hum padre Castelhano que vinha de Santiago para a Andaluzia.»[9]

A par dos circuitos religiosos, as rotas mercantis exerciam igualmente influência sobre Guimarães, com maior incidência a partir do século XV[10]. Este aspeto prenuncia outra possível via de entrada do culto nicolino na vila, uma vez que mercadores e homens do mar tinham São Nicolau como seu patrono[11]. Uns e outros podiam ser encontrados a percorrer a Guimarães quinhentista, após terem feito escalas nos portos de França e da Flandres, regiões onde o culto a São Nicolau se encontrava enraizado[12]. Destes contactos comerciais dos vimaranenses nos dá conta o famoso *Livro dos roubos que os franceses vassalos d'el Rey de França fezeram aos moradores desta vila de Guimarãens e seu termo*[13]. A própria vila acolhe entre a sua elite comercial alguns estrangeiros que aí acorrem, ainda que esporadicamente, em busca de negócios lucrativos e estabelecendo contratos com os habitantes locais. Exemplo disso é Guilhermo Francês, natural de França, «[...] contratante nestes reinos de Portugal [...]»[14] que a 6 de junho de 1564 estava hospedado na estalagem de Gaspar de Freitas, no Toural.

Peregrinos e mercadores concorrem para associar Guimarães a um amplo movimento de troca de ideias e inovações que atravessa a Europa quinhentista, originando sem dúvida oportunidades de contacto com as diversas formas de cultuar São Nicolau.

Iniciado o culto, a sua ligação à comunidade estudantil certamente se terá processado de forma espontânea, particularmente se considerarmos que durante a Idade Média e de grande parte da Idade Moderna, os estudantes eram, na sua maioria, quadros eclesiásticos em formação e o ensino escolástico proporcionava-lhes desde cedo o contacto com as hagiografias. Nas principais cidades episcopais e centros estudantis, é possível atestar desde muito cedo o culto a São Nicolau, seja em Coimbra, no Porto, em Braga, em Salamanca

---

[9] Arquivo Municipal Alfredo Pimenta (AMAP): C – 1207.

[10] Guimarães envolveu-se desde muito cedo na política expansionista da Coroa e desde a tomada de Ceuta que bravos cavaleiros e homens de armas originários do burgo se distinguiram pelos seus feitos militares.

[11] Eram muitos os filhos da terra que partiam para os portos de mar e faziam-se marinheiros, mas continuando a cultivar contactos com a terra natal: «[...] António Fernandes e Filipa Pires sua mulher, lavradores e moradores da Quinta de Riba d'Ave da freguesia de Santa Maria de Silvares, faziam seu procurador a João Fernandes, marinheiro morador na vila de Viana da Foz do Lima, seu filho [...]», Colegiada 932b, fls. 68-70, 15 de abril de 1564. A 31 de dezembro de 1577, «Francisco Gonçalves, morador no casal de Cabanelas, na freguesia de Brito (São João), faz uma procuração a seu filho Frutuoso Gonçalves, marinheiro, morador em Lisboa na rua d'Alfama», Notarial n.º 3, fls. 161-162. A 14 de abril de 1587, «Francisco Fernandes, marinheiro, morador em Almada, no porto de Cacilhas, realiza, em Guimarães, uma procuração ao licenciado Manuel Barbosa e ao solicitador João Fernandes Vinagre [...]», AMAP: Colegiada 932s, fls. 352 e v. Guimarães continuará a oferecer homens ao mar durante os séculos seguintes. Em 1634, Domingos de Castro, marinheiro, apresenta-se perante o inquisidor do Santo Ofício para lhe relatar a sua terrível sorte. Saíra de Portugal a 25 de abril de 1623, da barra do Porto, com destino ao Brasil, tinha então quinze anos de idade. A poucas léguas da costa, o seu barco foi tomado por um navio turco e, cativo, foi vendido em Argel ao capitão de uma galé, a quem serviu ao remo por oito anos. Convertendo-se ao islão, libertou-se do cativeiro, servindo depois como soldado. Foi nesta condição que, numa incursão a Granada, aproveitou o ensejo para escapar e se fazer cativo dos cristãos. Após regressar a Guimarães, abriu a sua loja de comércio e transformou-se num abastado mercador da praça. ANTT: Tribunal do Santo Ofício, Inquisição de Lisboa, proc. 4923.

[12] SILVA, Lino Moreira: 1994, *ob. cit.*, pp. 13-14.

[13] Deste testemunho, encontramos o célebre livro do roubo dos franceses, a partir do qual podemos ter uma ideia da extensão das incursões comerciais dos vimaranenses no Atlântico Norte. *Livro dos roubos que os franceses vassalos del Rey de França fezeram aos moradores desta vila de Guimarãens e seu termo*, cópia transcrita do original existente na Torre do Tombo, AMAP: FL94PIM. Neste documento, atestamos os estreitos contactos que os mercadores vimaranenses estabeleciam com a Flandres e as ilhas atlânticas, como se depreende da seguinte declaração de João Álvares: «[...] mercador e morador nesta vila de Guimarães se aqueixou e disse que seu irmão Simão Álvares e outros da ilha da Madeira indo para a Flandres no navio Santa Cruz de que era mestre Gonçalo Vaz morador na cidade do Porto no mês de janeiro de 1515 sobre os bancos da Flandres foi este navio tomado per uma nau de um navio de francês [...] e levou o dito navio com muitos açúcares e outras mercadorias de que ia carregado e a ele João Álvares roubaram e levaram oitenta arrobas de açúcar que no dito navio carregou o dito seu irmão e lhe levara para Flandres, o qual açúcar, ao dito tempo, valia em Flandres noventa e seis mil reais a rezão de mil e duzentos reis a arroba [...]».

[14] «Instrumento de obrigação que fez Guilhermo Francês a Bartolomeu Bastardo mercadores», AMAP, Colegiada 932b, fls. 148-149, 6 de junho de 1564.

ou em Compostela, um facto que denuncia a estreita ligação deste santo aos círculos eclesiásticos que dominavam o ensino.

Aliando este enquadramento ao facto de São Nicolau surgir como patrono dos estudantes, é fácil entender a importância que o santo assumia para a comunidade estudantil. Poder-se-á mesmo especular que o seu culto lhes fosse apresentado logo na aprendizagem das primeiras letras, à sombra da colegiada e sob a tutela do mestre-escola[15], a quem cabia a responsabilidade de zelar pelo tipo de ensino ministrado, controlando a ação dos mestres de ensinar meninos e dos mestres da gramática que circulavam na vila[16].

Será nesta ambiência que deveremos enquadrar a génese dos festejos estudantis em honra de São Nicolau, uma festividade que, pelas suas características, estará longe de ser considerada popular, uma vez que espelha apenas o ímpeto de uma fração da sociedade da época — os estudantes, filhos das elites, as únicas capazes de custear a aprendizagem dos seus membros. Este afunilamento social acentua-se ainda mais com a progressão nos níveis de ensino, em resultado dos custos inerentes aos graus mais elevados, apenas ao alcance das bolsas dos mais abastados. Pelo que pode ser depreendido dos textos da época, é a estes níveis de ensino que estão associadas as festividades.

Partindo deste pressuposto, convém equacionar de que modo Guimarães e os vimaranenses puderam experienciar este tipo de ensino. Sabemos desde longa data que a maioria dos estudantes que pretendia continuar os estudos, após a aprendizagem das primeiras letras e da gramática, dispunha de duas opções possíveis: ou inscrever-se no estudo geral em Lisboa, mais tarde transferido para Coimbra, ou então rumar a Salamanca. Para os jovens que por cá ficavam após concluídos os estudos iniciais (entre os sete e os catorze anos), restava a hipótese de ingressar numa ordem eclesiástica, submetendo-se para esse efeito a um exame a cargo do prelado bracarense para averiguar a sua aptidão, sendo posteriormente registados nos livros das matrículas casos fossem aprovados. O objetivo principal seria acederem a alguns dos privilégios próprios do foro eclesiástico[17].

---

[15] Ainda que considerada uma dignidade menor, o mestre-escola permaneceu como uma das figuras mais influentes do cabido, provavelmente em razão das prebendas que lhe estavam associadas, em particular a Igreja de Santiago, detentora de várias propriedades, não apenas casais do termo mas também habitações na vila, assim como boticas e tendas da praça de São Tiago. A dignidade fora criada pelo Papa Eugénio IV, no ano de 1439 e o primeiro mestre-escola foi João Resende, sucedendo-lhe no cargo D. Lourenço Afonso de Andrade, protonotário apostólico, a quem sucedeu seu filho, Baltazar de Andrade, instituidor do Mosteiro de Santa Clara, e, a este, Torcato Peres de Andrade; *vide*: Sem autor, «Elementos para um catálogo dos Chantres, Tesoureiros, Mestre Escolas, Arciprestes, Arcediagos, Magistrais, Cónegos prebendados e Meios-Prebendados, da Colegiada de Guimarães», *in Boletim de Trabalhos Históricos*, Guimarães, ed. Arquivo Municipal Alfredo Pimenta, Vol. VII, n.º 3, 1942, pp. 97-160.

[16] Identificamos João Gonçalves, procurador do número na Vila de Guimarães e mestre de Gramática (1460-1501), os mestres de ensinar moço Gaspar de Matos (1547-1567); Francisco Luís (1564-1573); Gonçalo Jorge (1575-1587); Diogo da Silva (1585-1592) e Diogo Jorge (1604). Alguns destes mestres provinham das ordens religiosas, como se depreende da declaração que Jorge Martins, cavaleiro fidalgo, natural de Guimarães e almoxarife da Vila de São Jorge, capitania dos Ilhéus, Brasil, faz diante dos inquisidores em 1591. Ao falar da sua doutrina, «[...] disse que haverá setenta anos pouco mais ou menos que na dita Vila de Guimarães um mestre que ensinava moços gramática que se chamava Frei Álvaro de Monção que fora frade da Ordem de São Francisco e se saíra da Ordem, mas que trazia vestido sempre o hábito da dita Ordem, letrado e pregador de idade de quarenta anos então, pouco mais ou menos, em cuja escola ele confessante aprendia gramática.» ANTT: Processo de Jorge Martins (1592-08-03/1592-09-09), Tribunal do Santo Ofício, Inquisição de Lisboa, proc. 2551. Eram também estes mestres que, a par do contexto familiar, instruíam as crianças na doutrina da fé, como o declara Francisco Tomás, neto de vimaranenses, natural de Caminha, ao referir que «[...] aprendeu a doutrina cristã com Belchior da Silva mestre de ensinar moços [...]» ANTT: Processo de Francisco Tomás (1582-02-06/1587-02-28), Tribunal do Santo Ofício, Inquisição de Lisboa, proc. 8937.

[17] GOMES, Saúl António: 2001-2002, «As "Matrículas de Ordens": De Elemento Diplomático a Acontecimento Histórico. Subsídio Para o Estudo do Clero Português no Final dos Tempos Medievos», in *Lusitania Sacra,* 2,ª série, 13-14, p. 245.

Só mais tarde, em 1532, é que nasce em Braga um Colégio d'Artes, ou Colégio de São Paulo, os primeiros estudos públicos da cidade, ainda que com enorme dificuldade de afirmação, em virtude das precárias condições de financiamento e da escassez de mestres e alunos[18].

Durante esse mesmo período, Guimarães assistiu à fixação de um colégio de estudos superiores no seu território: o efémero Colégio da Costa, criado por D. João III em 1537, aquando da transferência para aí do Colégio de Pena Longa. O colégio chegou a ter mais de cem alunos inscritos nas diversas disciplinas (Teologia, Artes e Gramática), um número bastante significativo na época para uma vila com a dimensão de Guimarães[19]. Como bem notou Francisco Brito no seu blogue *Coisas do Minho*[20], esta instituição poderá ter contribuído decisivamente para familiarizar os vimaranenses com o culto estudantil a São Nicolau, então realizado nos meios universitários.

Neste contexto, merece especial atenção a figura de Frei D. Diogo de Murça, nomeado reitor do colégio, e que no seu currículo contava com estudos realizados nas Universidades de Salamanca, Lovaina e Paris, tendo-se doutorado nesta última em 1533. Sem dúvida que, ao longo deste percurso universitário, D. Diogo de Murça contactou com o culto estudantil a São Nicolau — o qual, aliás, constava dos estatutos internos das universidades que frequentara.

O elo entre D. Diogo de Murça, a realidade estudantil europeia e o cargo que ocupou em Guimarães pode contribuir para dar crédito à hipótese de que as festas em honra de São Nicolau tiveram a sua génese no Colégio da Costa. Embora os estatutos desta instituição não contemplem qualquer alusão a festividades em honra do santo, ao contrário de outras congéneres europeias, não será condição suficiente para afirmar perentoriamente que os estudantes não celebrassem o santo.

A familiaridade da camada estudantil e do próprio D. Diogo de Murça com o santo deduz-se de uma Relação Secreta relativa a guerras na ordem dos monges beneditinos, datada de 1588 e citada por Francisco Brito. Segundo o autor, depreende-se que «[...] anos antes, numa visitação de 1564, tinha sido "dissolvido" um "bando" de monges que se apelidavam de "nicolaístas". Este "bando", cujos partidários estavam sediados em Refojos e em Coimbra, devia o seu nome ao facto de Frei Diogo de Murça ter dado o "*hábito a alguns estudantes pobres que tinham por costume pedir esmola por amor de São Nicolau*" (isto acontecia em Coimbra). O "bando" rival dos "nicolaístas" era o dos "martinetes" (assim denominado por ter origem no Mosteiro de S. Martinho de Tibães)»[21].

---

[18] MIRANDA, Margarida: 2010, «O Humanismo no Colégio de São Paulo (séc. XVI) e a Tradição Humanística Europeia», in *Humanitas* 62, p. 246.

[19] SÁ, Artur Moreira: 1981, «A Universidade vimaranense do século XVI (1537-1550)», *Atas do Congresso Histórico de Guimarães e sua Colegiada*, pp. 567-581. Em carta dirigida ao monarca D. João III, D. Diogo de Murça fornece informações sobre a frequência do Colégio da Costa: «Diz que a Teologia era estudada por 14 frades, sendo 7 do primeiro curso "que vay em três annos", e 7 "são deste cursu que hora se acabou". Quanto ao curso das Artes "que começou este anno", ele era frequentado por 8 frades "que de princípio studarão gramatiqua neste collegio", e por 18 leigos "que neste collegio aprenderão a gramatiqua", no total de 26 alunos "que nom he pouquo pera este monte deserto". Pelo que respeita à Gramática, informa que uma das escolas era frequentada por 4 frades e 50 a 60 leigos; noutra, havia 9 frades», *idem*, *ibidem*, pp. 577-578.

[20] BRITO, Francisco: 2013, «Frei D. Diogo de Murça e o S. Nicolau dos estudantes», in http://coisasdominho.blogspot.pt/2011_11_01_archive.html, consultado a 06-ago-2013.

[21] *Idem*, *ibidem*, citando: «Relacion Secreta de 1589», transcrita por E. Zaragoza Pascoal, *in* Revista *Theologica*, ed. Faculdade de Teologia da Universidade Católica, III Série, Vol. XVII pp. 143-182.

Excluído este cenário possível, haverá que considerar um outro, o de que tais festividades tivessem sido introduzidas na vila por intermédio de estudantes que a ela regressavam após cursarem noutras localidades. Sabe-se que, em Coimbra, pelo menos deste 1506, os ritos estudantis contemplavam as festividades a São Nicolau[22]. Nessa mesma cidade, conhecemos a existência da confraria de São Nicolau, com estatutos datando desde 1144[23]. Outro destino possível foi, como já aludimos, Salamanca, onde no período da União Ibérica se contabiliza um total aproximado de 74 vimaranenses matriculados[24]. Também aqui, o culto a São Nicolau, além de enraizado no seio da população, estava consagrado nos estatutos dessa universidade[25].

Face a este enquadramento, é crível que os vimaranenses que frequentassem essas universidades e aí contactassem com os ritos próprios das comunidades estudantis pudessem, uma vez regressados à vila, dar-lhes continuidade a todo momento, ou mesmo instruir neles os estudantes seus conterrâneos[26].

Embora sem documentação que constate qualquer referência a festividades em honra de São Nicolau na Guimarães quinhentista, será difícil não equacionar a possibilidade de elas existirem, sobretudo tendo em conta as diversas influências que se exerciam na vila que as reportariam de algum modo. Por conseguinte, é perfeitamente verosímil considerar que, a par de algum tipo de festividade religiosa em honra de São Nicolau, realizada a seis de dezembro (dia consagrado ao santo no calendário religioso), concorriam manifestações profanas promovidas por estudantes, nomeadamente encenações teatrais próprias da quadra festiva, e que culminariam noite adentro com pequenas arruaças que davam azo à irreverência juvenil.

Talvez seja este o caso documentado a partir de um instrumento notarial datado de 22 de março de 1646, no qual Maria Cardosa concede um perdão a António Pereira e a Tomás Pereira, estudantes, por estes lhe haverem assaltado o postigo na noite de São Nicolau. Ente singelo documento permite-nos constatar que, à data, a noite de São Nicolau merecia já, por parte da população em geral, um reconhecimento imediato em virtude do calendário das festividades religiosas, uma situação apenas concebível se sancionado pelas autoridades eclesiásticas. Se não fosse esse o caso, não chegaria ao conhecimento da maior parte da população, a qual se limitava a seguir preceitos instituídos pelo clero. Simultaneamente, o documento permite aferir que a comunidade estudantil participava na festividade de uma forma particular, prolongando a celebração noite

---

[22] *Idem*.

[23] GOMES, Saúl António: 1995, «Notas e Documentos Sobre as Confrarias Portuguesas entre o Fim da Idade Média e o Século XVII: O Protagonismo Dominicano de Santa Maria da Vitória», in *Lusitania Sacra, Confrarias, Religiosidade e Sociabilidades: Sécs. XV-XVIII*, Revista do Centro de Estudos de História Religiosa, Lisboa, ed. Universidade Católica Portuguesa, 2.ª Série, Tomo VII, pp. 106-107.

[24] DIOS, Ángel Marcos de: 1977, «Inventario de los bracarenses en la Universidad de Salamanca durante la Monarquía Dual», *in O distrito de Braga*, Braga, vol. II, 2.ª Série VI.

[25] Eram populares as «caminhadas de São Nicolau», que consistiam na deslocação de fiéis, durante três semanas seguidas, aos lugares onde se venerava o santo. SILVA, Lino Moreira: 1994, *ob. cit.*, p. 34.

[26] Em Coimbra, estudava Bento de Macedo, filho de Manuel Rebelo de Macedo, cavaleiro fidalgo, e de sua mulher Margarida Lopes Ferreira, a 1 de setembro de 1579; Gaspar de Azevedo, filho de Jorge de Azeredo, cavaleiro fidalgo da casa d'el rei, e de sua mulher a senhora Mécia da Fonseca, a 20 de outubro de 1567. Os filhos do tabelião Cristóvão de Azeredo do Vale e de sua mulher a senhora Maria Godins, todos frequentaram Coimbra: Manuel de Faria foi doutor nos sagrados cânones pela Universidade de Coimbra e arcediago no Porto; Francisco de Faria habilitou-se a opositor a uma beca de cânones que vagasse no Colégio de São Paulo da Universidade de Coimbra, passa para tal procuração a seu irmão João do vale, e a Baltazar Gonçalves, filho do arcipreste Baltazar Gonçalves, ambos a frequentar a universidade a 21 de outubro de 1598, para o representarem na dita causa. Gonçalo Henriques, natural da vila de Guimarães, era estudante na Universidade de Coimbra a 22 de janeiro de 1564. O senhor Francisco Rebelo, estudante na Universidade de Coimbra a 22 de janeiro de 1592, é nomeado pelo Doutor Sebastião Vaz Golias seu procurador para se opor uma colegiatura do Colégio Real de São Paulo da Universidade de Coimbra que vagou por morte natural do Doutor Jerónimo de Gouveia ou outra qualquer colegiatura de cânones que vagar. Como se depreende, além de pertencerem à mais ilustre nobreza da vila, estes vimaranenses habilitaram-se a colegiaturas dentro da própria Universidade de Coimbra.

adentro com arruaças resultantes da impulsividade característica dos jovens mancebos, agastando a gosto quer figuras típicas da vila, quer moçoilas que por certo mantinham de sobrolho.

Poderemos extrair uma outra leitura do documento, relacionada com o modo como a população da vila ajuizava as tropelias estudantis na noite de São Nicolau. Se, por um lado, o texto revela uma compreensível reprovação da ação por parte da lesada (ao ponto de originar a apresentação da queixa às autoridades judiciais), por outro lado, poderá ter implícita uma certa complacência e até desculpabilização dos atos — uma conclusão corroborada pelo perdão concedido pela queixosa.

Resta saber qual seria o móbil desta desculpabilização: se a sua associação ao momento festivo, ou, pelo contrário, algum tipo de acordo prévio entre as partes como forma de compensação da lesada. Embora Maria Cardoso afirme que o perdão decorre do facto de os acusados não serem os responsáveis pelo ato por si denunciado, de certa forma parece contradizer-se quando menciona que o período quaresmal (então em vigor) se proporcionava ao perdão. Ficará a dúvida de saber se o perdão decorreu de uma efetiva inocência dos acusados ou de algum acordo prévio realizado entre as partes. O fator mais importante a ter em consideração é que este documento, ao destacar as tropelias de dois estudantes na noite de São Nicolau, documenta claramente que, à data, o santo era cultuado pela comunidade estudantil vimaranense.

Nessa época, o ambiente festivo seria incomparável ao que sucederia nos séculos posteriores, talvez porque o cariz profano acicatado pelos estudantes estivesse ainda numa fase de afirmação junto da população, a qual, embora reconhecesse a festividade, a olhava de soslaio e como pertença de uma pequena elite. Pode também ponderar-se a hipótese de tais manifestações conhecerem então um recrudescimento que obrigasse a uma natural regulamentação. Esta realidade poderia explicar o surgimento da Irmandade de São Nicolau, que, munida de estatutos próprios, supervisionaria o decorrer das festividades, temperando o necessário equilíbrio entre o sagrado e o profano. Permanecemos, todavia, no campo das interrogações, uma vez que as fontes históricas não fornecem informações sobre esta matéria.

Atendendo aos vários indicadores compilados, é possível delinear uma festividade de cariz urbano que as autoridades religiosas assinalavam anualmente no seu calendário. O restante impacto da solenidade dever-se-ia ao ímpeto estudantil, que aproveitava o momento para também celebrar o seu patrono.

Assumindo esta delimitação geográfica, é razoável pensar que o campo se manteria alheio a tais rituais, tanto mais que os raros lavradores com posses para proporcionarem estudos aos seus filhos viam-nos partir da terra em tenra idade. Assim acontecia ainda em pleno século XX. Recordo com saudade a minha mãe falar-me das Festas Nicolinas[27]. Nascida no campo, rumou ainda criança à vila de Guimarães para servir, aí contactando pela primeira vez com os ritos estudantis. Recordava com frequência o encanto das Maçãzinhas, o trocar de olhares entre os mancebos irreverentes e as «meninas de bem» que disputavam um lugar nas varandas das casas. Jamais sentiu a festividade como sua e era perentória em demarcar-se dela[28]. A festa era

---

[27] Só neste momento do texto utilizamos a designação *Festas Nicolinas* para identificar os festejos em honra de São Nicolau, uma vez que, como bem notou o Neves, Amaro, 2013: «Pregões a S. Nicolau (57): 1904», in blogue *Araduca*, o documento mais antigo que assim identifica as festividades é o pregão de 1904, escrito por João de Meira, *in* http://araduca.blogspot.com/2013/05/pregoes-s-nicolau-57-1903.html, consultado a 20 de junho de 2018.

[28] Ao contrário das Maçãzinhas, o Pinheiro trazia outras recordações à minha querida mãe. Na noite de 29 de novembro de 1958 encontrava-se em trabalho de parto

dos estudantes, pertencia-lhes por direito próprio! Todo aquele que não frequentava estudos encarava-os como uma «casta estranha» de privilegiados a quem Deus outorgara um melhor destino.

Era, sem dúvida, um cenário muito distinto daquele que constatamos no último quartel do século XX, quando a democratização do ensino permitiu à maior parte da população frequentar os diversos graus de escolaridade. Neste contexto, as Festas Nicolinas, que até então permaneciam confinadas a um grupo fortemente elitizado, abrem-se verdadeiramente ao povo, o qual, agora sim, as sente como suas.

A pertença do antigo núcleo estudantil à elite da vila, talvez servisse de seguro de vida a algumas das suas atitudes mais irreverentes, como aquela testemunhada pelo documento de perdão da queixosa Maria Cardoso. Não fosse o respaldo financeiro das famílias destes estudantes, dificilmente os lesados por estes comportamentos abusivos poderiam ser ressarcidos, ditando-lhes a morte antecipada.

Ao analisarmos a origem social dos acusados, António Pereira e Tomás Pereira, parece concluiu-se isso mesmo. Os Pereira do Lago, família a que pertenciam, integravam uma elite emergente da vila que no final de quinhentos enriquecera com o comércio do pescado, do contrato de rendas e mercadorias. A capacidade económica que adquirem é investida na consolidação do estatuto, um processo ao qual não será alheio o investimento na formação dos seus. Ainda que, ancorado a este apoio, possa seguir a anuência familiar aos atropelos causados durante as festividades a São Nicolau...

Ano de 1646
a 22 de Março

Perdão de Maria Cardosa a Tomé Pereira
Em nome de Deus ámen saibam qoantos este estrom[en]to de perdão / ou como melhor em d[i]r[ei]to aja lugar virem que no ano do na/ssim[en]to de nosso s.or IHS Cristo de mill seissentos e corenta e seis / annos aos vinte e dous dias do mês de Março do dito anno / nesta villa de G[uimara]es na Rua da Sap[a]t[ei]ra della casas de morada de mim / publico t[abel]am paresseo M[ari]a Cardosa moradora atrás do Muro / do arrabalde desta villa pessoa reconhesida de mim t[abeli]am e por /ella foi dito em minha prezensa e das test[emunh]as abaixo assinadas /que o juiz de fora desta villa o lecenseado André de Gouveia Mendan/ha a mandara noteficar paresesse diante elle por lhe haverem / feito ***quixa que hos estudantes na noite de São Nicolau do ano / próximo passado de seissentos e corenta e sinco anos lhe aviam arombado*** */ hum postigo da sua porta e se fizera justiça de que o dito juiz / tirara devassa e nella saira[m] pronunsiados António P[erei]ra estudante he Thomé P[erei]ra filho de Ant[óni]o P[erei]ra mercador outrossi estudante / he porque elles não foram os que chegara[m] a sua porta nem lhe fizeraõ agravo algum nem elles nem outra pessoa alguma nem / aronbara[m] nem abalroara[m] porta algu[m]a, he por estar em coresma / por descargo de sua consiensia declarava que os sobreditos fora[m] injustam[en]te pronunsiados e que de sua livre vontade / sorprema nem constrangimento de pessoa algu[m]a lhe perdoava / toda a cullpa emenda e satisfação sível e crime que pello dito caso lhe havia a justiça emposto e delles não / queria mais cousa alguma, e pedia às justiças de sua mag[esta]de que mais contra elles não prosedessem avante porquanto / por este lhe havia perdoado livremente e assim o disse e outor/ gou e mandou ser feito nesta nota este instrum[en]to de perdão / e delles dar os treslados nesessários e que comprirem*

do primeiro filho no Hospital da Misericórdia, mas o som do rufar dos bombos e das caixas não amenizou o sofrimento do parto.

a / que tudo eu t[abeli]am como pessoa públiqua estepulante e assei/tante todo estipulei em nome da pessoa ou pessoas / a que o aseitaram tocar possa não presentes p.a assim mai pedi os / treslados nesessários e que comprirem a que foram testem.has / Jherónimo de Oliveira m.or nesta vila a que ella M.a cardosa rogou / que assinasse por ella e assinou sendo mais test[emunh]as presentes / Ant[óni]o da Rocha e Belchior Mendes morador nesta villa que / todos aqui assinaram Miguel Dias t[abeli]am o escrevi.

Assino a seu rogo Jerónimo de Oliveira + Belchior Mendes + António da Rocha[29]

Como se pode constatar a partir das páginas anteriores, será difícil estabelecer balizas temporais exatas de modo a enquadrar a génese dos festejos a São Nicolau em Guimarães. Todavia, os vários indicadores que foi possível reunir permitem deduzir que o século XVI seria, sem dúvida, o período ideal para que, sob influências diversas, se implantasse o culto estudantil a São Nicolau, aliando-se provavelmente à festividade que o cabido da Colegiada assinalaria no calendário das festas religiosas. Esta génese ficou circunscrita à nobreza e a alguns grupos mais abastados do oficialato urbano, pelo menos no que respeita às manifestações mais profanas. Talvez fosse por essa razão que o povo, embora participasse na celebração litúrgica, dificilmente se identificaria com os excessos associados a essas celebrações profanas que não reconhecia verdadeiramente como suas — um posicionamento sem dúvida muito distinto daquele que hoje é apanágio das Festas Nicolinas.

Bibliografia Impressa

ARRESE Miguel Cortés: 1994, *Por las sendas que conducen al sepulcro del patrón Santiago*, Cuenca, Ed. Servicio de Publicaciones de la Universidad de Castilha-La Mancha.

BRAGANÇA Joaquim de Oliveira: 1975, *Missal de Mateus*, Lisboa, ed. Fundação Calouste Gulbenkian, 1975.

CORREIA Francisco Carvalho: 2009, O *Mosteiro de Santo Tirso, de 978 a 1588. A Silhueta de uma Identidade Projetada no Chão de uma História Milenária* (dissertação de Doutoramento apresentada à Faculdade de Geografia, História e Arte da Universidade de Santiago de Compostela), vol. I, Santo Tirso, Ed. Câmara Municipal de Santo Tirso.

COSTA António Carvalho: 1706, *Corografia portugueza: e descripçam topografica do famoso reyno de Portugal,* Lisboa, oficina Valentim da Costa Deslandes, vol 1.

COUTINHO José de Sá Pereira (Conde d'Aurora): 1965, *Caminho Português para Santiago de Compostela*, Braga, ed. Livraria Cruz, p. 17.

DIOS Ángel Marcos de: 1977, «Inventario de los bracarenses en la Universidad de Salamanca durante la Monarquía Dual», *in O distrito de Braga*, Braga, vol. II, 2.ª Série VI.

FERNANDES Cristina Célia: 2006, *O Livro dos Milagres de Nossa Senhora da Oliveira da Real Colegiada de Guimarães (Apógrafo de 1351)*, Amarante, ed. Opera Omnia.

GOMES Saúl António: 1995, «Notas e Documentos Sobre as Confrarias Portuguesas entre o Fim da Idade Média e o Século XVII: O Protagonismo Dominicano de Santa Maria da Vitória», in *Lusitania Sacra, Confrarias, Religiosidade e Sociabilidades: Sécs. XV-XVIII*, Revista do Centro de Estudos de História Religiosa, Lisboa, ed. Universidade Católica Portuguesa, 2a Série, Tomo VII.

[29] AMAP: Notarial n.º 49, fl. 132 v.

GOMES Saúl António: 2001-2002, «As Matrículas de Ordens": De Elemento Diplomático a Acontecimento Histórico. Subsídio Para o Estudo do Clero Português no Final dos Tempos Medievos», *in Lusitania Sacra,* 2,ª série, 13-14.

MARTINS Mário: «Livro dos Milagres de Nossa Senhora da Oliveira de Afonso Peres», in *Revista Guimarães,* vol. 63 (1/2), Guimarães, ed. Sociedade Martins Sarmento, 1953, pp. 91-92;

MIRANDA Margarida: 2010, «O Humanismo no Colégio de São Paulo (séc. XVI) e a Tradição Humanística Europeia», in *Humanitas* n.º 62.

SÁ Artur Moreira: 1981, «A Universidade vimaranense do século XVI (1537-1550)», *Atas do Congresso Histórico de Guimarães e sua Colegiada*.

SEM AUTOR: 1942, «Elementos para um catálogo dos Chantres, Tesoureiros, Mestre Escolas, Arciprestes, Arcediagos, Magistrais, Cónegos prebendados e Meios-Prebendados, da Colegiada de Guimarães», *in Boletim de Trabalhos Históricos,* Guimarães, ed. Arquivo Municipal Alfredo Pimenta, Vol. VII, n.º 3.

SILVA Lino Moreira: 1991, *Guimarães e as Festas Nicolinas,* ed. AAELG, Guimarães.

SILVA Lino Moreira: 1992, *A Senhora Aninhas, Mãe dos Estudantes Nicolinos,* ed. AAELG, Guimarães.

SILVA Lino Moreira: 1994, *São Nicolau e a Sua Irmandade e a Sua Capela na Insigne e Real Colegiada de Guimarães,* Guimarães.

SILVA Lino Moreira: 1991, *Guimarães e as Festas Nicolinas,* Guimarães, ed. AAELG.

SILVA Lino Moreira: 2000, *A Alma e A Graça das Festas Nicolinas,* Guimarães, ed. Autor.

Webgrafia

BRITO Francisco: «Frei D. Diogo de Murça e o S. Nicolau dos estudantes», in http://coisasdominho.blogspot.pt/2011_11_01_archive.html, consultado a 06-ago-2013.

NEVES Amaro: 2009, «Pregões a S. Nicolau (57): 1904», in *blogue Araduca,* http://araduca.blogspot.com/2009/11/nicolinas.html, consultado a 20 de junho de 2018.

Manuscritos

AMAP: Colegiada 1207, Livro de Receitas e Despesas do Cabido

AMAP: Colegiada 932b: fls. 68-70, 15 de abril de 1564

AMAP: Notarial n.º 3, fls. 161-162.

AMAP: Colegiada 932s, fls. 352 e v

AMAP: FL94PIM, *Livro dos roubos que os franceses vassalos del Rey de França fezeram aos moradores desta vila de Guimarãens e seu termo.*

AMAP: Colegiada 932b, fls. 148-149, «Instrumento de obrigação que fez Guilhermo Francês a Bartolomeu Bastardo mercadores», de 6 de junho de 1564.

AMAP: Notarial n.º 49, fl. 132 v.

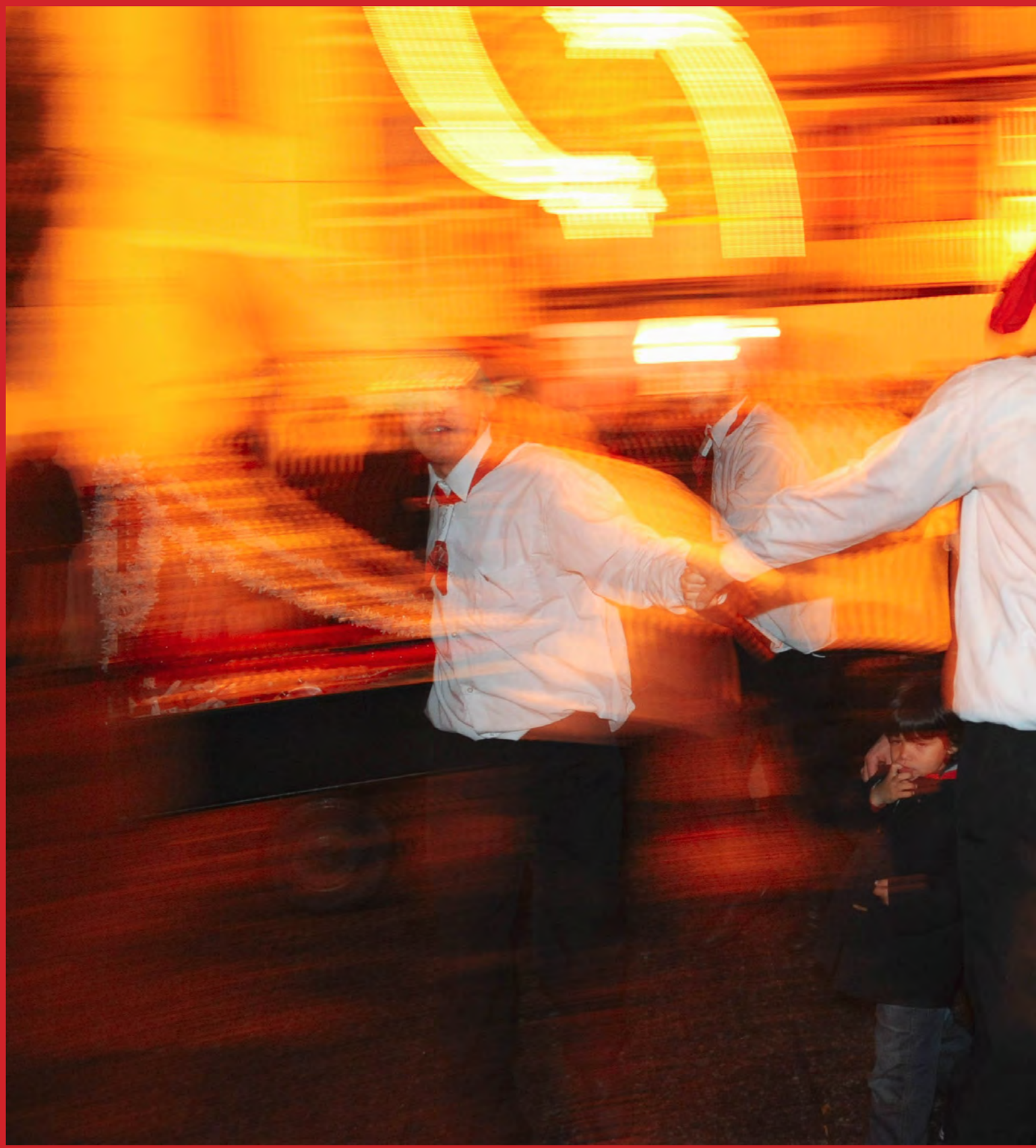
ANTT: Tribunal do Santo Ofício, Inquisição de Lisboa, proc. 4923.

ANTT: Processo de Jorge Martins (1592-08-03/1592-09-09), Tribunal do Santo Ofício, Inquisição de Lisboa, proc. 2551.

ANTT: Processo de Francisco Tomás (1582-02-06/1587-02-28), Tribunal do Santo Ofício, Inquisição de Lisboa, proc. 8937.

Fazer uma festa

J-Y. Durand



Os participantes em festividades podem esquecê-lo, mas organizar uma festa implica preparação, programação, trabalho. A responsabilidade pelos preparativos das Festas Nicolinas incumbe por inteiro aos dez membros da Comissão, à exceção (notável) das Danças de São Nicolau, elaboradas e executadas pelos Velhos Nicolinos. O peso deste encargo é descrito amiúde como sendo formidável para rapazes entre os 14 e os 18 anos, «especialmente nos dias de hoje, em que não sabem nada da vida!». Um texto disponível em linha, da autoria de André Coelho Lima, um dos nicolinos mais convictos, ilustra bem o leque das dificuldades:

Pertencer a uma Comissão de Festas não é um passeio. É muito difícil. É difícil percorrer vários quilómetros todos os dias para realizar os «tradicionais peditórios» (e romper três pares de sapatos...). É difícil andar à chuva sem poder usar guarda-chuva, e carregar a capa que, molhada, pesa quilos. É difícil sentir de perto tantas dificuldades de tantas famílias a quem pedíamos que contribuíssem. É difícil chegar ao fim da tarde, já noite, completamente esgotado e só ter tempo para jantar a correr, porque às 21h30 já tinha de estar na cidade para as reuniões diárias. [...] É difícil ter de impor respeito e mandar calar, sozinho, umas dezenas de caixas que estejam a tocar para além das 22h00. É difícil passar as festas todas sem, no fundo, nelas poder participar, porque a nós cabe organizar. (Coelho Lima 2012)

As descrições feitas pelos membros das Comissões mais recentes são em tudo semelhantes, sendo sempre realçadas as dificuldades em manter o traje impecável e também cumprir a regra que proíbe o uso do guarda-chuva...

A evocação do contacto com famílias menos abastadas é igualmente recorrente: para alguns dos rapazes, os peditórios parecem ser, realmente, a primeira oportunidade de um contacto efetivo com as preocupações sociais associadas ao espirito nicolino.

Ao mesmo tempo, não faltam Velhos Nicolinos para matizar uma visão que pensam ser um pouco excessiva: «Bom, eles são bem acompanhados», «Há sempre um de nós por perto, caso seja preciso», «É trabalho, mas não vamos exagerar.» Além dessas avaliações divergentes, todos reconhecem, no entanto, que o controlo da multidão que acompanha o cortejo do Pinheiro — cuja solenidade e imponência importa, idealmente, conservar em toda a sua dimensão — pode assumir uma dimensão física e uma intensidade psicológica muito mais significativas para um adolescente de hoje do que para os estudantes de tempos passados, que por vezes podiam ter mais de vinte anos e não precisavam de enfrentar a mesma dificuldade, dado que o número de participantes era muito mais reduzido. E é geral a opinião de que, segundo escreve André Coelho Lima (2012), «sai-se da comissão uma pessoa diferente da que lá entrou. Mais amadurecida, mais responsável, mais preparada para o Mundo. A vivência da Comissão de Festas é essencialmente formativa.» Esse cariz formativo começa, como declarou o mesmo nicolino quando interrogado sobre o assunto, pela oportunidade de contactos entre membros de universos sociais diferentes: «temos os dois extremos da sociedade ali, a conviverem como irmãos.» Para Francisco Guise,

Se temos às costas as festas mais importantes de Guimarães, acho eu, é preciso ganharmos muita maturidade. Temos que pensar nas coisas, tem de haver dinheiro para pagar tudo.

O primeiro instrumento desta formação pessoal é a regra que impõe o uso de um traje cuja sobriedade de linhas e cor parece modificar as posturas corporais, conferindo-lhes mais gravidade. Desde a sua eleição

até ao fim do ciclo festivo no início do mês de dezembro, mais de dois meses mais tarde, os membros da Comissão têm de usar sempre o tradicional traje académico, por vezes designado como traje nacional, de traço oitocentista: camisa branca, calça preta, gravata preta, colete preto, batina preta, capa preta e sapatos pretos. É com orgulho que entre os nicolinos é referido o facto de se tratar do único traje liceal reconhecido e aceite nas universidades de Coimbra e do Porto. Além do fraco enraizamento local de muitos estudantes universitários oriundos de outras regiões do país, a questão dos respetivos trajes terá sido uma das razões de monta que explica o fracasso das ideias de aproximação entre a tradição nicolina e as práticas, inspiradas nas tradições académicas de outras universidades, que entretanto surgiram e foram adotadas na Universidade do Minho, fundada em 1973 e que tem um *campus* em Guimarães.

Segundo Luís Guise, muita gente desconhece

a diferença que há entre um nicolino em termos de traje e um moço da faculdade. Eles são ensinados desde logo a saber dobrar a capa convenientemente, usá-la direito, saber onde a pousam… enquanto que com os universitários há um desrespeito maior pelo traje, eles não têm essa forma de ver o traje.

Para Francisco Guise, representante da geração nicolina ulterior,

é o respeito ao traje, não usar relógio, usar o traje bem vestido, sem dobras na camisa, o cinto… e andarmos todos iguais. […] os sapatos têm de ter três furos, os cordões têm de passar três vezes, temos de andar sempre com cinto, a camisa tem de andar sempre nas calças (só se for às vezes que na nossa sede podemos andar mais à vontade…), mas em público o botão de cima tem de estar sempre apertado, a gravata também, a capa bem dobrada ou bem traçada… não pode haver sinais de desleixo, se somos representantes do que é um estudante temos de ir direitinhos. Eu nunca senti muito a obrigação, mas pode haver membros que se desleixem um bocado e em que o traje não se apega a eles da mesma maneira… ou às vezes esquecimento, pode acontecer.

O respeito deste código de indumentária é absoluto: a entrada no corpo coletivo da Comissão implica que os corpos dos seus membros abdiquem da sua individualidade que o uniforme vai apagar. A distinção austera da silhueta anacrónica de alguns rapazes muito intriga os turistas que porventura explorem as ruas do centro histórico no outono. Para os habitantes, aperceber um jovem envolto na sua capa preta para se proteger da chuva é um sinal da aproximação das festas dos estudantes. Nos números festivos que exigem uma atividade física mais intensa, como o Pinheiro, as Posses ou as Roubalheiras, os membros da Comissão usam o «traje de trabalho»: calças pretas, camisa branca, lenço tabaqueiro vermelho, gorro nicolino (também conhecido por «mitra») vermelho com uma borda verde na base. Os outros estudantes e os Velhos Nicolinos que acompanham os festejos vestem a mesma indumentária, a qual também é usada pelos últimos nas suas aparições públicas — por exemplo, por ocasião das diversas iniciativas de divulgação que promovem. Em virtude do seu estatuto, o presidente e o vice-presidente da comissão só envergam o traje de trabalho em duas ocasiões: no Pinheiro e nas Posses. Vestir o traje de trabalho é em princípio reservado a quem goza do estatuto Nicolino, que as estudantes do ensino secundário do concelho podem agora reivindicar. No entanto, as crianças de ambos os sexos que participam no Pinheirinho, uma atração recente que antecede a abertura oficial das festividades, usam também este traje ou pelo menos roupa que o evoca: esta iniciativa comporta, antes de mais, um cunho pedagógico e trata-se de proporcionar às crianças uma primeira experiência de

pertença a uma comunidade. E, na atualidade, ninguém pode garantir que, no meio da multidão que invade a cidade na noite do Pinheiro, não haja alguma cabeça de futrica coberta por uma mitra usurpatória.

Vários ex-membros da Comissão evocam sempre com grande emoção o momento em que vestiram pela primeira vez o traje nicolino. A evocação que André Coelho Lima (2012) faz deste momento é eloquente:

Depois veio o traje. Coube-me herdar o traje que o meu Pai usara no tempo dele do Liceu. Que orgulho! Vestir o mesmo traje, a mesma batina, a mesma capa que o meu pai usara vinte anos antes, rasgada pelos seus amigos e pela minha Mãe. Arranjar camisas adequadas, aprender a dar o nó na gravata. Tudo era novo, tudo era diferente.

A consciência de dar continuidade a uma linhagem nicolina familial, como é patente neste caso, só pode acentuar a carga emotiva, mas todos evocam o mesmo comovente sentimento de «orgulho» perante a perspetiva de inscrever-se numa genealogia restrita e envergar o mesmo traje usado por muitas gerações passadas de estudantes, um estilo de vestuário bem diferente das usuais calças de ganga e *T-shirts*.

«Tudo era novo, tudo era diferente» impõe-se como outra constante nas declarações, insistindo todas na transformação e descoberta pessoal em virtude da passagem pela Comissão. Independentemente da avaliação que se faça da dificuldade efetiva das tarefas nicolinas, a sua realização é encarada como um teste cuja superação se assemelha aos efeitos de um rito de passagem — uma cerimónia, por vezes associada a certas provas, que anuncia à sociedade a mudança do estatuto simbólico atribuído a um indivíduo: batizado, baile de debutantes, casamento... De facto, além de envolver o uso de instrumentos musicais percussivos, um traço comum dos rituais de transição em todo o mundo (Needham 1987), várias características das Festas Nicolinas coincidem com a sequência tripartida definida na teoria geral dos ritos de passagem, cujas premissas foram delineadas pelo grande folclorista Arnold Van Gennep (1909) no início do século XX: as fases de separação, liminaridade (ou marginalidade) e incorporação ou integração que são impostas a um indivíduo servem para organizar importantes períodos de transição. Qualquer fase de mudança implica instabilidade e pode acarretar algum perigo para a ordem social, necessitando portanto de ser controlada

De facto, logo após a separação significada pela sua eleição, os rapazes da Comissão ingressam numa certa vivência diferenciada, pelo menos relativamente à sua vida quotidiana até então, um afastamento simbolizado pelo traje, entre outros signos. Assim, até à conclusão das Festas, os dez jovens deixam crescer o cabelo e a barba (quando a têm...). É conhecido o uso que muitas sociedades fazem da pilosidade para manifestar visualmente mudanças de estatuto dos seus membros. Modificações corporais como a tatuagem, as escarificações, a circuncisão, a excisão, etc., são irreversíveis e podem ser usadas de maneira obrigatória, como um cartão de identidade inscrito na pele, para significar, por exemplo, a entrada na idade adulta, um acontecimento irreversível. De mesma maneira, a pilosidade pode servir para comunicar informações sobre as representações das diferenças dos géneros, a identidade étnica, a aceitação de uma disciplina ou a rebelião... Além de poderem ser tingidos e modelados, pelos e cabelos têm a propriedade de voltar a crescer depois de cortados ou arrancados (em parte ou em totalidade). Oferecem, portanto, a possibilidade de expressar uma situação transitória em que a pessoa se encontra — por exemplo, um luto (sobre a gestão social e cultural da pilosidade, ver o estudo notável de Christian Bomberger 2015). Ao contrário do que é o caso em muitos contextos culturais, em Portugal as modificações corporais são hoje em dia optativas e, excetuando certas profissões que promovem a uniformização da aparência dos seus membros (como nas

forças armadas), os indivíduos desfrutam de uma grande liberdade, limitada mais pelos costumes do que pela lei — por exemplo, de escolha do corte de cabelo. Embora nos últimos anos a volatilidade da moda tenha voltado a pôr uma barba profusa entre os adornos pilosos aceitáveis, ou até procurados, nos rostos dos homens jovens, o seu uso não é dominante entre os estudantes do ensino secundário e pode servir para denotar alguma originalidade ou diferença. O uso da barba por todos os membros da Comissão é mais um reforço da uniformização da sua aparência, mais um sinal da integração do indivíduo no coletivo. A exigência social de um corte curto no caso dos rapazes tem-se diluído imenso e um cabelo comprido ou um rabo de cavalo já não têm as mesmas antigas conotações de rebeldia. No entanto, uma cabeleira com mais de dois meses contrasta com o rigor do sóbrio traje académico. Mais ainda, o simples facto de não adequar o estilo da barba e do penteado da pessoa à sua indumentária aponta para uma situação de alguma desordem, na margem de uma inteira normalidade.

É verdade que, até ao fim das festividades, os rapazes da Comissão integram um grupo cujas atividades de preparação das Festas, em grande parte realizadas durante o período noturno, implicam um certo distanciamento em relação à vida social habitual, nomeadamente ao nível familiar. Além da uniformização da sua aparência, a criação de um espírito de corpo entre esses alunos — oriundos de estabelecimentos e de anos diferentes — passa muito pela comensalidade: um primeiro jantar segue-se à eleição, e muito mais refeições em comum se sucederão. No período pós-escolar, só têm disponibilidade para socializar entre si, regressando tarde a casa ou passando noitadas fora, testando a sua resistência ao cansaço e ao sono, iniciando-se no consumo de álcool — ou reforçando capacidades já adquiridas nessa matéria... A hierarquia interna da Comissão deve ser respeitada em absoluto e os incumprimentos de índole disciplinar ou dos objetivos dos peditórios motivam punições de vários tipos, que podem ser mais ou menos humorísticas, mas também passíveis de incluir uma certa dimensão física, conotações sexuais, ingestão de bebidas alcoólicas. O juramento assinado pelos novos membros da Comissão alude precisamente a este tipo de condutas, apelando para que sejam evitadas, e o assunto das «praxes» é muito delicado no seio do universo nicolino e no ambiente social circundante. Aliás, nem todos aceitam o termo, preferindo, por exemplo, falar em «testes», «provas» ou «castigos». Segundo Francisco Guise,

é tudo à base da bebida, não há nada de violência ou essas coisas, mas nem é bem castigos, é mais uma condição. Por exemplo, tens de saber os toques agora: ou aprendes ou tens aqui este copo para beber; e aí posso aprender a tocar e não beber, ou beber e não aprender. E esses castigos são para esse tipo de coisas.

Outros participantes optam no entanto por insistir sobretudo na lembrança viva do seu estado posterior após certas praxes. Independentemente da verdadeira natureza destas práticas, ninguém nega a sua existência, mesmo sem a admitir abertamente, ou por vezes procurando amenizar os rumores que circulam na cidade a esse respeito: «Há muita gente que não faz ideia do que fala.» A Comissão funciona num regime hierárquico estritamente implementado e a vontade deliberada de deixar o seu funcionamento interno envolto num certo mistério aos olhos alheios confere ao ato de entrada nesse grupo muito restrito uma certa qualidade iniciática.

A necessária aceitação da autoridade e a manifestação de respeito perante quem a detém é outro traço que os Velhos Nicolinos designam como essencial na passagem pela Comissão, cuja dimensão integradora enquanto rito de passagem também pode ser encontrada no apadrinhamento pelos antigos membros e no

ingresso nessa comunidade restrita. A intensidade da experiência é invariavelmente referida por quem a viveu, salientando sobretudo, para além da sua qualidade de «aprendizagem pela vida», o facto de ser o molde de laços de amizades absolutamente indefetíveis:

No final fiz boas amizades com pessoas que não conhecia. Amizades que guardo até hoje.
Começou aqui a melhor experiência da minha vida. Melhor porque irrepetível, melhor porque só absorvível na plenitude se vivida nestas idades, melhor por ser tão intensa, e ao mesmo tempo tão rápida. (Coelho Lima 2012)

Essas semanas intensas e que se desenrolam num ritmo rápido encerram com o Baile da Saudade, que, em tudo similar a um jantar e gala de finalistas (embora acontecendo no fim do primeiro trimestre), pode ser entendido como assinalando a reintegração dos rapazes da Comissão na ordem normal. No dia seguinte usarão a sua roupa habitual, e só voltarão a vestir o traje quando tiverem de cumprir as suas obrigações oficiais, até ao fim do seu mandato anual, comparecendo em certas cerimónias específicas, como na eventualidade do funeral de um Velho Nicolino.

Todavia, é necessário precisar que a interpretação da passagem pela Comissão enquanto rito de passagem deve reger-se por determinados limites. A sua eficácia simbólica é limitada à comunidade nicolina, fora da qual o facto de ter sido membro da Comissão não significa nada de particular para o resto da sociedade vimaranense. E, algo estranhamente, um mesmo rapaz tem a possibilidade de se submeter ao mesmo rito em anos consecutivos, o que não acarreta nenhum efeito prático acrescido e em nada altera o seu estatuto. Tornar-se membro da Comissão só é possível para dez rapazes entre várias centenas de potenciais candidatos. No entanto, quando chegam ao fim do seu percurso, e embora se tenham submetido a todas as exigências rituais que a participação na Comissão impõe, os eleitos não serão considerados diferentes da restante comunidade nicolina. Guardarão mais lembranças, algumas delas mais intensas, e poderão tornar-se sócios da ACFN, mas tal não fará deles mais nicolinos do que os seus colegas (e, hoje em dia, igualmente as suas colegas) que simplesmente participaram nas Festas sem pertencerem à Comissão e sem partilharem a sua organização. É como se a valoração simbólica dos esforços que uma pequena parte do conjunto dos estudantes desenvolve para a preparação das festividades se estendesse ao seu todo, por via de um efeito de tipo metonímico ou por procuração. O que conta verdadeiramente é que sejam os estudantes, considerados na sua totalidade, a realizar as Festas e a mostrar que continuam, todos, tão capazes de o fazer como os seus predecessores de anos ou décadas atrás. Os esforços da Comissão valem para todos. Portanto, de duas, uma: ou o que aparenta ser um rito marcando uma passagem, uma transformação de alguns indivíduos, tem na realidade outra função, ou então o rito não tem qualquer eficácia — e, por conseguinte, não é rito algum, pelo menos no sentido pleno do termo.

Uma leitura crítica da obra de Van Gennep, desenvolvida pelo sociólogo Pierre Bourdieu (1982), pode ser aqui útil. Este autor considera que Van Gennep identificou e nomeou utilmente um tipo de ritos, mas que, ao insistir em demasia nos seus efeitos temporais (a tal passagem), negligencia o necessário questionamento da função e da significação social da linha, do limite, que motivam a existência do rito em questão. Segundo Bourdieu, um dos efeitos essenciais do rito não é separar quem a ele é submetido de quem ainda não o foi, mas sim separar quem a ele é submetido de quem nunca poderá sê-lo. Assim, o rito institui, oficializa uma diferença entre os indivíduos a quem diz (ou pode dizer) respeito e aqueles a quem não diz respeito. Tratando

de maneiras diferentes grupos diferentes de indivíduos, o rito de instituição (expressão que Bourdieu prefere a «rito de passagem») consagra a diferença, torna de facto uma simples diferença numa distinção legítima, numa instituição: ritos sexualmente diferenciados, como é o mais frequente, legitimam a diferença entre os sexos.

No caso das Festas Nicolinas, foram criadas e sustentadas ao longo de séculos por rapazes que se sabiam destinados a integrarem a elite social local, e possivelmente nacional, todos eles vivendo num meio em que a dominação masculina era naturalizada e inteiramente impensada. A essencial indignidade dos futricas era-lhes notificada fisicamente, com um banho forçado no chafariz. E, até à década de 1980, as festividades remeteram as raparigas, nas Maçãzinhas, exclusivamente para um papel de potenciais seduzidas (que, é certo, podem recusar uma relação, mas nunca podem tomar a sua iniciativa, numa demonstração de maior autonomia). Ainda são vivas as memórias de atitudes que roçavam a violência quando as mulheres começaram a tentar participar no Pinheiro. Será que se tratava realmente de uma posição destinada apenas a reiterar quem pode organizar a festa? Não estarão aqui em jogo outros limites, muito mais fundamentais? É admissível que uma fronteira social possa evoluir. O contexto social modificou-se e os futricas já invadiram a noite do Pinheiro. O mesmo se passou com as mulheres, no âmbito do mesmo movimento. Em contrapartida, a eventualidade de uma participação feminina na Comissão ou a perspetiva de uma recomposição do número das Maçãzinhas, questionando a representação que produz das relações entre os géneros, suscitam objeções veementes ou uma completa incredulidade, parecendo indiciar uma espécie de linha vermelha intransponível. Num universo nicolino cujas fronteiras externas se diluíram, uma Comissão exclusivamente masculina permite a continuidade de uma referência estável, justificada formalmente pela tradição e que, dizendo respeito às diferenças de género, reitera uma alteridade que é um traço organizador fundamental do funcionamento social. Além disso, a Comissão é um assunto de homens, estando em jogo capacidades, atitudes e maneiras de ser masculinas, às quais os jovens devem conformar-se. A intromissão do elemento feminino perturbaria uma tranquilidade fechada sobre si própria, poria em causa certezas instituídas e suscitaria outras, obrigando assim a repensar práticas. A sua simples ocorrência inscrever-se-ia no atual questionamento da masculinidade e dos papéis tradicionais de género, ultrapassando em muito a mera matéria da organização e a vivência das Festas Nicolinas. Tem-se tornado progressivamente mais fácil, e de uma maneira mais marcada nos últimos dois ou três anos, encontrar raparigas que não hesitam em dizer que gostariam de ser membros da Comissão e partilhar as responsabilidades de organização das Festas, manifestando a sua incompreensão face à permanência de uma proibição dissociada da realidade social. Independentemente da variedade de opiniões que é possível tecer sobre este tema (cujo leque é muito amplo entre os nicolinos), e excetuando alguns Velhos que se mostram irredutíveis nas suas posições, a noção de que, mais cedo ou mais tarde, o assunto terá de ser ponderado parece também estar a ganhar terreno.

Muito longe de suspeitar que as suas atividades possam alguma vez suscitar semelhantes considerações, a Comissão só deve preocupar-se com o desempenho efetivo das funções para as quais foi eleita: fazer a festa, precisamente, indiferente ao olhar, por vezes sisudo, das ciências sociais. Para isso, dispor de um local onde se reunir e conviver todos os dias é a primeira dificuldade prática que o grupo deve enfrentar após a eleição. A atribuição de uma sede permanente por parte do município é uma velha reivindicação dos estudantes que, a concretizar-se, representaria um importante e devido reconhecimento institucional. No entanto, aos olhos das sucessivas Comissões, essa questão ainda não encontrou uma solução satisfatória.

A angariação de fundos pode começar pouco tempo depois da eleição e durar o tempo necessário para a obtenção do montante indispensável para o bom desenrolar dos festejos: refeições do grupo, contratação dos lenhadores para o abate do Pinheiro, bem como dos lavradores com as suas juntas de bois, e ainda da banda; pagamento de licenças; aluguer da carroça; compra de material de decoração e de morteiros; impressão dos cartazes e do texto do Pregão... Os peditórios são realizados na cidade e nos arredores, em geral ao fim do dia, por grupos de dois elementos devidamente identificados (de maneira a evitar a repetição de casos, verificados há uns anos, de burlas efetuadas por indivíduos que se fizeram passar por nicolinos). Os jovens visitam tanto casas comerciais como particulares, procurando alcançar o montante estipulado como objetivo, avaliado em função das características socioeconómicas das zonas percorridas.

Ainda na fase de preparação dos festejos, na manhã de 1 de novembro tem lugar o primeiro ato público oficial da Comissão de Festas: a Romagem da Saudade. Partindo da Torre dos Almadas, o grupo efetua uma breve paragem na Capela de São Nicolau e desloca-se a pé até ao cemitério da Atouguia, onde presta homenagem aos nicolinos aí sepultados, e em particular à geração de finais do século XIX, responsável pelo ressurgimento das Festas. À chegada ao cemitério, os rapazes fazem um peditório de flores junto das floristas instaladas perto do portão, sendo esses ramalhetes destinados a campas de nicolinos. Alguns dos rapazes fazem também questão de deixar flores no túmulo de familiares. O desenrolar da romagem pode variar um pouco de ano para ano, nomeadamente no que diz respeito aos acompanhantes do grupo: antigos elementos da Comissão, membros da Irmandade de São Nicolau... Em 2013, por exemplo, a Comissão realizou a romagem acompanhada unicamente pelo Quim (Joaquim Castro Pereira), que prestou uma ajuda preciosa graças à sua relativa familiaridade com o lugar, adquirida em anos anteriores: apesar de a brochura preparada para a ocasião pela AAELG / VN indicar as coordenadas das sepulturas, dispersas por todo o cemitério, a sua localização revelava-se um exercício difícil para a Comissão. É um exemplo da orientação de que o grupo organizador pode hoje beneficiar por parte de pessoas cuja participação nas Festas teria sido considerada inconcebível em tempos antigos. Localizadas as campas dos nicolinos mais ilustres, procede-se à leitura de um breve texto dedicado a cada defunto, em geral uma citação de uma obra nicolina clássica, seguindo o guião fornecido pela brochura.

Nas tardes de alguns sábados de outubro e de novembro, têm lugar as Moinas: ensaios organizados em cortejo, durante o qual é executado repetidamente o toque das Moinas. Como é comum em conjuntos itinerantes de percussões, o Chefe de Bombos está virado para o grupo que dirige com a sua boneca montada num cabo de vassoura, e a sua progressão deve por vezes ser guiada. O número de participantes envergando o traje de trabalho é suficiente para dar um sentido de uniformidade ao conjunto. Com as caixas nas posições laterais e os bombos na parte central, o grupo sai da praça da Mumadona e dirige-se para o chafariz do Largo do Toural, parando pelo caminho nalguma casa particular ou instituição, onde é oferecido um lanche a todos os participantes. As sucessivas Moinas, enquadradas pelos inevitáveis Quim e Manel das Vacas, que se volutariam para controlar o trânsito, percorrem trajetos diferentes e desenham uma densa cartografia conjuntamente com os outros cortejos das festas. Com esta apropriação nicolina do espaço urbano vimaranense, a surpreendente paisagem sonora não deixa de ser notada pelos turistas, novamente intrigados com o espetáculo de nicolinos em ação, os quais muitos transeuntes de todas as idades — alguns deles Velhos Nicolinos ou meros simpatizantes — saúdam ou congratulam enquanto marcam visualmente os ritmos com movimentos cadenciados do braço erguido com o punho fechado.

O número de Moinas, habitualmente três ou quatro, é fixado por cada Comissão e os anúncios da sua realização são amplamente divulgados nas redes sociais. O bom tempo ajudando à festa, uma Moina pode chegar a juntar várias centenas de jovens. Nota-se que os grupos de alunos das diferentes escolas começam por exibir um comportamento algo territorial, em função dos seus habituais grupos de afinidade. No entanto, em particular durante as últimas Moinas, criam-se alguns contactos entre os membros dos diferentes estabelecimentos de ensino. Estes momentos são claramente apreciados pelos participantes — rapazes e raparigas em números mais ou menos iguais —, que encontram neles momentos propícios para as diversas práticas de socialização adolescente fora do enquadramento escolar e familiar. De facto, é fácil observar a circulação de maços de tabaco e de garrafas de bebidas alcoólicas, puras ou em misturas com refrigerantes, entre os estudantes mais velhos. Mais ou menos discreto, este movimento não consegue escapar à atenção dos participantes mais jovens — nem tão-pouco à atenção dos adultos presentes na rua, alguns dos quais são pais dos jovens, o que contribui para alimentar comentários críticos a propósito de um assunto que incomoda muitos Velhos, pelo menos nas suas formas mais excessivas, mas que, ao mesmo tempo, é um elemento indissociável da tradição festiva.

Antes do início das festividades, é essencial que os toques nicolinos sejam ensinados aos participantes neófitos. É essa a função dos ensaios, durante os quais o Chefe e o Subchefe de Bombos se esforçam por inculcar os quatro toques oficiais e um sentido mínimo de sincronia nas mentes das dezenas de jovens tocadores, dos quais poucos são experimentados. São auxiliados nessa tarefa pelos seus colegas da Comissão e por Velhos Nicolinos que participaram nas festividades em anos anteriores e querem matar saudades. A capacidade individual de uma boa execução dos toques é um critério de distinção entre os nicolinos, e a qualidade do trabalho de uma Comissão é avaliada em parte pela competência na direção dos toques coletivos. Quanto aos instrumentos, bombos e caixas, presentes em inúmeras festas portuguesas, em particular na região norte, têm nas Festas Nicolinas uma preeminência emblemática.

AQUI
NASCEU
PORTUGAL

Zabumbas e Pancadas: Configurações e Práticas Percussivas Nicolinas

H. Castro

O uso de instrumentos musicais de percussão é indissociável da paisagem sonora das Festas Nicolinas. Embora não seja possível identificar a sua génese com exatidão, é certo que nas últimas décadas o bombo e a caixa têm sido os dois instrumentos omnipresentes, antes e durante as festas, e através dos quais alunos e ex-alunos das escolas secundárias do concelho de Guimarães praticam os chamados «toques nicolinos». Tanto a caixa como o bombo são instrumentos bimembranofones, constituídos por caixas de ressonância cilíndrica feitas de madeira e cobertas nas extremidades por duas membranas em pele, geralmente percutidas com baquetas. O uso destes dois instrumentos encontra-se bem documentado na literatura etnográfica e está geralmente associado a práticas musicais da região norte do país, fazendo parte do conjunto de instrumentos frequentemente utilizados em diversas bandas, fanfarras, grupos de bombos, de gaiteiros e de zés-pereiras.

Embora a documentação existente não permita aferir da importância e do papel da caixa e do bombo desde as origens das Festas Nicolinas, existem no entanto vários elementos que permitem verificar que os instrumentos de percussão são parte integrante da realização dos festejos. As primeiras referências ao uso de instrumentos musicais remontam aos documentos mais antigos que se conhecem das festividades nicolinas, como é o caso dos pregões escritos no início do século XIX. O primeiro pregão conhecido, datado de 1817 e composto por João Evangelista de Morais Sarmento, contém referências ao «rufo dos tambores» e à ordem de acompanhamento dos toques de tambor durante o cortejo do Pregão. No século XX, o pregão de 1904, escrito por João de Meira e que contém a primeira referência aos festejos a São Nicolau sob a designação de «Festas Nicolinas», termina com referências à música na festa e ao som retumbante:

Rapazes! Nossa música divina
Capaz de estremunhar até Morfeu!
A música da festa Nicolina
Que a terra abala e desconjunta o Céu!
Mais força, se é possível, mais ferina,
Que nada não é bastante este escarcéu!
Façamos tal restolho, tal chinfrim
Que o inferno pareça aqui assim!...
(Pregão a S. Nicolau, 1904 – João de Meira)

No ano seguinte, 1905, o Pregão, de novo assinado por João de Meira, refere a importância do toque como uma forma de fazer perdurar as festas, assim como um apelo à intensidade dos toques:

Enquanto em Guimarães houver um Estudante
Com força para tocar, com alma, num zabumba,
A Festa viverá, altiva e triunfante,
E ninguém poderá acompanhá-la à tumba!
Avante, sócios meus, avante companheiros,
Deixai falar quem fala, é tudo palavrório,
Nicolau não atende a falas de caixeiros,

E atende inda pior paquetes de cartório!
Avante, sócios meus, segui esta receita,
E quando logo enfim o dia terminar,
Nem uma só baqueta há-de ficar direita,
Nem uma pele só fique por estourar!...
(Pregão a S. Nicolau, 1905 – João de Meira)

Mais recentemente, outras referências à expressão sonora das Festas estão presentes em diferentes documentos, tais como os «Avisos ao Público», escritos pela Comissão e distribuídos com o objetivo de apelar aos moradores das ruas por onde passaria o cortejo do Pinheiro que decorassem as suas varandas, ao mesmo tempo que alertavam e preveniam a população para o «barulho tremebundo da típica orquestra que acompanha o cortejo (mais de 100 zabumbas!...)», recomendando que nas vidraças fossem colocadas «as tradicionais tirinhas de papel [...] por reconhecer-se, de harmonia com as experiências feitas ultimamente, que apenas com menos de um quarto do efetivo dos bombos e tambores, um mudo, colocado à distância de 20 quilómetros, gritou apavorado: "MAS QUE É ISTO?!..."» (Aviso ao público, 29-11-1945, Comissão das Festas Nicolinas).

Repertório – Toques e Hinos
O repertório tocado durante as Festas Nicolinas consiste atualmente em quatro toques oficiais, designados de «toques nicolinos» e dois hinos: «Hino de São Nicolau dos Estudantes» e «Cântico a São Nicolau». O primeiro foi composto em 1852 a partir da letra de João de Benavides, ao qual foram acrescentados novos versos em 1945, escritos por Torcato Mendes Simões por ocasião da celebração do 50.º aniversário do Renascimento das Festas Nicolinas, e que tem hoje um papel de destaque em vários momentos oficiais como as Posses, as Maçãzinhas (executado por um grupo de zés-pereiras de Delães) e as Danças (pelo grupo Trovadores do Cano). O segundo hino, de criação mais recente, foi composto no ano 2000 com música do Professor Óscar Machado e letra de Meireles Graça, e é apenas interpretado durante a missa das Solenidades a São Nicolau.

Aos toques correspondem alguns dos papéis de maior significado: a responsabilidade pelo anúncio das Festas Nicolinas e o acompanhamento e suporte sonoro dos números festivos. Embora não seja possível descrever a origem de todos eles, a importância e o papel que os quatro toques oficiais assumem nas festividades são bem claros e recebem uma designação própria conforme os diferentes números festivos: Toque das Moinas, Toque do Pinheiro, Toque das Novenas e Toque do Pregão.

Toque das Moinas (também chamado Toque dos Novos ou Pinheiro Novo): tocado com caixa e bombo, este toque também é designado de Toque dos Novos por ser geralmente utilizado durante as Moinas que se realizam no mês de novembro. Apenas recentemente se tornou um toque oficial das festas, sendo, na opinião de alguns Velhos Nicolinos, uma adaptação do Toque do Pinheiro num registo mais lento e mais fácil de ser executado. Este toque é o primeiro a ser ouvido na cidade durante os cortejos das Moinas, embora não exista nenhuma regulamentação que impeça que outros toques sejam ensaiados. Para além do seu objetivo imediato de visitas a casas particulares, a estabelecimentos de bebidas e restauração ou a instituições que oferecem um lanche aos participantes, as Moinas também são descritas como ensaios de toques, com vista ao aperfeiçoamento da prática e aprendizagem por parte dos novos nicolinos. Segundo

alguns Velhos Nicolinos, as Moinas perderam essa função, dado que, nos últimos anos, apenas o Toque das Moinas é executado durante todo o cortejo. Porém, o número de executantes tem sido crescente, participando sobretudo a camada estudantil atual ou os mais recentes «Velhos Nicolinos». Em 2010, era possível observar uma média de cerca de 40/50 caixas e 6/7 bombos durante as Moinas, tendo aumentado substancialmente nos últimos anos, para cerca de 200 caixas e mais de 50 bombos. Os participantes que tocam durante o cortejo são divididos em três filas: os bombos seguem ao meio, ladeados por duas filas de executantes de caixa. Cabe aos membros da Comissão, para além da organização coreográfica do cortejo, assegurar que o toque é bem executado; para esse efeito, geralmente cinco ou seis membros da Comissão seguem no meio do cortejo, que é liderado pelo Chefe de Bombos, como refere um membro da Comissão de 2011 e 2012:

Por exemplo, nas Moinas, há muita gente que não conhece e que, se vir, até pensa que vem tudo organizadinho: caixas de um lado, bombos ao meio; mas para quem está lá da Comissão, tem de controlar se há alguém que está a tocar muito depressa, ou se estão a afastar-se para o lado, que é para ficar ali tudo direitinho, e isso dá trabalho. Por isso é que não vamos a tocar, porque temos de estar lá a ver e para controlar. (Francisco Guise)

O início do cortejo é dado pelo Sub-Chefe de Bombos, que inicia o toque. O mesmo toque repete-se de cada vez que o cortejo é reiniciado após os lanches. Devido à crescente popularidade do toque, sobretudo entre os atuais estudantes que participam nos ensaios e nas Moinas, também é tocado durante a noite do Pinheiro.

Toque do Pinheiro (também chamado Toque dos Velhos ou do Pinheiro Velho): tocado com caixa e bombo, é o toque usado na noite do Pinheiro. Durante várias décadas, este toque foi reservado aos Velhos Nicolinos para a noite do Pinheiro. Segundo José Luís Xavier, que participou em várias comissões na década de 1940, nesse período os estudantes apenas estavam autorizados a tocar durante o dia, naquela que seria a última Moina antes do início oficial das Festas. Nesse dia, os estudantes saíam em cortejo do Largo da Mumadona ao início da tarde, acabando geralmente por fazerem o percurso até ao local de onde sai o Pinheiro. Posteriormente, as caixas e bombos eram recolhidos e guardados na sede da AAELG (em períodos anteriores, os instrumentos seriam deixados noutros locais, como a casa da Senhora Aninhas), para serem tocados nessa noite pelos Velhos Nicolinos:

Nós íamos para as «obras» [Largo da Mumadona] tocar até ao dia do Pinheiro. Não saíamos dali […] Era isto todos os dias, exceto aos sábados e domingos, e repetia-se até ao dia 29 de novembro, dia do Pinheiro, em que entrávamos a tocar na cidade, com aquelas caixas, seriam uma meia dúzia ou vinte, e entrávamos na cidade ao meio da tarde, andávamos pelo comércio e pelas casas… aquilo é que era tocar na cidade, fazer barulho. Para nós, era uma festa! E tocávamos na cidade até à hora do Pinheiro. Quando chegava a hora, entre as 19h00 e as 19h30, já era noite em novembro, e entregávamos as caixas aos Velhos, aos estudantes velhos. Cada um tinha quase sempre ou um pai, ou um amigo, ou um tio, havia sempre uma ligação qualquer e as caixas eram sempre entregues aos Velhos. Claro que entregávamos sempre a uma pessoa conhecida para depois, no fim, podermos ir buscar. (José Luís Xavier)

Vários nicolinos referem ainda que era muito raro existirem estudantes e Velhos que fossem donos do seu próprio instrumento ou com capacidade financeira para os alugarem. Por conseguinte, a maior parte das caixas e dos bombos era alugada pela Comissão a quem se inscrevesse para tocar, sendo também essa uma das razões apontadas para o reduzido número de executantes, que não ultrapassaria as duas dezenas.

Para além de funcionar como meio de financiamento da própria Comissão, este processo permitia que os instrumentos pudessem ser entregues em boas condições aos Velhos que iriam utilizá-los nessa noite:

A partir das 20h00, os novos estavam proibidos de tocar. Nós não tocávamos, pegar numa caixa para nós era considerado sacrilégio. Nós limitávamo-nos a entrar no Pinheiro, mas participar no Pinheiro, participávamos só nos carros alegóricos. (José Luís Xavier)

De referir também que a paisagem sonora associada ao cortejo do Pinheiro não seria, nessa época, dominada pelos toques de caixa e bombo, mas sim pelo ranger das carroças, puxadas por juntas de bois, que transportavam o Pinheiro e de outros carros alegóricos, havendo registos que referem várias dezenas de juntas de bois que provocavam «grandes chiadeiras»; os tempos mudaram e, atualmente, o cortejo não dispõe de mais de três ou quatro juntas e bois. Releve-se que, durante vários anos, no cortejo do Pinheiro participaram bandas e fanfarras, hoje substituídas exclusivamente pelos executantes de caixa e bombo.

Referindo-se à década de 1970, Luís Guise indica a importância que os novos nicolinos atribuíam à participação na Moina que antecede o Pinheiro, frisando igualmente a exigência de estes saberem tocar para poderem participar, sendo para isso submetidos a provas antes do início da Moina:

[...] porque eu lembro-me no meu tempo de todos os dias haver ensaio na Mumadona e no dia do Pinheiro haver o ensaio geral e haver exame para ver quem sabia tocar ou não. Quem não sabia tocar não tocava, quem não fosse vestido a rigor, com as calças pretas, camisa branca e mitra não podia ir na Moina, principalmente na última, que era no dia do Pinheiro, que agora já não se faz. Essa Moina, para nós, novos, era um espetáculo, porque éramos nós que estávamos a anunciar o início do dia do Pinheiro e as pessoas diziam que era a entrada dos estudantes na cidade [...] E depois havia aquela transição que muitos dos meus colegas ainda faziam: deixavam o bombo para o pai tocar no Pinheiro. (Luís Guise)

Em finais da década de 1970, a comunicação social refere cerca de duas centenas de participantes na ceia do Pinheiro, aos quais viriam a juntar-se mais alguns elementos durante o cortejo. O início da década de 1980 marca, porém, o período em que o número do Pinheiro deixa de ser exclusivo à participação dos Velhos Nicolinos. Como consequência da abertura à participação dos estudantes de todas as escolas secundárias nas Festas Nicolinas, o cortejo do Pinheiro passou a ser progressivamente mais participado, tanto por alunos como por alunas, sendo em inícios da década de 1980 contabilizadas pela comunicação social várias centenas de participantes, um número que foi crescendo ao longo das décadas de 1990 e 2000. Nesse período, é visível que a preocupação dos membros da Comissão se prendia com a participação de novos estudantes como executantes durante o cortejo, tal como é referido pelo Presidente da Comissão de 1982 ao jornal *O Povo de Guimarães*:

Correu tudo bem, dentro da normalidade. A noite do «Pinheiro» teve larga participação e a única coisa a lamentar é os jovens estudantes tocar. Eles têm outros momentos e, por isso, deviam respeitar a noite dos «velhos nicolinos». É, efectivamente, difícil controlar, mas vamos tentar arranjar solução para este problema. (João Luís Mesquita, 1982, *O Povo de Guimarães*)

Atualmente, é possível observar milhares de tocadores de caixas e bombos praticamente por toda a cidade. Desde o início da tarde, grupos de novos e velhos estudantes vão convergindo para o centro da cidade, ensaiando os toques para a noite.

Embora a participação dos novos nicolinos no cortejo do Pinheiro seja encarada pelos Velhos Nicolinos como parte de um processo «natural», por parte da Comissão existe a preocupação de que o cortejo seja liderado pelos grupos de Velhos Nicolinos, ao som do Toque dos Velhos, criando um cordão que segue na dianteira do cortejo. Antes da partida do cortejo, o Chefe de Bombos e o Sub-Chefe de Bombos têm a obrigação de comparecer nos locais do jantar dos Velhos Nicolinos e liderar o seu cortejo até ao local de partida do desfile do Pinheiro e só então se dá início ao cortejo. Embora os membros da Comissão admitam que é uma situação muito difícil de controlar devido ao número de pessoas presentes ao longo do percurso do cortejo, chegando por vezes a desencadear confrontos físicos, uma das maiores preocupações dos Velhos prende-se, no entanto, com a perda da qualidade do toque.

Porque, na altura, nós infiltrávamos mas evitávamos a frente do desfile e o confronto com os Velhos, respeitávamos a hierarquia, sabíamos que os Velhos iam à frente e nós entrávamos pelo meio, procurávamos disfarçar [...] agora não, já se vê pessoal, mesmo estudantes novos que querem ir à frente e aí até eu às vezes chego à beira deles e digo-lhes: «Eh pá, o vosso lugar é lá trás, vocês nem o Toque dos Velhos sabem tocar, somos nós que temos de ir à frente», mas isso agora já é normal. (Luís Guise)

Em geral, mudou um bocadinho, acho que no geral eles tocam assim um bocadinho depressa, mas é esse o grande defeito que vejo [...] Há aí muita malta que é completamente descoordenada e não tem sentido de ritmo absolutamente nenhum e é lamentável, porque às vezes são os que têm as caixas mais desafinadas e fazem mais barulho e descoordenam um grupo que vai até a tocar muito certinho. Eu acho que o grande defeito a apontar é mesmo esse, o excesso de velocidade com que se toca [...] Acho que o toque foi ficando cada vez mais seco e mais rápido, mas também isso é a tal situação do «não os podes vencer, junta-te a eles», até para bem da afinação do cortejo. (Jorge Castelar)

O Pinheiro é um número incontrolável, porque todo e qualquer burro toca numa caixa e vem por aí abaixo. Eu já dei pontapés àquelas caixas tipo dos bombeiros ou de baterias [...] eu vejo um gajo desses leva logo com uma baqueta, vai com o carago. É incontrolável, eu toco bem caixa e gosto de tocar, o toque nicolino é um toque bonito, mas é preciso que vá um grupo que saiba tocar. Se aparece um gajo a desafinar, ou vai ele embora ou eu pego na caixa e vou-me embora para casa, não vale a pena. As Maçãzinhas têm alternado entre anos piores e anos melhores. O Pinheiro é sempre aquela catástrofe desorganizada, porque é impossível organizar dez mil gajos a tocar caixas e bombos, imagino eu. (José Maria Magalhães)

Algumas das consequências decorrentes do aumento do número de executantes na noite do Pinheiro prendem-se não só com a sobreposição de toques, sendo o Toque das Moinas hoje em dia bastante popular e executado durante a noite do Pinheiro, mas também com a dispersão dos locais de toque e a sequente perda de impacto coreográfico do cortejo do Pinheiro. Embora o cortejo siga o mesmo trajeto há vários anos, é possível observar que muitos grupos deixaram de participar nesse número festivo, espalhando-se pelas zonas dos bares do centro histórico. Com a crescente popularidade e mediatização da noite do Pinheiro, o Toque do Pinheiro passou a ser também o mais reconhecido e aquele que geralmente representa as participações de nicolinos em contextos exteriores às Festas.

Toque do Pregão: tocado a caixa e bombo exclusivamente durante o número festivo do Pregão, acompanha o cortejo do pregoeiro. Tal como observado nas Moinas, no início do estudo, o número de executantes rondava uma média de 60 caixas e 7/8 bombos, tendo aumentado significativamente nos últimos anos para cerca de 150/200 caixas e 80/100 bombos. O cortejo é organizado da mesma forma que as Moinas, com duas filas de caixas a ladearem os bombos que seguem no meio, percorrendo várias ruas da cidade e parando em locais específicos para o Pregão ser declamado. Os momentos de toque são iniciados imediatamente a seguir ao fim do Pregão, cujos últimos versos contêm geralmente um apelo ao início do toque. Nalguns anos, foi possível observar algumas variações, sendo o toque executado não apenas em cortejo, mas também a meio da declamação do Pregão: essa situação verificou-se em 2011 e gerou alguma confusão entre os executantes sobre os momentos exatos de toque. Tal como nas Moinas, cabe aos membros da Comissão organizar a coreografia do cortejo e monitorizar a boa execução do toque.

Toque das Novenas (também designado de Toque de Ofício e Cerimónia): tocado com caixa e bombo, consiste num toque cerimonial. Atualmente é utilizado durante as Novenas e as Solenidades a São Nicolau, tendo sido utilizado anteriormente noutros contextos, como visitas ao cemitério, cerimónias fúnebres, missas, entre outros. Realizado de manhã cedo, antes do nascer do sol, para além da sua função de acompanhamento cerimonial, o Toque das Novenas tinha como objetivo acordar a população e chamar os estudantes, o que explica o facto de o cortejo até à Capela de Nossa Senhora da Conceição passar sempre pelas casas de outros estudantes para que se juntassem ao desfile. Segundo a descrição de António Lopes de Carvalho, em 1957:

Manhãzinha cedo, ao dealbar da aurora, um bando de estudantes, enroupados com camisolas e carapuças à lavresca, saem à rua, tonitruando tambores e caixas. *Aqui e ali, junto às casas onde moram colegas académicos, a música da Zé-Preirada irrompe, forte, até que se lhe juntem os dorminhocos, menos lestos em saírem de debaixo da manta.* (Carvalho, 1957)

Segundo Capela Miguel, este número festivo reunia alguns participantes e, à semelhança de outros números das Festas Nicolinas, era exigido aos executantes que soubessem tocar bem para poderem participar:

Quando chegávamos lá em cima tínhamos de tocar antes de entrar na capela, três vezes seguidas, o toque das Novenas afinado; quem não tocasse direito não entrava na igreja, ficava lá fora a ensaiar nas laterais. (Capela Miguel)

As Novenas consistem num número oficial, com data marcada para todos os dias das Festas; porém, atualmente, as Comissões apenas realizam uma ou duas Novenas. Durante alguns anos, este número caiu em desuso, contando com escassa participação, praticamente limitada aos membros da Comissão. Por inerência de funções, durante o resto das Festas, este é o único número oficial em que se pode observar o toque executado pelos membros da Comissão, sendo obrigatório o uso do traje. Por exemplo, no ano de 2011, participaram apenas os membros da Comissão; e em 2012, para além da Comissão, participaram mais oito estudantes, num total de dez caixas e dois bombos. Nesses dois anos, apenas se realizou um dia de Novena. Porém, e à semelhança de outros números, tem-se observado uma crescente adesão de estudantes, contando-se algumas dezenas de participantes em anos mais recentes. Manhã cedo, em frente à Torre dos Almadas, o toque dá início ao cortejo até à Capela de Nossa Senhora da Conceição, em frente da qual o toque é repetido três vezes. No fim da missa, o toque reinicia o cortejo até ao Mercado Municipal e, após a recolha de alimentos, segue em direção à Casa dos Pobres.

O Toque das Novenas é atualmente utilizado noutro contexto, integrando as Solenidades a São Nicolau. Apesar de não ser um número oficial das Festas, conta com a participação dos membros da Comissão, de Velhos Nicolinos e de membros da Irmandade de São Nicolau. A integração do toque durante a missa e o cortejo parece ter existido em dois momentos diferentes. O toque por ocasião da missa terá sido introduzido na primeira missa após a reabertura da capela, tendo sido executado por dois Velhos Nicolinos. Segundo João Neves:

A missa também tem uma história engraçada, porque o toque na missa de São Nicolau, no dia 6 de dezembro ou no domingo mais próximo dessa data, também é extremamente recente, embora possam dizer que já se fazia, mas custa-me a crer. O toque das novenas fora da capela, sim senhora. Mas tocar dentro da igreja na missa de São Nicolau... não me recordo. [...] Sei como foi a primeira vez deste novo andamento, na missa de inauguração da capela, acho eu. Havia uma caixa e um bombo e levantou-se a questão de quem os tocaria e não havia ninguém. Sei que a Irmandade tinha contratado os escuteiros para fazer a procissão, mas para tocar o toque das novenas não havia ninguém. (João Neves)

Atualmente, o toque durante a missa é realizado na varanda do coro e executado na altura da consagração após a sineta. No fim da missa, é reiniciado o Toque das Novenas, que acompanha o cortejo até à Capela de São Nicolau. Em períodos anteriores, o acompanhamento do cortejo estaria a cargo dos escuteiros, uma situação que seria alterada por iniciativa de Velhos Nicolinos que consideraram que não fazia sentido que essa função fosse atribuída aos escuteiros; assim, foram os próprios Velhos que inicialmente se encarregaram de executar o Toque das Novenas, sendo atualmente uma incumbência assumida pelos membros da Comissão.

Usos, Práticas e Transmissão

Um dos aspetos mais reveladores da dinâmica e particularidades do som e das práticas de execução dos toques diz respeito à coreografia e à reconfiguração do uso dos instrumentos, em particular do bombo. Sendo o bombo, tradicionalmente, um instrumento utilizado individualmente e colocado num plano vertical, apoiado contra o abdómen, o seu uso foi sofrendo modificações ao longo dos últimos anos, caracterizando-se hoje pelo facto de ser partilhado por duas ou mais pessoas que tocam as batidas alternadamente e sustentam o instrumento na horizontal. Esta reconfiguração poderá ser explicada por fatores económicos e funcionais. Durante décadas, o uso de caixas e bombos na noite do Pinheiro estava reservado aos Velhos Nicolinos: utilizavam os instrumentos alugados pela Comissão de Festas e que eram utilizados pelos mais novos durante os ensaios e as Moinas, mas na noite do Pinheiro eram devolvidos para os Velhos tocarem durante o cortejo. O processo de aluguer destes instrumentos e o número reduzido de praticantes terão sido fatores determinantes na decisão de partilha do bombo, havendo referências documentais que apontam para uma relação na ordem das 10/15 caixas para 1/2 bombos. Atualmente, o número de executantes na noite do Pinheiro é substancialmente mais vasto, pelo que o fator económico e o convívio será uma das razões para a partilha do bombo, alugado ou comprado por um determinado grupo de pessoas. Os longos percursos dos números das Festas também são outra das razões referidas para a partilha do bombo, que assim se torna mais fácil de transportar e de tocar.

No entanto, existem alguns mitos associados a esta reconfiguração. O uso do bombo na posição horizontal, associado a uma certa impetuosidade na execução, tem, consequentemente, o efeito de provocar danos na

mão à medida que é percutido, sendo frequente ver-se sangue nas peles do instrumento, as quais podem mesmo chegar a rebentar. Sobretudo nos casos dos participantes mais novos, muitas vezes é atribuída uma conotação sexual ao movimento de baquetar, levando à criação de ideias que sugerem que o sangue produzido e o rebentamento das peles estarão associados à perda da virgindade da mulher. Não sendo possível, porém, encontrar qualquer referência a este tipo de interpretação no passado das Festas, parece mais presumível a ideia de que o sangue será apenas uma consequência da reconfiguração da prática coreográfica do toque, que por sua vez terá por base razões sobretudo do foro económico. Este aspeto pode ser reforçado por um crescente número de executantes femininas de bombo nos vários números das Festas.

A aprendizagem e os processos de transmissão dos toques são dois aspetos que, por um lado, mais evidenciam a continuidade das práticas sonoras das festas e, por outro, mais enfatizam a importante relação entre diferentes gerações e respetivas abordagens aos toques. Atualmente, a cidade de Guimarães terá um número ímpar e incomparável de praticantes de caixa e bombo que é transversal a várias gerações de executantes. Em consequência deste aumento — observável, por exemplo, no número do Pinheiro ou durante as Moinas —, um dos aspetos mais salientados por vários Velhos Nicolinos é a tendência para uma progressiva perda de qualidade dos toques. De facto, não é difícil deduzir que a presença de centenas ou milhares de praticantes torna extremamente complicado — e, nalguns casos, impossibilitando por completo — o controlo por parte dos membros da Comissão: por inerência de funções, para além da organização coreográfica do cortejo, devem assegurar a boa execução do toque, seguindo geralmente cinco dos seus membros no meio do cortejo liderado pelo Chefe de Bombos. Refira-se que, durante várias décadas, apenas participavam algumas dezenas de executantes, cuja participação estava condicionada pela boa prática do toque: por vezes podiam ser submetidos a exames de perícia instrumental. Atualmente, para além da perda de rigor nos toques, algumas das consequências do aumento do número de executantes decorrem também da sobreposição de toques — como acontece, por exemplo, com o Toque das Moinas, hoje em dia bastante popular e executado durante a noite do Pinheiro —, assim como da dispersão dos locais de toque e da perda do impacto coreográfico do cortejo.

No entanto, a aprendizagem e a transmissão constituem, sem dúvida, um processo valorizado pelos nicolinos e uma das boas práticas que têm vindo a ser desenvolvidas nos últimos anos. Alguns dos métodos utilizados recentemente — tal como a gravação dos toques em formato digital e o acesso público a eles — facilitam um contacto com os toques. De igual modo, as visitas de nicolinos a escolas do concelho têm como objetivo não apenas o aspeto informativo das Festas, mas também a sensibilização para a questão dos toques. Um exemplo desse esforço é o desenvolvimento progressivo do Pinheirinho, uma atração festiva que demonstra o sucesso desta estratégia.

A obrigação de aprendizagem dos ritmos e das práticas dos diferentes toques é incutida nos membros das Comissões desde os primeiros momentos após a sua eleição e espera-se que correspondam em conformidade durante os ensaios internos apenas abertos aos membros da Comissão.

A Comissão de Festas é responsável pela organização de ensaios frequentes junto da população estudantil da cidade, naqueles que são os primeiros momentos que assinalam a brevidade do início das Festas. Juntamente com as Moinas, estes ensaios moldam os processos de transmissão e de prática dos toques, adquirindo

particular relevância no ensaio geral realizado dias antes do Pinheiro. Os ensaios ocorrem geralmente em dois ou três dias da semana, em horário pós-escolar e sem local certo, embora durante muitos anos se realizassem no Largo da Mumadona e no átrio da Escola Secundária Martins Sarmento, procurando os membros da Comissão organizar esses ensaios em locais próximos das escolas ou dentro dos recintos escolares após a devida autorização oficial. O anúncio dos ensaios é geralmente informal, transmitido verbalmente, sendo certo que o ensaio geral deverá decorrer no Largo da Mumadona no dia anterior ao começo das Festas. A descentralização do local de ensaio também estará ligado à reforma do ensino após o 25 de abril e à integração dos alunos de todas as escolas secundárias nas Festas, procurando as sucessivas Comissões apelar à participação do maior número de alunos, embora o número de alunos presentes nos ensaios regulares seja muito menor do que a vasta multidão que irá participar nos números festivos do programa.

Enquadrada em processos de transmissão, a passagem de instrumentos e da prática dos toques ocorre muitas vezes através de ligações familiares, sendo frequente encontrar estudantes e antigos estudantes cujos familiares lhes incutiram a necessidade do ato de transmissão dos toques ou mesmo dos próprios instrumentos. As caixas e os bombos, cuidadosamente arrumados, passam o ano inteiro à espera da noite de novembro em que Guimarães será sua.

O Pinheiro. História de um Mastro

A. Amaro das Neves

Ao longo das últimas décadas, o Pinheiro assumiu uma tal grandiosidade que faz com que muitos o confundam com as Festas Nicolinas no seu todo. Este é um número que, pela sua espetacularidade, se tem distanciado do seu significado original, em que não era mais do que um anúncio de que os estudantes de Guimarães estariam em festa, replicando um velho costume das festas tradicionais do nosso mundo rural, de erguer à entrada da aldeia um mastro para içar a bandeira, que se manterá desfraldada enquanto a festa durar. Em terras de Guimarães, este costume não era exclusivo do meio rural. Outras festas urbanas, como o São João, faziam-se anunciar na cidade com um pinheiro erguido ao alto.

O pinheiro levantava-se para nele ser içada a bandeira escolástica, um painel de madeira com uma representação de Minerva, a deusa romana da sabedoria e da guerra — curiosamente, não era o patrono da festa, São Nicolau, que ali se representava, o que é revelador do carácter profano de umas festividades cuja dimensão religiosa se resume a pouco mais do que à figura o padroeiro que invoca. Com o transcorrer dos anos, a bandeira foi perdendo importância, acabando mesmo por se lhe perder o rasto em meados da segunda década do século XX. Ganhava protagonismo *o pinheiro maior, o mastro mais gigante / que ao longe e ao largo canta a festa do estudante*.

Até hoje, não se sabe quando é que as festas escolásticas de Guimarães começaram a fazer-se anunciar pelo levantamento de um mastro. A mais antiga menção à sua existência data de 1822. No dia 28 de novembro daquele ano, foi publicada uma ordem do intendente-geral da polícia que proibia o uso de máscaras no dia de São Nicolau. Os estudantes recorreram para o rei da proibição, por via de uma representação (petição) que seria acolhida em 12 de dezembro, através de uma portaria régia que levantou a interdição. A notícia desta decisão foi celebrada em Guimarães no dia 18, tendo os estudantes erguido a sua bandeira no Toural, com acompanhamento de foguetes e repiques de sinos. Naquela noite, a vila iluminou-se, como costumava acontecer nos dias festivos. Recitaram-se versos de regozijo e, à noite, organizou-se uma *encamisada* (folia de mascarados) de estudantes que, dando vivas a D. João VI, percorreu as ruas da vila com grande acompanhamento de povo.

A primeira menção documental ao uso de um pinheiro para servir de mastro da bandeira dos estudantes de Guimarães aparece num registo de 1842 do diário do cónego Pereira Lopes, de que conhecemos as transcrições anotadas por João Lopes de Faria nas suas «Efemérides Vimaranenses». Naquele ano, o levantamento do mastro resultou numa tragédia. «Um pinheiro muito grande», que estava a ser erguido «conforme o costume», tombou, tirando a vida a um aprendiz de alfaiate da rua de Trás-o-Muro (atual Alameda de São Dâmaso).

A entrada do pinheiro nicolino em Guimarães é, desde sempre, uma manifestação tão ruidosa que ninguém lhe poderia ficar indiferente. Desde a origem, fazia-se acompanhar por um concerto de três músicas: os tambores, a banda filarmónica e a chiadeira dos carros de bois, que provocava arrepios. A dimensão do cortejo tinha duas medidas: o tamanho do pinheiro, que se contava aos palmos (o de 1863 atingiu 96 palmos, o de 1881, «cento e tantos» e o de 1899, 115) ou aos metros (o de 1895 media «uma porção de metros», o de 1904 atingia 25 metros, enquanto o de 1911 alcançava 22 metros), ou o número de juntas de bois que o puxavam.

Colhendo informações nos jornais, sabemos que, em 1881, «o pinheiro ou mastro veio da freguesia de Antemil, pela estrada de Braga, puxado a sete juntas de bois, precedido de uma coorte de tambores, ladeado de inúmeros archotes, e acompanhado por uma banda de música, tocando o Hino Escolástico.» Em 1883, o número de juntas subiu para doze. Em 1895, no ressurgimento das festas, já eram 26. Em 1900, o pinheiro foi puxado por «48 juntas de bois, nédios e bem armados.» Em 1904, foram «seiscentas, perdão, sessenta e uma juntas de bois tirando os carros em que vinha o pinheiro!» Em 1906 foram 70 juntas, número que seria batido em 1911, quando 79 (ou, talvez, 80, porque as fontes divergem) juntas de bois se incorporaram no cortejo do Pinheiro. Em 1916, as festas davam sinais de declínio:

«O "pinheiro", mastro anunciador das Festas, veio este ano (o nunca visto!) puxado apenas por uma junta... de vacas, que já não viam feno há mais de três quinze dias! Pobres bichos... Infelizes animais!...»

Em 1918, chegou a anunciar-se o fim das festas: «Morreu o São Nicolau!». Não houve entrada do Pinheiro. No entanto, em 1919, as Nicolinas ressurgiram com vigor, sendo o pinheiro tirado por «numerosas juntas de bois». Em 1925, seriam 53. O Pinheiro de 1927 deve ter ficado na memória: a ele compareceram 71 possantes juntas de bois. Na década de 1960, a majestade do Pinheiro ainda se media pela quantidade de bois que escoltavam o mastro: em 1965, foram «muitas e possantes juntas de bois» que carregaram o mastro nicolino.

Daí para a frente, a grandeza do cortejo do Pinheiro passou a avaliar-se pela quantidade de gente que participa no cortejo, a qual, a partir da década de 1970, com a massificação do ensino, aumentou exponencialmente. E é aí que encontrámos uma das originalidades do cortejo do Pinheiro das Festas Nicolinas: de todos os cortejos que tradicionalmente acontecem em festividades populares, este será um dos raros onde é mais a gente que vai dentro dele, do que a que fica nos passeios a assistir à sua passagem. Com uma tal dimensão, é fácil de perceber que o cortejo fosse fértil em incidentes, embora só haja notícia de duas fatalidades ocasionadas pela sua queda — a do ano de 1842, já referida, e a de 1910, em que o pinheiro voltou a tombar, provocando a morte a um rapaz de 12 anos. A maior parte das vezes, a única vítima do cortejo era o próprio pinheiro que, na dificuldade de percorrer as ruas estreitas de Guimarães, ficava com a coroa partida, problema que se remendava pregando-a ao tronco antes da ereção. A curva mais problemática era a da rua de São Dâmaso, antes de ter sido arrasada para a abertura da Alameda, por onde se tinha de passar para chegar ao Campo da Feira, nos tempos em que o Pinheiro aí era erguido. Ali, onde a rua se estreitava e os vidros das janelas chegavam a partir, por não resistirem à vibração provocada pelo ribombar de caixas e bombos, várias vezes o pinheiro perdeu a coroa.

**

De todos os números das Festas Nicolinas, a entrada do Pinheiro é aquele cujo significado mais se alterou ao longo do tempo. A partir do ressurgimento de 1895, deixou de ser, em definitivo, apenas o ato de levantamento do mastro anunciador das festas, passando a funcionar como um ritual de transmissão dos Velhos aos novos, que antigamente se designavam por e*studantes aposentado*s e *estudantes no ativo*.

Antes do final do século XIX, não havia tal distinção entre estudantes *no ativo* e *aposentados*. Segundo o Estatuto Escolástico de 1837, nas festividades a São Nicolau podiam participar todos quantos frequentassem aulas, públicas ou privadas, bem como os que, sendo de Guimarães, frequentassem ou tivessem frequentado a

universidade, além de todos os membros do clero. Perderiam esse direito os que se casassem ou começassem a exercer cargos públicos ou a trabalhar em ofícios mecânicos.

À medida que se caminhava para o final do século XIX, seria visível que as festas a São Nicolau iam sendo progressivamente assumidas por estudantes no «ativo», ou seja, por aqueles que estavam a frequentar aulas em Guimarães. Os antigos estudantes limitavam-se ao papel de espectadores das festas, transformadas em momentos de evocação e de saudade do tempo da juventude.

Era assim em 1895, aquando do ressurgimento das Festas. Escreveu-se então, no jornal *O Comércio de Guimarães*, a propósito da entrada do Pinheiro daquele ano:

«Atrás do "pinheiro", vinha uma banda de música, tocando o antigo Hino Escolástico, hino que os velhos ouviam com vivíssima saudade e não poucos com arroubos de se lançarem nos braços da mocidade estudiosa, zombando por alguns momentos da idade que lhes vai apontando diariamente o seu ocaso.»

Vai no mesmo sentido o que se escreveu no *Vimaranense* de 1899, também a propósito do Pinheiro:

«A alguns "velhos" ouvi de comoção dizerem com lágrimas de enternecimento na voz que a alegria dos rapazes os entusiasmava e eletrizava fazendo-os perder a cabeça, e que a custo se continham, para não lançarem mão de um zabumba e saltarem para o meio deles a fundir a sua "velhice" ao fogo entusiasta da sua alegria e juventude.»

Em 1912, a organização das Festas foi assumida pelos estudantes aposentados. Tratou-se, todavia, de uma situação isolada, explicada pela politização da discussão à volta das festas dos estudantes, que estava na ordem do dia na sequência das convulsões sociais que se seguiram à implantação da República. Mas logo se voltaria à antiga ordem: as Nicolinas eram festas dos estudantes *novos*, a que os *velhos* assistiam com nostalgia e uma mal disfarçada vontade de nelas participarem, como se percebe pelo que se escreveu no jornal *Gil Vicente* em 1923:

«A entrada esteve boa. Muita zabumbada, muito gado, carro alegórico, etc., etc. Até os «velhotes» foram lá meter o «bedelho»! Assim é que é. Muita harmonia, muita paz e sossego entre novos e velhos, para que a festa realce como os seus promotores tanto desejam.»

Aqueles eram tempos em que a decadência das festas era visível, tendo-se acentuado no final da década de 1920, com a retirada a Guimarães do 6.º e do 7.º anos do Liceu. Em dezembro de 1928, *O Comércio de Guimarães* dava voz a um caminho possível para a revitalização das Festas:

«As Festas Nicolina, que estavam na alma do povo, que para as ruas sai em massa, para ver a chegada do "seu pinheiro" desta forma perde o seu cunho de popularidade.
Mesmo é preciso, para que as mesmas não morram, modificar um pouco as diversões a fazer-se.»

Em 1936, assinalou-se o centenário do Estatuto Escolástico. Nesse ano, não faltaram ao Pinheiro o entusiasmo dos «novos» e o auxílio e o calor dos «velhos».

Em 1945, a propósito das bodas de ouro do ressurgimento das Festas Nicolinas, foi dado mais um passo no sentido da apropriação do Pinheiro pelos velhos nicolinos. Foi constituída uma comissão de antigos estudantes, encabeçada por José de Pina, que se propôs auxiliar a academia para dar maior brilho às festas daquele ano. E no cortejo do Pinheiro de 1945, lá estiveram os antigos estudantes, massacrando as peles dos tambores em romagem de saudade pela juventude que já ia longe.

As Festas de 1953 marcam o momento em que este processo se acelerou. Naquele ano, os principais números das Festas foram «cedidos» aos estudantes velhos. Iniciava-se uma tradição que ainda hoje persiste. Conta *O Comércio de Guimarães* que, no final de um jantar de velhos estudantes no Restaurante Jordão, por proposta do senhor António Faria Martins, se cantou o Hino Escolástico, rufaram os tambores, antes de todos se dirigirem para o Cano, onde fizeram a espera ao *gigante* (o pinheiro), que deu entrada na cidade às 24 horas. Em 1953, os velhos estudantes encabeçaram o cortejo do Pinheiro.

Nos anos que se seguiram, os antigos estudantes foram reforçando o seu papel nas Festas Nicolinas, em especial na entrada do Pinheiro. Ao longo da década de 1960, prosseguiu a apropriação do Pinheiro, num processo que envolveu o progressivo afastamento dos novos e que um conhecido cronista da imprensa local (Pedro de Vimaranes, aliás Hélder Rocha) deixou registado em 1965, quando escreveu, na sua crónica no *Notícias de Guimarães*:

«O Pinheiro afastou-se do que lhe é tradicional. Os novos receiam incorporar-se nele, pois os velhos açambarcam-no. Antigamente (este antigamente não tem muitos anos) os velhos só zabumbavam depois de o mastro-altaneiro chegar ao Campo da Feira.»

No início da década de 1970, a entrada do Pinheiro já era território sagrado dos velhos nicolinos. Só eles podiam tocar durante o cortejo. Até que o mastro estivesse ao alto, os novos não passavam de simples espectadores. Depois do pinheiro erguido, caixas e bombos passavam para as mãos dos estudantes no ativo. Só então começava a festa dos novos. Esta prática, afinal tão recente, era então apresentada como uma antiga tradição, que alguns interpretavam como sendo inspirada em ritos de passagem supostamente ancestrais.

Há quem dê uma explicação de natureza política para a passagem do Pinheiro para a alçada dos Velhos. Segundo essa explicação, numa manifestação de resistência a uma suposta proibição em tempo de ditadura, os antigos estudantes teriam desafiado as autoridades, saindo à rua com o propósito de assegurarem a continuidade da tradição das Festas Nicolinas. Porém, nada encontrámos que possa confirmar essa alegada interdição, até porque estas festas, sendo transversais a todos os estudantes de Guimarães, independentemente de ideologias, de credos ou mesmo de origens sociais, eram acarinhadas e participadas por personalidades com inegável influência social e política, mesmo em tempo de ditadura. Ao que se percebe, a apropriação pelos estudantes veteranos de certos números das Festas (o Pinheiro e, mais tarde, as Danças de São Nicolau) terá ficado a dever-se, acima de tudo, à perceção das dificuldades dos jovens estudantes no ativo para manterem viva a velha chama das festas dos estudantes de Guimarães a São Nicolau. Eis aqui um bom exemplo da plasticidade destas tradições que, para se manterem, ano após ano, se vão moldando e adaptando ao sentido dos tempos.

Com a massificação do ensino, que se começa a projetar a partir da reforma de Veiga Simão, ainda nos tempos do marcelismo, as Festas Nicolinas entraram numa fase de profunda renovação. É certo que houve que vencer entraves levantados por ideias profundamente arreigadas que muitos defendiam com veemência. Porém, com a abertura de novas escolas e com a instituição do ensino unificado, que terminou com a distinção entre ensino liceal e ensino técnico, o universo dos participantes das Festas alargou-se. E, de entre todos os números do programa das Nicolinas, foi no cortejo da entrada do Pinheiro que melhor se percebeu esta transformação.

Faltava dar o passo seguinte: a entrada das estudantes nas Festas. O processo não foi simples, nem totalmente pacífico, porque as resistências eram enormes, por vezes raiando a violência física. Levou o seu tempo, mas, no final, aconteceu o que paulatinamente se foi assumindo como uma inevitabilidade. As Festas Nicolinas passaram a ser de todas e de todos os estudantes de Guimarães. A reportagem do jornal *O Povo de Guimarães* sobre a entrada do Pinheiro no ano de 1985 anunciava em subtítulo «Institualizadas [sic] as Nicolinas unissexo»

«Com carapuças encarnadas ou gorros de quaisquer cores, novos, novas e veteranos, animavam uma noitada que a chuva, ao cair intensamente, não conseguia esmorecer. Necessariamente, o cortejo esteve, como de costume, tão desorganizado quanto possível, mas a quantidade de participantes e a animação de todos criaram-lhe um calor humano que o fez emergir acima do vulgar. Lá vinham, na frente, grupos compactos de velhos, seguidos das caixas e dos bombos, mas numa quantidade que se multiplicava pelas centenas. O troar dos zabumbas, a gritaria, os vivas e os acenos de simpatia eram, sem dúvida, enquadramento que emocionava. De seguida o Carro da Minerva e depois, como sempre, os cartazes e os carros com dísticos, com suas graças ou apontando "desgraças", antecediam o "Pinheiro", mastro altaneiro todo engalanado, que era puxado por mais de uma dezena de juntas de bois. Finalmente, um conjunto musical tocava o Hino Nicolino, mais ou menos ao ritmo do "rock", o que provocava a dançarada e o saltitar de uma centena ou mais de jovens de ambos os sexos, os quais, todos a gritar, acabavam por institualizar, desta vez para sempre, o unissexo nas Festas Nicolinas.»

O Pinheiro no Presente

J-Y. Durand

Cedo na manhã do dia 29 de novembro, a Comissão desloca-se à Quinta de Aldão, nas imediações da cidade. A quinta é propriedade da família Martins de Aldão, a qual, por desejo de contribuir para a causa nicolina e dar continuidade a uma longa tradição familiar, oferece desde há muitos anos um grande pinheiro à Comissão. Após o abate, o tronco, ornamentado com o seu penacho terminal e dois grandes ramos verdes de sobreiro, é levado para o Cano, perto do Castelo, onde fica à espera de ser decorado pela Comissão. A força da atração que a árvore abatida exerce sobre a população vimaranense é por de mais patente: perante a sua presença imponente, inúmeros carros abrandam ou param; grupos de estudantes aproveitam um intervalo das aulas para uma olhada rápida; muitos curiosos deslocam-se de propósito do centro da cidade para avaliarem a sua altura e tirar fotografias e *selfies* que enviam de imediato para amigos e familiares e para as redes sociais, em particular para quem não poderá participar nos festejos noturnos. «Claro que vim de propósito! Venho todos os anos tirar uma fotografia para enviar aos amigos!», diz um condutor, de telemóvel em punho. Abundam as comparações com a árvore do ano anterior e comentários apreciativos: «É grande o gajo, caralho!», «Desta vez não é torto!»

Após o abate matinal do pinheiro, os membros da Comissão participam no Cortejo do Retábulo de São Nicolau, uma criação recente cujo nome é mais conhecido como «Pinheirinho». Acompanhados por autoridades municipais, por representantes das instituições nicolinas e sobretudo por centenas de alunos dos infantários da cidade, muitos deles em traje de trabalho ou pelo menos de gorro nicolino posto e equipados com caixas adequadas ao seu tamanho, os membros da Comissão levam um pequeno retábulo da Capela de São Nicolau até à Torre dos Almadas, onde a peça permanecerá por toda a duração das Festas. O retábulo, também conhecido como «a casinha de São Nicolau», foi doado pelo Velho Nicolino Ferraz de Moura e está decorado com representações em estilo *naïf* do Pinheiro e das Maçãzinhas da autoria de outro Velho Nicolino, Fernando Capela Miguel, sendo a imagem do santo padroeiro oferecida por outro antigo Nicolino, José Maria Magalhães. Esta nova tradição originou-se a partir de uma iniciativa discreta de educadoras do Lar de Santa Estefânia no início deste novo século. Segundo conta João Neves:

a educadora contactou-me porque sabia que era nicolino e pediu-me para irmos lá fazer uma festinha com os meninos. Eu falei com o Xico e fomos lá os dois, e aquilo foi a semente. No primeiro ano, foi a turma do meu filho e mais uma ou outra ao lado; no ano seguinte, foi o infantário todo, e a partir daí foi com os infantários todos que souberam e que mandaram cartas, algumas até a protestar e tal […] Eu ia com o bombo, o Xico mandava umas bocas, dizia umas coisas, estava lá o meu sobrinho, a mulher do Xico, por aí fora… e lá fizemos uma demonstração. No segundo ano, já foi no ginásio, com aquilo cheio e os meninos todos arranjadinhos. […] Nos anos seguintes, pegaram na Comissão e distribuíram os membros, vinham para aqui para a Oliveira e tal… e foi então que o Capela inventou a história de ir à capelinha, com o retábulo […] Para a comissão, deve parecer que já tem não sei quantos anos e que isto já se faz há muito tempo, porque, como eles vão entrando todos os anos, fazem os que lá estavam antes faziam e pensam assim, já nem sabem quando começou e pensam que já vem de há muito.

O Pinheirinho tem ganho uma popularidade notável e agrupa atualmente uma multidão de pequenos alunos que, por esta ocasião, recebem a sua primeira preleção nicolina. As opiniões são unânimes ao considerarem que se trata de uma iniciativa «bonita», sem dúvida sobretudo por causa da participação infantil, mesmo se algumas vozes receiam que esta atividade, que nem sequer é um número oficial das festividades, possa contribuir para adensar ainda mais o protagonismo impressionante que o número festivo do Pinheiro tem adquirido em tempos recentes. Visivelmente felicíssimos com a possibilidade de participar, um grupo de jovens da CERCIGUI, Cooperativa de Educação e Reabilitação de Cidadãos Inadaptados do Concelho de Guimarães, toca na praça da Oliveira quando a multidão se dispersa e a confusão se torna menor, sob a orientação do nicolino José Maia, sempre atento às preocupações sociais apregoadas pelo espírito nicolino. Embora ainda não faça parte do programa oficial, esta atividade é um exemplo claro da capacidade de inovação das Festas e uma ilustração do interesse que suscitam na generalidade da população da cidade.

Ao longo da tarde, vai sendo preparado aquele que é o evento, atualmente, mais visível das Festas Nicolinas e o único número festivo com alguma projeção mediática fora do concelho, ao ponto de ser referido como representando a totalidade das Festas, o que enfurece sobremaneira os nicolinos. Enquanto alguns grupos ainda percorrem as ruas onde o trânsito foi interrompido para irem ver a árvore que a Comissão já decorou com festões e pequenas lâmpadas, outros, equipados com caixas e bombos que fazem rufar de tempos a tempos, começam a dirigir-se para os restaurantes onde marcaram as suas reservas com semanas ou mesmo meses de antecedência. Todos os estabelecimentos estão completamente lotados, inclusive nos arredores da cidade: nesta noite de Ceias Nicolinas, um forasteiro desprevenido não teria qualquer hipótese de encontrar onde jantar em Guimarães e partilhar a refeição tradicional com os habitantes e os seus amigos. Por vezes descrita como devendo simplesmente ser composta por papas de sarrabulho e rojões, fazendo objeto de debates entre puristas quanto ao que deve ser a sua composição «tradicional», a ementa oferta pelos restaurantes apresenta hoje algumas variações, elaboradas a partir de clássicos da gastronomia regional: caldo verde, papas de sarrabulho, rojões de porco, batatas, tripas com grelos e castanhas assadas, arroz de pica-no-chão, leite-creme, arroz-doce, tudo regado com abundante vinho verde.

Centenas de grupos juntam-se nos diversos restaurantes, casas de pasto, tascas e tasquinhas, reunindo amigos que poderão ter vindo de muito longe e que todos os anos fazem questão de partilhar, com outros Velhos Nicolinos da mesma geração, uma noite de evocação de tempos passados e desfilarem juntos pelas ruas da cidade onde estudaram.

As Ceias

A. Amaro das Neves

Apesar de encontrarmos, no passado, exemplos esparsos de velhos estudantes que se reúnem à mesa para conviverem, evocando tempos passados nos bancos da escola e nos festejos a São Nicolau, a tradição das Ceias Nicolinas na noite da entrada do Pinheiro, 29 de novembro, é muito recente, se tivermos em conta a antiguidade das Festas.

Temos de recuar até início do século XX para vermos os Velhos a festejarem, pela primeira vez, com *uma esplêndida ceia*. Foi na noite das Posses do ano de 1902. Segundo o relato do jornal *Independente*, no final da ceia, os convivas dirigiram-se à casa de Álvaro Costa Guimarães, que lhes ofereceu um «delicado copo... de vinhos de primeiríssima ordem que os *velhotes do diabo* saborearam até perto das 3 e meia horas da madrugada.»

O beberete oferecido por Álvaro Costa remete para posses particulares que aconteciam nos primeiros anos do século XX, em que um grupo de velhos estudantes se reunia, depois do jantar, na casa de um deles, revivendo os seus antigos tempos de estudantes, enquanto aguardavam que os académicos no ativo lá fossem reclamar a posse que lhes estava destinada.

Foi com uma ceia que encerrou o programa com que os Velhos assinalaram as bodas de prata do ressurgimento das Festas Nicolinas. O repasto, descrito como uma *modesta ceia*, foi presidido por Jerónimo Sampaio e servido no Hotel do Toural na noite de 8 de dezembro de 1920. Segundo o relato do jornal *Gil Vicente*, a ceia «correu animadíssima, no meio da alegria mais franca, da jovialidade mais ingénua, em que todos tagarelavam como crianças, recordando peripécias de rapaz a que agora se acha um gosto especial em repetir e ouvir.»

A primeira grande ceia de confraternização nicolina na noite do cortejo do Pinheiro aconteceu no cinquentenário do ressurgimento de 1895. Foi marcada para as 21 horas do dia 29 de novembro de 1945. As inscrições foram abertas, com antecedência, em vários estabelecimentos comerciais da cidade. Na sua edição do dia 25, o *Notícias de Guimarães* anunciava:

«Para a Ceia de Confraternização Nicolina, a realizar na quinta-feira próxima, dia 29, encontram-se inscritos muitos estudantes velhos — muitas dezenas deles — desta cidade e redondezas e de fora. Todos esses velhos, com indumentária própria, se incorporarão no "Pinheiro", apresentando um carro alegórico sugestivo.»

Segundo o mesmo jornal, a confraternização de 1945 contou com a participação de cerca de «duzentos velhos de várias gerações, pertencentes às mais diversas categorias sociais e vindos, muitos deles, de longas paragens.» A refeição foi servida pela Pensão Império, no amplo refeitório do Internato Municipal, e fixou a ementa, substancial e abundante, das ceias nicolinas: papas de sarrabulho, rojões e bucho de porco com grelos e, à sobremesa, aletria e figos. Foi presidida por José Luís de Pina, que tinha a seu lado Jerónimo Sampaio. Prolongou-se por cerca de três horas e contou com uma convidada surpresa, a Senhora Aninhas. No final dos discursos e da leitura de mensagens de velhos estudantes que não puderam estar presentes, cantou-se o Hino Escolástico. Em seguida, os convivas integraram-se no cortejo do Pinheiro.

Desse ano de 1945 também temos notícia da *ceia dos novos,* servida na Pensão Modelar, no dia 4 de dezembro, depois do Magusto e antes de os estudantes prosseguirem com a recolha das últimas Posses e as «demais *proezas* nicolinas», isto é, as Roubalheiras.

Em 1947, por altura das Festas Gualterianas, abriu portas o Restaurante Jordão, que ficaria ligado às Ceias Nicolinas até ao seu encerramento, na última década do século XX. Pertencia à Empresa do Teatro Jordão, que entregou a sua gerência a Paulino Ferreira Leite. Foi lá que se realizou a Ceia Dançante que substituiu as Danças de São Nicolau, encerrando as Festas Nicolinas daquele ano.

A confraternização anual dos Velhos Nicolinos começou a alinhavar-se a partir de 1950, ainda sem o formato nem a constância que lhe dariam o reconhecimento como tradição. Nos anos de 1950 e 1951, aconteceu no dia 1 de dezembro, com um almoço no Restaurante Jordão. Em 1953, os Velhos Nicolinos apropriaram-se dos principais números das Festas, que então davam mostras de declínio, e, aproveitando a circunstância de o dia calhar a um domingo, reuniram-se para jantar na noite de 29 de novembro, antecedendo a entrada do Pinheiro, em que iriam tomar parte.

No dia 11 de novembro de 1956, o *Notícias de Guimarães* publicou uma carta de um Velho Nicolino que sugeria que, naquele ano, se organizasse um programa de festas próprio para os antigos estudantes, que incluísse um jantar de confraternização. Porém, seria necessário chegar ao ano de 1958 para se fixar o início da tradição de solenizar a noite do Pinheiro com um jantar de Velhos Nicolinos.

No ano seguinte, o último em que o Liceu de Guimarães ainda funcionou no antigo Convento de Santa Clara, um grupo de antigos alunos organizou uma confraternização, marcada para o dia 29 de novembro, em que se prestaria «homenagem a todos quantos passaram pelos bancos do velho Liceu», alunos e professores, e que incluiria um jantar no Restaurante Jordão. Segundo os jornais, ao jantar de 1959 compareceram «para cima de 300 antigos alunos do Liceu, homens de todas as idades e de todas as posições, das mais modestas às mais elevadas, assim como algumas dezenas de senhoras, também antigas alunas, diversos mestres, alguns deles já aposentados.» Durante a refeição, foram distribuídas pelos participantes colheres de pau e exemplares de uma brochura alusiva ao evento, com poesias de Delfim de Guimarães, de A. Garibáldi e de Júlio Soares Leite, além da ementa do repasto. Foi durante este jantar que se leu uma carta de António Faria Martins, ausente por motivo de doença, em que sugeria a criação de uma associação dos antigos alunos do Liceu de Guimarães.

Em 1960, a reunião dos estudantes aposentados na noite do Pinheiro já é apresentada como a Ceia Anual de Confraternização dos Velhos Nicolinos. Naquele ano, durante o repasto, tratou-se de assuntos relacionados com a Associação dos Antigos Estudantes do Liceu de Guimarães (AAELG), então em organização, que já contava com algumas centenas de inscritos. Daí para a frente, a Ceia dos Velhos passaria a ser antecedida por uma reunião da assembleia geral da AAELG.

Por aquela altura, já a Ceia dos Velhos era uma tradição consolidada no quadro das Festas Nicolinas. O nicolino João Mota Prego classificou-a como uma espécie de Páscoa, que anunciava a ressurreição da mocidade de velhos estudantes de diferentes gerações. Aconteceu, ano após ano, no Restaurante Jordão, que se vestia a

preceito para acolher aquela romagem de saudade e cumprir o programa, tal como consta no convite para a edição de 1969:
«Comer e beber bem; evocação nicolina; Pregão dos "Velhos"; imposição do barrete nicolino; ensaio geral de caixas e bombos e avanço, na direção do Cano, em conjunto e ribombando.»

Com o andar dos tempos e com a massificação do ensino, a multiplicação de tertúlias nicolinas, umas mais formais do que outras, também se multiplicaram as ceias nicolinas, umas de Velhos, outras de novos, fazendo do jantar de 29 de novembro de cada ano aquele em que os restaurantes e as tascas de Guimarães têm a sua agenda mais preenchida.

A Entrada do Pinheiro

J-Y. Durand

Certas Ceias Nicolinas são, na realidade, compostas pelos membros de uma tertúlia. Outras, mais informais, só se reúnem uma vez por ano, o que não as impede de serem bastante conhecidas, sempre associadas a um restaurante favorito. A ceia com o maior número de comensais é o Jantar do Pinheiro, ocasionalmente designado como Ceia da Memória, da Tradição e da Amizade, reunindo cerca de duzentos membros da AAELG — um número que tem obrigado a recorrer a locais espaçosos. Em 2012, o facto de a Ceia ter sido organizada no refeitório da Escola Francisco de Holanda não foi do agrado do diretor da Escola Secundária Martins Sarmento, o antigo Liceu, numa clara indicação de que, mesmo após trinta anos decorridos, a legitimidade da participação de todas as escolas ainda não gozava de unanimidade. No fim da refeição, o Chefe de Bombos e o Subchefe de Bombos acompanham os Velhos Nicolinos, tocando até ao início do cortejo do Pinheiro, que ocorre entre as onze e a meia-noite. A dianteira do cortejo é liderada pela AAELG com o Chefe de Bombos. Segue-se o carro de Minerva, uma figura da sabedoria, corporizada há vários anos pelo omnipresente Quim, que não é conhecido por ter sido um estudante notável, e imediatamente atrás os carros adornados com «piadas» e quadras satíricas aludindo a acontecimentos locais ou nacionais recentes ou reiterando velhas reivindicações: uma sede para a Comissão, bilhetes para as Danças... O pinheiro segue à frente de um grupo compacto de capas negras, empenhado em evidenciar força e determinação: a ACFN acompanhada pelo Subchefe de Bombos. Grupos de estudantes e de outros participantes vão-se formando e recompondo num fluxo muito desordenado. Todos os carros são puxados por juntas de bois, que no passado chegaram a ascender a várias dezenas mas cujo número tem decaído no sentido inverso da crescente participação humana — com mulheres e homens participando atualmente em proporção igual naquele que foi durante muito tempo um número programático exclusivamente masculino. No entanto, esta evolução ainda se reveste de alguma controvérsia no âmbito do universo nicolino. Segundo Luís Guise,

isso mudou nos inícios dos anos oitenta. Até essa altura, até o pinheiro ser erguido, a festa era dos velhos. Após o pinheiro ser erguido, a festa começa para os novos. Era o início das Festas e a passagem para os novos. O cortejo do Pinheiro era qualquer coisa de espetacular e para nós, enquanto novos, estar de fora daquela festa era um bocado revoltante, porque a gente queria era estar lá. E eu e mais alguns fomos dos primeiros a dar início a essa infiltração, éramos os infiltrados e isso era problemático. Porque quem fosse infiltrado nas festas – não era só no pinheiro – teria alguns castigos. Quem fizesse parte do desfile do Pinheiro e não tivesse esse direito, e não eram só os estudantes novos mas os futricas também e os caixeiros, se fosse apanhado ia ao chafariz. No meu tempo, já não era o chafariz, mas andavam de navalha na mão e, se estivéssemos a tocar sem ser dos Velhos, aí rasgavam-nos as peles. Claro que a evolução do tempo não permitiu mais isso e, se se fizesse isso agora, era um bocado arriscado. Mas é por essa altura que os estudantes novos se começam a infiltrar no Pinheiro e que depois deixou de ser uma coisa controlável e é aí que se vê o grande boom *das festas, porque temos os estudantes de todos os anos, mais os Velhos e são muitos, cada vez é maior... e também há mais estudantes desde essa altura no ensino secundário, por isso vai sempre crescendo o número de estudantes velhos e novos, e é também dessa altura que começam a surgir as mulheres nas Festas, que são as infiltradas. E há muito mais contestação pela entrada das mulheres no cortejo do que pelos estudantes novos.*

Sobre a participação feminina no Pinheiro, as declarações de André Coelho Lima poderão ilustrar uma opinião amplamente partilhada:

A própria festa sem elas, nomeadamente o Pinheiro, hoje teria menos fulgor, mas a verdade é que desvirtuou um pouco o significado, aquilo que representam as festas dedicadas a elas.

Jorge Castelar refere o seguinte, a propósito da presença dos novos:

Eu sou filho de velhos nicolinos, portanto estive proibido pelo meu pai de fazer fosse o que fosse até ao 12.º ano, nunca fui a um Pinheiro antes disso sequer. Ia ver, mas nunca toquei ou participei. […] Agora, eu já vivia de perto as Festas e no coração por causa das memórias do meu pai e do meu tio, sobretudo. […] Os motivos da proibição foram, julgo eu, a ideia da tradição, de que, tal como no tempo deles – e no meu tempo ainda estava em vigor, mas agora mais difícil de controlar –, os mais novos podiam participar nas festas mas não integrar os números, nomeadamente o Pinheiro. Ai de mim se... até porque o meu pai sempre me disse: «o Pinheiro é a noite dos Velhos, é para os velhos estudantes. Aquilo não é uma noite para os novos, é a nossa noite e os novos não têm nada de ir e esquecem-se dos números deles e só querem uma desculpa para sair à noite.» Portanto, a proibição prendia-se apenas com isso, pela tradição. Aliás, eu vinha assistir com ele quase todos os anos, eu tinha um grupo de amigos e tal e ficávamos. A partir de certa idade, ele também nunca foi muito participativo, vinha assistir e tal e eu vinha com ele... e até com a minha mãe que não é de cá mas cedo se habituou a gostar das Festas. Portanto, a noite do Pinheiro era isso, meramente assistir... […] Como a maior parte deles [os Velhos] entrou no espírito do «se não os podes vencer, junta-te a eles.» Ele continua a achar – e eu também e acho que a maior parte do pessoas – que às tantas fazia mais sentido que aquela noite fosse mais... pelo menos dos finalistas para cima. Acho que é uma noite um bocado pesada e violenta, não no sentido da violência física... Antigamente, pelo que eles contam, era uma noite de às vezes uns ajustes de contas... ainda apanhei algumas situações complicadas no meu tempo e, volta e meia, ainda há uma escaramuça, o que é normal porque estamos a falar de milhares de pessoas com os copos, ainda por cima com armas na mão – porque, no fundo, uma baqueta é como um taco de basebol – e muito bem corre a coisa por não haver grandes disparates, mas claro que acontece uma coisa ou outra. Mas eu acho que isso se prende um bocado com essa ideia de que é uma noite um bocado agressiva para deixar miúdos tão novos andar aí sem controlo. Eu penso que é um bocado isso, mas convive bem com isso e até o facto de hoje as meninas tocarem, também já lhe passou... Pronto, eles lamentam e tal, às vezes em conversa, aquela coisa típica do «no meu tempo é que era giro e isto agora está tudo um bocado abandalhado», que é aquela sensação que de geração para geração fica sempre. A gente tende a guardar as melhores memórias e a esquecer as piores, e às tantas também havia muita coisa errada no meu tempo, mas eu também só me lembro de como foi giro e que fui dos melhores chefes de bombos de todos os tempos, como é óbvio...

São, de facto, milhares de pessoas que tentam acompanhar o Pinheiro, muitas delas vestidas com o traje de trabalho e tentando tocar o toque oficial da noite, aproximando-se por vezes do toque das Moinas, que se ouve por instantes sobreposto ao ritmo oficial da noite. A multiplicidade de grupos de tocadores é tal que, com a exceção da proximidade da AAELG e da ACFN, qualquer esperança de sincronia é ilusória, tanto mais que no seio da multidão não faltam chefes de bombos improvisados que trouxeram a sua própria «boneca» para dirigir o seu grupo, reforçando assim a confusão, que torna a progressão dos carros muito lenta, apesar dos esforços constantes dos membros da Comissão, que tentam abrir caminho aos Velhos Nicolinos da AAELG. A tarefa é tão hercúlea que, paradoxalmente, devem ser os únicos nicolinos que não tocam nessa noite.

O rufar ensurdecedor e a pulsação constante dos bombos retumbam com uma eficácia imparável, envolvendo por completo os presentes, cujos corpos vibram, literalmente, em uníssono. Naquilo que os teóricos da musicologia designam por «*performance* participativa», a atenção principal dos participantes encontra-se focada na atividade em si, nos movimentos e nos outros participantes, mais do que no próprio resultado da execução (Turino 2008: 28). Isto contradiz a importância que os nicolinos atribuem à perfeição da execução do toque, que na noite do Pinheiro se revela inteiramente inatingível. Em contrapartida, o sentimento de total envolvimento coletivo é inevitável, mesmo por parte de quem não está a tocar. Como diz Thomas Turino (2008: 29), esta concentração particular sobre o coletivo explica o facto de a música participativa veicular a força sugestiva de um sentimento de ligação social. Poderá residir aqui a explicação da atração crescente que o Pinheiro exerce sobre gentes de outras terras, que pouco ou nada sabem da história e do significado do evento, mas que teimam em comparecer em números crescentes para partilhar um momento de comunhão com desconhecidos. Ininterrupto rufar, sincronia, relativa simplicidade de toques repetidos até à exaustão. Mas também, para muitos vimaranenses, emoção de reencontro com velhos amigos e, talvez sobretudo, sentimento de comum inscrição numa continuidade histórica de séculos: é frequente ouvir-se dizer que «quem não vive o Pinheiro não pode perceber», numa versão restrita de uma afirmação que é comum ouvir aplicada ao conjunto das festividades. Para Miguel Bastos,

Claro que há anos melhores, outros piores, depende da chuva, etc. Mas o Pinheiro tornou-se realmente uma coisa brutal.

No entanto, não faltam as apreciações negativas sobre a forma atual do número do Pinheiro, sobretudo por parte de Velhos Nicolinos: «caos organizado» (Zé Maia), «catástrofe desorganizada» (José Maria Magalhães), «o pior sítio onde aprender a tocar» (João Neves), «desvirtuação», «bagunça». Segundo Luís Guise, deplorando o desrespeito de hierarquias outrora inquestionáveis na organização de um cortejo em que teria sido impensável haver estudantes novos à frente, «Se calhar, agora há outra coisa, um menor respeito pelos Velhos...». E para o seu filho, Francisco Guise,

por isso é que o Pinheiro também está muito ligado aos excessos e, sendo agora muito grande, é difícil controlar isso; também vêm os estudantes universitários e a festa devia ser só dos estudantes do secundário, mas é normal acontecer isso.

Mas nem todos os Velhos Nicolinos se conformam com esta nova normalidade. Não são poucos os que declaram preferir agora abster-se de participar, embora com grande desgosto e nostálgicos de tempos em que a noite era «só dos nicolinos». As possíveis evoluções futuras deste número são, de facto, uma das interrogações suscitadas por muitos. Neste momento, tudo indica que continuará a ser uma noite que «ajuda a definir Guimarães» (Silva 2010), uma manifestação entusiasta de identidade coletiva que procura transcender momentaneamente as diferenças sociais e que veio substituir a exibição exclusiva de um grupo reduzido de estudantes altivos.

Em razão da duração do exercício e do empenho com que é realizado, é durante a noite do Pinheiro que é possível observar com maior frequência aquilo que parece estar em vias de se tornar uma das imagens de marca das Festas: peles de tambores manchadas de sangue. Como nas Moinas, e pelas mesmas razões, os bombos que acompanham o pinheiro até ao seu «enterro» são tocados quase todos em posição horizontal.

Ora, nesta posição é mais difícil evitar o contacto da mão com a membrana, causando ferimentos. Mas esta causa técnica é interpretada por muitos jovens nicolinos em função de uma linha simbólica que convoca representações de uma masculinidade exacerbada, resultando na perda de virgindade no caso das mulheres. Como observa o historiador vimaranense António Amaro das Neves, tais verbalizações são muito recentes e remetem para a controvérsia relativa à participação das raparigas, considerada desprovida de sentido no âmbito daquilo que seria um ritual de afirmação da masculinidade. No entanto, hoje as raparigas participam em força no número do Pinheiro e também tocam, o que deveria invalidar esta interpretação de conotação sexual. Na realidade, em vez de esta leitura esmorecer, parece estar a ser apropriada também por algumas jovens. Agora são frequentes semelhantes tentativas de reencantamento de práticas tradicionais, de introdução de significados considerados mais ricos ou mais evocativos. Estes são em geral apresentados como ancestrais e imemoriais, apesar da ausência de qualquer documentação comprovativa, e almejam um ilusório regresso à «autenticidade». Neste respeito, o sangue nicolino corresponde a um padrão que se tem tornado comum na vida contemporânea das festas e outras tradições populares na Europa, cujos promotores gostam de poder pensar e afirmar que as suas origens são conhecidas e a sua simbologia atual diretamente derivada do que era há séculos.

Constantemente interrompido pela multidão que ocupa as ruas, o cortejo demora várias horas a atravessar a cidade. Sem querer desvalorizar o papel dos jovens, tem de se dizer que os Velhos ajudam muito, pelo respeito que ainda inspiram, a estabilizar os acontecimentos e acalmar os ânimos na proximidade dos carros. No final do percurso, no largo de São Gualter, uma escavadora já preparou um buraco, perto do Monumento Nicolino. Auxiliados pela máquina, que segura e iça a árvore, e por alguns Velhos, os rapazes da Comissão usam pás para enterrar a base do tronco e sustentá-lo na posição erguida. No momento em que a grua o solta, a emoção e a exaltação coletivas chegam ao rubro: palmas, exclamações, assobios. Para os membros da Comissão, a considerável tensão acumulada durante a preparação do número e durante o policiamento do cortejo solta-se finalmente: abraçam o pinheiro, abraçam colegas, amigos e familiares. Não faltam lágrimas nos olhos de estudantes e de Velhos.

Com o pinheiro erguido, as Festas Nicolinas ficam oficialmente abertas. Quando encerrarem, a árvore será muito prosaicamente cortada em lenha destinada à Casa dos Pobres. Vários grupos aproveitarão o resto da noite para continuarem a tocar e a festejar, seja perto do Liceu, na praça da Oliveira ou no Toural. Durante toda a noite do Pinheiro, os serviços de proteção civil estão mobilizados para fazerem frente a todas as possíveis situações, as urgências hospitalares recebem muitas pessoas alcoolizadas — ao ponto de haver na região jornalistas cuja principal razão de escrever sobre as Festas parece ser a contagem dos comas etílicos. De facto, circulam continuamente garrafas de mão em mão durante o desfile, após uma ceia já de si bem regada. O folclore nicolino, expresso nos textos dos programas das Festas, nos pregões, nas Posses, mas também nos relatos das Festas e em comentários nas redes sociais, é muito rico em alusões ao «culto de Baco» e em evocações da necessidade de «lutar contra o frio da noite». Não é de estranhar que a noite do Pinheiro, com a sua força de manifestação coletiva, forneça o palco ideal para manifestações de transgressão comuns em festividades populares. A este respeito, novos e Velhos Nicolinos recusam ser responsabilizados por atos individuais que não podem controlar. Para eles, e muito em particular para a Comissão, o que conta é fazer a demonstração de que mais um grupo de jovens soube organizar e controlar um cortejo imponente e gigantesco.

Novenas / Matinas

A. Amaro das Neves

De todos os números do programa das Festas Nicolinas, a Novena é o único ao qual pode ser atribuído um carácter religioso. Porém, não é dedicado a São Nicolau. Até porque, vendo bem, a devoção religiosa dos estudantes de Guimarães a São Nicolau nunca foi especialmente fervorosa, preferindo uma deusa da mitologia clássica, Minerva, para figurar no seu estandarte ou para abrir o cortejo do Pinheiro. Mais do que devotos de São Nicolau, os estudantes de Guimarães são fervorosos devotos das festas dedicadas a São Nicolau.

Nas frias madrugadas dos dias em que entra o mês de dezembro, o silêncio da noite de Guimarães era quebrado pelo toque compassado de tambores. Eram estudantes mal dormidos que percorriam as ruas do velho burgo, formando um cortejo singular que ia engrossando à medida que passava pelas casas dos colegas que se lhes deveriam juntar. Dirigiam-se para a Capela de Nossa Senhora da Conceição de Fora, a fim de cumprirem uma antiga tradição, herdada dos coreiros da antiga Colegiada, que os obrigava a participarem na novena da Senhora da Conceição. Em chegando às imediações da capela, que está implantada a noroeste do centro da cidade de Guimarães, na margem da antiga estrada que saía pela rua de Santa Luzia em direção a Braga, reconfortavam os estômagos na venda do Luís *Escabrunhão* com as quenturas do caldo de unto, feito com cebola, unto (banha ou gordura do redenho de porco), ovo cozido e pão de milho esfarelado, com vinho verde a acompanhar. Finda a cerimónia religiosa, já com o sol a despontar, os estudantes voltavam a descer à cidade, fazendo-se anunciar pelos seus tambores. Muitas vezes passavam pelo mercado, onde faziam uma *colheita* mais ou menos forçada de hortaliças com que enfeitavam caixas e bombos, o que dava origem a queixas das regateiras.

Por definição, as novenas são manifestações de culto dedicadas a um santo que se repetem em nove dias sucessivos, como o nome indica. Curiosamente, a novena dos estudantes, que se inicia no dia 30 de novembro e termina a 7 de dezembro, apenas dura oito dias. E, muitas vezes, a devoção não seria muito forte, já que os estudantes, ou parte deles, se deixavam ficar pela tasca, enquanto a cerimónia decorria, para, no final, se incorporarem no cortejo que regressava à cidade. Afinal, não seria por acaso que eram chamados de devotos do caldo de unto.

Albano Belino, num apontamento manuscrito guardado na Biblioteca da Sociedade Martins Sarmento, relaciona a participação dos estudantes na novena da Senhora da Conceição com a origem da costumeira de Urgezes, quando escreve que um cónego, que não identifica, «estabeleceu a renda aos coreiros por estes assistirem à novena da Conceição». O Abade de Tagilde, João Gomes de Oliveira Guimarães, no seu livro *Guimarães e Santa Maria*, confirma a existência de um contrato entre um cónego e os coreiros da Colegiada, que pode estar na origem desta tradição. Por coincidência, ou talvez não, o documento tem a data do dia de São Nicolau, 6 de dezembro de 1513. Foi subscrito pelo cónego Brás Lopes, da Colegiada de Guimarães, pelo prioste dos clérigos do coro e por um número indeterminado de coreiros, dos quais dezasseis são identificados. Nele ficou registado que os coreiros tinham entregado ao cónego Brás Lopes um pardieiro que possuíam na rua de Infesta, junto ao paço dos Duques, para que ali fizesse «umas casas novas às suas próprias

custas, em maneira que lhas desse de todo acabadas e perfeitas com as chaves na mão.» O cónego cumprira com o seu compromisso, os coreiros tinham arrendado as casas, «todas de um sobrado», e, por este contrato, obrigavam-se a cumprir, e a fazer cumprir pelos seus sucessores, o compromisso de promoverem, todos os anos, nas vésperas e no dia de Nossa Senhora da Conceição, um conjunto de cerimónias religiosas por alma do cónego e dos seus progenitores, na Colegiada e na ermida da invocação da Conceição. É de crer que, com o tempo, a satisfação destas obrigações perpétuas tenha sido substituída pela participação dos coreiros, e depois dos estudantes, na novena anual da Senhora da Conceição.

Assim sendo, não terá razão Albano Belino quando explica a renda de Urgezes como retribuição aos coreiros pela sua participação na Novena da Conceição. Na verdade, os coreiros participariam na novena como contrapartida dos serviços que o cónego Brás Lopes lhes prestara, quando lhes transformou um pardieiro em casas de sobrado, de cujas rendas eles beneficiavam. No entanto, é possível que este contrato tenha estado na origem da pouco credível explicação da origem da renda de Urgezes que vemos repetida há quase dois séculos. Até porque não se percebe como é que um cónego poderia dispor daquilo que não lhe pertencia para entregar aos coreiros, já que o dízimo de Urgezes era propriedade da Colegiada e não de um dos seus cónegos.

Tal como outros números das Festas Nicolinas, a participação dos estudantes na Novena da Conceição foi objeto de sucessivas queixas e de proibições. Não a participação na cerimónia religiosa, propriamente dita, mas o estrupido dos tambores, que perturbava o sono dos que queriam dormir. Em 1905, por exemplo, o Administrador do Concelho proibiu os estudantes de tocarem dentro da cidade, tanto à ida, como à vinda da novena. E, como de costume, eles não acataram a proibição, como se percebe das queixas e recriminações de que foram alvos, por causarem «um barulho ensurdecedor a horas tão matutinas».

Ao longo dos anos, a participação dos estudantes na Novena da Conceição foi marcada por alguma inconstância, até que acabamos por perdê-la de vista no final da década de 1920. Nos anos que se seguiram, encontrámos, esparsamente, reparos a abusos dos estudantes que perturbavam o sono dos pacatos cidadãos vimaranenses, ao tocarem os seus tambores pela madrugada adentro, mas nenhuma notícia do seu regresso à Senhora da Conceição. Na maior parte dos anos, os estudantes deixaram de ir à novena, mas a irreverência atroadora do seu zabumbar continuou a irromper pelas madrugadas vimaranenses, em desafio às autoridades e ao sossego dos dormentes. Chamavam-se Matinas a estas madrugadas batidas a toques de tambores. Ainda antes de o sol nascer, começavam a sair à rua com caixas e bombos, iam de casa em casa acordar os retardatários e, como antigamente faziam os estudantes na vinda da novena, rumavam ao mercado onde, em vez de furtarem hortaliças para engalanarem os seus instrumentos de percussão, recolhiam o que os vendedores lhes ofereciam, que depois iam entregar à Casa dos Pobres. A romagem terminava à porta dos colégios de raparigas, onde a paz das aulas matinais era desafiada por uma poderosa banda sonora.

Em 1988, depois de seis décadas de interregno, a ida dos estudantes às novenas de Nossa Senhora da Conceição de Fora regressou ao programa das Festas.

As Novenas: nove, oito, duas, uma?

J-Y. Durand

Oficialmente, são nove, mas, na realidade, nunca mais de oito; e, na prática recente, muitas vezes uma só, embora nos últimos anos tenha havido tentativas de realizar pelo menos duas: as Novenas são, de facto, neste momento, o número nicolino que menos mobiliza os estudantes e também aquele que menos suscita declarações ardentes sobre o necessário respeito pela tradição. João Neves, por exemplo, não hesita em declarar:

Eu às Novenas fui uma vez e jurei que nunca mais ia. Em primeiro lugar, porque era muito cedo; mas, da minha experiência pessoal, só posso dizer que fomos numa brincadeira, mas nesse ano em que fui as Novenas eram todos os dias. Eles agora vão lá uma vez? Estas comissões têm ido... mas até houve anos em que não foram nenhuma. Do que me lembro disso, foi divertido passar no mercado e roubar umas hortaliças para deixar na Casa dos Pobres.

Como os dias que se seguem ao cortejo do Pinheiro são de relativo descanso para a Comissão, estando o seguinte número festivo marcado apenas para o dia 4 de dezembro, é muitas vezes durante este intervalo temporal que se cumpre, como refere Miguel Bastos, o «serviço mínimo» das Novenas. De manhã cedo, a Comissão, vestida com o traje académico e executando o toque das Novenas, desloca-se a pé desde a Torre dos Almadas até à Capela de Nossa Senhora da Conceição de Fora, nome que já perdeu relevância em razão da urbanização dos arredores do centro, e aí participa numa missa em honra da padroeira de Portugal. Desconhecendo as razões históricas de a cerimónia não celebrar São Nicolau, os jovens explicam simplesmente que «é a tradição». Ninguém parece ver aqui uma ligação com o tema da nacionalidade, embora surgisse com alguma frequência nas produções textuais nicolinas, como as quadras do Pinheiro, o Pregão ou as Posses.

O pequeno grupo de estudantes que acompanha a Comissão vai crescendo ao longo do percurso, com alguns retardatários saindo de casa a correr de caixa a tiracolo. Escassa durante vários anos, a participação tem dado sinais de algum reforço, como aconteceu nas duas Novenas celebradas em 2017, mas sem ultrapassar umas meras dezenas de participantes. O futuro dirá se porventura se trata de uma flutuação momentânea ou se este fenómeno traduz uma evolução recente das atitudes dos portugueses, e em particular dos jovens, face à religião. Inquéritos realizados nos primeiros anos deste novo século indicavam uma certa intensificação tanto do sentimento religioso como da prática devocional, embora marcada por uma desvinculação em relação ao *religioso institucional* e por uma menor adesão à *prática religiosa assídua* (Duque 2013).

No interior da pequena capela, são poucos os estudantes — talvez sobretudo raparigas (o que corresponde também à tendência sociológica geral da atualidade) — que se juntam à Comissão, preferindo os outros esperar no exterior enquanto conversam e fumam. Na verdade, para além da Comissão, para quem a Novena se trata de uma obrigação, a motivação para respeitarem uma tradição tão matinal parece ter sido sobretudo a oportunidade de acordar a cidade com «matinas» tocadas com entusiasmo.

Finda a missa, a Comissão dirige-se para o mercado municipal, onde faz um peditório entre as bancas antes de entregar os bens alimentares assim recolhidos na Casa dos Pobres, localizada no centro. Os tempos em que estes contributos eram algo forçados pelos estudantes estão há muito esquecidos, e é de bom grado que as vendedoras oferecem hortaliças e frutas. O valor destas ofertas é relativamente reduzido e a ajuda efetiva recebida pela instituição é pouco mais do que simbólica, mas os jovens gostam de salientar a importância desta componente de apoio social presente nas Festas. Para André Coelho Lima, trata-se mesmo do «principal significado das Nicolinas. A solidariedade, o sentido de comunidade, o dar para receber, isso é o principal.»

Há Velhos Nicolinos e Irmãos de São Nicolau que não deixam de manifestar a sua tristeza perante a redução da dimensão religiosa oficial das festividades (que, pelo menos formalmente, não inclui o cortejo do retábulo durante o Pinheirinho, nem a Missa de São Nicolau). Mas eles próprios admitem que, no seu conjunto, o programa seria dificilmente compatível com o cumprimento estrito de novenas e a expectativa de algum aproveitamento escolar, sem esquecer a «natural» tendência da juventude para ser pouco madrugadora. A origem das Festas Nicolinas é indubitavelmente religiosa, mas o grau exato desta presença nos festejos de hoje e nas motivações dos participantes é muito mais incerto e variável, como lembra Miguel Bastos:

se não houvesse o culto a São Nicolau, não tinham existido as Festas Nicolinas. Mas as Festas foram tomando o seu caminho e o São Nicolau é agora quase que um pretexto. Muitos agnósticos, como é o meu caso, são nicolinos, o que quer dizer que se sobrepõe à dimensão religiosa. Claro que conheço muitos nicolinos e muitas nicolinas que são religiosos e com o culto a São Nicolau, mas também conheço outros que são como eu e outros que são católicos mas não praticantes. Por exemplo, a Capela de São Nicolau, que existe e tem uma porta, está praticamente fechada durante quase o ano todo, não há atividade. Essa dimensão religiosa do santo como protetor dos estudantes – e percebemos isso até porque a própria religião católica está em regressão em Portugal – e o ir rezar ao santo como padroeiro é quase um pretexto.

Todavia, muitos nicolinos envolvidos na vida da Irmandade não hesitam em considerar que a devoção a São Nicolau é «central» nas Festas, como declara Marta Nuno:

Quando tinha 17 anos e andava no Liceu a viver a festa, não tinha tanta consciência do santo e da devoção como hoje têm ou têm a possibilidade de ter porque fala-se bastante. Nos infantários, por exemplo, é a primeira coisa que dizem aos meninos: «as Nicolinas são as festas de São Nicolau», «andamos ver o São Nicolau».

A confirmar-se este aparente interesse renovado pelas Novenas, ainda que incipiente, indeciso e oscilando muito de ano para ano — e mesmo que seja, talvez, motivado mais por um desejo de respeito da tradição do que por um sentimento religioso —, tratar-se-á de uma evolução que virá confirmar a tendência para uma presença mais explícita do fator religiosidade nas Festas, que já conta com um envolvimento mais direto da Irmandade, com a introdução do cortejo do retábulo e a participação da Comissão na Missa de São Nicolau.

FARMÁCIA BARBOSA
CERVEJARIA MARTINS
Coca-Cola
zero

As Roubalheiras (Rapto das Tabuletas)

A. Amaro das Neves

Um dos números menos consensuais do programa das Festas Nicolinas é o das Roubalheiras, que consiste no furto de tabuletas de escritórios e estabelecimentos comerciais, de vasos de flores, de gaiolas com pássaros e de outros objetos que se encontrem à mão de semear. Os objetos retirados pelos estudantes dos lugares respetivos são levados para o Toural, onde ficam em exposição até que os seus proprietários os vão recolher. De todos os números que se fixaram no programa das Festas Nicolinas, é um dos mais recentes. Ao longo do século XX, foi também o mais intermitente, por força da reprovação pública, de proibições e de autocensura dos estudantes.

Este ato acontecia na mesma noite das Posses (4 de dezembro), a seguir ao Magusto. Realizou-se pela primeira vez em 1895, aquando da restauração das Nicolinas. Nesse ano, o jornal *Religião e Pátria* noticia umas «inofensivas brincadeiras de rapto de tabuletas, vasos, mesas, etc. que na manhã de 5 se viam fazendo bric-à-brac em volta do pinheiro.» Nos seus primórdios, esta tradição era conhecida pelo título sugestivo de *rapto das tabuletas*, por serem os letreiros que se encontravam às portas das lojas, dos serviços e dos profissionais liberais as principais vítimas dos furtos. Mas também não faltavam os vasos e os bichos de capoeira (e, até, as próprias capoeiras). A designação hoje corrente, Roubalheiras, é quase tão antiga como aquela, embora menos generalizada nos primeiros anos em que se realizou.

No periódico *A Memória*, de 9 de dezembro de 1900, descrevia-se a visita dos estudantes, «na companhia de D. Prudência e D. Critério», com o propósito de deitarem mão ao que lhes aparecesse «pelas ruas mal parado»:

«Na terça-feira à noite, foram colhidas as posses no meio das mais entusiásticas aclamações, e realizou-se o grandioso magusto próximo ao pinheiro, o qual foi abundantemente ateado pelo espiritismo, dando-nos uma noite cheia de cenas curiosas, sendo a mais característica a grande roubalheira dos vasos de flores, tabuletas, e todos os mais objetos que encontravam mal guardados e que na sua passagem, semelhante a um formidável furacão, levavam sem piedade nem distrações para adornar o seu galante pinheiro, onde Minerva, lá do alto, os fitava, envolvendo os seus filhos num olhar de gratidão como recompensa das fadigas que passavam ao prestarem este culto saudoso, ao São Nicolau.»

As Roubalheiras resultam da adaptação a uma festividade urbana de uma antiga tradição do mundo rural minhoto, levada à prática por altura das festas dos santos populares, em especial nos festejos da véspera e do dia de S. Pedro, também conhecido em terras próximas da cidade de Guimarães como o «dia dos atrancamentos». Por essas aldeias afora, era costume os caminhos aparecerem, na manhã do dia 29 de junho, *atrancados* com alfaias agrícolas, vasos, utensílios e animais domésticos, desviados dos seus lugares habituais por bandos de rapazes.

Havia quem não apreciasse esta brincadeira. No jornal *Independente*, de 7 de dezembro de 1902, defende-se que os estudantes não deviam, «com o roubo das tabuletas, desrespeitar a liberdade alheia, quando com tão severas penas pretendem conservar a própria liberdade.» Não faltaram, ao longo dos tempos, suspensões e

proibições desta prática. Falando das festas e do seu programa, escrevia-se na edição de 10 de dezembro de 1909 do jornal *Regenerador*:

«Nós discordamos apenas das roubalheiras. Isto não está nas tradições dos festejos nicolinos e, ainda que estivesse, era um número que se devia banir, porque ofende muitas vezes e raro tem graça [...]»

As Roubalheiras foram sempre objeto de censura social. O próprio Jerónimo Sampaio, grande entusiasta das Festas e responsável pelo seu ressurgimento em 1895, num texto que publicou em 11 de dezembro de 1923, n'*O Comércio de Guimarães*, admitia que «não merecem aplausos a gente de senso e boa razão», defendendo a sua supressão do programa das Festas. As críticas a esta brincadeira, que se pretendia inocente e inofensiva, decorriam de se perceber que a tolerância para com os *furtos* parodiais dos estudantes poderia ser aproveitada para acobertar as atividades dos *amigos do alheio* profissionais.

Ao longo dos anos, as Roubalheiras, ora se faziam, ora eram suspensas. Foram abolidas em 1905, regressaram em 1909, voltaram a ser eliminadas em 1912. Em 1919 já figuravam novamente no programa. Desapareceram na segunda metade da década de 1920, para ressurgirem três décadas depois. Ainda constam do programa oficial das Festas do ano de 1972, onde se argumentava que «todo o *larápio* que se preze não se fica somente pelas Posses, pois o que é dado de mão beijada não tem o real valor do que se alcança à custa de trabalho, riscos e intempéries.» As Roubalheiras foram suprimidas em 1973.

Em 1994, depois de mais de duas décadas de suspensão, as Roubalheiras voltaram a integrar o programa das Festas Nicolinas, com algumas precauções que visavam evitar que os verdadeiros larápios se juntassem à festa, à imagem do que algumas vezes acontecera no passado, dando argumentos à censura social que justificou a sua supressão. Desde então, as Roubalheiras nicolinas deixaram de acontecer em dia certo, não constando a sua data no programa que é tornado público, da qual se guarda segredo até depois de terem acontecido.

As Roubalheiras, ou a árdua originalidade

J-Y. Durand

Apesar dos vários participantes envolvidos, o segredo fica em geral ciosamente guardado. Mas as datas da possível realização das Roubalheiras são escassas, e só os mais desprevenidos são surpreendidos. A Comissão informa os serviços de segurança pública do período em que tenciona realizar essa atividade que não tem data atribuída no programa. Os interessados em participarem numa noite repleta de gargalhadas, habitualmente membros de Comissões de anos anteriores, podem pedir autorização ao Presidente da Comissão vigente. O grupo pode chegar a totalizar entre vinte a trinta elementos, entre os quais o Manel das Vacas é uma presença habitual.

Todos os interessados chegam ao Toural por volta da meia-noite e seguem depois numa carrinha emprestada, na qual vão colocando os mais diversos objetos que conseguem surripiar: placas, vasos, mobília de esplanadas, roupa estendida a secar, casotas de cão, brinquedos, carrinhos de compras, etc., deixando em troca um bilhete indicando que «Amanhã no Toural poderá levantar os seus pertences até ao meio-dia», assinado pela Comissão de Festas Nicolinas. Os mais velhos evocam os tempos em que o número se realizava a pé, o que o tornava muito mais físico. Os objetos roubados são depositados no Toural, onde alguns «ladrões» os vigiam até à chegada dos seus legítimos proprietários, que, regra geral, reagem com boa disposição. Alguns chegam a ser vítimas dos nicolinos durante vários anos consecutivos, com o cómico da repetição substituindo a surpresa.

Os participantes apreciam muito o divertimento proporcionado pelas Roubalheiras. No entanto, os artigos de jornais e as reportagens televisivas locais que todos os anos relatam as Roubalheiras adotam um tom bastante *blasé*. E a crítica principal dirigida a um número festivo supostamente irreverente é que a sua repetitividade de ano para ano o tem tornado demasiado previsível. O roubo das balizas do Vitória Sport Club já se transformou, por exemplo, num exercício quase obrigatório. Em contrapartida, ainda se fala da motorizada da Polícia que a Comissão de 2012 conseguiu furtar.

O furto ritual e a trasladação de objetos são traços, marcadamente carnavalescos, de uma subversão temporária da ordem social. É sabido que são presentes em inúmeras festas, em particular nos universos rurais europeu. Mas encontram-se em claro declínio e, mesmo no contexto atual de revitalização e reatualização de muitas festas, visível na Europa desde a década de 1990 (Boissevain 1992; Bromberger *et alii* 2004), não são das práticas relançadas e reapropriadas com maior frequência, mesmo tendo sido adaptadas. Atentar contra a propriedade privada não é hoje objeto de menor censura do que nos antigos contextos rurais; contudo, numa sociedade incomparavelmente mais abastada do que era o caso em épocas passadas, os simulacros de roubos de bens em geral pouco valiosos perdem parte da sua relevância. Atualmente, as Roubalheiras perpetuam-se mais em virtude do forte apego nicolino à tradição (embora facilmente se esqueça que esta mesma tradição tem sofrido eclipses e que o seu reaparecimento é, na realidade, relativamente recente) do que em razão do seu significado inicial no contexto social da sua primeira aparição.

As Posses

A. Amaro das Neves

Sendo certo que a posse principal acontecia no dia de São Nicolau, 6 de dezembro, quando os estudantes iam receber a renda de Urgezes, este número já tinha data fixa no programa das Festas em meados do século XIX: tal como ainda hoje, acontecia na noite de 4 de dezembro, seguindo-se-lhe o Magusto.

Tem-se dito que as Festas Nicolinas terão raízes na renda deixada aos meninos do coro da Colegiada de Guimarães por certo cónego da Colegiada de Guimarães, cujo nome se desconhece, em data que ninguém precisa. Essa renda, que era composta por «duzentas maçãs, meia rasa de tremoços curtidos, meia rasa de nozes, dois alqueires de castanhas assadas, duas dúzias de palha de grandes molhos e dois almudes de vinho bom», seria retirada dos dízimos de Urgezes, de que a Colegiada de Guimarães de Guimarães era proprietária e trazia arrendados. O cumprimento desta costumeira era uma das obrigações contratuais do rendeiro dos dízimos de Urgezes. No dia de São Nicolau, três coreiros, montados a cavalo, iam a Urgezes receber a renda. O mais velho ia paramentado de bispo, com batina, murça e meia preta, os outros iam vestidos como cardeais, com batina, murça e meia vermelha. Eram acompanhados por grande número de estudantes. Quando regressavam à vila, iam oferecer as castanhas assadas aos cónegos, às freiras e a outra gente grada da terra. Esta renda foi extinta após a abolição dos dízimos em Portugal, determinada pelo decreto de Mouzinho da Silveira de 30 de julho de 1832, que só teve eficácia a partir de 1834, com a assinatura da Convenção de Évora Monte, que consagrou a vitória definitiva dos liberais.

Mas havia outras posses, de diferentes naturezas, que, desde tempos remotos, eram reclamadas pelos estudantes. A mais carismática era dada pelo *Cucúsio*, alcunha de um célebre sapateiro da rua Nova que, em resposta aos gritos dos estudantes que lhe reclamavam a posse, se chegava à janela e lhes mostrava o rabo, iluminado por velas que ardiam em dois castiçais. A Posse do *Cucúsio* foi magistralmente descrita por Raul Brandão, em «A Farsa». Havia também a Posse da Chasca, em que os estudantes tomavam um mata-bicho de aguardente e figos secos, ou a Posse das Uvas, em que os estudantes tinham de trepar uma videira que subia por uma casa da rua de São Dâmaso, para colherem os cachos que ali se deixavam ficar para eles. E nunca falhava a Posse do Mato, oferecido pelos oleiros da Cruz de Pedra, com que os estudantes acendiam a fogueira do Magusto.

No início do século XX, segundo a descrição do jornal *Independente*, de 1 de Janeiro de 1904, eram assim as Posses:

«O dia 4 de dezembro é o chamado dia das posses. Os estudantes, à noite, à luz de archotes e acompanhados por uma filarmónica vão primeiro aos oleiros da Cruz da Pedra que lhe fornecem cada um uma panada de mato e lha conduzem ao local onde se acha levantada a bandeira. Depois sucessivamente percorrem várias ruas sendo-lhes lançadas das janelas as posses que é de uso darem-se. Esta parte das festas está hoje muito decaída do seu antigo esplendor. O mato fornecido pelos oleiros destina-se a um magusto que se faz terminadas as posses.»

Por sua vez, *O Comércio de Guimarães*, na sua edição de 27 de novembro de 1906, descrevia as Posses deste modo:

«No dia 5 de dezembro, pela uma da madrugada, saía uma música, indo na frente os estudantes, que iam às posses, isto é, a certas casas, em que os recebiam dando-lhes umas uvas (rua de São Dâmaso), outras figos e aguardente (casa do professor Venâncio e António Pereira da Silva) e outras doces e vinho tinto. Muitas dessas pessoas que obsequiavam os estudantes já faleceram. Na Cruz de Pedra, os oleiros davam o mato para o magusto que se fazia no largo do Toural, distribuindo-se as castanhas e o vinho da comissão pelos músicos e homens que traziam o mato, sendo defeso aos estudantes partilhar deste magusto, pois, como diziam os Padres Abreu e Vinhós, quando algum lhe aparecia, o magusto desta noite não era dos estudantes propriamente dito. O destes era em Santo Estêvão de Urgezes, na manhã do dia 6.»

O Coronel António de Quadros Flores, nas suas memórias (*Guimarães na última quadra do romantismo, 1898-1918*, Tipografia Ideal, 1967, cap. XVII, pág. 54), registou que as *Posses* e o Magusto terminavam «no alpendre da igreja de S. Pedro, dentro das grades, na distribuição das castanhas e da vinhaça à garotada, oleiros e música.»

No passado, havia também posses particulares, que eram dadas de portas adentro. No virar do século XIX para o século XX, a mais carismática era a Posse do Padre Monteiro, cuja edição de 1904 foi descrita por João de Meira no jornal *Independente*. Percebe-se que parodiava alguns dos formalismos de uma qualquer assembleia, com presidente e dois secretários. Lida a ata da reunião do ano anterior, «passou-se à ordem da noite que consistiu em fazer passar ao estômago maçãs, uvas, nozes, pinhões, castanhas, figos de ceira, doce sortido, pastéis e vinho verde, de Lamego, de Murça, *cognac* e aguardente de bagaço». Ergueram-se brindes e fizeram-se discursos, a que seguiu a Dança do Rei David, «magistralmente executada». Por fim, cantou-se o Hino Escolástico, que «seis vezes foi bisado e seis vezes foi extraordinariamente aplaudido». No final da reunião, os convivas dirigiram-se à janela para saudarem os estudantes, que foram render homenagem aos «velhos entusiastas» das festas a São Nicolau.

Em 1881, o jornal *Religião e Pátria* classificava as Posses como «uma das mais entusiásticas e especiais brincadeiras destas festas escolásticas.». Assim continua a ser nos dias que correm.

***

Havia um outro género de posse, a que hoje se costuma chamar Moina (sinónimo de pândega, de onde deriva o vocábulo moinante, que designa alguém que é malandro ou festeiro). As Moinas eram visitas que os estudantes faziam, correspondendo a convites, a casas ilustres do concelho, onde lhes serviam lanches, por regra abundantes e bem regados. Algumas dessas casas ficavam a vários quilómetros de distância da cidade, que os estudantes venciam a zurzir nas peles das caixas e dos bombos, regidos por um colega que ia indicando a cadência dos toques com os movimentos verticais de uma moca, de uma bengala ou de uma haste de couve. Além da recompensa do lanche, estas romagens, que aconteciam ao longo do mês de novembro, tinham também o propósito de adestrar os jovens estudantes nas subtilezas dos gestos que envolvem a arte de rufar.

O Magusto

A. Amaro das Neves

O Magusto realiza-se na mesma noite das Posses, muitas vezes já no início da madrugada do dia 5 de dezembro. Por definição, segundo Rafael Bluteau (1736), magusto é «o chão em que assam muitas castanhas, ou as mesmas castanhas, assadas debaixo de brasas.» Assim era o Magusto das Nicolinas. Com o mato que lhes ofereciam os oleiros da Cruz de Pedra, os estudantes acendiam uma fogueira junto ao pinheiro, onde assavam castanhas que depois distribuíam pelos que aparecessem, acompanhadas de vinho e aguardente. A distribuição, a que não faltaria acompanhamento musical, tinha lugar dentro das grades do portal da basílica de S. Pedro, no Toural. Acesa a fogueira, assadas e distribuídas as castanhas, os estudantes iriam correr as Posses que ainda faltavam, com a banda de música a abrir caminho. Não sabemos ao certo quando é que o Magusto Nicolino tomou a forma que lhe conhecemos na segunda metade do século XIX, altura em que este número já aparece classificado como um *clássico* das festas dos estudantes de Guimarães.

Em boa verdade, mais correto seria falarmos nos magustos nicolinos, já que eram dois. O magusto que se seguia às Posses da noite do dia 4 de dezembro não era destinado aos estudantes, que nele estavam impedidos de participar. As castanhas e o vinho recolhidos pela Comissão eram distribuídos pelos oleiros que ofereceram o mato, pelos homens que o carregaram em forcados, pelos músicos da banda que os acompanhava e por quem mais aparecesse, desde que não fosse estudante. O magusto dos estudantes aconteceria em Santo Estêvão de Urgezes, na manhã do dia 6 de dezembro. Depois de receberam a renda, os estudantes concentravam-se numa eira previamente varrida pelo mais novo de entre eles, onde recebiam castanhas (que o rendeiro tinha a obrigação de lhes entregar já assadas), maçãs e vinho. No final, formavam o cortejo que descia ao velho burgo de Guimarães, para procederem à distribuição das maçãs e das castanhas pelos cónegos da Colegiada, pelas freiras de Santa Clara e pelas damas e donzelas que os aguardavam nas janelas.

Excluídos do magusto da véspera de São Nicolau, os estudantes não ficariam a seco, já que temos notícia de que, em meados do século XX, ao magusto se seguia uma *ceia dos novos*, para os estudantes reconfortarem o estômago antes de se dedicarem às «demais proezas nicolinas» da longa noite e madrugada de 4 para 5 de dezembro.

Apesar da sua natureza de dádiva e de partilha, o Magusto era um dos números que mais antipatias suscitavam entre os habitantes de Guimarães, por atentar contra o sossego de quem queria dormir, em especial quando os ânimos se alteravam, ativados por excessos etílicos ou pela falta de maneiras de alguns, que metiam «as garras no cesto das castanhas» e perturbavam, ou até impediam, o bom curso da sua distribuição.

Em tempos recentes, o Magusto deixou de ser um verdadeiro magusto. Desapareceu a fogueira onde as castanhas eram assadas, que antigamente ardia junto do pinheiro. Permanece a partilha das oferendas das posses, que agora acontece na praça de São Tiago. As castanhas que são distribuídas no final das Posses são encomendadas pela comissão a profissionais que as assam nos carrinhos que nos habituámos a ver nas ruas da cidade, nos dias frios de inverno.

Posses e Magusto: partilhar o inverno

J-Y. Durand

A 4 de dezembro, por volta das 21h00, o número das Posses sai do Largo da Feira, fazendo-se anunciar pelo estralejar de foguetes, com toda a Comissão envergando o traje de trabalho, acompanhada por uma charanga que toca o Hino Escolástico, ao ritmo do qual os estudantes vão dançando, marchando e saltitando, ora avançando ordenada e compassadamente, alinhados com as mãos sobre os ombros uns dos outros, ora correndo desalmadamente, de mãos dadas, por entre a multidão que os segue, numa coreografia que se repete incansavelmente até ao fim do número, muitas horas depois. A primeira posse é habitualmente dada no restaurante da Piedade. Os locais não são sempre os mesmos, mas alguns, mais emblemáticos (o antigo Liceu, as casas de certos nicolinos, a Torre dos Almadas no fim do número, por exemplo), mantêm-se de ano para ano. Na realidade, a primeira posse do dia já fora realizada, ao fim da tarde, em Urgezes. Por sugestão do nicolino-mor Hélder Rocha, o relançamento encenado do «dízimo de Urgezes», que havia sido suprimido em 1834, foi assumido pela Junta de Freguesia em 1998. Promovido como «a mais antiga posse das Nicolinas», o Dízimo não faz parte do calendário das Festas, nem oficialmente nem *de facto*: realizado a alguma distância do centro da cidade, ainda é pouco conhecido do público vimaranense.

Em contrapartida, tem crescido o interesse pelas Posses realizadas à noite no centro da cidade. À chegada a cada local, com o saco ou cesto da posse geralmente visível numa varanda ou numa janela e contendo os mais variados géneros alimentares e garrafas, a Comissão é recebida com a récita de um pequeno texto satírico rimado. O regresso anual às mesmas casas é, por vezes, motivo de humor repetitivo. Muitos consideram que o empenho da ACFN e a elaboração e declamação destes textos tem sido o fator crucial do renovado interesse pelas Posses. De facto, o número parece atrair uma assistência cada vez mais numerosa, nos limites de umas centenas que vão minguando ao longo das muitas horas que antecedem o Magusto. A declamação pode incluir uma parte de improviso, mais ou menos desenvolvida, mas os textos são habitualmente escritos seguindo as mesmas linhas de inspiração que o Pregão, como o ilustram os seguintes extratos de Posses assinadas por Rui Melo, também autor apreciado de numerosos Pregões.

Minhas senhoras e meus senhores
Sapateiros, calceteiros e atores
Comerciantes, talhantes e grossistas
Advogados, serralheiros e... alfarrabistas...

Cartomantes, endireitas e bruxos
Bar-menés que vendem vinho em cartuchos
Agricultores, gestores e economistas
Padres, freiras e... seminaristas.

Professores, alunos e boticários
Médicos, fadistas e falsários
Jet-set, Jet-Lag, Jet-Mete e DJ's
Camareiros, bobos e Lightjockeys.

Abraços, a todos a quem se justifique
O político, meus caros, que se fornique.

(.../...)
Deixemos a desdita, rapaziada. Sois nossos!
Vimos da mesma cidade! Dêem cá os ossos...
Saibam que quem dá o pão, também dá o pau...
E lá dentro temos um enorme varapau...

Sorri, rapaziada! Sorri! Estes são os vossos dias
Não vos quedeis com velhas estórias e alegorias
Fazei a vossa e nossa Festa... Sêde felizes...
Deixem-nos por cá a lamber as cicatrizes...

Cuidem da nossa Festa ao Nicolau Velhinho
Sejam vocês próprios! Não copiem o vizinho.
Cuidem da cidade! Queiram sempre mais...
Não sejam soldados, podendo ser generais!

Vinde, Comissão! Ninguém vos põe cabresto!
Montem-se uns nos outros e levem-nos o cesto...

(2010. *Texto das posses da mui nobre, mas sempre infame associação das comissões de festas nicolinas* http://www.nicolinos.pt/uploads/documentos/2010-12-03-r1%20posse%20ACFN%202010.pdf)

Agora estou próximo o fim
E ainda bem, estou como um gaio...
Não me lembro de estar assim,
Só na Queima e já foi em Maio...

Tenho pena de não beber mais
Mas se beber há quem me encerre
Na jaula, junto com os animais
Põe-me a GNR...

E se mandar vir, se estrebuchar
Dão-me um murro, apagam a luz
E no Benfica vou ter que acabar
A fazer de conta que sou o Jesus
O que vale é que ninguém me caça,
Tenho uma réplica da Taaaaaça!!!
Meus garçons e minhas filles
Vous ne se deixez pas enganez.

Nous sommes jolies come les ervilhes,
Viens cá cima e tu logo vês.

E A POSSE! O raio do cestinho?
Fumaste-ze-li-o? Deu-lhe o eclipse
C'a porra, c'a granda cheiro a vinho,
Isto hoje parece o apocalipse...

Sai a Posse! Juízo na mioleira
Nós cá estaremos para investigar.
A melhor POSSE da cidade inteira
É vossa! Esperainde... Está a chegar...

(2013. *Posse da inenarrável e sempre infame (cada vez mais...) Associação das Comissões de Festas Nicolinas* http://www.nicolinos.pt/uploads/documentos/2013-12-04-Posse%20ACFN%202013.pdf)

Jovens nicolinos, fregueses e clientes
Gente da alta, média e pedintes
O Fortaleza é um café democrata
Onde se serve um copo e também uma nata.
O Nicolino sabe que connosco pode contar
Que estaremos sempre aqui neste lugar
Para quando haja alguma coisa que precise,
Algum evento que queira se realize.

Mas perdoe-me o povo, a malta costumeira
Que está na hora de dar um golo de Macieira.
Orgulho temos de sermos patrocinador
Destas Festas de grandioso fulgor
É indubitável que estas não têm igual
Nem no País, nem à escala Mundial

Mas, oh meus rapazes da vida airada
Pareceis-me malta pouco entusiasmada
Sempre quereis a cesta dos comes e bebes
Ou será que é para deitar antre as sebes?
Mas perdoe-me o povo, a malta costumeira
Que está na hora de dar um golo de Macieira.

Bem parecia! Temos aqui vinho sonante
D'arregalar o olho a qualquer estudante
O belo manjar também está presente
Para deglutir e p'ra dar ao dente.

Nós não falhamos nesses prazeres
É nosso trabalho, sem mais afazeres
E para acompanhar o texto que recito
Até vos convido a beber um copito.

Mas perdoe-me o povo, a malta costumeira
Que está na hora de dar um golo de Macieira.

(2006. *Texto recitado no dia de Posses no Café Fortaleza* http://www.nicolinos.pt/uploads/documentos/2006-12-04-TEXTO%20DAS%20POSSES%20FORTALEZA%202006.pdf)

É possível encontrar os textos completos de diversas Posses disponíveis na Internet, mas ninguém parece ter pensado na possibilidade de uma recolha tão exaustiva quanto possível: este *corpus* de documentos complementaria o conjunto dos Pregões e permitiria seguir de mais perto a evolução das ideias acerca das Festas e de como deveriam ser. Assim, numa Posse realizada na praça de São Tiago em 2017, a mãe de duas alunas exprimiu o seu vivo desejo de ver as raparigas poderem ser eleitas para a Comissão, suscitando um murmúrio de comentários na assistência.

No fim do discurso, os estudantes pedem a posse, «Evenha a posse! Evenha a posse!», de maneira insistente até que alguém da casa coloque o cesto, pendurado de uma corda, mais ou menos ao seu alcance: ainda devem saltar, pular ou trepar para o recolherem e, quando estão prestes a conseguir, quem dá a posse pode voltar a puxá-la para cima. A gente da casa pode também dar a ordem repentina «E toca a banda», o que obriga os jovens, de braços entrelaçados, a saltitarem mais uma vez no meio do público até ao fim da música.

Bastante físico e cansativo para os rapazes, este número exsuda boa disposição e humor, e várias dezenas de pessoas acompanham-no até ao seu termo: o Magusto noturno nas arcadas entre as praças de São Tiago e da Oliveira, onde são partilhados os produtos obtidos com as Posses e as castanhas assadas, tradicionais na sociabilidade festiva do início do inverno.

As Posses são uma *performance* coletiva, em contraste com a versão atual do Pinheiro, que permite uma participação ativa mas anónima da população. O Pinheiro assume cada vez mais um papel de projeção das Festas Nicolinas para o exterior, mas as Posses são uma manifestação de identidade coletiva de uma cidade que olha para si própria.

São mais discretas, desprovidas de imponência, repletas de referências humorísticas que, em boa parte, não são compreensíveis para os forasteiros, como é o caso das alusões recorrentes à Macieira. Nessa noite, os habitantes da cidade dispõem de várias possibilidades, mais individuais e diretas, de se envolverem e interagirem com a Comissão: acompanhando o cortejo, reagindo às piadas, mas também preparando e dando uma posse ou partilhando o Magusto.

Este é o momento mais intimista das Festas Nicolinas. Muitos já rumaram de regresso a casa e o grupo reduziu-se a poucas dezenas de elementos. Se é possível dizer que quem não viveu o Pinheiro não pode perceber as Nicolinas, o mesmo poderá ser verdade do Magusto: tarde numa noite fria, em pleno coração

da cidade, sentir que o inverno está à porta mas, abrigando-se no relativo aconchego das arcadas entre a praça da Oliveira e a praça de São Tiago, segurar na mão o reconfortante calor de uma oferta de castanhas assadas, partilhadas com um grupo jovial. Depois das farpas e da brejeirice das Posses, o Magusto traz um sentimento de apaziguamento e de reconciliação. Os estudantes que acompanharam o início da noite já regressaram a casa, provavelmente por causa das aulas cedo na manhã seguinte, e durante este momento das Festas a Comissão convive de perto com Velhos Nicolinos e com moradores do centro. Um antigo nicolino contemplava, pensativo, a Igreja da Oliveira: «Venho todos os anos. Em momentos assim, parece-me que sinto o tempo a passar.» E uma nicolina ao seu lado, olhando para a capela, dizia: «E o são Nicolau está aqui perto.»

As coletas de alimentos destinados a uma redistribuição entre os membros da comunidade são uma constante das festas tradicionais europeias, em particular no Carnaval, mas também em diversas outras ocasiões do ciclo anual, momentos em que o tempo e as atividades do quotidiano ficam suspensos. O contexto das Posses e do Magusto não mudou menos do que as condições sociais que davam o seu sentido às antigas Roubalheiras: a atual (sempre relativa, mas objetivamente maior) afluência da sociedade portuguesa tornou a partilha de alimentos menos carregada de significados. Mas outras dificuldades persistem em fomentar a necessidade da reatualização regular de um sentimento de comunidade. Será porventura o momento das Festas que mais se tem aproximado das suas funções e significações antigas e que mais hipóteses parece apresentar de as conservar.

O Pregão

A. Amaro das Neves

Rafael Bluteau define pregão como uma «publicação de qualquer coisa que convém que todos saibam», sendo sinónimo de bando. O Pregão ou Bando Escolástico, que tem lugar na tarde do dia 5 de dezembro, véspera de São Nicolau, serve para anunciar publicamente as festividades do dia seguinte. Faz-se anunciar pelo toque de caixas e bombos e compõe-se de um pequeno cortejo acompanhado por estudantes, a pé e a cavalo, com o Pregoeiro (o membro da Comissão que foi escolhido para dizer o pregão) a ser conduzido num vistoso carro puxado por cavalos, até aos diferentes locais onde irá executar a sua função.

Em tempos em que não havia meios de comunicação à distância eficazes, notícias ou anúncios com relevante interesse público eram levados ao conhecimento das pessoas através de bandos anunciadores, uns mais solenes do que outros. Ainda hoje no Brasil, em especial na região da Baía, é através de bandos que, de véspera, se anunciam as festas populares. Em Guimarães, como nas outras povoações portuguesas, era frequente a saída à rua do bando municipal, para fazer anúncios e proclamações de diferentes naturezas (nascimentos, mortes e casamentos na família real, visitas oficiais, anúncios militares, etc.). Data de 1929 a última notícia que temos em Guimarães desta forma de propaganda, com um bando municipal que anunciava uma visita do presidente da República. Esta tradição ainda hoje persiste na véspera do dia de São Nicolau, funcionando como uma espécie de anuário crítico e satírico dos acontecimentos locais, do país e do mundo, mas que, nas versões mais antigas, servia apenas para anunciar, em texto rimado, os festejos que teriam lugar a cada 6 de dezembro.

O bando nicolino era formado por um pequeno cortejo, integrado por estudantes mascarados, uns a pé, outros a cavalo, rodeando um carro, decorado a preceito, onde seguia o Pregoeiro, com mascarilha de veludo e *rica e elegantemente vestido* (desde o ressurgimento das Festas em 1895, o Pregoeiro, assim como o Ponto, enverga o trajo de gala, sem capa e com camisa de colarinho em aba, laço branco e luvas também brancas). O cortejo fazia o seu percurso ao som de tambores, que tinham a função de chamar o povo a reunir. Em chegando aos lugares do costume, o cortejo estacionava, aguardando que a gente se juntasse à volta do carro. Quando tudo estava pronto para se iniciar a leitura do pregão, soava um clarim, indicando que era o momento de impor o silêncio, para que o Pregoeiro se pudesse fazer ouvir. Este ritual repetia-se em vários locais da povoação. Com o tempo, desapareceu o clarim e o acompanhamento ficou limitado a caixas e bombos.

Não se consegue precisar quando é que esta prática começou a ser adotada pelos estudantes de Guimarães para anunciarem os festejos do dia 6 de dezembro. O pregão nicolino mais antigo que chegou até nós data de 1817 e é, como todos os que se lhe seguiram, mais do que um anúncio de folias, uma interessante peça literária e informativa. Entre os seus autores, contam-se diversos escritores que alcançaram posições de destaque nas nossas letras, em diferentes géneros literários, como João Evangelista Morais Sarmento, António de Oliveira Cardoso, Pereira Caldas, João Machado Pinheiro (visconde de Pindela), Francisco Martins Sarmento, Bráulio Caldas, João de Meira, Delfim de Guimarães, Jerónimo de Almeida ou Gaspar Roriz.

João Evangelista de Morais Sarmento (1773-1826)

João Evangelista de Morais Sarmento é natural do Porto, onde nasceu a 26 de dezembro de 1773, filho de oficial da Vedoria e Tesouraria Geral das Tropas, que o deixou órfão aos 14 anos. Entregue aos cuidados da sua mãe viúva, fez os estudos de humanidades na sua cidade natal. Desde cedo evidenciou a sua inclinação para poesia, mas a necessidade de encontrar um meio de sustento levou-o a matricular-se, aos 18 anos, na Faculdade de Medicina da Universidade de Coimbra, onde se formou em 1801. Depois de alguns anos de exercício da medicina no Porto, durante os quais firmou créditos como médico e como poeta, fixou-se em Guimarães, na casa dos senhores de Vila Pouca.

Em 1816, foi estabelecido um partido de médico nas Caldas de Vizela. João Evangelista foi o seu primeiro titular, ficando com a obrigação de ali residir durante a época balnear e de prestar assistência gratuita aos pobres — o que ele já fazia desde que se instalara em Guimarães. Também foi médico da Misericórdia de Guimarães, função a que resignou em meados de 1818, «por falta de forças».

Poeta distinto, com uma robusta formação clássica, que sobressai nas suas composições mais elaboradas, era também conhecido pelo seu talento para o improviso. Apaixonado pela oratória, estudou retórica nas Aulas dos Congregados, no Porto, e na sua biografia consta que «compusera muitos sermões, que foram por alguns pregadores recitados como próprios.»

Em Guimarães recitou poesias suas em diversos atos públicos, destacando-se por ser o autor dos quatro primeiros pregões da festa dos estudantes de Guimarães a São Nicolau que se conhecem, os que foram recitados nos anos de 1817, 1818, 1819 e 1822.

Nos bandos escolásticos que compôs, João Evangelista fixou um modelo que seria replicado até ao final do século XIX, com a evocação recorrente de personagens da mitologia clássica (Lísia, Minerva, Marte), com as reprimendas ao rendeiro do dízimo de Urgezes, ou com os avisos aos *ginjas*, ao *sórdido taful* e ao *audaz caixeiro*, a quem estavam destinadas duras penas, caso se intrometessem nos festejos. Mas, acima de tudo, com os versos que eram dedicados àquelas que seriam o centro da atenção dos estudantes no dia de São Nicolau, as raparigas, as «belas — o condigno ornamento das janelas».

Atormentado por uma saúde frágil, João Evangelista de Morais Sarmento faleceu a 20 de outubro de 1826, alguns meses depois de ter ficado viúvo pela segunda vez, na sua casa na rua da Tulha, em Guimarães. Foi sepultado na capela dos Terceiros de S. Francisco.

A. Amaro das Neves

Bráulio Lauro Pereira da Silva Caldas (1865-1905)

Nasceu em Vizela, no dia 8 de maio de 1865. Era filho de um professor do ensino primário, António Pereira da Silva Caldas, e sobrinho de Pereira Caldas, o prolífico erudito que foi professor no Liceu de Braga, autor de um pregão de 1844 que não chegou a ser lido, provavelmente pela ousadia com que se dirigia às *belas* (*Vossos peitos abri, sexo mimoso, / Fruí hoje de amor ardente gozo*). Como o seu tio mais famoso, Bráulio Caldas também seria professor do Liceu de Braga e escreveria pregões memoráveis.

Bráulio fez o Liceu em Braga, onde, em 1883, concluiu os estudos preparatórios. No ano seguinte, matriculou-se nas faculdades de Teologia e de Direito da Universidade de Coimbra, onde se destacou pela sua capacidade de trabalho, aliada a uma ânsia insaciável de saber e de desvendar os segredos da natureza. Rapidamente se tornou um modelo a seguir pelos estudantes mais novos (as sebentas de Bráulio serviriam, durante muitos anos, a outros estudantes). Em 1888, concluiu a formatura em Teologia. No ano seguinte, terminou o curso de Direito, iniciando a sua carreira na advocacia, e cedo se destacou pela eloquência e sabedoria que colocava ao serviço dos seus clientes, muitas vezes pobres a quem não cobrava pelos seus serviços. Tinha fama de conseguir, quase sempre, a absolvição daqueles que defendia na barra do tribunal, fosse pela lei, fosse pela compaixão que suscitava com as suas intervenções apaixonadas.

Foi também professor. Depois de alguns anos a lecionar aulas particulares, em 1903 foi nomeado professor do Liceu Central de Braga, onde regeu as cadeiras de Português, Latim, Alemão e Geografia. Dedicou-se às letras. Escreveu em jornais, mas hoje é recordado, acima de tudo, como o poeta dos versos ternos e maviosos com que cantou os murmúrios do rio que atravessa a sua terra natal e pelos versos de canções que alcançaram grande sucesso, como a *Canção da Noite* (*Murmura Rio, Murmura*), inicialmente batizada com o título de *Fado das Três Horas*, por ter sido àquela hora da madrugada que foi improvisado, num barco a vaguear pelo rio Vizela, com o poeta e o autor da música, Reinaldo Varela, a bordo.

A ligação de Bráulio às festas de São Nicolau vinha de longe. Em 1881, quando não tinha mais de 16 anos, publicou no jornal humorístico *Formigueiro* uns versos dedicados a uma ingrata *Beatriz*:

E contemplando os jovens, no folgar,
De Nicolau mirava a festa airosa,
Maçãzinhas colhendo à mão briosa
Que buscava co'a lança amor domar.
E p'ra mim, nem ao menos ela olhava!

Bráulio Caldas foi o autor do pregão do ressurgimento das Festas Nicolinas de 1895, uma composição inovadora, que introduz um novo modelo, afastando-se das fórmulas

quase intemporais que vinham desde João Evangelista de Morais Sarmento e passando a cumprir, para além do seu papel de anúncio das festas do dia 6 de dezembro, uma função de crítica satírica aos tempos que se viviam.

Bráulio seria o autor dos últimos seis pregões do século XIX, todos eles compostos, como se escreveu no jornal *Vimaranense* de 7 de dezembro de 1897, de «primorosos alexandrinos, que irrompem com ciclópico arrojo para terminar num mavioso lirismo, como só o sabe fazer o nosso ilustre amigo Sr. Dr. Bráulio Caldas.».

Além dos pregões e de diversos poemas nicolinos, Bráulio Caldas é o autor das *Danças dos Velhos* de 1901. Faleceu em Vizela, aos quarenta anos, no dia 17 de outubro de 1905. Em 31 de março de 1935, Guimarães homenageou-o na Penha, por iniciativa daquele a quem Bráulio chamava *o meu demo*, Jerónimo Sampaio.

A. Amaro das Neves

Jerónimo de Almeida (1886-1975)

Jerónimo António de Almeida nasceu em Guimarães a 23 de junho de 1886. Era filho de Eduardo Manuel de Almeida, figura destacada da burguesia vimaranense, e irmão de Eduardo de Almeida, destacado advogado, escritor e político vimaranense. Estudou no Colégio de São Dâmaso, no antigo Convento da Costa, que abandonou, sem completar o curso liceal, para ir para a Inglaterra, frequentar o St. George's College. Prosseguiu os seus estudos em Liverpool e em Lacombe, na França, onde frequentou uma escola de artes e se fez notar pelo seu talento para o desenho, a que apenas se dedicou como amador. Uma doença obrigou-o a regressar a Guimarães. Trabalhou na Companhia de Fiação e Tecidos de Guimarães e no Banco Nacional Ultramarino. Em 1958, retirou-se para a Quinta de Vila Verde, onde se dedicou à escrita.

Dedicou-se a causas públicas. Colaborou intensamente com a Biblioteca da Sociedade Martins Sarmento. Foi juiz de diversas irmandades, nomeadamente da de São Nicolau. Trabalhou pelo desenvolvimento da Penha, tendo desempenhado um papel relevante no processo de aquisição da talha da antiga Igreja de Santa Clara, que acabaria por desaparecer num incêndio. Foi o principal promotor da subscrição pública para a compra do relógio da Igreja de São Dâmaso. Colaborou em diversas publicações periódicas, onde deixou, para além de poesia, abundante colaboração sobre os monumentos e o património de Guimarães.

Ainda não tinha 20 anos quando publicou o seu primeiro livro de poesia, *Trenos*, que foi bem acolhido pelo poeta Afonso Lopes Vieira, que apelidou o jovem autor de «apóstolo da Beleza». Na sua vasta bibliografia, para além de poesia, publicou algumas peças de teatro, um estudo sobre os azulejos da Igreja de São Dâmaso e um «Roteiro da Cidade de Guimarães», de que saíram várias edições.

Apaixonado das Festas Nicolinas, para as quais escreveu diversos textos, de que se destacam os seus pregões, de que foi o mais prolífico dos compositores. Escreveu pregões para 1907 (que circulou impresso, sem que tenha sido declamado), 1910, 1919, 1920, 1921, 1928, 1931, 1932, 1934, 1937, 1949, 1957, 1969. Ao todo, treze pregões repartidos por sete décadas.

Jerónimo de Almeida faleceu aos 88 anos, no dia 22 de fevereiro de 1975.

Já se perde nas brumas da memória
A lembrança do tempo que passou,
Já ninguém contar sabe agora a história
De quando a nossa Festa começou!
Mas se alguém existir e tenha a glória
De afirmar que tal data desvendou,
De cuidados se tire e, sem assombros,
A nossa capa negra deite aos ombros!

(Jerónimo de Almeida, Pregão de São Nicolau de 1931)

A. Amaro das Neves

No início, com mais ou menos inspiração poética, os pregões limitavam-se a cumprir a função de anunciarem os festejos de São Nicolau, convocando os estudantes a participarem, convidando a população a assistir e avisando os potenciais *futricas* (intrusos) dos castigos que lhes estavam destinados, caso ousassem intrometer-se numa festa onde não lhes era reconhecido o direito de participação. No princípio, eram textos quase intemporais. O seu conteúdo raramente continha referências datadas, pelo que o texto composto para um ano poderia perfeitamente servir, cumprindo a sua função, para outro ano qualquer (assim aconteceu com o pregão de 1822, de João Evangelista Morais Sarmento, que foi declamado em 1881, quase seis décadas depois de ter sido escrito). A partir de 1895, além de continuar a cumprir a sua função de anúncio do dia maior das festas dos estudantes de Guimarães, o pregão ampliou o seu horizonte temático e cresceu em tamanho, tornando-se uma espécie de anuário satírico, onde se tratam os acontecimentos do último ano.

Pregoar, em Tempo de Redes Sociais

J-Y. Durand

No dia 5 de dezembro, o cortejo do Pregão sai do Campo da Feira pelas 15h00, liderado pelo Primeiro Vogal da Academia a cavalo, vestido com o traje de gala (com laço branco e luvas brancas) e levando a Bandeira da Academia. O coche do Pregão, que vem atrás puxado por dois cavalos, transporta o Pregoeiro, o Presidente, o Vice-presidente e o Ponto, que assistirá o Pregoeiro. Um grupo de estudantes tocando o toque do Pregão encerra o cortejo. O Pregão é declamado sucessivamente em vários locais: Câmara Municipal, Escola Secundária Martins Sarmento, casa da Dona Aninhas, Torre dos Almadas e Largo do Toural.

Designado em virtude das suas capacidades vocais, o Pregoeiro tem uma tarefa árdua pela frente: o texto é bastante longo, deve ser dito de maneira entusiástica e deverá ser percetível pelo público sem o recurso a equipamento de amplificação. A ajuda do Ponto, escondido nas proximidades, será preciosa para suprir as falhas de memória. Francisco Guise conta assim os seus preparativos:

eu tinha de ter noção de que não podia dar-me ao luxo de chegar ali à Câmara e de me engasgar, cheio de tosse ou com dores de garganta, tenho de ter cuidado... deixar de fumar, deixar de beber coisas frias, beber um leite com mel antes de ir para a cama, tentar não apanhar frio e andar com a capa traçada. Portanto, o Pregoeiro tem de ter noção disto, de que não pode ficar mal, e ter noção da responsabilidade, cuidar da saúde para não correr mal. Por exemplo, no dia do Pinheiro começou a chover e o meu pai foi buscar o impermeável para meter por baixo da camisa para não me constipar, porque entre o Pinheiro e o Pregão ainda são seis dias e alguma coisa pode correr mal. Também nas Posses fiquei todo suado e até acabei por deitar a camisa fora e tive de a tirar para não me constipar. E mesmo nessa noite ainda fui à Torre dos Almadas para ensaiar outra vez. [...] A partir de uma certa altura, já nem tenho de me preocupar com o texto porque se uma pessoa treinar muitas vezes aprende facilmente e às vezes até é o Ponto que tem de se preparar mais para não falhar. Ele está atrás, vai dizendo as coisas e ele é que tem de treinar bem para dizer tudo com calma, e o Pregoeiro só tem é de estudar e estar com a cabeça fresca porque o Ponto é que tem de estar a recitar por trás e o Pregoeiro entoa da maneira que acha melhor. Nisso, um mau Ponto dá geralmente um mau Pregoeiro. O Ponto é que tem de estudar a olhar para o papel e o Pregoeiro tem de ouvir... o Ponto também deve olhar para o papel e ir fazendo anotações: por exemplo, alguns versos tem de dizê-lo junto em vez de parar porque eu ali estou a contar uma história, até posso nem rimar, mas o objetivo é que as pessoas entendam aquilo direitinho. E mesmo os autores do pregão ajudam nisso, eles é que o fazem e é que sabem como deve ser dito... este ano já fui acompanhado por velhos e antigos pregoeiros que faziam as anotações necessárias em alguns versos, para se saber como dizê-los... Basicamente, é como se o Ponto tivesse um mapa e me dissesse por onde é que eu tenho de ir, é o nosso GPS.

A primeira declamação tem lugar numa varanda da Câmara Municipal, na presença do presidente da Câmara, a quem é entregue um exemplar do texto e que se mostra paciente ao longo da meia hora de duração aproximada da récita. Os outros membros da Comissão, dispersos entre a multidão agrupada no largo, têm a responsabilidade de assegurar que seja respeitado o maior silêncio possível. O número de assistentes vai variando ao longo da tarde, nunca chegando a ultrapassar mais de trezentas pessoas nos últimos anos, entre estudantes e moradores do centro, e vai escasseando aos poucos até à última declamação, no Toural, que termina já de noite, acompanhada sobretudo pelos nicolinos mais entusiastas. Segundo a opinião geral, depois de vários anos de decadência, o Pregão tem conseguido ultimamente voltar a atrair mais espectadores. Panfletos com o texto são distribuídos aos presentes, existindo também uma edição de melhor qualidade, os Pregões Dourados.

Diversos temas fixos estão presentes nos pregões: exaltação de Guimarães e de Portugal; elogio a São Nicolau; referências à mitologia clássica; considerações futebolísticas acerca dos resultados do Vitória Sport Club; culto do amor; apreciação do estado das Festas Nicolinas e da qualidade da sua realização; opiniões sobre as suas possíveis evoluções; apelo à energia dos tocadores de caixas e bombos... As notas mais satíricas dizem habitualmente respeito a referências à política local e nacional e podem fornecer interessantes perspetivas e pormenores, como se verifica em particular nos textos mais antigos. De todos os pregões coligidos até à data (editados em dois volumes pela AAELG / VN, contendo os textos até 1997 e os vinte anos seguintes), o mais antigo é de 1817, sendo provável que tenha havido outros antes. O historiador António Amaro das Neves, no seu blogue *Memória de Araduca*, tem explorado este manancial de informações vimaranenses de uma maneira muito atenta, articulando assim interesses nicolinos de outros tempos com a vida quotidiana da cidade. O eventual interesse dos pregões atuais para as gerações vindouras poderá ser diferente: as mascarilhas (respetivamente branca e verde) nas testas do Pregoeiro e do Primeiro Vogal da Academia têm hoje uma função meramente simbólica, evocativa de tempos em que a expressão pública de divergências podia ter consequências drásticas. Na época atual de *fake news*, redes sociais desenfreadas e comentários desbocados a artigos de jornais, a sátira do Pregão, escrita com cuidado num estilo desusado, parece hoje muito inócua. Como aconteceu em 2011, será preciso um ataque pessoal, qualificado num comunicado oficial de «mentira torpe e populista que põe em causa o [seu] bom nome e a [sua] dignidade» para suscitar a manifestação pública da ira do presidente da Câmara, e voltar a atribuir a um número das Festas Nicolinas um travo de irreverência real, menos esperada e previsível.

O Pregão pode ter sido escolhido por votação entre várias propostas e a sua qualidade pode variar ao longo das edições sucessivas das Festas (sendo muitos deles escritos por figuras intelectuais da cidade). De ano para ano, existe uma certa competição entre os candidatos, que expressam por vezes opiniões muito críticas acerca das competências retóricas e da qualidade estilística dos seus concorrentes. Mas os vimaranenses que consideram que este número festivo tem vindo a perder a sua alma apontam sobretudo para o que entendem ser uma deficiente preparação oratória dos estudantes.

No dia do Pregão, a Comissão almoça em casa do autor do texto selecionado e janta com a família do Pregoeiro, o qual procede a mais uma declamação em privado. Esta prática inabitual é mais uma indicação da importância atribuída a este número programático, encarado pelos nicolinos como uma ponte perfeita entre os conhecimentos escolares e a alegre irreverência estudantil. Este último atributo manifesta-se ainda de outra forma no Pregão: as garrafas transportadas na carroça vão sendo esvaziadas pelas gargantas da Comissão, um esforço referido por um Presidente como uma manifestação de «solidariedade com o Pregoeiro», cuja laringe passa por uma dura prova. Realmente empenhado, este apoio é prestado ao longo de toda a tarde, sem grandes preocupações de discrição, e suscita nos adultos presentes comentários que vão desde uma jovial indulgência cúmplice («isto não é nada, o ano passado, no Toural, o rapaz já não se aguentava em cima do cavalo») a uma censura inquieta («está a ser de mais», «há mesmo um problema», «Tem de se fazer algo»). Como acontece com a questão das «praxes», trata-se de outra indicação problemática suscitada hoje pela presença do álcool em festas juvenis. Sabe-se que, para adolescentes e jovens adultos, o álcool constitui um forte vetor de sociabilidade. No entanto, num tempo em que as modalidades e a aceitação social (ou mesmo a legalidade) deste consumo, em particular em público, se afastam daquilo que foram durante

décadas ou séculos, nomeadamente nas festas populares, o que podia ser visto como uma «tradição» ganha dimensões cada vez mais controversas.

A Entrega das Maçãs (Maçãzinhas)

A. Amaro das Neves

O cortejo da entrega das maçãs, ou as Maçãzinhas, remete-nos para a antiga renda a que os coreiros da Colegiada tinham direito, que deveria ser retirada dos dízimos de Urgezes. Era um cortejo de carros alegóricos, composto por estudantes mascarados, muitos deles a cavalo, que animavam as ruas de Guimarães com as suas danças e folias, para além de cortejarem as moças que os aguardavam em janelas e varandas. Estas danças, também chamadas bailes ou *encamisadas*, são, de todas as manifestações festivas dedicadas pelos estudantes de Guimarães ao seu santo padroeiro, as mais antigas de que há memória (sabemos, por um documento de 1664, que foi com comédias e danças que os estudantes angariaram os meios para a ereção da Capela de São Nicolau). A mais antiga menção à oferta das maçãs às donzelas de Guimarães está numa referência ao *insigne pomo* inscrita no pregão de 1818 por João Evangelista de Morais Sarmento. Com o decurso dos anos, a entrega das maçãs foi-se dissociando das danças, que se foram recolhendo ao espaço fechado das salas de espetáculos, embora continuassem presentes na tradição de os estudantes desfilarem mascarados no cortejo.

As Maçãzinhas são um dos números mais antigos das Festas, no qual os estudantes partilhavam com as moças de Guimarães – sem esquecerem as freiras de Santa Clara —, boa parte da renda que recebiam em Urgezes, que incluía dois centos de maçãs. Já nos primeiros pregões apareciam referências à entrega das maçãs *rubicundas* (vermelhas) ou *pomos do amor* às damas de Guimarães, no dia 6 de dezembro. Mas não eram só maçãs que os estudantes levavam às raparigas: em meados do século XIX, também ofereciam, cravados na ponta das suas lanças, «açucarados bolos» e «lourejantes castanhas, de mistura com amêndoas, uvas de Alicante, e outras especiarias.» Este número era então chamado de *distribuição das maçãs*. Só em 1911 é que aparece, pela primeira vez, a expressão «distribuição das maçãzinhas». Lentamente, chegar-se-ia à designação «cortejo das maçãzinhas» ou, simplesmente, «maçãzinhas», denominação que seria oficialmente consagrada no programa das Nicolinas a partir do ano de 1961.

O 6 de dezembro era dia de os estudantes andarem pelas ruas a insinuarem-se às moças, a quem entregavam «a renda». Nos primórdios das Festas, as raparigas não esperavam os estudantes num local previamente estabelecido. Punham-se à janela nas suas casas, onde os rapazes as iam procurar. Assim, antes do Toural e da praça de São Tiago, o palco da entrega das maçãs era qualquer lugar de Guimarães onde houvesse uma rapariga à espera delas.

No dia de São Nicolau de 1883, o jornal *O Espectador* publicou uma descrição das velhas festas dos estudantes a São Nicolau, em que se refere a renda de Urgezes e o destino que lhe era dado:

«Os coreiros, indo ali todos os anos, no dia de São Nicolau, receber a renda, vinham depois a cavalo e em hábitos corais, oferecer da mesma às pessoas mais gradas da terra. Esta usança, depois de renhidas demandas e peripécias várias, passou para os estudantes de latim em Guimarães, que deram ao caso as aparências de uma grande festa.

Recebida a renda, os estudantes seguiam em cortejo desde Urgezes, entravam na cidade, «apresentavam-se» ao pinheiro, erguido no Toural, desde o dia 29, e procediam à sua distribuição pela população, guardando as maçãs rubicundas para as donzelas da terra.»

Há muito tempo que era assim. Já no pregão de 1827 se lia que

As maçãs, de ouro não, mas tão perfeitas,
Tão dignas de ser dadas, ser aceitas.
Que entre as belas toucadas não irritem,
Mas a fagueiros risos as excitem.

Quando, em 1834, por força da extinção dos dízimos, a Colegiada deixou de receber a renda de Urgezes, também deixou de pagar o que era devido aos estudantes, o que deu origem a um célebre litígio judicial, que acabaria com sentença a favor dos cónegos. No entanto, os estudantes continuaram a entregar as maçãs às raparigas em dia de São Nicolau, sendo corrente a afirmação de que seriam colhidas pelas suas próprias mãos, como se percebe deste trecho do pregão de 1842:

Iremos todos, de prazer arfando,
Rubros pomos colher, maçãs mimosas,
Para vir ofertar às mais formosas.

Um texto sobre as festas a São Nicolau que o jornal *Tesoura de Guimarães* publicou em 1858 dá elementos para a compreensão da raiz da visível decadência das celebrações do dia de São Nicolau, em que as folias de mascarados já não seriam mais do que uma pálida memória do colorido e da animação que antigamente invadia as ruas de Guimarães naquele dia.

«Ontem a distribuição da renda pelas damas começou tarde. Era meio-dia quando os cavaleiros se espalharam pelas ruas chegando às belas meninas, que ornavam as janelas, as coradas maçãs e açucarados bolos que cravados tinham nas pontas agudas das suas lanças douradas.
Às duas horas da tarde estava tudo distribuído.
Poucas foram as exibições que apareceram no resto do dia, mas algumas delas chistosas e picantes.»

Aquando do ressurgimento das Festas, em 1895, a entrega das maçãs atingiu particular brilho, como então relatava o *Vimaranense*:

«No dia imediato pela uma hora da tarde a distribuição das maçãs às damas que nas suas varandas as disputaram à porfia, e cujas toilettes *vistosas imprimiam um cachet alegre e encantador a esta festa juvenil. Antes da distribuição das maçãs o Bando académico, vindo de Santo Estêvão, andou em comum pelo centro da cidade ostentando as suas luxuosas vestes. Era formado por 40 cavaleiros e 5 carros. Antes de se dividir pelos diversos pontos da cidade o seu aspeto era realmente surpreendente e deslumbrante.»*

Nos anos que se seguiram, a entrega das maçãs continuou a ser um dos números centrais das festas dos estudantes de Guimarães. Em 1899, o programa anunciava-as assim:

No dia 6, das onze horas para o meio-dia entrará nesta cidade a triunfante cavalhada, vinda dos lados da Vaca Negra, pela rua de Alegria, rua de Camões, S. Francisco, circulando o pinheiro, São Dâmaso, Senhora da Guia,

Oliveira, rua da Rainha, rua de Santo António, Gil Vicente, Paio Galvão, Toural e novo círculo ao pinheiro. Daqui, à voz de – destroçar – distribuir-se-ão as
«Vermelhas maçãs, que as donzelas
Recebem em suas próprias janelas.»

No entanto, apesar da promessa, o cortejo daquele ano não atingiria o fulgor prometido, tendo o jornal *O Comércio de Guimarães* classificado a entrega das maçãs como «muito pobrezinha, apenas uma dúzia de rapazes, se tanto, tomaram parte neste número do programa, sem dúvida o mais distinto de todos os dos festejos.»

Em 1901, ao contrário do que era costume até aí, em que a entrega das maçãs acontecia de manhã, os estudantes iniciaram a distribuição às três horas da tarde, depois de uma cerimónia de continência à bandeira escolástica, hasteada no pinheiro. Nos anos que se seguiriam, realizar-se-iam ora pelo meio-dia, ora de tarde, com tendência para empurrar a celebração para horas mais adiantadas.

Em 1903, organizou-se uma comissão de senhoras, incumbida de premiar o melhor carro do cortejo da entrega das maçãs. Segundo anunciava O *Comércio de Guimarães*, estariam a ser preparados, pelo menos, uns catorze carros, bem enfeitados e com bons costumes. Dias depois, o *Independente* dava conta dos resultados da avaliação da tal comissão:

«A entrega das maçãs às gentilíssimas senhoras de Guimarães, realizou-se ontem, aparecendo alguns estudantes ricamente vestidos em carros luxuosamente postos, sendo conferido o prémio das senhoras aos Srs. Joaquim Meneses e Gualter Martins, constando o prémio de um bandolim e o segundo de um alfinete de ouro.

Zeca Meira, muito engraçado, representando uma formosa leiteira muito catita, um verdadeiro bijou.
Foi este estudante o que mais engraçado se apresentou no cortejo das maçãs merecendo por isso o prémio da consagração popular. Também se destacaram os académicos João Artur, Couto, Fortunato Sampaio, Fernando Sampaio Bourbon e Gonçalo Sampaio Bourbon.»

Em 1903, o cortejo foi muito participado, embora tenha sido classificado como o «mais pobrezinho» que até então se fizera, porque lhe faltou a banda de música a tocar o Hino Escolástico. Nos tempos que se seguiriam, este número das Festas Nicolinas tenderia a ser classificado mais vezes como um fiasco do que como um sucesso. A adesão dos estudantes ao cortejo das maçãs variava conforme os anos, mas era visível que a tendência seria para uma progressiva perda do antigo brilho. Com altos e baixos, esta foi a tendência que se manteve até aos nossos dias, com o dia de São Nicolau, 6 de dezembro, a perder o antigo fulgor e a deixar de ser o dia principal das festividades de São Nicolau dos estudantes de Guimarães.

Como se percebe, o cortejo e a entrega das maçãs eram, no passado, algo diferentes daquilo que são hoje. Eram, desde logo, muito mais vistosos e ritualizados. Os estudantes vinham, desde Urgezes, a cavalo (os mais novos) ou em carros (os outros). Em chegando ao Toural, davam meia volta ao pinheiro, em homenagem a Minerva. Seguidamente, dispersavam-se pela cidade, entregando as maçãs, sem desmontarem dos cavalos

ou dos carros que os transportavam, espetadas nas pontas das suas lanças, enfeitadas com fitas coloridas, às damas que as aguardavam nas janelas e varandas das suas casas.

Depois da distribuição das maçãs, que acontecia bem mais cedo do que nos dias de hoje, saíam à rua as danças, que eram manifestações de teatro de rua executadas por grupos de estudantes. Estas folias consumavam o número mais esperado das festas, fazendo parte da matriz original das celebrações a São Nicolau em Guimarães. Na atualidade, as Danças de São Nicolau, renascidas das cinzas há algumas décadas por obra dos Velhos Nicolinos, são, a par do Pinheiro, um dos momentos mais aguardados e de maior sucesso das Festas. No entanto, não preenchem o espaço das antigas exibições de rua que aconteciam no dia 6 de dezembro e que explicavam porque é que, antigamente, era este o dia principal das Festas.

Galantear em tempos de SMS

J-Y. Durand

A realização do número das Maçãzinhas, no dia litúrgico de São Nicolau, e por isso qualificado com frequência como o mais importante das Festas Nicolinas, proporciona a meninos acolhidos no Lar de São José, de onde sai o cortejo, a oportunidade de serem escudeiros dos nicolinos. Para nicolinos que não sejam membros da Comissão, esta é também a sua única oportunidade de terem um papel ativo nos festejos para além de tocarem caixas ou bombos. O cortejo de carros alegóricos, preparados por alunos das escolas e que serão premiados por um júri, deve chegar ao espaço onde se realizará o número: aconteceu no largo do Toural em 2014, na praça de São Tiago em 2015. A questão da escolha entre o Toural, mais majestoso mas com trânsito automóvel, e a praça de São Tiago, de escala menor e mais intimista, constitui uma das questões nicolinas debatidas continuamente na esfera pública vimaranense. Embora a nova localização tenha sido escolhida por razões práticas, há quem veja nela uma evocação da chegada do culto de São Nicolau a Guimarães a partir de Santiago de Compostela.

Tal como no Pregão, o cortejo é liderado pelo Primeiro Vogal da Academia montado a cavalo e arvorando a Bandeira. Os carros decorados das escolas seguem atrás, transportando os rapazes (os membros da Comissão, os alunos das escolas, os meninos do Lar de São José) e as suas lanças: longas canas equipadas com uma extremidade pontiaguda em metal e ornamentadas com fitas coloridas. Segue o «coche dos 4»: o Presidente, o Vice-presidente, o Tesoureiro e o Secretário da Comissão. A banda fecha o cortejo, tocando o hino de São Nicolau.

Em 2015, quando os carros chegaram à praça de S. Tiago, a multidão de curiosos já ocupava praticamente todo o espaço. Como era domingo, os Velhos Nicolinos estavam excecionalmente autorizados a participar no número, e muitos dos seus familiares estavam presentes para assistir a essa cura de rejuvenescimento.

As meninas esperam nas varandas que decoraram com capas pretas enfeitadas com flores de camélias. Observam e comentam a chegada dos rapazes que descarregam as suas lanças e pedem aos seus escudeiros que coloquem uma maçã na ponta. A lança é em seguida içada até à varanda onde se encontra a menina que se pretende presentear e que retribui a dádiva atando um pequeno presente à lança. A operação é repetida até ao fim da reserva de maçãs. Rapidamente, uma pequena floresta de lanças e de fitas coloridas cria uma animação aérea na praça, um espetáculo muito apreciado pelos turistas, mais uma vez surpreendidos pelas Festas Nicolinas no espaço de poucos dias da sua visita à cidade.

As lanças, fabricadas por artesãos latoeiros, podem ser decoradas com diversos motivos gravados do agrado do respetivo dono ou com reproduções em miniatura de diversos objetos, isolados ou em combinações: caixa e bombo, flores (por vezes num cesto), coração, esfera armilar, escudo, castelo de Guimarães, etc. Estas decorações representam uma declinação dos grandes temas nicolinos, com a exceção do próprio padroeiro São Nicolau, que não parece ser aqui uma presença costumeira: a nacionalidade, a cidade e a sua história; o amor; a exaltação das próprias Festas. As lanças recebem muitas fitas com inscrições, oferecidas aos rapazes pelas diversas mulheres que contam na sua vida: familiares, amigas, namorada... A fita mais comprida e larga é de cor branca e é usada para atar todas as outras. É oferecida pela mãe de cada rapaz aquando da primeira participação do jovem nas Maçãzinhas Esta é a opinião mais comummente aceite, mas alguns dizem que a fita branca também pode ser ofertada pela namorada do rapaz no caso de haver um compromisso sério assumido. Mais frequente é a ideia de que a fita da namorada deve ser cor-de-rosa. Entre

os nicolinos circulam interpretações contraditórias quanto à simbologia cromática das fitas, aparentemente desprovidas de qualquer fundamento tradicional local e limitando-se a reproduzir ideias comuns acerca dos significados das cores nas sociedades europeias.

Cada conjunto de fitas, que vai crescendo no decurso dos anos, constitui, por conseguinte, uma pequena enciclopédia dos afetos do respetivo dono, e, em certas famílias, as lanças são conservadas quase com devoção. A latoaria faz parte das técnicas artesanais em via de extinção e, com a cessação da conhecida atividade do Sr. Eduardo Lobo — que, ao longo de sessenta anos, foi o principal fornecedor de lanças para as Maçãzinhas —, tornou-se mais difícil encontrar lanças. Em dezembro de 2015, a ACFN tomou uma iniciativa importante, anunciando o seguinte na sua página no Facebook: «Devido às dificuldades dos estudantes, em anos anteriores, na procura de lanças para as Maçãzinhas, a ACFN encetou contactos com o objetivo de satisfazer os estudantes para a sua participação nas Maçãzinhas. Assim, para quem desejar adquirir uma lança para as Maçãzinhas, por favor contactar a ACFN.» Alguns Velhos Nicolinos fazem questão de encomendar uma lança nova para cada uma das suas participações nos anos em que o número coincide com um domingo, e existem pequenas coleções destas peças de artesanato especificamente vimaranenses que justificariam, pelo menos, a elaboração de um registo preciso ou mesmo a realização de um estudo específico explorando todas as dimensões técnicas, estéticas, simbólicas desses objetos e da sua vida social na cidade.

As Maçãzinhas atraem muitos espectadores, evocando muitos deles um tempo em que os nicolinos se preocupavam mais com a forma como se apresentavam e com o seu comportamento, em que os carros alegóricos eram muitos mais criativos e, sobretudo, um tempo em que as trocas de prendas durante este número era uma das poucas formas autorizadas de comunicar afetos, podendo auspiciar o início ou a confirmação de um «namoro sério». À semelhança do Pregão, a mudança radical do contexto sociocultural conduz à evolução dos significados dessa atividade programática das Maçãzinhas, que passou a ser agora sobretudo uma evocação encenada — mas nem por isso os seus participantes, plenamente conscientes destas mudanças, a consideram menos autêntica e significativa, mas num outro registo: o «respeito pela tradição».

Quando se fala de tradição a propósito das Maçãzinhas, alude-se a dois planos distintos mas indissociáveis: por um lado, a forma tradicional da realização do número e, por outro lado, a maneira como assenta na definição vigente dos papéis de género. Aceitar uma modificação da primeira implica significar que a segunda também pode mudar. Ora, este número é o último reduto nicolino, com a Comissão, que resiste à participação feminina nas Festas ou, mais exatamente, que a define de uma maneira muito precisa e limitada, sempre absolutamente distinta e separada da participação masculina.

Neste sentido, a participação da Escola Secundária Santos Simões em 2017 resultou numa acesa polémica que continuou a ecoar nos jornais e nas redes sociais muitas semanas após o acontecimento. No seguimento de um projeto pedagógico, o carro dessa escola ilustrava o tema da igualdade de género (e também o tema da integração, como faz questão de salientar quem participou, com a presença de uma aluna cega no carro), com rapazes de saia (vestidas por cima das calças) e raparigas de calças. Em si, o tema não teria sido problemático, mas a pretensão de pôr alunas a desempenharem um papel desde sempre reservado aos rapazes foi inaceitável para a Comissão, cujo Presidente pediu que se apeassem do carro antes da saída

do cortejo. Todavia, quando o desfile chegou à rua estreita que desemboca na praça de São Tiago, as alunas voltaram a subir para o carro para também poderem brandir lanças. Algumas estudantes que se encontravam nas varandas por cima do carro, ou que se aproximaram para manifestar o seu desagrado, chegaram a tratar as contestatárias de «rameiras» e atiraram moedas para dentro do carro. «Paguei o meu bilhete de autocarro com o que apanhei, e sobrou bastante», contou depois uma das raparigas acusadas de «lixar» o dia da Comissão e em particular do Presidente. E alguns espectadores, tanto homens como mulheres, exprimiam ora apoio e «orgulho», ora, com maior frequência, censura e repúdio, enquanto o Presidente, que entretanto chamara alguns Velhos Nicolinos em seu socorro, tentava convencer as professoras, vindas em apoio dos seus alunos agora consternados, de que a iniciativa era descabida. A celeuma ficou limitada à retaguarda do cortejo e a maior parte das centenas de espectadores nunca se apercebeu do que estava a acontecer. Três turistas asiáticas que fotografavam e filmavam freneticamente com os seus telemóveis pareciam, no entanto, muito perplexas perante aquela cena, cientes de que estava a ser debatido um assunto polémico, mas incapazes de discernir a sua essência.

O inevitável imediatismo hoje habitual fez a polémica estalar nas redes sociais, tendo a controvérsia durado várias semanas. No próprio dia do sucedido, a Comissão divulgou um comunicado para «repudiar a atitude que a Escola Secundária Santos Simões teve no cortejo das Maçãzinhas»: integrar raparigas no desfile foi um «desrespeito à comunidade nicolina e às tradições seculares vimaranenses»:

> A comissão respeita os movimentos feministas mas entende que esse tipo de movimentos não pode confundir liberdade e igualdade de género com adulteração de uma tradição enraizada nas gentes de Guimarães.
>
> Lembrando ainda que as festas são em honra a São Nicolau e em honra das mulheres, tendo a mulher um papel crucial nas festas, e que durante todos estes séculos as mulheres foram o pilar e as grandes impulsionadoras deste tipo de festejos, mais concretamente as Maçãzinhas. A proibição de raparigas nos carros é só e apenas pelo facto de este ser o dia dedicado a elas.

Algumas trocas feitas em grupos fechados de discussão em linha chegaram a ser francamente agressivas e insultuosas, mesmo que para muitas vozes críticas a iniciativa da escola se tenha devido sobretudo a uma incultura nicolina lamentável embora em parte compreensível: «Ouvi dizer que os professores não são de Guimarães, nem sequer sabem do que estão a falar.» Exterioridade e ignorância explicariam uma incompetência que, afinal, realça a legítima identidade vimaranense de quem realmente «sabe». Mas o argumento do desconhecimento do costume e da necessidade do seu inquestionável respeito presta-se a servir os dois lados, consoante se considere que importa mais obedecer à forma da tradição ou cumprir o seu espírito. Para os defensores da primeira posição, as Maçãzinhas remetem para uma simbologia romântica qualificada de «bonita», «linda», que merece ser preservada, nem que seja pelo simples facto de que «sempre foi assim», de que «é a tradição», «porquê mudar, não faz sentido». Todavia, a opinião de que esta prática traduz o que são e deveriam sempre ser os papéis masculinos e femininos, no namoro e na vida social em geral, nunca parece ter sido expressa abertamente no debate. Independentemente das dificuldades que a sua implementação enfrenta, a noção de igualdade de género, além de consagrada na lei, tornou-se

socialmente dominante: passou a ser extremamente difícil defender de forma aberta a posição oposta — o que não significa que esta não continue a ser estatisticamente mais frequente. Por conseguinte, em qualquer debate sobre as relações de género, quem pensa que as diferenças biológicas entre homens e mulheres justificam diferenças sociais, numerosas e profundas ou reduzidas e superficiais, começa por se revelar partidário da igualdade — mas só até um certo limite.

Ao afirmar «respeitar» posições «feministas», o comunicado da Comissão exprime, no entanto, o receio de que essas atitudes resultem na «adulteração de uma tradição enraizada». Estas palavras foram alvo de acusações ao serem entendidas como uma tentativa hipócrita de encapotar um conservadorismo e um machismo antiquados, já que a adulteração da tradição é precisamente o objetivo de quem a critica. Para um pai favorável à iniciativa contestatária, e mesmo «à participação das meninas na Comissão», «isto faz lembrar quem diz "não sou racista, mas...", não pode haver "mas", são assuntos em que é ou não é, ponto final.» Num artigo publicado na *Gazeta Vimaranense* (https://duascaras.pt/2017/12/14/), Luísa Alvão refere o seguinte: «Este ato de repúdio claramente mostra o quanto a Comissão das Festas Nicolinas está aberta à mudança e à discussão. [...] Onde é que já ouvi isto? Onde é que as mulheres já ouviram isto? [...] Se o dia é dedicado às mulheres, porque não deixarem que estas escolham o que querem fazer?» E, numa linha de argumentação semelhante, uma das raparigas envolvidas na polémica declarou o seguinte: «Se ser homenageada quer dizer que tenho de ficar calada, então não o quero ser.» Numa conversa ocorrida meses mais tarde, os membros da Comissão desvalorizaram tais interpretações, escudando-se na ideia de que as Maçãzinhas são uma evocação, uma representação, e que mudar a sua forma seria destruir o seu sentido. Contudo, indiciavam dificuldades em integrar na sua argumentação o facto de que, como refere o seu comunicado, «as festas são mutáveis», já que, ao mesmo tempo, «essa mesma mutação não pode nem deve atropelar os ideais Nicolinos e Vimaranenses»: é fácil para os seus oponentes lembrar que «outras escolas não podiam participar, mulheres também não, tudo mudou, mas as Festas continuam, onde está o problema?» Para quem discorda, o problema seria, precisamente, «ir longe de mais» ou que «se vale tudo, já não se entende o que faz sentido» — interpretações por vezes expressas num tom marcado por uma certa aflição perante um sentimento de desnorte cultural, de perda de controlo sobre valores entendidos como fundamentais. João Neves é um dos Velhos Nicolinos que assumem uma perspetiva inversa, aberta à mudança:

Sim, senhor, as festas são feitas dos rapazes para as raparigas, também são umas festas de amor, mas não sei nem estou preocupado com isso se um dia estiver um rapaz na varanda e um cá em baixo a dar. Não tenho problema nenhum com isto. Se é uma questão de dar ou gostar, pode estar uma rapariga cá em baixo e outra lá em cima, ou uma rapariga cá em baixo e um rapaz lá em cima, para mim continuam a ser Maçãzinhas na mesma. Temos de abrir um bocado mais o espírito, porque para aí se caminha. Daí que toda esta evolução das Festas, o número mais rico sendo as Maçãzinhas, devia ganhar outra pujança e se tiver de acontecer os rapazes irem lá para cima, então que seja, se for para melhorar. Se puserem dez carros todos engalanados... ou mesmo, se pensarmos, as Festas até podiam ser muito mais bem organizadas se tivessem mulheres na Comissão.

Mas o mesmo nicolino admite ter plena consciência de que estas ideias são

absurdos totais em termos atuais, não dá para sermos excomungados, mas... temos de estar preparados para isso mesmo. Por exemplo, um dia em que apareçam mulheres para serem da Comissão, o que é que eu faço?

Ora, do lado de quem se apresenta favorável às mudanças, é comum considerar que a invocação da «tradição» para defender uma prática que é objeto de polémica não tem valor de argumento, por ignorar os aspetos morais da questão e permitir justificar qualquer comportamento. Porém, o enaltecimento da inovação, da mudança e da originalidade que é um parâmetro dominante na sociedade atual não é um valor neutro. Não é menos social e menos culturalmente moldado do que a valorização da tradição. Ambos os posicionamentos resultam de mesmo modo de determinado contexto. Além disso, será avisado evitar uma imagem demasiado redutora de opiniões que, na realidade, são muito diversas. Tais atitudes podem, de facto, incluir tanto o repúdio completo (mais implícito do que assumido) da igualdade de género, ou um leque de versões mais ou menos diluídas desta recusa, como um apego estético ou sentimental ao modo de realizar uma tradição que «sempre vi fazer assim», ou ainda a ideia (defendida em tempos pelo nicolino-mor Hélder Rocha) de que o número das Maçãzinhas deve manter a sua configuração atual porque é uma representação assumidamente anacrónica, ou muito simplesmente uma reação perante a maneira como o assunto foi desencadeado. Aliás, esta última renitência é também exprimida por quem considera que «O que conta nas Maçãzinhas é o amor, e o amor hoje é assim, gosta-se ou não», «Quais Maçãzinhas, agora é só SMS e WhatsApp!»

Mesmo havendo nicolinos que não se importariam «nada de ver raparigas nos carros e rapazes na varanda, ou um rapaz a dar uma maçã a outro rapaz, ou uma rapariga a outra, sei lá», ou que se dizem «convicto[s] de que estas coisas vão mudar, só pode ser, basta ver tudo o que já mudou nas Festas quando se pensava que era impossível», quase todos declaram também «Não gostei da maneira como o fizeram», «pareceu um golpe», «era desnecessário». Para alguns, o diretor da Escola Secundária Santos Simões «deveria saber melhor», sendo ele próprio um nicolino. Questionado quando a poeira já tinha assentado, o diretor da escola faz questão de dizer que nunca faltou a um Pinheiro e declara ter indicado a docentes e a alunos que, na sua opinião, o carro não deveria ser autorizado a integrar o cortejo — o que, de facto, só se verificou após a saída das raparigas, as quais voltariam a juntar-se aos rapazes na proximidade da praça, numa atitude entendida por muitos como um «golpe». Mas todos aqueles que tiveram de enfrentar inúmeras e inflamadas manifestações de desagradado por parte de colegas pelo facto de terem atraído o opróbrio nicolino sobre a escola recusam com veemência a frequente acusação de «provocação» gratuita: «gostamos das Festas, é só que pensamos que há coisas que deveriam mudar, que já não fazem sentido», «eles não são donos das Festas».

O coletivo subjacente à palavra «eles» remete para um grupo inteiramente impreciso, sem identificação clara, e parece indiciar a ideia, manifestada pelo menos por parte de alguns alunos da Escola Santos Simões (certamente não de todos, pois alguns já chegaram a integrar a Comissão no passado), de serem detentores de uma legitimidade menor, de que existe um círculo restrito de poder nicolino que lhes escapa. E uma das docentes envolvidas na polémica iniciativa acrescenta: «Somos aqui uma escola periférica, em todos os sentidos, socialmente também.» Quer estas opiniões sejam comprovadas ou, pelo contrário, meramente decorrentes de perceções erradas, o facto de existirem e serem expressas indica, em todo o caso, que, mesmo decorridos trinta e cinco anos, a integração de todas as escolas no universo nicolino ainda não está completamente assimilada: as festas podem servir para promover a coesão de um grupo social e, em simultâneo, para marcar limites no seu seio.

Na perspetiva dos críticos dos promotores da iniciativa da Escola Secundária Santos Simões, existem «sítios», «instâncias», para debater esses assuntos, referindo-se às instituições nicolinas e em particular às duas edições das «convenções», organizadas em 1995 e 2015, nas quais a possibilidade de evoluções foi abordada publicamente. No entanto, excetuando os reduzidos elementos que integram a Comissão (que no ano seguinte podem começar a pertencer à ACFN), os alunos das escolas secundárias não têm contactos com estas associações de adultos que olham as Festas de uma maneira inevitavelmente diferente. E a questão toca aqui numa dimensão que ultrapassa a simples eventual reformulação do número das Maçãzinhas: a partir de meados do século passado, deu-se uma progressiva institucionalização das Festas coma fundação da AAEELG, o relançamento da Irmandade de São Nicolau e, mais tarde, a criação da ACFN. Sendo, em teoria, «dos estudantes», as Festas Nicolinas passaram a ser, na realidade, cada vez mais enquadradas pelos ex-estudantes, os Velhos Nicolinos, ou mesmo por uma estrutura na qual é possível participar sem se ser nicolino, como no caso da Irmandade de São Nicolau. Neste momento, a autoridade nicolina encontra-se de facto localizada, em graus variáveis, nas três «instituições» associadas às Festas. Por exemplo, é perante estas entidades que os novos membros da Comissão devem prestar juramento. Na hipótese de surgirem candidaturas femininas no dia da eleição, a decisão caberia aos Velhos Nicolinos e não à assembleia de estudantes — na qual as raparigas são agora a maioria. E na eventualidade (implausível, é certo) de uma Comissão considerar que as raparigas deveriam estar presentes nos carros do cortejo das Maçãzinhas, é possível duvidar da margem de manobra que lhes seria permitida.

Tanto quanto é possível saber, a transmissão da tradição nicolina costumava ser inteiramente oral e consuetudinária. Mas o aparecimento de associações oficiais tem sido acompanhado de uma deslocação do poder de decisão. Apesar da reiterada afirmação de que «as festas são dos estudantes», este poder é agora detido pelas instituições nicolinas e escapa aos estudantes, uma evolução que poderá ter sido favorecida pela fragmentação do corpo estudantil, outrora concentrado no Liceu de Guimarães mas agora repartido entre diversas escolas — entre as quais não existe necessariamente uma grande empatia. A institucionalização também causa uma progressiva formalização que torna mais rígidas as perspetivas de evolução das práticas, mesmo assentando num conjunto de textos mais descritivos do que regulamentares e cuja abrangência é lacunar. Houve diversas tentativas de formular um Estatuto Nicolino que deixaram esboços mas que não chegaram a ser adotadas (ver http://www.nicolinos.pt/arquivo/141). João Neves lembra que há alguns anos houve uma tentativa de criação

de uma Comissão de Festas feminina, inclusive temos atas disto, e que era exclusivamente para a organização das varandas nas Maçãzinhas. Eu na altura falei que esse podia ser um primeiro passo. Na minha opinião pessoal, as Festas só ficariam a ganhar com a entrada de mulheres nas Comissões. Mas isto é uma opinião pessoal, de quem esteve por dentro e sente isto e tem uma filha e um rapaz da idade deles. E sei que as mulheres têm outra maturidade com essa idade que não têm os rapazes. E tentar organizar umas festas com uma Comissão só de rapazes é muitas vezes um milagre.

Tais opiniões são claramente minoritárias no universo nicolino, seja porque se considera que, por princípio, a forma da tradição deve manter-se inalterada, seja porque, para algumas pessoas, não é assim tão certo que as adolescentes tenham maior maturidade — por exemplo, em relação à questão do consumo alcoólico: «hoje em dia, elas não são diferentes.» De qualquer maneira, a única referência explícita à exclusão de raparigas na Comissão encontra-se numa página do *site* da AAELG dedicada à Comissão de Festas (http://www.nicolinos.

pt/s/78), onde se lê que é «na evolução natural» do acordo de 1982 acerca da participação de todas as escolas que «pode ser candidato para a comissão qualquer aluno do sexo masculino com idade compreendida entre os 14 e os 18 anos…» Ora, o referido acordo não faz menção ao assunto. Este pormenor indica como a escrita, em particular quando imbuída da autoridade inquestionável de uma organização prestigiada, pode contribuir para cristalizar atitudes que, na realidade, nunca foram debatidas. Um dos paradoxos resultantes desta relação instável entre transmissão oral e transmissão formalizada é que a segunda deixa um espaço de expressão cada vez mais reduzido à irreverência estudantil apregoada pelo espírito nicolino, como o mostra, de uma maneira algo irónica, a censura da atitude irreverente adotada pelas alunas da Escola Santos Simões. Por outro lado, o controlo da tradição pelas instituições nicolinas oferece algum espaço para a expressão e a discussão de visões minoritárias sobre as Festas que de outra maneira ficariam silenciadas. O problema, no caso do incidente das Maçãzinhas de 2017, derivou de uma ausência de comunicação que impede as instituições nicolinas de auscultar as opiniões da massa dos estudantes.

Decididamente, as Maçãzinhas parecem ser o número festivo mais importante, não apenas pela sua simbologia e o facto de ter lugar no dia de São Nicolau, mas também porque concentram um feixe de questões, assumidas ou não, cuja resolução pelos nicolinos se revelará essencial para o futuro das Festas.

As Danças de São Nicolau

A. Amaro das Neves

A crer no que nos dizem as fontes históricas disponíveis, as Danças de São Nicolau são tão antigas como as festas que os estudantes de Guimarães dedicam, ano após ano, século após século, ao seu padroeiro. Já no século XVII, os estudantes de Guimarães exibiam as suas danças, comédias e folias. Foi com estes divertimentos públicos que angariaram os meios que lhes permitiram financiar a construção da Capela de São Nicolau, na Igreja da Colegiada. Mas não sabemos quando começaram. No livro *Inventário Geral da Colegiada*, num registo provavelmente referente ao ano de 1664, lê-se o seguinte:

«A Capela de São Nicolau fizeram-na os Estudantes desta Vila, e outros devotos, de dinheiro que ganharam em comédias e danças que por devoção do Santo e aumento da Capela aceitavam o dinheiro que lhes davam.»

Sabendo-se que o contrato assinado pelos mordomos da Confraria de São Nicolau com o mestre de pedraria Domingos Lourenço, para a construção, na igreja da Colegiada, da capela do seu padroeiro foi assinado em 21 de novembro de 1661, é lícito assumir-se que as danças com que os estudantes custearam as obras já se encenavam e exibiam em tempos anteriores àquela data.

Mas de que se fala, afinal, quando se fala de danças e comédias?

Antigamente, por ocasião de festas religiosas ou outras celebrações públicas, como nascimentos e casamentos na família real ou visitas régias, havia o costume de organizar danças e folias (não é fácil distinguir umas das outras, de tal modo se confundem), que consistiam em manifestações de teatro de rua de raiz popular. No dicionário de Bluteau, encontrámos a seguinte descrição das folias:
«Entre nós, folia vale o mesmo que festa de várias pessoas, tangendo e cantando com tambor e pandeiro, ou dança com muitas soalhas [chapinhas metálicas dos pandeiros] e outros instrumentos, com tanto ruído, extravagância e confusão que os que andam nela parecem doudos.»

Em Guimarães, eram particularmente notáveis as danças e folias que acompanhavam a procissão do Corpo de Deus, que o Abade de Tagilde estudou: a dança do rei David, a dança da judenga, a dança da mourisca, a dança da pela, a dança dos instrumentos, a dança das ciganas, a dança dos azeiteiros («muito boa, com sua música»), a dança dos tendeiros (dança de fitas), a dança dos linheiros («composta de dezasseis figuras, fora os tangedores, bem preparadas e vestidas»), dança das pescadeiras (dez figuras, com dois tangedores), a dança dos mercadores do pano do linho («uma folia com dezasseis figuras, fora os tangedores, com muito aparato e bem vestidas»), a folia das moças («sete figuras, incluindo as violas e tambor, feita com toda a perfeição»). Encontram-se também referências ao Império de Maria Garcia, com suas danças e tangeres.

Estas danças e o seu financiamento eram objeto de atritos entre a Câmara Municipal, que organizava a procissão do Corpo de Deus, e aqueles que eram constrangidos a fazê-las. Em alguns casos, essas obrigações foram substituídas pela de assegurar umas quantas tochas para acompanhamento do cortejo. Algumas delas, como a dança da mourisca e a dança da judenga, pelo seu carácter de crítica social com contornos tidos por

ofensivos e injuriosos, eram alvo de censura. Em 1732, o corregedor ordenou o fim das danças e folias na procissão do Corpo de Deus, fazendo-os substituir por andores.

Não faltam exemplos de danças executadas em momentos não associados a atos religiosos. Assim foi por exemplo, em meados de maio de 1548, aquando da visita do infante D. Luís (filho do rei D. Manuel I). À chegada, tinha à espera uma dança mourisca de trezentos meninos, tendo por "rei" o seu mestre, João de Évora. Em São Lázaro, saiu-lhe ao caminho «uma dança de moças bem-parecidas e concertadas, que dançavam muito bem, de que ele gostou, e lhe cantavam»:

Meninas de Alfama
Não vades ao chafariz
Bem sabeis as tretas
Do infante D. Luís.

Estas manifestações folionas evoluíram com o tempo. No início eram exibições de teatro de rua, de cariz jocoso e burlesco, cujos intérpretes declamavam, cantavam e dançavam nas ruas, ao som de tambores e pandeiros. Estas demonstrações tinham um cariz eminentemente carnavalesco, em que os estudantes apareciam mascarados, tradição que, nas primeiras décadas do século XIX, já era classificada como muito antiga (em 1827, o cónego Pereira Lopes escreveu no seu diário que nos dias 5 e 6 de dezembro daquele ano, «saíram mascarados os estudantes como nos tempos remotos costumavam andar»). Por aquele tempo, as autoridades, a pretexto da manutenção da ordem, proibiam recorrentemente os estudantes de saírem à rua com máscaras. Eram também frequentes os conflitos entre os estudantes e aqueles que, não gozando do foro escolástico, se introduziam nos seus festejos, com as identidades ocultadas por máscaras.

A revista *Universal Lisbonense*, periódico dirigido por António Feliciano de Castilho, descreveu, em 1843, as festas de São Nicolau de Guimarães:

«Máscara Histórica – A festa de São Nicolau em Guimarães é popular e antiga na terra. Este ano foi ainda mais luzida do que nos precedentes. A dança dos mascarados, principalmente, esteve muito para ver: entre outras figuras, apareceu nela uma representando um egresso a pedir esmola aos ricaços, que herdaram todos os seus bens, estando ele ainda vivo! O pensamento foi aplaudido geralmente.»

As danças dos estudantes — que, em 1865, o jornal *Vimaranense* descreveu como a «clássica mascarada dos estudantes desta cidade» — aconteciam sempre no dia 6 de dezembro (as exceções, aliás raras, resultaram de adiamentos forçados pelas condições climatéricas). Eram exibições de rua em que se apresentavam quadros humorísticos protagonizados por estudantes. Também eram executadas em algumas casas particulares, onde se dava de comer e de beber aos jovens artistas, como se lê no programa das Festas de 1901:

Depois a dança da China,
Grande pagode chinês.
Há vinhinho e gelatina
Como não há muita vez
Em casa de gente fina.

Ao longo de décadas, as danças foram evoluindo no sentido de serem subtraídas à rua. Em 1856, terminaram, à noite, no Teatro D. Afonso Henriques (esse 6 de dezembro foi chuvoso, pelo que, durante o dia, foram poucas as exibições dos mascarados). Esta terá sido a primeira vez em que as danças aconteceram num teatro. O relato que então fez o jornal *Tesoura de Guimarães* afigura-se surpreendentemente atual:

«O Teatro D. Afonso Henriques estava tão cheio que muita gente não pôde entrar por falta de lugar, e outras se retiraram por incomodadas. Foi uma noite cheia, em que a juventude escolástica nada poupou para tornar-se agradável ao sexo encantador. Terminou o festejo era uma e meia hora.»

Nos anos que se seguiram, as danças encerrariam as suas exibições debaixo do teto do teatro. A partir de finais do século XIX, as folias estudantis de 6 de dezembro iniciavam no Teatro D. Afonso Henriques o seu périplo pelas ruas da cidade.

Em 1906, segundo o jornal *Imparcial*, muitas famílias presenciaram as danças no teatro, sendo os estudantes muito aplaudidos. Em 1912, as danças foram exibidas primeiramente no teatro e depois nas ruas, modelo que se repetiu nos anos seguintes. Progressivamente, iam passando para o interior do Teatro, mas sem que deixassem de ser exibidas nas ruas. Anos houve em que se fizeram duas exibições no Teatro, para corresponder ao interesse do público. Em 1945, os estudantes exibiram as suas danças nas ruas, logo a seguir à entrega das maçãs, repetindo-as a noite, no Teatro Jordão, no sarau de gala que assinalava o cinquentenário do ressurgimento das Festas Nicolinas, promovido e executado pelos estudantes veteranos. Com o andar do tempo, a tendência seria para as danças abandonarem definitivamente as exibições ao ar livre, passando a apresentar-se no espaço fechado das casas de espetáculos, com a perda da sua dimensão original de manifestação de teatro popular de rua.

A partir de meados do século XX, num contexto de separação de tarefas entre novos e velhos nicolinos, nem sempre inteiramente pacífico, as Danças de São Nicolau foram paulatinamente assumidas pelos antigos estudantes, que asseguraram a sua continuidade e o seu antigo brilho, que os novos já tinham dificuldade em sustentar.

Assim persistem nos tempos que correm, fazendo gala da sua eterna jovialidade, tendo sabido adaptar-se curso do tempo. Atualmente, as antigas folias de rua apenas perduram como memória remota e com alguns resquícios no cortejo da entrega das maçãs. As Danças foram definitivamente apropriadas pelos Velhos Nicolinos, mantendo a condição de comédias, saudavelmente desbragadas e incontinentes, seguindo um modelo próximo da velha revista à portuguesa. Acontecem em sala de espetáculos. Já passaram pelo Teatro D. Afonso Henriques, pelo Teatro Gil Vicente, pelo Teatro Jordão, pelo Cinema S. Mamede, pelo Auditório da Universidade. Agora, são levadas à cena no grande Auditório do Centro Cultural Vila Flor. Entretanto, há quem ainda não tenha desistido de projetar o dia em que as danças dos estudantes voltarão a encher de alegria as ruas da cidade no dia de São Nicolau.

As Danças de São Nicolau: Guimarães em revista

J-Y. Durand

As Danças de São Nicolau são, atualmente, o único número festivo concebido pelos Velhos Nicolinos, que o preparam durante ensaios noturnos intensivos (durante vários anos ocorridos na sede dos Trovadores do Cano, os quais tocam no espetáculo) e sessões de filmagens que se estendem ao longo de várias semanas e se intensificam durante as Festas, nos últimos dias antes do espetáculo. A pesada dedicação que a participação nas Danças exige é compensada pelo convívio masculino e pela abundância de gargalhadas durante as sessões de trabalho noturnas, que juntam várias dezenas de Velhos Nicolinos.

De cariz assumidamente amador, o resultado é, no entanto, surpreendente e tem momentos altos que podem ser criativos e refrescantes, no registo do teatro revisteiro e de sátira social e cultural, com alusões brejeiras, traços vicentinos, anacronismos e um ocasional travo ao humor dos britânicos Monthy Python. O elenco é exclusivamente masculino e os recursos humorísticos associados ao travestismo são amplamente explorados. Durante muitos anos, o guião tem sido escrito por Miguel Bastos, assegurando uma continuidade que tem permitido a emergência de um estilo distintivo, o recurso a referências recorrentes e a consolidação das personagens principais.

Afonso, Mumadona, o Truão, o Camareiro e São Nicolau são rodeados de personagens variadas e vivem aventuras alusivas à vida vimaranense e à situação nacional, sempre em tom de paródia. Divertem uma plateia sociologicamente representativa do público habitual de eventos culturais, em que os representantes das instituições da cidade, começando pelo presidente da Câmara Municipal, devem estar preparados para serem alvos de um humor que pode ser corrosivo. No entanto, essas figuras nunca imaginariam faltar a um evento tão importante e muito concorrido no calendário da animação cultural da cidade. O espetáculo realiza-se atualmente no auditório do Centro Cultural de Vila Flor, depois de ter passado por diversas outras salas em períodos anteriores. A procura de bilhetes excede em muito a oferta, um problema recorrente que tem motivado uma reivindicação antiga dos estudantes — patente, por exemplo, nas «piadas» que costumam engalanar os carros do cortejo do Pinheiro.

Antes do espetáculo, a AAELG procede à entrega dos seus prémios de mérito escolar, que outrora eram reservados à Escola Secundária Martins Sarmento mas que agora abrangem os alunos de todos os estabelecimentos de ensino secundário do concelho — mais uma clara indicação da vontade da associação de operar no sentido de consolidar o alargamento da base nicolina para além do antigo liceu. Também é distinguido o melhor carro alegórico do cortejo das Maçãzinhas, no intuito de fomentar mais empenho e criatividade por parte dos alunos na preparação do cortejo.

Sendo uma versão bem-humorada da exaltação da tradição e da identidade vimaranense, as Danças abrem com o hino da cidade e são encerradas com o Hino de S. Nicolau, com o público entoando também ambas as peças. Segundo refere Miguel Bastos,

Acho que esta é das poucas cidades em que as pessoas se reconhecem no hino, acho que há poucas cidades onde isso acontece... aqui em Guimarães, não digo a maioria, mas muita gente reconhece o hino e muita gente sabe cantá-lo.

Sem dúvida acertada, esta observação aponta para uma provável razão do sucesso das Danças de São Nicolau. O espetáculo apoia-se no regresso anual de representações cómicas de personagens históricas emblemáticas da cidade, encarnadas pelos mesmos atores ao longo de anos. Aproveitando o jogo entre repetições e novidades, expectativas e surpresas, as Danças proporcionam à comunidade vimaranense, de que é sabido que nutre uma identidade viva, uma possibilidade de auto-celebração da cidade e da sua gente num registo que é um misto de identidade sentida, enraizada na história local, e de ironia distanciada. D. Afonso Henriques é assunto com o qual não se deve brincar em Guimarães, mas os Velhos Nicolinos sabem lembrar que, como com quase tudo na vida, afinal é sempre possível, e saudável, brincar com ele. As Danças de São Nicolau evitam assim os excessos de um bairrismo estreito e, embora situando-se claramente na vertente humorística das Nicolinas, conseguem ao mesmo tempo tornar sensível a emoção do apego à cidade e à sua memória.

De facto, o entusiasmo do público tem crescido muito ao longo dos anos, ao ponto do autor de muitos dos guiões do espetáculo considerar que «o fenómeno Danças é uma coisa estranha»:

Este ano quase havia tumultos por causa dos bilhetes, até porque a sala não é elástica e não há milagres. Para nós, é triste pensar que alguém quer ver, mas por limitações físicas é impossível. São um fenómeno que nos une e que tem crescido todos os anos, a par das Posses, que estiveram em decadência e agora são uma coisa... já há paragens obrigatórias, praticamente. As pessoas já estão à espera da coisa, e ainda bem. São os números, quer as Posses, quer as Danças, que estão pujantes e que vivem, no fundo, também dos velhos a bater na tecla de que era importante os novos participarem mais.

Sendo de facto um dos números atualmente pujantes, as Danças são também um ponto de focalização de possíveis evoluções, entre as quais, além da possibilidade de um maior envolvimento dos novos, e como acontece a propósito do Pinheiro ou das Maçãzinhas e da própria composição da Comissão de Festas, é evocada a eventualidade de uma participação feminina.

Claro, com esta característica de serem só homens a representar, tudo o que é papel feminino é feito em travesti. Ainda hoje se mantém, não sei até quando... um dia se alterará, aliás, já há uma participação indireta das meninas que ajudam a ensaiar, no guarda-roupa, etc., e portanto um dia provavelmente acontecerá. Embora tenha uma certa piada ver os homens a fazer o papel de mulheres, mas eu presumo que não há de demorar muito tempo... Tenho noção disso, naturalmente as mulheres participarão nas danças.

O futuro dirá até que ponto é acertada esta previsão feita por um dos nicolinos mais envolvidos na produção das Danças nos últimos anos. Em todo o caso, e independentemente da opinião adotada sobre este assunto, é mais uma indicação da inevitável relevância da questão do estatuto feminino nas atuais correntes de ideias que atravessam a população nicolina.

Outra evolução incerta que poderá ser induzida pela pujança das Danças diz respeito à eventual revitalização e atualização de uma das suas formas antigas, a realização das representações na rua ou em casas particulares, como ficámos a saber que se fazia na década de 1940, segundo relata José Luís Xavier Fernandes, a propósito da sua passagem pela comissão nessa época passada:

No meu tempo fomos dançar as Danças ou fazer as Danças à casa do Conde Margaride ao Carmo e ao Costeado em frente ao estádio, e eram estas duas só. Claro que depois, com a atualização da sociedade, começou-se a fazer no Toural e depois no teatro, para toda a gente ter acesso a elas.

Diversos membros da equipa das Danças declaram não se sentir muito à vontade perante a perspetiva de montar e apresentar o espetáculo no gigantesco Pavilhão Multiusos da cidade, uma possibilidade que é por vezes apontada como uma solução para o problema da lotação limitada da sala atual. Alguns nicolinos consideram mesmo que um regresso a uma forma de teatro de rua poderia constituir uma estimulante revitalização, uma evolução ao mesmo tempo dinâmica e inteiramente justificada pela tradição.

O Baile

A. Amaro das Neves

O Baile, que atualmente estende as Festas Nicolinas por mais um dia e pode ser apresentado como o número de encerramento das festividades, é uma incrustação recente no programa nicolino, uma inovação que tardou a tornar-se consensual («O baile nunca fez parte das Nicolinas», afirmou Hélder Rocha em finais de novembro de 1993, numa entrevista ao jornal *O Povo de Guimarães*). Para lá de toda a retórica romântica que tem sido utilizada para lhe conferir significado, o Baile das Nicolinas tem, na sua origem, uma intenção bem terrena: a necessidade de angariação de receitas para custear as despesas das festas.

A primeira vez que se realizou um baile académico ligado às Festas Nicolinas foi no dia 30 de novembro de 1945, como uma iniciativa paralela ao programa com que os estudantes veteranos assinalaram o cinquentenário do ressurgimento das Festas. Chamaram-lhe «soiré dançante» e realizou-se no Salão Nobre do Grémio do Comércio de Guimarães. Dizem os relatos que contou com a assistência de «numerosas famílias desta cidade e de fora», que foi abrilhantado por uma «excelente orquestra» e que se dançou «animadamente, até muito tarde». Esta iniciativa repetiu-se em 1946, no mesmo salão, tendo estado muito «animado e concorrido». Era apresentado como um evento à parte do programa das Festas Nicolinas

Em 1947, as Festas não tiveram as Danças que estavam previstas no programa. Em sua substituição, foi arremedada uma Ceia Dançante no restaurante do Teatro Jordão, que abrira as portas naquele ano, que seria descrita, numa nota do *Notícias de Guimarães*, como um «número novo que nem fazia parte do programa nem está previsto no velho estatuto Nicolino.» Não se repetiria nos anos que se seguiram.

Seria preciso chegarmos ao ano de 1960 para termos notícia de um baile integrado nas Festas Nicolinas, embora ainda sem constar do programa oficial impresso. Foi marcado para o dia 3 de dezembro, no restaurante Jordão, e contou com a atuação dos conjuntos de Pedro Osório e de Walter Behrend. Em 1961, o programa das Festas inscreveu, no final, uma secção de «complementos», que incluía «um baile de "galo" para arrancar "fundos"». Será a partir do ano seguinte que o Baile passará a integrar o programa das festas, onde aparecerá como o número com que as festas se encerravam:

«Dia 7 — BAILE
E as Festas terminarão ao som lânguido e doce (ai... que calor) duma orquestra (pelo menos). É o BAILE.
Nele serão entregues as lanças que no dia anterior levaram até ELAS as maçãs. Haverá roer de unhas, "terrincar" de dentes e, quem sabe... até desmaios. Haverá lágrimas (umas de crocodilo, outras de inveja), mas no fim o ambiente será de mais contagiante alegria.
PEDIDO: Senhoras, recordem aos seus maridos como dantes dançavam e eram leves como uma pena (uma pena darem tantas pisadelas).»

1962 foi, assim, o ano em que o Baile se fixou no programa das Festas, com dia certo, 7 de dezembro (a exceção aconteceu em 1969, ano em que se baralhou o programa tradicional e o Baile no Jordão se realizou no dia 6 de dezembro). A consolidação do Baile nas Nicolinas foi rápida. Em 1973 já se anunciava que os festejos fechariam «no dia 7 com o seu já tradicional baile».

O mesmo já não se dirá do seu título. Se o Baile já era considerado uma tradição das Festas Nicolinas no início da década de 1970, muito tardou a acertar-lhe com o nome: Baile Académico (1966), Baile Nicolino (1968), Baile das Nicolinas (1969), Baile de Encerramento (1974), Baile da Saudade...

O Baile: a saudade antecipada

J-Y. Durand

Existe alguma indecisão entre os nicolinos relativamente ao estatuto do Baile como um «número» oficial das festividades. O próprio *site* nicolinas.pt indica que o «Baile Nicolino é o número de encerramento das Festas Nicolinas», mas diz o mesmo das Danças. Descreve o Baile Nicolino como um equivalente da «Prom» dos estudantes dos liceus dos Estados Unidos, reivindicando a anterioridade para o modelo vimaranense. Em 2017, o Baile teve lugar num grande salão de um restaurante dos arredores da cidade, que o grupo de participantes não chegou a encher: o preço final de 25€, obtido graças à negociação realizada pela comissão e anunciado na véspera, era ainda suficientemente elevado para afastar muitos alunos.

Há velhos nicolinos que se lembram de um evento que era semelhante a um baile de debutantes, em que as raparigas se apresentavam acompanhadas dos pais e os rapazes tinham de pedir às mães das meninas autorização para dançarem com elas. Os moços podiam aproveitar o Baile para entregar a lança das Maçãzinhas à jovem com quem tencionavam oficializar publicamente o compromisso de namoro ou o noivado. Este modelo de relações desapareceu e as formas do Baile também evoluíram. Trata-se, hoje, de um baile de gala, antecedido de jantar, que junta novos nicolinos e alguns veteranos num ambiente de elegância relativamente formal. Os jovens indicam a necessidade de comparecer «trajado a rigor», uma prescrição que o Manel das Vacas e o Quim, convidados em reconhecimento do seu importante apoio ao longo das festas, também fazem questão de cumprir.

Os esforços indumentários e cosméticos das raparigas são particularmente evidentes para a sua participação naquele que é também conhecido como o Baile da Saudade. Encontra-se aqui outra indicação do lugar ambivalente da «irreverência» nos valores nicolinos, que no Baile são na realidade enquadrados pelo que é convencional, tanto no vestuário como nos comportamentos. Em 2017, ao longo do serão, as únicas condutas de excesso tiveram a ver com o consumo de álcool, incentivado por rodadas em cada mesa e por repetidos desafios em grupos, o que, no contexto atual da sociabilidade adolescente, está longe de configurar uma excentricidade particular.

Para novos e Velhos Nicolinos — tal como o nome atual do evento indica: Baile da Saudade —, a nostalgia é, talvez, a tonalidade dominante no evento final de mais um ciclo festivo, uma nostalgia que é cultivada de forma consciente e começa a manifestar-se antes do fim efetivo das Festas. Embora não propriamente esperada, é comum assistir-se a manifestações de uma emoção avassaladora, expressa com algumas lágrimas, por parte dos membros da Comissão, no momento em que o Pinheiro é finalmente erguido, no termo de uma noite de permanente tensão. Após mais de uma semana de festividades, o Baile, em que só se encontram outros estudantes e alguns raros Velhos, é outro momento propício para a expressão de sentimentos.

Homens não choram — ou, melhor, só podem chorar em certos momentos muitos bem identificados e delimitados pelas normas culturais. Velhos Nicolinos confiam com frequência que, além de um resultado excecional do Vitória, uma evocação dos tempos idos da sua passagem pela Comissão é uma das poucas situações que os levam a verter uma lágrima: «Abro o armário, vou ver o meu traje, a minha lança, penso nos amigos, e choro um pouco», admite um antigo Presidente da Comissão. Outro membro de uma Comissão tem no armário do seu quarto uma pequena mala cheia de lembranças acumuladas ao longo de 3 ou 4 anos e onde arruma também as primeiras peças de uma coleção ainda incipiente de *memorabilia* nicolinas. No quadro do Baile, as comoções são mais coletivas, suscitadas por ocasionais abraços viris a dois ou em grupo maior, trocas de palavras ao ouvido, e pode de facto haver, por momentos, olhos húmidos. Esta despedida da Comissão de Festas (a qual tem, no entanto, de ficar todo o ano disponível para participar em eventuais ações de representação e divulgação das festas) marca a reintegração dos seus membros na ordem do quotidiano, depois de mais de dois meses de uma existência relativamente à margem. Doravante, terão a companhia desta saudade que tanto prezam, alimentada pelas lembranças do que viveram mas também pelo que sabem da história das festas, e pelo que gostam de imaginar que essa história foi.

História das Festas Nicolinas

A. Amaro das Neves

Das festas que os estudantes de Guimarães dedicam a São Nicolau se costuma dizer que são muito antigas. Porém, até hoje não foi possível fixar a extensão da sua antiguidade, por não se saber ao certo quando tiveram início. Tem sido levantada a hipótese de terem tido origem no colégio de artes e humanidades que funcionou no Convento da Costa em meados do século XV, que não durou mais do que uma dúzia de anos. A história deste estabelecimento é muito interessante, nomeadamente para o estudo da penetração da cultura humanista em Portugal. Porém, ainda não foi encontrado qualquer documento que o relacione com a introdução em Guimarães do culto a São Nicolau. Todas as evidências documentadas apontam um pouco mais para trás, no tempo, e na direção de um outro estabelecimento religioso vimaranense com dedicação ao ensino, a Colegiada de Nossa Senhora da Oliveira.

Sendo as Festas Nicolinas promovidas por escolares, para contar a sua história e tentar apurar as suas origens, há que perceber desde quando é que há estudos e estudantes em terras vimaranenses. O ensino em Guimarães será anterior à nacionalidade, por existir, pelo menos, desde que o convento que Mumadona fundou em 959 deu lugar à Colegiada. O historiador da cultura Joaquim de Carvalho notou que as referências a um mestre Racemirus, num documento de meados do século XI, e a um mestre Bernaldus, num outro do século XII, sugerem «a existência de um ensino, possivelmente dos rudimentos de Gramática», hipótese que se transforma em certeza quando o mesmo autor identifica dois mestres na Colegiada de Guimarães, no ano de 1217 (o «Archidiaconus magister Silvester» e o «Magister Iohannes thesaurarius»), e um terceiro, em 1220, no Mosteiro da Costa («Magister Menendus frater Costensis»). Os primeiros estatutos da Colegiada já consagravam uma escola capitular, integrando um mestre-escola, com uma prebenda completa instituída por João de Abavila, cardeal-bispo de Sabina e legado da Sé Apostólica que tinha estado de visita a Guimarães, numa carta de 6 de agosto de 1229, que enviou da capital do reino de Leão ao D. Prior e que o rei D. Dinis reproduziu e revalidou numa carta régia de 1 de maio de 1291.

Sendo certo que em Guimarães haveria estudantes desde o século XI, nada sabemos sobre manifestações relacionadas com o culto de São Nicolau em tempos anteriores ao século XVII.

A referência mais antiga a atos de estudantes de Guimarães em dia de São Nicolau consta de uma queixa apresentada por uma tal Maria Cardosa contra dois estudantes que, na noite de São Nicolau de 1645, teriam arrombado um postigo da sua casa. Trata-se de um «instrumento de perdão» lavrado na Quaresma do ano seguinte, quando a queixa foi retirada, por «descargo de consciência» da queixosa. Este documento mostra-nos que, na primeira metade do século XVII, o dia de São Nicolau já não era indiferente aos estudantes de Guimarães, que o assinalavam com atos de perturbação do sossego público e privado. Mas nada nos diz acerca da existência de festejos organizados, tais como os que conheceremos mais tarde.

Tropelias e arruaças do mesmo género, protagonizadas por estudantes mascarados e armados, eram comuns nos dias e nas noites da Guimarães do século XVII, estando registadas em alguns documentos já conhecidos, de que é exemplo uma petição que os dignitários da Colegiada enviaram ao rei em 1654, em que se queixavam do Juiz de Fora, que não atuaria com a firmeza necessária contra os escândalos públicos resultantes de

«andarem todos os mancebos desta vila carregados de pistolas, sendo mais o uso delas que de espadas, trazendo-as à vista de todos publicamente de dia e de noite», praticando «grandes insultos e delitos».

Entre os muitos desaforos que os estudantes de Guimarães praticavam na vila, contava-se o de andarem «publicamente, de dia e de noite, forçando as mulheres e desonrando as donzelas pelas ruas e estradas», dando-se como exemplos o que teria sucedido, numa das noites de dezembro daquele ano, em que estudantes «foram ladrões para abalroarem as portas de uma donzela nobre chamada Luísa Freire, moradora na rua nova» ou o que «na outra noite, na mesma rua», quando «fizeram engano a uma moça solteira por alcunha a *Grelha* e lhe dispararam pistolas e apedrejaram as janelas.» Estes incidentes, com escolares por protagonistas, apresentam claras similitudes com os factos de que foram acusados os dois estudantes a que se refere o instrumento de perdão de 1645 e, pela coincidência de se terem passado em dezembro, possivelmente teriam acontecido no contexto de festejos a São Nicolau.

Bem mais explícito, quanto à ocorrência em Guimarães de manifestações associadas à celebração de São Nicolau, será um capítulo de visitação assinado em 23 de fevereiro de 1675 pelo arcebispo D. Veríssimo de Lencastre, referente a uma visita à Colegiada de Guimarães que tivera lugar no dia 8 do mês anterior, onde se lê:

«Mandamos ao sacristão desta sé e a qualquer pessoa que tiver jurisdição na sacristia com pena de excomunhão por si, nem interposta pessoa empreste alguma capa de asperges para os estudantes, ou outra qualquer pessoa, andar a cavalo dia de São Nicolau Bispo, em companhia dos Escolares, causando turvações na vila e muitas indecências a que convém por este meio atalhar.»

Pelas informações que nos dá, este brevíssimo capítulo, inscrito nos autos da visitação eclesiástica, é um precioso testemunho para a compreensão da natureza e da origem dos festejos dos estudantes de Guimarães a São Nicolau, uma vez que nos remete para práticas que, desde a Idade Média, têm sido identificadas em diferentes lugares da Europa. Estas tradições, com diferentes variantes locais, consistiam em eleger, no dia de São Nicolau, um estudante para ser bispo por um dia. Este *bispo*, com as vestes e os símbolos inerentes à condição episcopal, montava num cavalo ou num burro e, acompanhado pelos seus «acólitos», percorria as ruas e os caminhos, acompanhando as brincadeiras e as travessuras dos seus pares, chegando mesmo a presidir a celebrações religiosas que tinham lugar nas próprias sés. Em alguns lugares, o seu mandato era mais prolongado, estendendo-se até ao dia dos Santos Inocentes (28 de dezembro). Eram manifestações que consumavam um jogo de inversão da realidade, em que o mundo era virado às avessas, sendo o poder transmitido, temporariamente, a loucos (na Idade Média, as crianças eram equiparadas aos tolos ou aos doidos). Estas práticas eram correntes nas sés catedrais, em que funcionavam escolas onde se ensinava, entre outras disciplinas, a gramática e o latim, tal como acontecia na Colegiada de Guimarães, que tinha estatuto de sé catedral e onde funcionava, como vimos, uma escola capitular orientada por um mestre-escola.

O costume proibido pelo arcebispo em 1675 estava tão enraizado que os estudantes se dispensavam de respeitarem as proibições que lhes tentavam impor, como se demonstra pela sua repetição, a exemplo do que aconteceu em 1705, num novo capítulo de visitação assinado pelo D. Prior da Colegiada, D. João de Sousa, onde se lê:

«É coisa muito indecente que, no dia da festa de São Nicolau, que nesta vila se celebra pelos estudantes, andem os mesmos a cavalo com sobrepeliz e murça, fazendo gravíssima ofensa à autoridade do hábito canonical, e, sendo esta ação muito repugnante à veneração que se deve às vestiduras dos sacerdotes, pois se convertem em usos sumamente profanos, de que forem ordenadas para o culto divino, e detestando tão irreverente abuso, proibimos a todos os nossos súbditos, sob pena de excomunhão maior *ipso facto incurrenda*, que emprestem murças e sobrepelizes, nem consintam por algum modo, que se sirvam das suas para o dito efeito.»

Ofensa à autoridade e à moral vigentes, indecência, abuso, irreverência, eram expressões utilizadas para classificar as práticas dos estudantes de Guimarães em dia de São Nicolau, o que inscreve estas celebrações no quadro do mesmo ciclo de manifestações de tradição europeia, como os *charivaris* e as *fêtes des fous*, que assinalam os dias de São Nicolau e dos Santos Inocentes. Assim sendo, na falta de outras evidências, estes documentos dão consistência à inclusão das festas de São Nicolau de Guimarães no quadro das festividades cíclicas de Inverno, de feição carnavalesca que se celebravam extensamente na Europa Medieval, onde a máscara e a inversão da hierarquia social estavam sempre presentes. Ocorriam entre o dia de São Nicolau (6 de dezembro) e o dia dos Santos Inocentes (28 de dezembro), que serão sobrevivências e adaptações cristianizadas de festas pré-cristãs que podemos integrar no género das saturnais, que na antiga Roma aconteciam em meados do mês de dezembro e invocavam os tempos míticos da abundância, em que todos os homens seriam iguais, sem distinções entre livres e escravos. O principal elemento caracterizador destas manifestações era a inversão da ordem social. Enquanto decorria a festa, os escravos recuperavam a liberdade e um deles era eleito para governar a cidade. A eleição de *obispillos* (bispinhos) nas sés catedrais espanholas remetem-nos para esta prática de inversão da ordem e da hierarquia social. Também aí se apagava, temporariamente, o poder instituído, que era entregue a um *parvo*, num ritual que tinha um evidente sentido lúdico, num jogo de ocultação de identidades em que a máscara, que propiciava a inversão de papéis e a criação de novas personalidades, era um elemento constante.

Estas festas resultavam numa manifestação que conjugava subversão e celebração, correspondendo a tempos tumultuosos, de interregno da normalidade vigente e de folia desbragada que, por regra, coincidiam com as férias dos estudantes no tempo frio do inverno. Não faltam nas Festas Nicolinas elementos que nos permitem integrá-las neste quadro.

Não nos é possível dizer desde quando se presta este culto profano a São Nicolau em terras de Guimarães. No entanto, pela leitura do primeiro arrendamento dos dízimos de Urgezes, datado de 1734, em que o rendeiro ficou com a obrigação explícita de pagar aos estudantes a porção da renda que lhes é devida em dia de São Nicolau, que constituía um elemento central da sua festa, sabemos que aquele o deveria fazer «com toda a boa satisfação, como é uso e costume e foi sempre.» Pela expressão «foi sempre», é-nos lícito concluir que estas festividades, já naquele tempo, seriam tão antigas que não era possível precisar a sua origem.

Sobre como seriam as festas nos séculos XVII e XVIII sabemos muito pouco, a não ser o que fica dito acima, a que se acrescentam sucessivas notícias que nos dão conta de que os estudantes costumavam organizar danças, folias e representações teatrais com que, nomeadamente, recolheram os meios que lhes permitiram erguer a capela e sustentar a Irmandade de São Nicolau.

Só a partir da segunda década do século XIX é que começamos a ter uma visão mais próxima das festas dos estudantes vimaranenses a São Nicolau, que já então incorporavam boa parte dos elementos que hoje lhes conhecemos. Para esse conhecimento muito contribuem os pregões escritos por João Evangelista Morais Sarmento, os mais antigos que chegaram até nós (1817-1822). A bandeira que anunciava a festa dos estudantes era erguida, dias antes, no Toural. No dia de São Nicolau, os estudantes recebiam e partilhavam a renda, invadiam as ruas, castigavam os intrusos com banhos de água gelada no chafariz do Toural, distribuíam as maçãs às damas, enchiam o velho burgo com as suas folias, as suas danças e as batidas ritmadas e ruidosas dos seus tambores, desafiando as autoridades sempre que eram proibidos de saírem às ruas mascarados. Ou seja, nos seus elementos mais marcantes, em 1817 as festas já eram o essencial daquilo que são hoje. Por outro lado, a ausência de referências anteriores é suscetível de legitimar a suposição de que terá sido no início do século XIX que o programa das festas dos estudantes começou a consolidar o perfil que o tempo consagrou como tradição.

Naqueles tempos, o cerne das festas a São Nicolau girava em torno da posse de Urgezes, uma renda costumeira que era retirada do dízimo que cabia à Colegiada para entregar aos seus estudantes. Nos sucessivos contratos de arrendamento deste dízimo, sempre se fez menção à obrigação de o rendeiro dar satisfação à parte da renda que cabia aos escolares no dia do seu orago.

Após a extinção dos dízimos, em 1834, a Colegiada declarou-se desobrigada de cumprir com a posse dos estudantes, por a mesma resultar de um rendimento que já não tinha. Os estudantes moveram uma ação contra o Cabido, exigindo a reposição da «imemorial posse de receberem do Reverendíssimo Cabido desta Colegiada em o dia seis de dezembro pela renda que o mesmo possui em Santo Estêvão de Urgezes duas rasas de castanhas, dois almudes de vinho, dois centos de maçãs, meia rasa de nozes, meia de tremoços, e duas dúzias de palha painça.»

Da leitura dos documentos do processo que correu nos tribunais, percebe-se que a renda não seria um direito dos estudantes, em sentido lato, mas que apenas era devida aos coreiros da Colegiada. A primeira sentença, favorável à reposição do direito dos estudantes, fundamentava-se nas ideias de que aquele costume seria «um incentivo da mocidade preguiçosa para as letras, uma emulação para a estudiosa, um brinco inocente que apurava o génio e desenvolvia os espíritos acanhados e, finalmente, uma usança consagrada pela sua respeitável antiguidade.» Todavia, uma sentença de segunda instância viria a anular a primeira, com o fundamento de que «mal lhes podia ser paga neste ano a costumeira, ainda que direito tivesse a pedi-la.» Assim se extinguiu a «imemorial posse» de Urgezes.

Na sequência do processo de reivindicação da posse de Urgezes, 39 vimaranenses aprovaram, a 23 de novembro de 1937, os estatutos da Associação Escolástica Vimaranense, com o fim de «promover a continuação, aumento e luzimento dos festejos do dia 6 de dezembro, e pugnar por todos os foros e regalias que os Estudantes desta Vila desfrutam, desde tempo imemorial.» Os estatutos definiam quem era estudante e quem gozava de foro eclesiástico: os que frequentavam qualquer aula pública ou mestres particulares de latim, filosofia, retórica ou qualquer outra ciência; todos os eclesiásticos da vila de Guimarães; todos os indivíduos que aí frequentam ou frequentaram aulas da universidade, desde que não incorressem nas condições que ditavam a perda do foro, a saber: caso se mantivessem solteiros, não tivessem assentado

praça nos corpos militares da primeira linha, não se dedicassem ao comércio, nem a qualquer profissão «mecânica» (trabalho com as mãos), não exercessem qualquer cargo público, civil ou militar, não tivessem abandonado os estudos antes de completarem, pelo menos, seis meses de frequência.

O estatuto instituía um júri escolástico, composto de oito vogais, designados em assembleia geral «entre os membros da Associação que tiverem 25 anos de idade», com mandatos anuais, que tinha como função zelar pelo cumprimento do foro escolástico na função do dia 6 de dezembro, ou seja, reprimir a participação de intrusos nas Festas.

Ao longo do século XIX, as Festas a continuaram a realizar-se, embora dando sinais de alguma inconstância, até que, ao entrar no último quartel de novecentos, parecia ter chegado o seu fim. Durante cerca de vinte anos não se realizaram em Guimarães festas a São Nicolau dignas desse nome e as tentativas de as fazer ressurgir não passaram de pálidos fogachos, à luz do seu antigo brilho.

António Joaquim de Almeida Gouveia (1816-1905)

Apesar de quase esquecido, António Joaquim de Almeida é uma figura incontornável na história das Festas Nicolinas. Tendo sido abandonado na Roda de Fafe, na noite de 28 para 29 de agosto de 1816, nada sabemos da sua origem nem da sua infância, até que o encontrámos em Guimarães no início da década de 1830. Foi, durante toda a vida que lhe conhecemos, um ativo militante da causa nicolina e um guardião da sua memória.

Três vezes foi Pregoeiro, em 1831, 1838 e 1844 (este pregão teve dois declamadores, Inácio do Lago, que deu voz a Mercúrio, e António Gouveia, que fez de Minerva, lendo uma estrofe de apresentação). Em 1835, foi um dos autores do processo de reivindicação da renda de Urgezes à Colegiada que andou a correr pelos tribunais. Em 1837, foi um dos fundadores da Associação Escolástica Vimaranense, cujos estatutos subscreveu. Em 1839 foi Secretário da Comissão de Festas. Em 1848, declamou nas festas um soneto do cónego António de Oliveira Cardoso.

Durante cinquenta e seis anos, foi cartorário na Ordem Terceira de São Domingos. Casou em 1867, com Rosa Margarida Neves Almeida, de quem teve um filho a quem deu o nome do autor dos mais antigos pregões de São Nicolau de que há memória, João Evangelista.

É a António Joaquim de Almeida Gouveia que devemos o não se terem perdido muitos dos pregões do século XIX, que coligiu e arquivou, permitindo que o Abade de Tagilde os copiasse e guardasse na Biblioteca da Sociedade Martins Sarmento.

António Joaquim de Almeida Gouveia faleceu aos 88 anos, no dia 13 de fevereiro de 1905. Ainda em vida, João de Meira homenageara-o no pregão de 1903, com uma dedicatória em forma de poema «ao vimaranense que em mais arredada época tomou parte nas Festas de São Nicolau», que começa assim:

És tão velho, velhinho prazenteiro,
Que eu não sei, neste mundo ingrato e mau,
Se foste tu o que nasceu primeiro,
Ou se nasceu primeiro Nicolau!

A. Amaro das Neves

Até que, em 1895, as Festas renasceram em todo o seu esplendor, pelas mãos de um grupo de entusiastas. A ideia partiu de Alberto Cardoso Martins de Menezes (Margaride) e de José Luís de Pina, que convidaram Jerónimo Sampaio para Pregoeiro. Este, por sua vez, foi até Vizela, com a missão de convidar Bráulio Caldas para compor o pregão. As Festas ressurgiram com um figurino renovado e com um conjunto de números que já não se centrava apenas no dia 6 de dezembro. No início do século XX, João de Meira inventou-lhe o nome por que hoje são conhecidas: Nicolinas.

José Luís de Pina (1874-1960)

José Luís de Pina nasceu na rua Paio Galvão, a 29 de Janeiro de 1874. Era filho de Luís de Pina, reconhecido mestre na arte da serralharia, natural de Pindo, freguesia de Penalva do Castelo, e de Eugénia Maria Ferreira. Foi um dos primeiros alunos da Escola Industrial Francisco de Holanda, que começou a frequentar aquando da sua abertura, no início de 1885, onde obteve excelentes resultados escolares. Em 1892, numa exposição daquela escola, foram particularmente apreciados os seus trabalhos para a disciplina de ornato, aguada e decoração, regida pelo professor alemão Paul von Wagner. Simultaneamente, frequentou o Seminário-Liceu de Guimarães. Concluiu as cadeiras de Geometria Descritiva e Desenho na Academia Politécnica do Porto.

Em 1896, foi designado professor-interino de Desenho no Seminário-Liceu de Guimarães, onde passou a efetivo em 1902, depois de uma breve passagem pelo Liceu de Vila Real. Em outubro de 1910, foi eleito reitor, funções que ocupou até 1929. Continuou a lecionar no Liceu de Guimarães até 1942, ano em que se jubilou e em que foi homenageado pelos seus antigos alunos.

José Luís de Pina sempre marcou presença nas grandes manifestações cívicas da sua cidade. Um dos carros do cortejo de homenagem a Francisco Martins Sarmento, que percorreu as ruas de Guimarães em 1900, saiu das suas mãos. Esteve entre os impulsionadores das Festas Gualterianas, colaborando na conceção da ornamentação das ruas e na preparação de carros alegóricos para a Marcha Gualteriana, para a qual inventou os característicos bonecos articulados. Desde muito jovem, integrou a corporação dos Bombeiros Voluntários de Guimarães, a maior paixão da sua vida, de que foi 2.º comandante (desde 1910) e 1.º comandante (em 1933). Em 1948 foi aclamado comandante honorário daquela corporação. Foi vereador, membro da direção da Sociedade Martins Sarmento, com funções de diretor do Museu e das Estações Arqueológicas, dedicou-se à arqueologia, integrou a Comissão de Turismo de Guimarães.

Mas, antes de tudo o mais, José Pina foi um dos membros da Comissão que, em 1895, restaurou as festas dos estudantes de Guimarães, em que exerceu o cargo de Tesoureiro. Em 1920 e 1945, integrou as Comissões que promoveram as celebrações das bodas de prata e de ouro do ressurgimento das Festas que, enquanto professor e reitor do Liceu, sempre acarinhou.

José Luís de Pina é o autor do desenho da bandeira da Academia de Guimarães.
José Luís de Pina, a quem A. L. de Carvalho chamou «o praticante ativo da bondade», faleceu no dia 19 de dezembro de 1960. Em 1969, a AAELG recebeu na Torre dos Almadas o busto do Professor Pina, que lhe foi entregue pela viúva do seu autor, o escultor António de Azevedo.

A. Amaro das Neves

Gaspar da Costa Roriz (1865-1932)

O Padre Gaspar da Costa Roriz é uma das figuras mais marcantes das primeiras décadas do século XX em Guimarães. Nascido na rua de D. João I no dia 30 de agosto de 1865, filho de um mestre barbeiro, nunca esqueceu a sua origem humilde nem deixou de amar a terra que o viu nascer. Sacerdote e eminente orador sagrado, era frequentemente requisitado para abrilhantar solenidades religiosas nos lugares mais diversos. Mas os seus dotes oratórios não se limitavam a atos sagrados, sendo senhor de uma verve prodigiosa, com que animava todo o género de eventos, públicos ou privados. Foi jornalista (em 1899 era redator principal do *Eco de Guimarães*; em 1908 fundou o *Regenerador*, de que era diretor e proprietário), professor do Liceu de Guimarães, poeta, dramaturgo, encenador, conferencista, político, comissário da Ordem Terceira de S. Francisco de Guimarães. Grande conversador, era presença imprescindível nas tertúlias do seu tempo, onde se destacava pela cultura, pela devoção patriótica à sua cidade e pela finura da sua ironia. Padre-artista lhe chamou um dia um colega de ofício.

Gaspar Roriz foi um dos grandes animadores das festas dos estudantes de Guimarães a São Nicolau, desde o seu ressurgimento em 1895. Marcava presença na Posse do Padre Monteiro, onde a sua figura roliça irradiava boa disposição, escreveu os pregões de 1906, 1924, 1925 e 1926, compôs e ensaiou os textos das Danças, dedicou diversas composições poéticas às Festas. Consagrou-lhes também o *Auto da Saudade,* que escreveu em 1920. Não foi por acaso que foi a Associação dos Antigos Estudantes do Liceu de Guimarães, então dirigida por António Faria Martins, a tomar a iniciativa da comemoração do centenário do seu nascimento, em 1965.

O nome do Padre Roriz é também indissociável das Festas Gualterianas, ou não fosse ele o autor da letra do Hino da Cidade de Guimarães, composto por Aníbal Vasco Leão para as festas de 1906, e o *inventor* da Marcha Gualteriana, que saiu à rua pela primeira vez nas festas de 1907.

Mas o que mais distinguia o Padre Roriz era a sua dedicação a Guimarães, a sua paixão pela terra natal. Por aqui, todos sabiam que a porta da sua casa nunca deixava de se franquear alegremente a quem a ela batia e dizia a senha: *Por Guimarães!* A última grande cerimónia em que discursou em público foi aquando da celebração do oitavo centenário da Batalha de S. Mamede, em 1928. Nesse dia, quando soaram os clarins de um pelotão de cavalaria, vestidos como os soldados de Afonso Henriques, acompanhando o içar da bandeira na torre de menagem do castelo, com a multidão a explodir em vivas e aplausos, pelo rosto do Padre Roriz corriam lágrimas, de que A. L. de Carvalho foi testemunha.

A notícia da sua morte cobriu Guimarães de luto no dia 7 de março de 1932.

A. Amaro das Neves

Jerónimo Ribeiro da Costa Sampaio (1872-1954)

Jerónimo Sampaio nasceu em Guimarães, na freguesia de S. Sebastião, no dia 17 de fevereiro de 1872. A paixão nicolina vinha-lhe do berço, já que o seu pai, Domingos Ribeiro da Costa Sampaio, a quem chamavam o *menino de ouro*, tinha sido o Pregoeiro das festas de São Nicolau de 1862. Estudou em Guimarães e em Braga.

Terminados os estudos, a pedido de Francisco Agra, à época um poderoso caudilho político local, assumiu, com António da Silva Bastos, a direção do jornal *O Comércio de Guimarães*, que ficara vaga por morte do fundador, António Joaquim de Azevedo Machado. Embora os nomes de ambos nunca tivessem figurado no cabeçalho do jornal, mantiveram-se em funções até que os herdeiros da empresa do jornal atingissem idade suficiente para as desempenhar.

Defensor consequente das causas locais, colaborou, desde muito jovem, em diversos jornais, tendo também sido correspondente do jornal *O Comércio do Porto*. Nas suas crónicas jornalísticas cultivou o refinado sentido de humor que fazia parte do seu modo de ser. Integrou a direção da Sociedade Martins Sarmento e a Mesa da Ordem de S. Francisco. Era presença assídua em festas de beneficência, onde costumava recitar poesias de alguns dos seus amigos, como Bráulio Caldas, Arnaldo Pereira e o Padre Gaspar Roriz.

A causa nicolina foi aquela em que se envolveu mais intensamente até aos seus últimos dias, assumindo-se como a força motriz do grupo de entusiastas que, em 1895, fez ressurgir as Festas, que então abeiravam a extinção. Mas o seu envolvimento na causa dos estudantes de Guimarães vinha de trás. São da sua lavra os estatutos do Grémio Académico que foram aprovados em sessão da Academia Vimaranense, realizada no dia 18 de fevereiro de 1892, na sala das sessões da Sociedade Martins Sarmento.

Com José Luís de Pina, Alberto Margaride, António Leite de Castro, Francisco Martins Ferreira, Fernando Lindoso, Francisco Neves Pereira, entre outros, Sampaio integrou a Comissão que relançou as Festas em 1895. Nesse ano, foi muito aclamado na sua função de Pregoeiro, que repetiu em 1897. Daí para a frente, a sua opinião seria sempre escutada pelos jovens organizadores das Festas Nicolinas, que sempre respeitaram a sua voz experiente e autorizada, nomeadamente nas escolhas que tinham de fazer quando chegava a hora de endereçar convites aos autores do Pregão ou das Danças.

Em 1920, quando se comemoraram os 25 anos do ressurgimento das festas académicas, integrou o elenco do *Auto da Saudade*, escrito pelo Padre Gaspar Roriz. Em 1945, também integrou a Comissão que promoveu a comemoração das Bodas de Ouro do ressurgimento das Festas. Em 1953, Jerónimo Sampaio ainda participou no cortejo das maçãs, ao lado do seu filho Jaime e do seu neto, todos eles integrantes de uma dinastia de pregoeiros nicolinos, que já ia em quatro gerações. Desfilaram num carro em que o bombo nicolino figurava como elemento central.

O poeta Jerónimo de Almeida chamou-lhe «a última expressão do velho romantismo vimaranense». Jerónimo Sampaio faleceu no dia 11 de novembro de 1954.

A. Amaro das Neves

Manuel Joaquim de Boaventura (1885-1976)

O escritor Manuel de Boaventura nasceu em 1885, numa família abastada da freguesia de Vila Chã, do concelho de Esposende. Perdeu a mãe quando tinha sete anos e passou a viver com um tio que foi professor no Magistério Primário de Leiria e na Escola Normal do Porto. Foi em Leiria que completou a instrução primária. Em 1899, por escolha do seu pai, também ele professor, ingressou no Seminário-Liceu de Guimarães, para iniciar os estudos do ensino secundário. Vinha, como escreveria mais tarde, para a «Meca da ciência haurir os primeiros sorvos da cultura, ministrado por mestres eminentes, com fama de sábios por toda a Região.»

Desde muito novo, Manuel de Boaventura dedicou-se aos estudos etnográficos, recolhendo velhas narrativas, lendas e tradições, populares de transmissão oral, para além de se afirmar como contista de mérito. É autor de diversas obras publicadas em livro, nomeadamente *Solar dos Vermelhos, Vocabulário Minhoto, Contos do Minho, Leite de Vasconcelos Animador dos Novos, Contos para o Povo* e *Histórias Contadas à Lareira.* Foi inspetor-chefe do ensino primário em Leiria, diretor escolar em Braga e na Guarda e exerceu o cargo de presidente da Junta Geral do Distrito de Leiria.

A sua permanência em Guimarães não se alongou por muito tempo (matriculou-se no Seminário-Liceu em 1899 e em 1903 completou o curso do Magistério, em Leiria), mas a memória do tempo em que foi estudante em Guimarães perdurou por toda a sua vida,

como o recordará sessenta anos mais tarde, no ano em que o Liceu de Guimarães se despediu do velho convento de Santa Clara.

Em 1959, o programa das festas dos «velhos nicolinos» foi particularmente preenchido. Manuel de Boaventura, já então com 74 anos de idade, participou nos festejos. Na ceia que se realizou no restaurante Jordão, aquando dos brindes, teve uma intervenção em que relembrou o cónego José Maria Gomes. Naquela mesma noite, Manuel de Boaventura escreveu um texto em que registou a memória da sua breve passagem por Guimarães, no tempo de estudante em que se fez nicolino, e as «impressões do momento» da ruidosa celebração em que acabara de participar. Um texto que é uma declaração de amor a Guimarães que, nas suas palavras, iguala «os carinhos familiares» que dispensava «ao terrunho nativo». Aí se declara *vimaranófilo*. Foi a sua primeira vez nestes encontros de antigos estudantes do Seminário-Liceu e do Liceu. Mas não seria a última. No final do texto que publicou no jornal *Notícias de Guimarães*, deixava uma promessa:

«Pela primeira vez, marquei aqui a minha presença; não faltarei a outras que se realizem, porque — recordar é viver, e eu quero, ainda, viver!»

Cumpriu o que prometeu. Em alguns dos anos que se seguiram presidiu à confraternização da noite do Pinheiro por ser, de entre os presentes, o mais velho dos Velhos. Estaria presente em vários atos da Associação dos Antigos Estudantes do Liceu. Foi Manuel de Boaventura quem, no dia 29 de novembro de 1971, descerrou a lápide de que homenageia a Senhora Aninhas na fachada da sua casa na rua de Santa Maria.

O escritor Manuel de Boaventura faleceu num acidente de automóvel em Barcelos, no dia 24 de Abril de 1973.

A. Amaro das Neves

Com o correr do tempo, sobreviveram à crise em que quase pereceram, na sequência da instauração da República, e à extinção do curso complementar do Liceu, entre 1928 e 1958. Passaram os tempos agitados que se seguiram ao 25 de abril e, com a massificação e a unificação do ensino secundário, democratizaram-se e assumiram foros de manifestação multitudinária, com o cortejo do Pinheiro a assumir crescente protagonismo. Apesar das convulsões e mudanças que aconteceram ao longo do século XX, as Nicolinas chegaram ao século XXI mantendo, no essencial, o figurino desenhado pelos restauradores de 1895.

As Nicolinas em Tempo de Revolução

A. Amaro das Neves

Até à segunda metade do século XX, a grande maioria dos jovens entravam no mercado de trabalho assim que concluíam a instrução primária. Muitos deles tinham de o fazer antes de completarem a escolaridade básica. Os poucos que prosseguiam estudos, provinham de famílias com meios suficientes para os sustentarem sem que precisassem de trabalhar. Sendo as Festas exclusivas dos poucos estudantes da cidade, tinham uma dimensão elitista que era cultivada pelos que tinham direito ao chamado «*foro escolástico*». Como recorrentemente se avisava no Pregão, aos futricas que ousassem intrometer-se nas Festas seriam aplicados castigos vexatórios, dos quais os mais penosos seriam os mergulhos forçados no velho chafariz do Toural. Foi esta etiqueta de elitismo que justificou as críticas políticas que foram lançadas às festas dos estudantes de Guimarães a São Nicolau, em especial em tempos de rutura política.

Assim foi em 1910. Com a República implantada há apenas dois meses, as Nicolinas daquele ano decorreram em ambiente de efervescência revolucionária e não faltaram críticas de alguns republicanos que as classificaram como um «carnaval em dezembro», exigindo-se a sua reforma, para que se adaptassem aos novos tempos. E não faltou quem, nas páginas dos jornais, proclamasse o imperativo de extinção das festas dos estudantes a São Nicolau, descritas como um arcaísmo que era necessário desmontar e fazer substituir por algo mais conforme com os tempos que se viviam, sugerindo-se que os estudantes aplicassem o esforço que costumavam empenhar na organização das festas na criação de uma Sociedade Filantrópica Vimaranense, que nasceria com o fim de subsidiar estudantes pobres. Nos anos que se seguiram, as Festas Nicolinas pareciam estar à beira da extinção.

Assim voltou a ser em 1974. Nas décadas que antecederam a restauração da democracia em Portugal, não faltaram momentos em que o elitismo dos filhos da «melhor sociedade» vimaranenses veio ao de cima. Por aqueles dias, muitos recordavam a manhã que se seguiu a umas Roubalheiras, em que a placa da Casa dos Pobres apareceu afixada à entrada da Escola Industrial.

Na sua primeira edição após o 25 de abril, as Nicolinas, arrastadas pela agitação política em que o país estava mergulhado, tiveram de se ajustar aos novos tempos.

Na fotografia da praxe, tirada junto ao chafariz, os membros da Comissão da Festas aparecem sem capa e batina, por ter sido abolido o trajo académico, tal como tinha acontecido na Universidade de Coimbra. Num comunicado, a Comissão justificava que «representaria um encargo injustificado mandar fazer o *capístico* traje apenas para as nossas festas, certo sendo que dos atuais Nicolinos só escassa meia dúzia tem tal vestimenta.» Por tal razão, em 1974, os estudantes que participaram no peditório para as Festas foram identificados, já não pelo trajo nicolino, mas por um «cartão autenticado pela Secretaria do Liceu e pela Associação dos Antigos Estudantes do Liceu de Guimarães.»

O programa também sofreu alterações. As Moinas dos sábados de novembro que antecediam as Festas e que serviam para ensaiar os toques nicolinos foram substituídas por convívios no ginásio do Liceu. Os números das Posses e do Magusto do dia 4 foram suprimidos (as Roubalheiras já tinham sido retiradas do programa no ano anterior), tendo-se realizado, naquele dia, uma mesa redonda com representantes dos partidos políticos (com exceção do PCP, que se recusou a participar ao lado do MRPP) em que o tema foi a consigna «Para um ensino verdadeiramente democrático».

Em 1975, passados os sobressaltos revolucionários, as Festas voltaram ao seu curso normal. Porém, já não se dirá que são elitistas, posto que o sistema de ensino português já não o é mais.

Entretanto, nas últimas décadas do século XX, foi-se animando o debate acerca da condição nicolina e da natureza e do futuro das Festas. No início da década de 1950, muito se discutiu acerca do papel dos antigos estudantes na organização das Festas, que então davam sinais de visível decaimento. Os Velhos Nicolinos passaram a assumir um protagonismo crescente no Pinheiro e, mais tarde, nas Danças, número que restauraram e passaram a assegurar integralmente. Um debate ainda mais vivo e mais continuado foi o que se prendeu com o direito à participação nas Festas. Assumidas durante décadas pelos estudantes do único estabelecimento de ensino liceal de Guimarães, as Festas despertaram acesas discussões quando apareceram novas escolas com a mesma oferta educativa. A controvérsia começou com a abertura do Colégio Egas Moniz, em 1960, ganhando especial intensidade na década seguinte, com a inauguração de novos estabelecimentos públicos e com a extinção do ensino liceal, e terminou naturalmente, com o reconhecimento do direito de participação a todos os estudantes do ensino secundário de Guimarães.

Mais controversa seria a discussão sobre a possibilidade de inclusão dos estudantes da Universidade do Minho, na sequência da abertura em Guimarães do seu pólo tecnológico, no final da década de 1970. Não faltaram as vozes que defendiam que as Festas, por serem dos estudantes, deveriam ser abertas a todos os estudantes de Guimarães. A Convenção Nicolina de 1995, promovida pela AAELG/Velhos Nicolinos para assinalar o centenário do ressurgimento das Festas, subscreveu a tese do alargamento à participação dos estudantes da universidade. Mas essa abertura não chegou a concretizar-se, não obstante ter chegado a ensaiar-se, já que, em 1994, um estudante da Universidade do Minho integrou a Comissão das Festas, mas não tardou a resignar, supostamente por dificuldade de integração e identificação com o espírito nicolino.

Francisco da Cunha Oliveira Ribeiro (1958-2016)

Francisco Ribeiro, nascido em Guimarães no dia 9 de outubro 1958, é um dos mais destacados militantes da causa nicolina ao longo das últimas décadas. Integrou a Comissão das Festas durante três anos consecutivos: em 1975 como Segundo Vogal, em 1976 como Tesoureiro e em 1977 como Presidente. Para a história, ficará como o último Presidente de uma Comissão de Festas dos estudantes do Liceu de Guimarães, assim designado (o Liceu foi extinto no ano seguinte, por força da generalização do ensino secundário unificado, passando a designar-se Escola Secundária Martins Sarmento).

Nas Festas de 1977, o seu desempenho como Pregoeiro esteve à altura das melhores memórias nicolinas. A sua voz vigorosa e bem colocada, aliada a uma dicção primorosa

e à teatralidade dos gestos, elevou-o à condição de um dos grandes pregoeiros de que há registo. Fosse esse um ofício, como antigamente o era, e Francisco Ribeiro teria encontrado aí a sua vocação.

Francisco Ribeiro teve lugar cativo na corte extravagante das Danças de São Nicolau, onde coabitam D. Afonso e D. Muma, tendo dado corpo, durante quinze anos consecutivos (entre 2000 e 2014), a um camareiro *larilas* inventado pelo autor e encenador das Danças, Miguel Bastos, que começou por se apresentar com nome próprio, Teolindo, depois com uma alcunha, *o Melão*, para, por fim, ser, simplesmente, o Camareiro.

Francisco Ribeiro manteve-se fiel à sua paixão pelas Festas Nicolinas. Entre 2001 e 2008, integrou a direção da Associação de Antigos Estudantes do Liceu de Guimarães — Velhos Nicolinos. Sempre se destacou no papel de transmissor da tradição às novas gerações de estudantes e de mediador nas relações entre novos e velhos, nem sempre isentas de turbulências e inquietações. Consensualmente reconhecido como lídimo representante da tradição nicolina, em 2002 assumiu a presidência da assembleia de estudantes, que se reúne em volta do chafariz do Toural para proceder à eleição das Comissões das Festas Nicolinas. Cumpriu essa missão até ao fim dos seus dias.

Francisco Ribeiro foi, durante anos, o companheiro mais próximo do mais velho dos Velhos Nicolinos, o Professor Emídio Guerreiro, de quem seria, mais do que secretário, um amigo de todos os dias. Perto de completar 106 anos, sentindo-se cansado de tanto viver, por perceber que o corpo já não correspondia às exigências do seu espírito fervilhante e por pressentir que a morte rondava, terá dito: «Chico, acabou-se o circo. Fecha a porta.»

Já com Francisco Ribeiro, a vida teve demasiada pressa. Levou-o aos 57 anos, no dia 10 de agosto de 2016. A sua voz ficará, para sempre, ligada à memória nicolina.

Ó Chico, a tua voz de pregoeiro
Ainda ecoa nas praças da cidade
A tua caixa à frente do Pinheiro
Brindando com fervor à amizade
(Miguel Bastos)

A. Amaro das Neves

Com uma tradição secular de festas de rapazes, a abertura das Nicolinas à participação de alunas e ex-alunas das escolas secundárias também gerou discussões muito apaixonadas, mas acabou por ser assumida a partir de meados da década de 1980. O único número em que a separação de géneros se manteve foi o da entrega das maçãs. Enquanto replicação do namoro à moda antiga, não faltou quem o classificasse de anacrónico, apontando a necessidade de se repensar o programa das Festas, para se perceber quais os números que deveriam continuar e quais os que deveriam ser recriados. Nesta discussão, o nicolino-mor, Hélder Rocha,

defendeu que, nos dias que então corriam, números como as Maçãzinhas só faziam sentido como ato cultural, enquanto reconstituição histórica, devolvendo-os à sua origem.

Hélder Raul de Lemos Rocha (1916-2005)

Hélder Raul de Lemos Rocha, nasceu no dia 15 de novembro de 1916, na rua Paio Galvão, em Guimarães. Em 1927, começou a frequentar o Liceu Martins Sarmento. Foi nesses dias que se tornou nicolino, para a vida. Uma doença grave afastou-o dos estudos durante seis anos. Quando regressou ao Liceu, envolveu-se diretamente na organização das Festas Nicolinas. Foi Pregoeiro em 1935 e 1936. Concluídos os estudos na Universidade de Coimbra, regressou a Guimarães formado em engenharia. Durante mais de meio século, esteve ao serviço das causas da sua cidade. Nas páginas do *Notícias de Guimarães,* dedicou-se ao jornalismo, em nome próprio ou sob o pseudónimo de Pedro de Vimaranes, com que subscrevia a crónica «Esquina do Toural», muito lida e comentada no velho burgo vimaranense. Mais tarde, será um dos fundadores do jornal *O Povo de Guimarães*, onde exerceu, entre 1978 e 2002, funções de chefe da redação.

Envolveu-se no dirigismo desportivo, tendo sido presidente do Vitória Sport Clube e membro da direção da Federação Portuguesa de Futebol. Na política, participou nos movimentos de oposição à ditadura do Estado Novo, o que lhe valeu ser preso às ordens da PIDE. Após o 25 de abril, foi deputado municipal.

Toda a vida foi um entusiasta da tradição nicolina, mas dela não tinha uma visão cristalizada. Tendo sido testemunha de vários momentos de degenerescência das Festas, entendia que, para manterem a sua vitalidade, as Nicolinas tinham que se ir adaptando ao tempo que passava, sem perderem a sua identidade. Muitas vezes sustentou posições que iam a contracorrente das ideias que eram perfilhadas pelos que se assumiam como defensores da «pureza original» das Festas. No início da década de 1960, defendeu que os estudantes do Colégio Egas Moniz, então criado, tinham o direito de participar nas Festas; no início da década de 1970, ainda antes do 25 de abril, já antevia a abertura aos estudantes das outras escolas da cidade; mais tarde, defendeu exatamente o mesmo em relação aos estudantes da Universidade do Minho, assim como a participação feminina no cortejo do Pinheiro.

A assembleia geral da Associação dos Antigos Estudantes do Liceu, de que foi um dos fundadores, aclamou-o Nicolino-Mor, na sua reunião de 29 de novembro de 1988. A proposta foi apresentada pelo autor do pregão daquele ano, Joaquim Amaral Pereira da Silva, e chegou em forma de soneto, que rezava assim (releve-se a falta de pontaria cronológica no primeiro verso da segunda estrofe, já que Hélder Rocha foi Pregoeiro na década de trinta):

Retrato de um velho Nicolino

Antigo Nicolino representa
A vivência maior da tradição
E de ano para ano reinventa
Mais motivos para elo de afeição.

Pregoeiro nos anos de quarenta
Foi todo arte e graça no Pregão
E ainda, hoje, com força ele aguenta
Um bombo bem seguro em sua mão.
No rastro de Jerónimo Sampaio
A outros grandes nomes compara-o
Cintilações de estrela dele vem

O povo sabe o seu nome de cor
Hélder Rocha e sem denegrir ninguém
É no presente o "Nicolino Mor".

O Nicolino-mor faleceu no dia 17 de janeiro de 2005. E muito se tem feito notar, desde então, a ausência da sua figura peculiar no cortejo do Pinheiro.

A. Amaro das Neves

Ana Joaquina de Magalhães Aguiar, a *Senhora Aninhas* (1860-1948)

Ana Joaquina de Magalhães Aguiar era filha do ferrador António José de Aguiar e de Antónia de Magalhães, do lugar da Pica, na freguesia de S. Martinho de Quinchães, em Fafe, onde veio ao mundo no dia 14 de outubro de 1860. Teve o destino de muitas raparigas da sua geração, que partiam das terras de Fafe e de Basto para servirem como criadas na cidade de Guimarães, trazendo consigo a esperança de acumularem um pecúlio e um enxoval que lhe permitissem casar, o que muitas vezes tardava, e outras tantas não chegava a acontecer. Ana Joaquina casou em 27 de setembro de 1893, com António André, natural do Couto de Dornelas, em Boticas, o funcionário do seminário-liceu que manejava a campainha com que se anunciava a chegada dos professores para as aulas.

Após o casamento, Ana Joaquina foi viver para uma casa na rua de Santa Maria, situada quase à entrada do antigo largo do Seminário-Liceu, no extinto Convento de Santa Clara de Guimarães. Tinha uma pequena loja onde trocava farinha por cereal em grão e vendia mercearia e produtos da horta. Era ali que os estudantes acorriam nos intervalos das aulas, a comprar cigarros. Alguns faziam ali as refeições. Muitos daqueles jovens eram de longe e a Ana Joaquina dava-lhes amparo de mãe. A *Seraninhas* tornou-se numa figura marcante da vida estudantil de Guimarães na primeira metade do século XX. Deram-lhe o título de Madrinha dos Estudantes.

Um dos seus clientes mais antigos, António de Quadros Flores, que seguiu a carreira militar, chegando a coronel, recordou a imagem que guardava da *senhora Aninhas desse tempo, que nos vendia os «trigos» quentinhos e estaladiços,* num texto que, transcorrido mais de meio século, dedicou ao jornalista Joaquim Novais Teixeira, seu primo:

pequenina, coradinha, sempre risonha, acolhedora e maternal, cuja vozinha meiga nos protegia e aconselhava, e se interessava pelas nossas lições, alegrias e pequenas tristezas
m 1945, quando os académicos veteranos se reuniram para assinalarem o cinquentenário do ressurgimento das Festas Nicolinas, homenagearam a Senhora Aninhas, que foi recebida quase em delírio quando, levada ao colo, entrou na sala do refeitório do Internato Municipal, onde várias gerações de estudantes se juntaram num jantar de confraternização

A Senhora Aninhas dos Estudantes faleceu no dia 2 de agosto de 1948. O seu funeral constituiu uma impressionante manifestação de pesar. O caixão, coberto pela bandeira da Academia Vimaranense, foi conduzido pelos estudantes do Liceu. Em 1951, o seu nome foi atribuído à viela que liga a rua de Santa Maria ao Largo dos Laranjais, que passou a designar-se Travessa da Senhora Aninhas — Madrinha dos Estudantes.

No dia do Pinheiro de 1971, o escritor e Velho Nicolino Manuel Boaventura, em nome da Associação dos Antigos Estudantes do Liceu de Guimarães, descerrou na casa da Senhora Aninhas uma lápide onde se lê:

Aqui nos abriste o peito;
Aqui te quisemos bem;
Aqui foste, de Estudantes
Conselheira e Santa Mãe

As Festas Nicolinas no panorama ritual e festivo tradicional

C. Saraiva

Os vários elementos que compõem as Festas Nicolinas vimaranenses inserem-nas no conjunto mais vasto das celebrações em honra de São Nicolau pelo mundo fora, mas fornecem também as especificidades que as relacionam com o calendário anual e o ciclo festivo português.

Podemos pensar as Festas Nicolinas como parte de um conjunto festivo mais alargado e elaborado que se liga a três grandes grupos de ritualidades, a nível nacional, europeu e mundial: as festas de iniciação de jovens, os rituais que reiteram a relação entre a sociedade dos vivos com a comunidade dos mortos, e as celebrações que, de uma forma ou outra, louvam a liminaridade, isto é, um estado ambíguo, marginal e muitas vezes conotado com a transgressão e a suspensão do respeito pelas normas culturais e sociais habituais. Trespassando todas estas festividades, encontramos todo um largo conjunto de ritos que marcam o ciclo de inverno. Deste modo, podemos relacionar os festejos nicolinos com outras festas do território português, mas também alargar o âmbito e olhar para o panorama mundial.

Devemos também considerar que estas três grandes temáticas presentes — iniciação, antepassados, liminaridade — não são elementos estanques, mas, pelo contrário, elementos que se repetem e entrecruzam. Por exemplo, a liminaridade pode ser pensada como um fio condutor que atravessa as cerimónias de iniciação, mas as ritualidades em que a perigosa proximidade com o mundo dos mortos também está presente. Para além destes temas, entre todos estes elementos é estabelecida uma relação primordial que é a inserção das Festas Nicolinas no panorama mais lato do ciclo festivo outono-inverno, mais uma vez tanto a nível nacional português como mundial.

Nicolinas pelo Mundo Fora: Santos, Diabos, Doces e Crianças

São Nicolau é venerado em muitas regiões europeias como um santo taumaturgo patrono das crianças e dos jovens, mas também de navegantes e pescadores. As celebrações em sua honra revestem-se de formas diversas consoante os países, mas são as recorrências próprias do seu ciclo festivo que aqui importa ressaltar. O santo é festejado no dia 6 de dezembro e na noite da véspera, mas ao longo das semanas que antecedem esses dias sucedem-se cortejos, procissões e festejos variados. As celebrações são pautadas pela relação que se estabelece entre o santo (e os seus ajudantes) e as crianças. Com ele se estabelecem relações de dádiva e contra-dádiva, que se estendem ao mundo do além e dos antepassados. Neste aspeto, as festas fazem parte de um ciclo que engloba o mundo cristão e as celebrações natalícias, centradas no estabelecimento de relações entre os velhos/antepassados e as crianças: o Pai Natal que em muitos países católicos substitui o Menino Jesus nas oferendas às crianças. Os relatos das festas em honra de São Nicolau pelo mundo fora reiteram a presença dos mesmos elementos: o santo, os aspetos religiosos misturados com os profanos, a forte relação com os jovens e as crianças, os desprotegidos, os aventureiros, os navegantes e os pescadores, a presença de «ajudantes», que são amiúde a sua imagem oposta, diabos ou figuras demoníacas, a licenciosidade e o excesso por oposição à conduta reta do santo, a comensalidade e manjares rituais, a relação com o ciclo do inverno.

A descrição sumária do que se passa na Holanda elucida o que se observa em muitos países. A Holanda é um dos países em que a veneração a São Nicolau é mais marcada, e em que a festa dedicada ao santo é a mais importante do calendário festivo. A meio de novembro, o santo chega às localidades, acompanhado do seu ajudante, *Zwarte Piet*, personagem que personifica um mouro negro. Na maior parte das cidades holandesas, é suposto chegarem de barco ou de carruagem de Espanha, e em seguida tem lugar um desfile pelas ruas principais. Durante semanas, o santo e o seu ajudante percorrem casas, hospitais e escolas, para indagar se as crianças se portaram bem. As famílias preparam *speculaas*, bolinhos com gengibre, próprios da quadra. As crianças colocam sapatos na janela ou nas soleiras das portas e deixam desenhos, como presentes para o santo, listas de desejos como pedidos de retribuição e cenouras e água para o cavalo do santo. Este deixa guloseimas e outros presentes para as crianças que se portaram bem, e carvão e sal para as que se portaram mal. As visitas do santo são recorrentes ao longo de várias noites do ciclo festivo, mas os presentes maiores são oferecidos no dia 5 de dezembro, a véspera do dia de São Nicolau, supostamente como presentes anónimos, deixados pelo santo e pelos seus ajudantes. Nessa noite, as crianças esperam que o santo apareça com os presentes enquanto cantam em seu louvor. Trata-se claramente de uma celebração de dádiva e contra-dádiva entre o taumaturgo e os humanos, rodeada de alegria e confraternização.

Dada a importância de *Sinterklass* nos Países Baixos, todas as suas ex-colónias, territórios ainda adjacentes ou países com forte influência holandesa seguem a mesma tradição da veneração a São Nicolau. Por exemplo, no caso de Curaçao, o santo chega em meados de novembro, acompanhado do *Zwarte Piet* e dos seus ajudantes, os *piets*. A parada é abrilhantada pelo toque de tambores e trompetes, enquanto os *piets* lançam bolinhos para as crianças. O santo e seus ajudantes visitam centros comerciais e escolas, sentam-se durante horas seguidas a falar com as crianças, a indagar sobre o seu comportamento durante o ano e a distribuir doces e pequenos presentes. Na véspera do dia 6 de dezembro, as crianças colocam na soleira da porta um balde de água, feno e cenouras como oferenda para o cavalo de *Sinterklass*; se porventura se tiverem portado bem, recebem um presente; caso contrário, serão, supostamente, levadas pelo *Zwarte Piet* no seu saco para Espanha. As alterações às componentes tradicionais acompanham as mudanças de contexto histórico, social e político. A ideia de crianças serem levadas para um espaço longínquo e não social, Espanha, remete para as lutas entre espanhóis (que descobriram a ilha no século XV) e holandeses (que as conquistaram no século XVII). No Suriname, a tradição do *Zwarte Piet* também trazida pelo colonialismo holandês foi abolida por ser considerada racista.

Este modelo do santo que chega com os seus ajudantes e que julga as crianças, distribuindo presentes mais ou menos simpáticos consoante o comportamento das crianças durante esse ano é o mais recorrente a nível mundial. Remete ainda, diretamente, para o seu avatar atual, o Pai Natal, que, viajando de trenó e descendo pelas chaminés, realiza a mesma distribuição de presentes, exaltando a caridade. Deste modo, o mesmo modelo do santo vindo de algures e que se relaciona com as crianças, distribuindo presentes, acompanhado dos seus opostos — os diabos que se contrapõem ao santo, seres demoníacos e antissociais —, surge na Alemanha, na Áustria, na Bélgica, na Suíça, na Polónia, na Roménia, na Eslováquia e na Eslovénia, no Liechtenstein e no Luxemburgo. Mesmo em países onde a tradição cristã é minoritária, o santo é igualmente celebrado, como é o caso do Líbano, da Turquia e da Palestina.

Em muitos países europeus, impera a vertente comercial das celebrações natalícias, e às dádivas nicolinas sobrepõem-se os mercados de São Nicolau ou do Menino Jesus, como é o caso da Alemanha ou de algumas regiões de França. Algumas especificidades são dignas de nota. Em França, o Père Fouettard, personagem maléfica que ameaça as crianças dizendo-lhes que pedirá a São Nicolau para não lhes dar nada, é extremamente popular. Noutros casos surgem personagens intermediárias entre o santo e o diabo, como na República Checa ou na Hungria. Na véspera do dia 6, surgem três figuras: São Nicolau, o diabo e o anjo. O diabo quer levar consigo as crianças más, mas o anjo intercede para que não sejam levadas. Nesse dia, as ruas enchem-se de São Nicolaus, anjos e diabos acorrentados. A tradição preconizava que São Nicolau deveria interrogar as crianças sobre a Bíblia para avaliar o seu conhecimento; hoje em dia, essas perguntas relacionam-se com o comportamento das crianças: as crianças bem comportadas recebem meias com tangerinas, maçãs, nozes e outros pequenos presentes; as malcomportadas recebem carvão e batatas secas.

A relação com os antepassados e as almas é muito forte em países que ciclicamente celebram a relação entre o mundo dos vivos e o mundo dos mortos, como acontece no México e na Argentina**.** As festas argentinas em honra de Tinkunaco incluem uma forte relação com as crianças, sendo Tinkunaco semelhante a São Nicolau, sobretudo se pensarmos em imagens recorrentes do Norte da Europa no século XIX em que o santo carrega o Menino Jesus (Perrot 2010: 46-48). Do mesmo modo, na Albânia, o culto nicolino tem ligações às festas das almas e apresenta similitudes com as festas dos rapazes do nordeste transmontano português.

A ligação entre o santo e os ciclos anuais é evidente no facto de que, em várias regiões, se celebrava a festa em honra de São Nicolau no período do verão, como contraponto ao São Nicolau do Inverno. Este último relaciona-se com a austeridade do frio, os mortos e diversas celebrações desse ciclo, e o São Nicolau de verão celebra a prosperidade, o rejuvenescimento da natureza e relaciona-se com as celebrações do maio. É o caso de Saint-Nicolas-de-Port, na Lorena, França, estudado por Colette Méchin (1978:103-107), que analisa os elos as festas a São Nicolau no verão e as festas agrárias ligadas ao Pentecostes e à chegada da primavera. Este contraponto entre as festas de verão e de inverno continua presente hoje em dia em Malta. «*A igreja de São Nicolau de Bari é decorada e celebra-se a festa do santo patrono com missa e um festival em que as ruas se enchem de procissões e outros serviços religiosos, mas também de quiosques de comidas e fogos de artifício, numa mescla de profano e sagrado. Cada cidade da ilha rivaliza com as restantes para ter o festival mais fulgurante, realizando-se a grande festa no mês de junho, altura em que os imigrantes estão em casa, como festa de verão.*» A relação entre os dois ciclos anuais existe também na Ucrânia, onde São Nicolau chega a cavalo na noite de 5 para 6 de dezembro; no dia 6, o dia do santo (dia 19 no calendário ortodoxo), percorre casas e escolas e dá presentes às crianças. É um dia de festivais por todo o país. Conceptualiza-se o santo como tendo dois avatares, o São Nicolau *frio* e o São Nicolau *quente*. O primeiro é o padroeiro do inverno, traz a neve e vem sempre acompanhado de um anjo e um demónio. O segundo, celebrado na primavera, seca as terras demasiado molhadas da neve e da chuva do inverno.

Noutros países, a tónica é posta na condição de São Nicolau como patrono e protetor dos navegantes e dos pescadores. Nestes casos, as festas, mantendo a relação com as crianças e os presentes a elas oferecidos, incluem desfiles com barcos. Assim sucede na Grécia, onde existem centenas de capelas em honra de São Nicolau espalhadas pelas ilhas, e onde os barcos têm sempre um ícone do santo. A relação do taumaturgo com as águas é reiterada no Líbano (cujo mar se denomina igualmente Nikoula), na Islândia e na Croácia. Na Bulgária, onde o santo protege os navegantes e os pescadores, o fim da estação da pesca no outono é marcado por ofertas ao santo e refeições comunitárias na praia, com partilha do peixe apanhado, mais uma vez celebrando a abundância alimentar. O manjar ritual é a carpa, conceptualizada como serva de São Nicolau.

A imigração e os antecedentes históricos também têm importância no modo como as festas são vividas, nomeadamente no Novo Mundo, que adotou as tradições levadas pelos imigrantes da Europa. Hoje em dia suplantado pelo Pai Natal promovido pela *Coca-Cola* na década de 1930 — que se sobrepôs quer à figura de São Nicolau, quer à do Menino Jesus levado pela tradição católica, ou suplantando outras figuras, igualmente importadas de tradições europeias (Perrot 2010) — e marcado por um cariz comercial alargado, São Nicolau continua no entanto a ser venerado no Canadá e nos Estados Unidos em zonas de forte implantação ucraniana e holandesa. Saint Nicholas surge vestido como bispo bizantino e, juntamente com os seus ajudantes, distribui doces e chocolates.

A devoção ao santo é especialmente forte nos países de tradição cristã ortodoxa, como é o caso da Sérvia, da Macedónia, da Ucrânia, da Rússia e da Geórgia. Na Sérvia, cada família celebra o seu santo patrono. Para muitas famílias, o santo protetor é São Nicolau e é venerado na *Slava*, uma celebração de ação de graças e uma prova de dedicação à fé e à igreja ortodoxa. Consiste numa reunião familiar, sempre realizada na casa do elemento mais velho da família. Na véspera do dia de São Nicolau, as crianças colocam sapatos nas janelas para que o santo deixe frutas secas, nozes e outras pequenas ofertas. As crianças malcomportadas recebem uma cebola. São semeados grãos de trigo no dia de São Nicolau para as espigas estarem verdes e crescidas no Natal, uma prática semelhante às «searas do Menino Jesus» no contexto português. «*Na Macedónia, o santo é venerado entre os católicos ortodoxos, e o dia da festa recai a meio do período de jejum da natividade ortodoxa. Preparam-se comidas especiais, isentas de ovos, carne ou leite, para consumir no dia da* Slava*, e o pão e o vinho são levados para a missa para serem abençoados.*» Na Rússia, São Nicolau é igualmente respeitado no legado ortodoxo, como protetor dos pobres e dos fracos contra os ricos e os poderosos, dos camponeses, dos gados e dos navegantes. Enquanto patrono dos jovens, é invocado antes do casamento, no parto e quando os rapazes vão para a guerra. Na herança da relação do santo com o mundo dos antepassados, no dia 6 ou 19 de dezembro era tradicionalmente celebrado o início do inverno e São Nicolau, detentor das chaves do céu, abria os portões para aqueles que tinham perecido. Na sequência da implantação do regime comunista, o culto do santo e a prática das dádivas foram desencorajados. Desde então, têm sido erigidas estátuas de São Nicolau em diversos lugares, sobretudo em contextos que remetem para a sua qualidade de patrono de viajantes e guardas fronteiriços. Na Geórgia, as honras ao santo também foram reprimidas durante o regime soviético e o avô Frost substituiu São Nicolau, aparecendo no dia de Ano Novo.

Noutros países, a tónica incide na importância do aspeto sagrado e católico de São Nicolau, nomeadamente nos vários relatos da sua vida e respetivas relíquias. Na Itália, o Festival di San Nicola celebra a chegada dos seus restos mortais a Bari. Os recitos históricos aliam-se aos elementos costumeiros das celebrações

nicolinas, nomeadamente a abundância alimentar e a propiciação da fertilidade: na noite de dia 5 de dezembro, as crianças colocam um prato na mesa com uma carta para o santo, pedindo presentes. Em Trieste, nas celebrações do dia 6 as jovens casadoiras colocam moedas para São Nicolau numa caixa, de modo a potenciar um casamento em breve e uma família numerosa. No sul de Itália e na Sicília, são distribuídos os pães de São Nicolau, que acalmam as tempestades que porventura possam ameaçar os pescadores.

Na Turquia, o culto a São Nicolau tem profundas raízes na cidade de Demre (a antiga Mira), já que terá sido aí que São Nicolau foi proclamado bispo. Os peregrinos acorrem de todos os lados, sobretudo da Rússia, para venerar o santo como pai da fé ortodoxa. Na década de 1950, os turcos passaram a valorizar a identificação de São Nicolau com o Pai Natal e as vantagens do seu aproveitamento para fins turísticos. A partir de 1981, criaram-se eventos promovidos pelo Ministério da Cultura e pela Fundação São Nicolau. Conceptualizado como um ser muito bondoso e humanitário, o santo ajuda os necessitados e sobretudo as crianças. Na atualidade, a oferta de presentes faz-se no Ano Novo e assume um matiz mais comercial numa Turquia maioritariamente muçulmana.

«Na Palestina, a cidade de Beit Jala tem como patrono São Nicolau, celebrado sobretudo a 17 de dezembro, que terá vivido nas cavernas da cidade durante a sua peregrinação para a Terra Santa. Os habitantes acreditam que São Nicolau os protege, inclusive das lutas da Intifada.»

Em Inglaterra, existem centenas de igrejas que ostentam o nome de São Nicolau e celebram festas em sua honra. No advento, o dia de São Nicolau é celebrado com a dádiva de presentes às crianças, e em várias cidades inglesas, como na Cantuária, realiza-se uma grande procissão, com a participação dos *boy bishops* (rapazes-bispos). Estas personagens, jovens rapazes transformados em entidades da hierarquia cristã, surgem também em algumas regiões de Espanha, nomeadamente no país Basco e na Catalunha, em que um deles preside a uma refeição comunitária, acompanhado por um padre e um professor. Como veremos adiante, estes rapazes-bispos são igualmente uma constante nas festas do ciclo de inverno do nordeste português.

São Nicolau, o Ciclo Outono-Inverno, Jovens e Almas

Na sua diversidade, as festas em honra a São Nicolau relacionam-se claramente com a conceptualização dos ciclos festivos anuais ligados à sazonalidade da natureza. O ciclo festivo outono/inverno assinala o declínio da natureza, enquanto o ciclo primavera/verão celebra o renascimento da vida, concretizada no período primaveril, o momento por excelência da renovação e da ritualização do rejuvenescimento (Leal 1991).

O ciclo outono/inverno é, por toda a Europa, o período em que se celebra a relação com os antepassados. Iniciado aquando do término das colheitas no final do estio, marca o período de morte aparente da natureza e o fim dos trabalhos agrícolas nos campos. Os jovens assumem um papel de relevo na relação com os antepassados, mas também com a sua própria condição de iniciandos. É sobretudo no período entre a celebração católica do Dia de Todos os Santos e o Dia dos Fiéis Defuntos nos primeiros dias de novembro que surgem momentos iniciáticos que culminam nas festas de iniciação dos jovens que tinham lugar sobretudo no Ciclo dos Doze dias (do Natal à Epifania), extremamente elaboradas no caso da região norte portuguesa. Inúmeras lendas relatam os atos de salvamento de jovens e infantes em perigo pelo santo. E são os jovens e as crianças — muitas vezes mascarados nos rituais iniciáticos — os agentes mediadores na relação com os

mortos. Durante o período iniciático, os jovens encontram-se numa situação liminar: já não são crianças, mas também ainda não são adultos. As máscaras que lhes conferem uma identidade fantasmagórica aparecem em várias celebrações invernais, quer no Ciclo dos Doze Dias, quer no Carnaval, e permitem conceber esses jovens como uma personificação dos mortos que regressam nessas ocasiões festivas para conviverem com os vivos (Méchin 1978: 94). Por outro lado, no encadeamento do ciclo vida-morte, os velhos estão próximos das crianças; em muitas culturas, as crianças são a reencarnação dos espíritos dos anciãos que passaram para o outro mundo. A linha entre a velhice e a infância é ténue: mais do que um corte, pode ser encarada como uma passagem, e tanto os velhos como as crianças podem ser pensados como mediadores entre a vida e a morte (Kopytoff 1971). Ao contrário dos jovens que protege, São Nicolau é velho, tal como o seu avatar dos tempos modernos, o Pai Natal.

A propósito das reações à importação do Pai Natal americano para a França, num artigo publicado em 1952, o antropólogo Claude Lévi-Strauss analisa a integração desta figura no ciclo de inverno e na relação com o culto dos antepassados. Menciona o estatuto ambíguo do Velho Natal e compara-o ao das *katchinas* dos índios Pueblo do sudoeste dos Estados Unidos. As *katchinas* são personagens mascaradas, encarnações de deuses e antepassados. «Prova da morte e testemunha da vida após a morte» (Lévi-Strauss l952:1582), regressam periodicamente às aldeias para punir ou recompensar as crianças conforme o comportamento que elas tenham exibido. Segundo Lévi-Strauss, como as *katchinas*, o Pai Natal é o resultado de uma transação onerosa entre as duas gerações, a dos anciãos e a dos mais jovens da sociedade. As crianças — tal como os jovens mascarados das festas do inverno transmontano e os jovens nicolinos — são seres não iniciados. A sua relação com as *katchinas* (entre os índios Pueblo) e o Pai Natal/São Nicolau (na nossa cultura) põe em evidência a dicotomia crianças/adultos, mas, acima de tudo, descobre por trás dessa divisão a oposição primordial entre vivos e mortos. Esta oposição «resolve-se» justamente através dos dois polos que a configuram: os jovens e os velhos, que personificam o *continuum* entre os dois universos. O Pai Natal ocidental personifica o retorno dos mortos, a sua conduta ameaçadora, perseguidora e ambígua, resolvida através do estabelecimento de um *modus vivendi* com os vivos, «fait d´un échange de services et de présents, enfin le triomphe de la vie quand, à Noel, les morts comblés de cadeaux quittent les vivants pour les laisser en paix jusqu'au prochain automne» (Lévi-Strauss l952:1587). As relações tensas entre mortos e vivos no período do outono culminam com os peditórios realizados pelas crianças e com os presentes de que elas, como representantes dos mortos na Terra, são os beneficiários. Neste quadro interpretativo, o ciclo invernal que remete para a morte da natureza e para o relacionamento com os espíritos dos mortos reflete a austeridade própria de um período em que nada brota da natureza e os víveres são escassos. No seio dessa austeridade, são necessários momentos protetores que facilitem o retorno da abundância, simbolizados nos rituais do solstício de inverno, de propiciação do retorno do astro rei, mas também em celebrações que introduzem as noções de excesso e fertilidade.

Essa abastança está patente na ação de distribuição de bens alimentares, elementos presentes nas celebrações nicolinas, seja qual for o país ou a região do mundo. Os alimentos oferecidos (maçãs, laranjas, frutos secos, doces) são, eles próprios, símbolos de fertilidade. E as Festas Nicolinas têm lugar no mesmo período frio em que, por toda a Europa, se realiza a matança do porco, uma verdadeira celebração da copiosidade alimentar no meio da penúria invernal. Tal como a caridade aberta oferecida pelo santo, também a festa familiar da matança do porco é um momento de abertura à comunidade, aos vizinhos que são convidados para a comensalidade partilhada e aos quais são oferecidas partes do animal sacrificado. O aspeto sacrificial e de

excesso desta festa estende-se ao período final do ciclo invernal — o Carnaval, que antecede a austeridade da Quaresma.

Por último, não são apenas as características liminares dos jovens iniciandos que é necessário relevar, mas também a própria figura de São Nicolau e o cenário algo ambíguo em que o santo é convocado. Na sua maior parte, as histórias em torno de São Nicolau referem um taumaturgo protetor de crianças e jovens. No entanto, existem variantes em que a ambiguidade ressalta. Se a lenda mais comum relata como o santo salvou três rapazes que foram mortos (e posteriormente retalhados e salgados por um açougueiro), há, porém, versões em que não se percebe se não terá sido ele (ou o seu alter-ego) que matou as crianças, e outras em que ogres e demais criaturas abomináveis surgem como próximas do santo (Méchin 1978 :79-94). Como vimos, o santo surge quase sempre acompanhado de ajudantes que são personagens demoníacas, sujas, negras, que fazem barulho e exibem comportamentos antissociais, provocando medo nas crianças e recomendando ao santo que não as premeie, ou mesmo que as puna. Quanto à natureza bondosa de São Nicolau, prende-se com as suas duas variantes, o São Nicolau Frio e o São Nicolau Quente (como surge na Ucrânia), que fazem dele um elemento de charneira entre os dois ciclos anuais e um garante da continuidade temporal.

As Festas Nicolinas e o Cenário Português: Rapazes, Almas e o Inverno

Com base nos três elementos iniciação, antepassados e liminaridade, atentemos agora no ciclo festivo anual português. Até que ponto as Festas Nicolinas de Guimarães podem ser consideradas como fazendo parte deste ciclo? Como se relacionam com outras festas do calendário nacional?

As Festas Nicolinas apresentam elementos em comum com outras festas em que a tónica da iniciação é flagrante. Trata-se das Festas dos Rapazes, festas de iniciação em que os jovens, muitas vezes mascarados, realizam peditórios pelas ruas e batendo às portas das casas, comportando-se de forma licenciosa e teatralizando formas de sanção social, através das *comédias* e *loas*, que exprimem censuras sarcásticas a formas indesejáveis de conduta (Pereira 1973: 24). O carácter iniciático é por de mais visível e inclui elementos que surgem em contextos semelhantes aos das festividades nicolinas. Em ambas as celebrações, o estatuto iniciático dos jovens é afirmado publicamente. Podemos salientar a comensalidade e as refeições exclusivas do grupo masculino; a visibilidade social e pública dessa iniciação, presente nas proclamações e nos cortejos pelas ruas, bem como nas dádivas e contra-dádivas (os peditórios para as festas) e na vertente associada à relação entre os sexos, como o número das Maçãzinhas, elemento também central nas Festas dos Rapazes. De igual modo, os roubos rituais, as danças ritualizadas e a sátira social fazem parte do complexo da licenciosidade e de crítica, presente tanto nas Festas Nicolinas como nas Festas dos Rapazes, fundamentos da afirmação social dos grupos de jovens.

As Festas dos Rapazes ocorrem normalmente durante o Ciclo dos Doze dias, mas muitos dos momentos que as integram acontecem antes ou depois, inseridos na sequência mais alargada do ciclo outono/inverno. Algo semelhante sucede com as festividades nicolinas, que se iniciam antes do dia de São Nicolau e terminam depois, integrando-se no ciclo do inverno e assimilando as características próprias desse período. Desta forma, o estatuto e as *performances* dos nicolinos remetem ainda para as festas do ciclo do Carnaval (tal como, por exemplo, as celebrações dos Caretos de Podence no nordeste transmontano), em que, mais uma

vez, a tónica iniciática e o excesso, patentes na licenciosidade e na liminaridade dos mascarados, constituem o traço dominante.

Em segundo lugar, toda a sequência de momentos ritualizados que têm lugar entre o equinócio do outono e o da primavera reenvia, sob variadas formas e instâncias, para a relação entre vivos e defuntos. No caso português, além do conjunto de ritualidades fúnebres, o calendário anual reserva a esta relação tempos e espaços consagrados, associados a celebrações próprias do outono e do inverno, que marcam uma intensificação das relações entre esses dois mundos. E a presença dos antepassados vai manter-se constante ao longo de vários meses, simbolizada através de elementos cuja recorrência define o ciclo festivo outono/inverno, compreendido *grosso modo* entre os Santos e a Páscoa: os manjares cerimoniais, a presença dos mascarados e uma certa irreverência que eles incorporam, o fogo, determinadas formas de crítica social, os peditórios e as oferendas dirigidas aos mortos e ao sufrágio das almas. Todos estes princípios estão presentes nas Festas dos Rapazes, no ciclo carnavalesco e nas festividades nicolinas. As celebrações próprias do nordeste transmontano são as mais conhecidas, mas os peditórios para sufragar as almas existem por todo o país, e também no noroeste minhoto, tendo lugar na noite em que é suposto as almas andarem à solta (na noite do dia 31 de outubro para o dia 1 de novembro). É também no Minho, sobretudo na ribeira minhota, que os altares dos antepassados, as sepulturas familiares, são meticulosamente limpos para a procissão ao cemitério após a missa do dia santo de 1 de novembro (Saraiva 1996a; 1996b).

As características das Festas Nicolinas permitem-nos posicioná-las neste conjunto mais vasto do ciclo festivo outono/inverno, em que o carácter iniciático se prende diretamente com o segundo elemento, a relação entre o mundo dos vivos e o mundo dos mortos: é impossível pensar a iniciação dos jovens separada da relação que eles estabelecem com os mortos. O Dia de Todos os Santos e o Dia dos Fiéis Defuntos (1 e 2 de novembro, respetivamente), que inauguram o ciclo outono/inverno, são celebrações que afirmam categoricamente a necessidade de cuidar dos antepassados de forma a manter com eles um bom relacionamento, patente no esmero posto na limpeza e decoração das sepulturas e nas cerimónias religiosas que têm lugar na igreja e no cemitério. No caso das Festas Nicolinas, o ciclo comemorativo tem início no dia 1 de novembro, com a ida da comissão ao cemitério para prestar culto aos velhos nicolinos. Os peditórios para as festas iniciaram-se semanas antes, mas este é o primeiro ato público oficial do grupo. Este momento solene, sóbrio e carregado de dignidade, é inteiramente desprovido da agitação e exuberância festiva da grande maioria dos restantes eventos do programa.

*

Analisemos com mais detalhe algumas das características relativas à iniciação dos jovens e à sua relação com os antepassados no âmbito do ciclo festivo outono/inverno no contexto português.

Após o Dia de São Martinho, celebrado a 11 de novembro, o dia dos primeiros sinais de metamorfose identitária por via de enfarruscamentos, fogueiras e magustos rituais, de encetar as pipas novas e de celebração a Santa Bebiana — santa das mulheres bêbadas, festejada a 2 de dezembro —, chega-se ao Ciclo dos Doze Dias, entre o Natal e a Epifania. Sobressaem aqui as referidas Festas dos Rapazes — também denominadas Festa da Mocidade, Festa do Natal, Festa dos Caretos ou Festa dos Reis —, que se constituem

enquanto ritos de passagem dos jovens para a idade adulta e que comportam uma mordomia, mascarados, comensalidade ritual, loas, colóquios, testamentos, rondas, peditórios e, por vezes, provas de destreza física (Pereira 1973; Pereira 1986; Godinho 1995; Godinho 1998; Saraiva 2006). Como no caso das Festas Nicolinas, estas celebrações outrora reservadas aos rapazes atraem uma crescente participação feminina.

É do grupo dos iniciandos que saem os dois mordomos organizadores e responsáveis pela festa; e são os mesmos rapazes solteiros que, mascarados, incarnam uma vertente transgressora que se afirma nas loas e nos colóquios — formas de criticar acontecimentos caricatos ou repreensíveis —, nos gritos e no espalhafato que produzem, bem como no roubo ritual do fumeiro que tem lugar nas rondas noturnas. Em várias aldeias dos concelhos de Bragança, Vinhais e Mirandela, estas manifestações sofreram uma maior apropriação pela Igreja Católica e realizam-se sob o signo do culto a Santo Estevão. A vertente mais socializada e a relação com a igreja está presente nas figuras do rei e do bispo, tal como acontece nas celebrações em honra de São Nicolau no Reino Unido com os seus *boy bishops*, ou em Espanha, com a visibilidade da caridade, patente na refeição comunitária presidida por um padre e um professor. Nas Festas Nicolinas vimaranenses, os momentos de maior solenidade — como as celebrações religiosas ou os momentos de mostra de respeito pelo *status quo* — podem igualmente ser considerados formas de conformidade com as regras sociais.

Nos peditórios característicos do ciclo invernal — realizados em novembro, no Natal, no Ano Novo e nos Reis, mas também no Carnaval —, a entoação de cânticos com carácter alusivo e propiciatório tem como contrapartida as dádivas ofertadas. Em várias zonas de Portugal, os peditórios destinam-se a sufragar com ofícios as almas dos mortos, um traço que não aparece de maneira explícita nos festejos nicolinos, sendo no entanto patente um forte respeito pelos desaparecidos.

O Carnaval constitui o segundo grande período de protagonismo de mascarados, associados à licenciosidade ritual e à irreverência que trespassa todo o ciclo do inverno. Esses excessos realizam-se nomeadamente no plano escatológico, com obscenidades em atos e palavras, troças e críticas públicas, agressões burlescas e *casamentos*, bem como noutras formas de vindicta popular. Ao período carnavalesco, com todos os seus excessos, mesmo a nível alimentar, contrapõe-se a Quaresma, tempo de jejuns e abstinência que precede a Páscoa e corresponderia, nos antigos cultos da natureza, a um período de preparação mágico-religiosa das sementeiras.

É durante a Quaresma, no final do ciclo do inverno, que surgem as derradeiras ocasiões de relação ritualizada com a morte: tanto a morte como os mortos aparecem personificados ou recordados através de cânticos ou orações. Simultaneamente, é também na Quaresma que as manifestações desregradas e licenciosas encontram ainda espaços de infiltração em determinados momentos, contrariando assim a contenção quaresmal. Deste modo, podemos pensá-la como um período de charneira entre os dois ciclos festivos (outono/inverno *versus* primavera/verão), ostentando a ambiguidade latente dos marcos de passagem entre dois tempos e períodos distintos.

A Morte e os Diabos que deambulam pelas ruas na Quarta-feira de Cinzas em determinadas localidades do nordeste transmontano, perseguindo e açoitando as raparigas (hoje apenas simbolicamente) podem ser encarados como reminiscências da licenciosidade carnavalesca e da imbricação entre a vertente

sexual, renovadora da vida, e a personificação dos *caretos* como representantes dos antepassados mortos que caracteriza as festas do ciclo dos Doze Dias. Alguns autores (Oliveira 1984) relacionam-nos com a representação simbólica, de sentido religioso, dos cortejos e figurações litúrgicas medievais, ou ainda como personificações do declínio da Natureza no Inverno, prenunciando o renascimento de um novo ciclo de vida.

As Festas Nicolinas inserem-se nas festividades portuguesas que delimitam o ciclo outono-inverno. A sua preparação e realização têm lugar no final do outono e contêm elementos próprios desse ciclo, como a tónica na iniciação dos rapazes. As Festas Nicolinas são celebrações de jovens estudantes que se iniciam na idade adulta, mas espaldados por toda uma veneração aos Velhos Nicolinos, vivos e mortos, como o mostra a peregrinação ao cemitério e a frequente evocação de grandes nicolinos desaparecidos. Todos os outros traços caracterizadores do ciclo festivo outono/inverno estão presentes, embora por vezes com variantes interessantes. A relação entre o religioso e o profano começa na própria figura do santo venerado e das missas em sua honra, com a vertente profana exacerbada a partir de cenários como o desfile dos bombos ou o abundante consumo de álcool. Em certos momentos, as Festas Nicolinas primam pelo excesso, e os jovens nicolinos incorporam uma personalidade distinta — justamente a de serem *nicolinos*.

Vários dos elementos presentes nestas festas fazem, na realidade, parte de um contexto mais vasto, se pensarmos nas celebrações do ciclo outono/inverno no noroeste português, e mesmo a nível europeu. Alguns dos temas mais recorrentes ligam-se à questão da abundância alimentar, da fertilidade feminina, da relação com os mortos, no período do ano em que os mortos voltam à Terra, personificados nos jovens mascarados e nas crianças que surgem em várias celebrações e festas próprias do ciclo (Méchin 1978:94; Perrot 2010: 41-43), e no carácter liminar e licencioso da sujidade e do barulho. A abundância alimentar presente nas festividades a São Nicolau (não só em Guimarães) é uma maneira de evocar a fertilidade, cuja propiciação é aludida explicitamente no assédio das raparigas como acontece em vários contextos europeus (Méchin 1978: 81-86) e portugueses — nas Nicolinas acontece no número festivo das Maçãzinhas, embora num registo mais romântico. Pretende cortar sobretudo com a austeridade que as sociedades rurais conheciam durante um período em que a terra nada produz. A ementa da ceia nicolina inscreve-se na gastronomia tradicional do inverno no Minho, centrada no porco, cuja matança tem lugar nesse período, momento em que a comensalidade é particularmente valorizada.

Embora tendo lugar ainda antes do solstício, as Nicolinas são festas de inverno que celebram a vida, significam a luta contra as trevas (a noite iluminada e barulhenta do Pinheiro), como acontece em diversas outras tradições do Hemisfério Norte, de forma muito diferente mas que também significam a confiança no futuro: as searas do Menino Jesus, a mesa da ceia de Natal posta e servida para que as almas possam vir comer. Invertendo temporariamente alguns aspetos do mundo e da sociedade, mas também organizando e controlando a transição dos jovens para a idade adulta, são uma entrada no inverno que afirma a certeza de o atravessar e prefigura os rituais que, noutras localidades da região, alguns meses mais tarde marcarão a morte do ano velho e o rejuvenescimento do universo: o Enterro do João, a Serração da Velha, a Queima do Judas e a Páscoa.

As personagens negativas ou mesmo diabólicas que acompanham São Nicolau nalgumas das tradições que lhe são associadas noutros países não aparecem nas Festas Nicolinas vimaranenses, embora diversas modalidades de transgressão estejam bem presentes. Mas este santo, que, na realidade, tem uma presença tutelar discreta nas celebrações a ele dedicadas em Guimarães, é antes de mais apreciado como um protetor a quem se roga que seja o guia de jovens nicolinos numa fase de transição social em que devem, definitivamente, integrar valores que a sociedade local considera essenciais e manifestar a sua capacidade de os pôr em prática.

Bibliografia

CABANTOUS Alain; WALTER François: 2016, *Noel, une si longue histoire…* Paris, Payot.

CAZEAU Véronique *et al.*: 2015, *En Oriente et en Occident, le culte de Saint Nicolas en Europe*, Paris, Les Editions du Cerf.

GODINHO Paula: 1995, «Ser rapaz, ir à festa», *Atas do Congresso A Festa Popular em Trás-os-Montes.* Bragança, Edições do Nordeste.

GODINHO Paula: 1998, «Mordomia e Reprodução Festiva: O Caso da Festa dos Rapazes», *Arquivos da Memória*, n.º 4, pp. 35-48, Lisboa, Edições Colibri.

LEAL João: 1991, «A Quaresma», *Portugal Moderno Tradições*, Lisboa, Pomo.

LÉVI-STRAUSS Claude: 1952, «Le père Noel supplicié», *Les Temps Modernes*, pp.1572-1590.

KOPYTOFF Igor: 1971, «Ancestors as elders in Africa», *Africa* 41(2), pp. 129-142.

MÉCHIN Colette: 1978, *Saint Nicolas*, Paris, Berger-Levrault.

OLIVEIRA Ernesto Veiga de: 1982, *Instrumentos Musicais Populares Portugueses*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian.

OLIVEIRA, Ernesto Veiga de: 1984, *Festividades Cíclicas em Portugal*, Lisboa, Dom Quixote.

OLIVEIRA, Ernesto Veiga de: 1987, *As Festas, um Passeio pelo Calendário,* Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian.

PEREIRA Benjamim: 1973, *Máscaras Portuguesas*, Lisboa, JIU.

PEREIRA Benjamim: 1986, *Máscaras Portuguesas,* Exposição na Bienal Universitária de Coimbra, IICT.

PERROT Martyne: 2010, *Faut-il croire au Père Noel?*, Paris, Le Cavalier Bleu.

SARAIVA Clara: 1996, «Diálogos entre Vivos e Mortos», *Corpo Presente. Treze Reflexões Antropológicas sobre o Corpo*. Oeiras, Celta. pp. 172-183.

SARAIVA Clara: 1996, «A Lavoura na Linguagem Simbólica dos Cemitérios», *O Voo do Arado*, Lisboa, IPM.

Significados de uma festa em movimento

J-Y. Durand

Observar de muito perto as Festas Nicolinas evidencia um permanente entrelaçamento do passado e do presente, até a um ponto que vai muito além da normal importância que a dimensão temporal tem sempre em qualquer festa. Nas Nicolinas, a presença do tempo é explícita, constantemente lembrada e reavivada nos discursos e nas atividades dos envolvidos. Mais do que ser um simples e inevitável elemento estruturante do ritual, tem aqui uma nítida centralidade entre os seus significados. Esta relevância tão marcada constitui um traço que pode ser apontado como uma caraterística destas Festa e remete obviamente para a intensidade da presença da história na identidade de Guimarães, onde um grande letreiro colocado numa torre da muralha medieval lembra que "Aqui nasceu Portugal". A eficácia desta fórmula ecoa em inúmeras manifestações, desde estudos eruditos até às mais diversas práticas, como as inúmeras mobilizações publicitárias da imagem do castelo ou da figura de D. Afonso Henriques, a tatuagem da sua espada ao longo da perna ou das costas, a retórica clubística do Vitória...

É impossível um observador exterior não reparar rapidamente na reivindicação frequente, nos discursos locais, desta viva consciência memorial e histórica – não será por acaso que um recém-criado projeto cultural vimaranense assemelhado a um centro de interpretação se chama Casa da Memória. E o seu corolário, que o nicolino Miguel Bastos designa por «este defeito ou esta qualidade do bairrismo exacerbado e tudo o que cheire a tradição, às vezes sem questionar se é bem, se é mal», é assumido enquanto uma das singularidades mais distintivas da cidade. Através do seu apego às Festas e dos seus esforços para assegurar a sua perenidade, apresentando-se como herdeiros de antepassados exemplares, exortando os jovens a enveredar pelo mesmo trilho, os nicolinos situam-se no fluir das gerações, tentam amansar o tempo.

Tempos alinhados

Uma festa é sempre um evento que introduz uma suspensão mais ou menos vincada e sensível no decurso do quotidiano. Cria um intervalo na realização das atividades habituais. A rutura temporal nicolina mais pronunciada diz respeito à vida dos membros da Comissão entre a sua eleição na última sexta-feira de setembro e a conclusão das Festas, um pouco mais de dois meses depois. Expressa visualmente pelo uso permanente do traje e o respeito absoluto de algumas regras indumentárias precisas, confere aos 10 rapazes uma imagem anacrónica. Este salto temporal, aliás simbolizado pela proibição de usar relógio, situa-os na filiação direta de todas as Comissões que antecederam a sua, e de que, com alguma frequência, o seu pai, por vezes um avô, ou um irmão, um primo, um tio já foram membros. E a intensidade das diversas atividades que têm de realizar nos dois meses de preparação das festividades obriga-os a entrar num ritmo quotidiano que os afasta da sua vida familiar habitual e os faz entrar num círculo de sociabilidade exclusivo, com posições, papéis e responsabilidades claramente definidos. Esta situação é marcada por diversas práticas de tipo ritual destinadas a sancionar esta integração numa estrutura social temporária.

Para a comunidade vimaranense, o intervalo festivo é mais reduzido e sobretudo muito menos profundo e intenso do que a experiência por que passam os membros da Comissão. A primeira atividade pública oficial dos rapazes, a Romagem ao cemitério da Atouguia, a 1 de novembro, passa largamente despercebida pela cidade. As Moinas realizadas nas tardes do mesmo mês só são perturbações breves e ligeiras da ordem

normal da vida da cidade. No período de realização dos números festivos, o contraste com o tempo normal é marcado por diversos percursos pelas ruas da cidade e pelas manifestações sonoras tão características e específicas que os acompanham. O Pregão e as Maçãzinhas decorrem durante o dia mas os outros números são noturnos ou têm início de madrugada e desempenham um claro papel de disrupção temporal. A noite do Pinheiro é o momento em que a inversão temporal é mais imediatamente notória: a tranquila, escura e silenciosa noite de inverno torna-se num dia confuso, luminoso e barulhento, repleto de transgressões que proclamam a excecionalidade do momento.

Se é comum que uma área precisa do território de uma comunidade seja destinada à realização de uma festa, e por isso delimitada, benzida, decorada, proibida a outras atividades (Falassi 1987: 4), tal não acontece nas Nicolinas: ao longo das suas atividades preparatórias e dos seus números, percorrem vários itinerários que desenham uma cartografia relativamente densa do centro histórico da cidade, com algumas extensões periféricas. E, ao contrário do que se pode observar em muitas festas europeias, durante as Festas Nicolinas o espaço público não recebe atividades comerciais ou de restauração temporárias, nem vistosas decorações indicando ao visitante que a cidade está em festa. A única manifestação visível da realização dos festejos, que seria difícil qualificar de «decoração», é o Pinheiro que, depois de «enterrado», passa na realidade inteiramente despercebido por quem não souber de antemão qual o seu significado.

Outros sinais da aproximação de um evento observáveis na cidade são muito poucos, discretos e fruto de intervenções individuais de habitantes movidos por um apego particular às Festas: cartazes de pequeno formato afixados nalgumas montras que são por vezes também decoradas com objetos nicolinos emblemáticos: caixas e baquetas, mitras, lenços, lanças... Bastante comuns por altura da Capital Europeia da Cultura, em 2012, e nos dois ou três anos seguintes, estas iniciativas isoladas tornaram-se aliás ultimamente mais escassas, repetidas de ano para ano nas mesmas lojas.

Todos estes exemplos mostram que a função de quebra temporal, com a sua inevitável correspondência espacial, é sem dúvida preenchida pelas Festas Nicolinas, as quais podem ser enquadradas no modelo geral de um «tempo fora do tempo». Esta expressão, *Time out of time*, é o título de um livro em que Alessandro Falassi agrupa ensaios sobre a festa escritos desde a Antiguidade por autores com formações ou interesses bastante diversos e na introdução do qual salienta em particular o facto que o tempo do dia-a-dia é modificado e deixa lugar a «uma dimensão temporal especial reservada para atividades especiais» (Falassi 1987: 4). O autor afirma que os humanos não dispõem de um meio mais eficaz «para se sentirem em sintonia com o seu mundo do que participar na realidade especial da Festa, e de celebrar a vida neste tempo fora do tempo» (Falassi 1987: 6-7). Mas não basta, por exemplo, observar um jogo de futebol, ou mesmo todos os jogos de um campeonato, para perceber a totalidade das funções sociais e dos significados deste desporto, que se estendem muito além dos 90 minutos da partida.

Exatamente de mesma maneira, o estudo de uma festa não se pode cingir ao momento da sua realização – ou momentos, no caso de uma festividade cíclica. Considerá-la na sequência das suas ocorrências ao longo dos anos, ou dos séculos, obriga a ver que, além de marcar uma rutura, proporciona também a possibilidade de uma continuidade. A recorrência cíclica da excecionalidade produz uma nova normalidade, suscita a

expectativa do seu regresso. Torna-se numa promessa de recomeço e representa um pequeno seguro contra as incertezas da existência.

Rutura e continuidade: como qualquer festa cíclica, as Nicolinas apresentam estas duas faces temporais. Mas a observação de algumas das características das suas celebrações, a descrição das formas que toma a sua presença na vida social vimaranense no resto do ano e o registo dos discursos dos seus intervenientes apontam para uma relevância particular da segunda dimensão. Em contraste com a expressão proposta por Falassi, é possível sugerir que estamos aqui perante uma instância de "tempo dentro do tempo". Trata-se de um dispositivo festivo virado para o reforço de um sentimento de continuidade e, talvez sobretudo, funcionando no sentido de permitir a uma comunidade ter o sentimento de que está a trabalhar para memória futura. Procurando reproduzir com aplicação as ações de predecessores que considera como inspiradores, coloca-se nos seus passos e, simultaneamente, projeta-se para a frente no tempo.

A existência de cada Comissão é breve, o mandato é de um ano, mas, logo após o encerramento das festividades, os rapazes abandonam o seu tão estimado traje e só voltarão a usá-lo de maneira episódica se surgir um evento exigindo uma representação formal da Comissão. Cada um passará o resto do ano no seu estabelecimento escolar de origem, eventualmente sem grande possibilidade de contacto com os outros, caso seja proveniente de uma das escolas de que poucos alunos costumam ser eleitos para integrar a estrutura de organização das Festas. Um dos temas recorrentes nas declarações de antigos membros de Comissões diz respeito aos laços de amizade, «para toda vida», «para sempre», que esta experiência permite criar. Na realidade, afinidades pessoais são sempre variáveis, e não ficarão todos eternos amigos. Mas a expectativa de criação de um vínculo forte entre eles é-lhes comunicada de maneira insistente pelos Velhos que os acompanham, sempre propensos a mostrar que eles próprios tiveram um comportamento norteado pelos valores enaltecidos também desde há várias dezenas de anos nos testemunhos escritos pelos seus predecessores.

Como o seu nome indica, a AAELG é antes de mais uma associação de antigos alunos. Como centenas de outras, promove o prosseguimento ao longo de décadas, apesar das vicissitudes da existência, de relações criadas durante a adolescência. Mas, nas escolas de Guimarães, o enquadramento nicolino confere a esta atividade um sentido e uma força que não parecem ter equivalentes noutras localidades do país. Seria impossível realizar um recenseamento preciso de todos os antigos alunos de quem se diz que, apesar de viverem longe das suas origens, não deixam passar um ano sem fazer a viagem (de muitos milhares de quilómetros, para alguns) para poderem conviver com os colegas na Ceia e no cortejo do Pinheiro. Participantes em muitas outras festas da região, como por exemplo na romaria de São Bartolomeu de Ponte da Barca, evidenciam a mesma determinação.

Mas, sem entrar numa competição que seria descabida, é inevitável notar que em Guimarães a dimensão do fenómeno é surpreendente, com a particularidade acrescida de ter lugar no inverno. E esta fidelidade que desafia as décadas é repetidamente apontada ao visitante, ao jornalista ou ao etnógrafo para o convencer que «Não há mais bairrista que Guimarães!», numa apropriação inteiramente positiva de uma atitude que é mais habitual considerar como conotando pelo menos algum excesso, se não alguma rusticidade. Esta intensidade muito particular da vivência do tradicional em Guimarães, que o discurso identitário local

alimenta, tem sem dúvida tido um papel essencial na perenidade das Nicolinas: houve sempre aqui quem achasse que era inevitável relançar as Festas quando se encontraram interrompidas ou periclitantes e quem se dispusesse a fazê-lo. Não tem sido o destino habitual de outras tradições liceais, mesmo enraizadas. Tentativas de reativação do Regadinho, em Vila Real, não se têm conseguido impor, por exemplo, apesar deste cortejo satírico integrado nas festas do liceu ter conhecido um grande sucesso na cidade ao longo da maior parte do século 20.

O mesmo sentimento arreigado de inevitável necessidade da tradição dá origem à exaltação da saudade, tão caraterística do viver nicolino. É pouco provável que alguém possa sair da Comissão sem ter integrado a ideia de que, como os seus predecessores, deverá experienciar e manifestar uma grande nostalgia. Um Presidente recente confiava assim sentir-se já saudoso, depois das Festas mas antes do fim do mandato, por antecipação: «Abro o meu armário, vejo o meu traje, as fotos, e choro um pouco». Matar saudades nunca resulta: não só renascem imediatamente, como parece que saem reforçadas pelas tentativas de as eliminar. Os nicolinos encontraram uma solução. Em vez de as tentar apagar, cultivam-nas para poderem domá-las. Tornam um sentimento passivo numa atitude ativa: ser nicolino é, em parte, possuir e nutrir um sentimento de saudade virado para o passado da cidade e das Festas e para as lembranças pessoais de participação nessa história. Esta emoção coloca quem a tem numa genealogia secular, como herdeiro de um passado mas também como transmissor da tradição para o futuro.

De facto, poucos são os textos nicolinos em que a saudade não está presente de maneira direta, muitas vezes explícita, ou, pelo menos, suscitada pela evocação de personagens reconhecidas, algumas desaparecidas há muito. Deste panteão, além da inevitável figura materna da Senhora Aninhas, constam os nomes de João de Meira, António Faria Martins, Bráulio Caldas, Jerónimo Sampaio, José Luís de Pina, Padre Gaspar Roriz e o único Nicolino a ter sido distinguido com o título de Nicolino-mor, Helder Rocha... O retrato de Francisco da Cunha Oliveira Ribeiro, o «Xico Jesualdo», desaparecido de forma prematura, juntou-se recentemente à pequena galeria que, numa parede da sede da AAELG, tutela as reuniões da associação. Todos continuam a ocupar um lugar de destaque na vivência Nicolina. As alusões aos seus nomes recordam uma variedade de qualidades que encarnaram (retidão ética, preocupação social, criatividade literária, apego à cidade, envolvimento Nicolino, papel de relevo na história das Festas e das suas instituições...). São vistos como modelos de comportamento para as novas gerações ou referências balizando o que é o «espírito Nicolino»: um incessante sentimento de pertença coletiva, uma atitude feita de um misto de orgulho, humildade e ética que não deve conhecer folga. Além disso, um Nicolino que queira ser considerado «sério» e envolvido pode fazer questão de mostrar que é bom conhecedor da biografia desses *role-models*, do passado das Festas, das evoluções dos números, dos anos em que decorreu um ou outro incidente...

Folhear documentação avulsa sobre as Festas só pode tornar mais óbvio o desejo dos nicolinos de se inscreverem numa linhagem de séculos. A *Cartilha Nicolina*, de Fernando Capela Miguel, «é dedicada a todo os Jovens Nicolinos do Presente para que saibam fazer no Futuro uma festa, onde o orgulho Nicolino chegue à alma dos seus antepassados.» Num panfleto preparado pela AAELG e distribuído durante a eleição da Comissão em setembro de 2018, José Luís Xavier Fernandes conta a sua participação, em 1943, na primeira eleição realizada perto do Chafariz, então sito no Largo do Carmo e que regressou ao Toural por altura das obras realizadas no âmbito da Capital Europeia da Cultura, acabando com «Para memória futura, julgo ter

dado um pequeno contributo a todos aqueles que continuam a tornar imorredouras as festas Nicolinas.» Houve, entre os participantes na eleição, quem se interrogasse: «Onde é que estaremos daqui a 75 anos?»

Na capa do programa das Danças de São Nicolau de 1995, lê-se «NO CENTENÁRIO DO RESSURGIMENTO DAS FESTAS NICOLINAS 1895-1995 HOMENAGEM DOS NICOLINOS DE HOJE AOS NICOLINOS DE ONTEM – SEMPRE PRESENTES – ETERNOS NUMES E INSPIRADORES DA NOSSA FESTA». A capa do programa do mesmo número indicava, quatro anos mais cedo: «50 Anos de aprovação dos Estatutos da AAELG. 100 Anos da Inauguração do Seminário Liceu. 300 Anos da aprovação do compromisso da Irmandade...». José Luís Xavier Fernandes, o decano dos nicolinos, escreveu em 2008 um *Historial da Tértulia Nicolina Quatro Dezembro*, considerando que «Foram mencionados todos ou quase todos os que deram corpo e continuidade à Tertúlia que sabemos ser a mais antiga existente. Sem vaidade mas orgulhosos por a ela pertencermos, respeitemos a memória daqueles que já nos deixaram e jamais esqueceremos. A solidariedade Nicolina a isso nos obriga.» A 3 de dezembro de 2017, a contracapa do menu do jantar anual de confraternização da mesma Tertúlia anunciava «371 anos de Nicolinas 1646-2017». No fim do jantar, o bolo celebrava os 70 anos do grupo e foi desvendada uma placa comemorativa colocada na parede da sala do Vira Bar onde os encontros anuais decorrem. Em 2011, a AAELG procedeu, na quinta de Aldão, à primeira plantação anual de pinheiros destinados a substituir as árvores oferecidas pela família desde há já muitos anos, aproveitando a ocasião para colocar num rochedo uma placa indicando que «A AAELG-VELHOS NICOLINOS PELOS SEUS 50 ANOS FEZ PLANTAR, PELA MÃO DOS NICOLINOS, 50 PINHEIROS, AQUI DE ONDE PARTEM HÁ GERAÇÕES, PARA ANUNCIAREM AS NOSSAS FESTAS, PRESTANDO JUSTO HOMENAGEM À FAMÍLIA ALDÃO». Nos anos seguintes, os participantes habituais na Plantação do Pinheiro, iniciativa que passou a ser anual, procuravam as «suas» árvores no meio do mato e avaliavam o seu crescimento e as suas hipóteses de passar a ser um dia um digno Pinheiro nicolino: «Cresceu bem, já faltou mais!», «Só mais umas dezenas de anos», «Tenho a certeza, daqui a, sei lá, talvez cem anos, haverá aqui nicolinos a olhar para ele».

Seria possível ainda multiplicar os exemplos: com pequenos escritos, placas, encontros de confraternização ou iniciativas regulares, a celebração de efemérides aparece como uma atividade nicolina importante, sustentada com regularidade pelos coletivos ligados às Festas. Produz-se assim materiais de que é possível esperar que alimentarão o trabalho de memória das gerações vindouras e que darão continuidade ao interesse dos nicolinos de hoje pela sua própria história, de uma certa maneira convocando o futuro no presente para tentar influenciá-lo. Num plano mais individual, as coleções de *memorabilia* nicolinas e a conservação e transmissão intergeracional de pequenos tesouros pessoais (o traje, «Os sapatos que o meu pai usou nos peditórios», postos propositadamente de parte por ele no fim das Festas, as lanças das Maçãzinhas) cumprem a mesma função de ligação entre passado, presente e futuro. Ainda é cedo para poder discernir uma imagem fiável mas, para já, os meios técnicos digitais não parecem ter inteiramente substituído a emoção procurada pela materialidade dos objetos e a aura que lhes é associada, mesmo se coleções de fotografias e de breves vídeos são agora alojadas em telemóveis, sempre à mão para uma ocasional evocação.

A consciência do passar do tempo e o seu evidenciar têm claramente um papel de relevo no viver Nicolino. Este traço encontra-se ligado à cultura do lugar específica a Guimarães, construída à volta do território municipal e dos seus marcadores monumentais emblemáticos e, por outro lado, de uma história local de que os habitantes gostam de pensar que se entrelaça com a história nacional. Combinando estas duas dimensões,

«a cultura local torna-se ao mesmo tempo a expressão da identidade e o meio de identificação num jogo de diferenciações locais», como diz Jean-Luc Roques (2011) num estudo sociológico das dinâmicas culturais das «pequenas cidades» (categoria francesa de que é possível considerar que não corresponde exatamente ao caso de Guimarães, sem no entanto invalidar a sua relevância aqui). Nas estratégias de diferenciação que as unidades territoriais portuguesas, qualquer que seja a sua dimensão, têm levado a cabo para responder às pressões exógenas a que são submetidas, é frequente certas manifestações culturais serem convocadas para reforçar as especificidades locais e o sentimento de comunidade. Quando, como é caso de Guimarães pelo menos desde a industrialização, este movimento se combina com a preocupação de se mostrar aberto à inovação e ao global, o equilíbrio pode ser elusivo.

Um estudo conhecido sobre a reelaboração da cultura popular realizado nos anos 1980 e 90 na freguesia rural, «pós-camponesa», de São Torcato intitula-se *Tempos cruzados*, salientando assim a complexificação e uma nova instabilidade (Santos Silva 1994). Oriunda de um meio urbano, a «cultura Nicolina» encontra-se agora, pelo menos em teoria, virada para todo o território concelhio. E diz igualmente respeito a realidades sociais diversificadas em razão do alargamento da sua base de recrutamento resultando da massificação do ensino. Como para contrariar estas tendências, potenciais riscos de fragmentação, a atual «cultura Nicolina» produz quanto a ela *tempos alinhados* que colocam todos as gerações de nicolinos no mesmo fio cronológico. A sua temporalidade encontra-se toda investida no que, à falta de melhor, seria possível designar pelo neologismo «promemoração»: esforços aplicados à elaboração de uma memória futura homogénea. Quando desejosos de enaltecer as suas Festas, os nicolinos costumam indicar antes de mais a sua antiguidade secular, o facto de serem as últimas festividades liceais do país, o uso do traje, a originalidade de certos números... Inegáveis, estas especificidades formais combinam-se com uma caraterística de natureza muito mais funcional e estrutural. Não se trata em si de uma exclusividade vimaranense mas, mesmo na ausência de um desejável estudo comparativo alargado, é possível dizer que a força que tem aqui esta preocupação de coesão identitária presente e futura é de facto particular.

Tradições e tensões

A modalidade mais frequente da sua verbalização passa pelo recurso à noção de «tradição». Referência supostamente inquestionável, esta compõe-se na realidade da justaposição de interpretações sucessivas e múltiplas. A sua mobilização visa promover coesão, mas arrisca-se a ter um efeito inverso, quando se solidificam visões contraditórias do mesmo número ou pormenor. A memória inevitavelmente curta que têm das Festas leva os mais jovens a tomar por modos de fazer ancestrais e inquestionáveis certas práticas que são na realidade de introdução recente. Simetricamente, podem considerar que são secundários aspetos tidos por essenciais pelos seus predecessores. Muitos Velhos Nicolinos queixam-se por exemplo do pouco empenho que pensam ser colocado pela maior parte dos nicolinos de hoje na aprendizagem dos toques e, sobretudo, da absoluta confusão auditiva em que se tornou o cortejo do Pinheiro. Para os jovens, o essencial é antes de mais a participação numa *performance* coletiva. O aparecimento de tambores com membranas sintéticas não lhes suscita qualquer reserva, mas para certos Velhos resulta numa alteração insuportável da qualidade do som dos instrumentos e, logo, numa desqualificação do número, como diz José Maia: «Não tinha nada a ver, já nem parecia o Pinheiro».

É possível que tensões à volta da definição do que deve ser a tradição nicolina se reforcem. A primeira razão vem de mudanças nas modalidades da sua transmissão, que se realiza em três contextos complementares. O primeiro consiste simplesmente na socialização no universo social vimaranense. É impossível um aluno ser escolarizado em Guimarães, mesmo num dos estabelecimentos que menos participam nas Festas, e desconhecer completamente as Nicolinas, nas quais é bem possível que o seu pai já tenha participado. Além disso, reminiscências das festas podem ser evocadas em conversas familiares ou mesmo ter direito a ocupar um espaço da casa, como as lanças das Maçãzinhas conservadas com outros tesouros da intimidade familiar ou que permanecem mesmo por vezes expostas no espaço doméstico. E mesmo em famílias sem anteriores ligações nicolinas, a realização das Festas não pode passar inteiramente despercebida, a não ser que residam numa freguesia muito afastada da cidade.

Num segundo contexto de transmissão, já mais especializado e de funcionamento mais deliberado, esta impregnação nicolina informal (em que participam todas as lojas que elaboram montras inspiradas em temas relacionados com as Festas) encontra-se reforçada pela multiplicação de iniciativas pedagógicas, por vezes dirigidas a um público ainda extremamente jovem, como é o caso com o Pinheirinho, e pelo incentivo ao envolvimento em atividades ligadas às Festas, além da noite do Pinheiro: entrar nas Moinas, acompanhar as Posses e o Pregão, participar no concurso dos carros alegóricos das Maçãzinhas. Durante a tarde de 29 de novembro de 2016, em Azurém, uma freguesia vizinha do centro urbano, a «recriação do cortejo do Pinheiro» pela comunidade educativa local envolveu 500 alunos, vestidos a preceito, que ergueram um (pequeno) pinheiro, transportado por uma junta de bois até à escola EB1 da Pegada, que tinha lançado a ideia.

As instituições nicolinas, quanto a elas, suscitam ou promovem diretamente numerosas iniciativas de divulgação das Festas – que não se destinam só a um público escolar – ou de presença na vida da cidade (participação em atividades da Capital Europeia da Cultura com as visitas nicolinas «guiadas improvavelmente»; prémio de mérito escolar; plantação de um pomar de macieiras; atribuição do nome de uma rua a São Nicolau dos Estudantes, em dezembro de 2016; participação de tambores nicolinos em concertos de diversos artistas; acolhimento de personalidades que visitam a cidade...). No decurso da sua escolaridade, quer em contexto de sociabilidade informal, quer no quadro das suas atividades escolares, os alunos e as alunas vimaranenses são portanto levados a tomarem uma decisão quanto ao seu eventual envolvimento nicolino - dentro dos limites, potencialmente evolutivos, que são adstritos a cada género.

A decisão de uma participação corresponde à entrada num terceiro universo de transmissão: a aprendizagem formal. Para a maioria, esta poderá limitar-se à descoberta mais ou menos aprofundada, consoante os gostos de cada um, das principais tradições nicolinas, hoje provavelmente realizada sobretudo nos proliferantes recursos disponíveis na internet, e à incorporação dos Toques (sem esquecer a eventual compra de um instrumento). No entanto, Ensaios e Moinas não consistem só em aulas de percussão, mas são também momentos de introdução ao *ethos* nicolino. Para quem integra a Comissão, tornando-se assim recetor e transmissor ativo da tradição, a existência de textos regulamentares fornece um enquadramento pela aprendizagem, mas o pormenor das regras (e o protocolo Nicolino pode ser bastante preciso) exige pedir informação a quem sabe: colegas mais experimentados e Velhos Nicolinos, a título individual ou integrados em ações de divulgação oficiais.

Contudo, ao mesmo tempo, o enquadramento crescente das festas por «instituições nicolinas» (as duas associações e a Irmandade) tem contribuído para uma evolução das modalidades de transmissão da tradição. Os regeneradores de 1895 não produziram nenhum texto fundador estipulando de maneira definitiva como devem ser organizadas as Festas. Tanto quanto é possível saber, a passagem de ano para ano efetuava-se de maneira oral e consuetudinária, aproveitando-se, como hoje, a participação repetida de alguns rapazes. Mas o aparecimento ulterior de organizações oficiais acompanhou-se da produção de documentos escritos, inevitável em qualquer institucionalização, que incidem em certos aspetos precisos das práticas, que contribuem para fixar.

A introdução do recurso à escrita num processo de preservação de uma tradição resulta numa diminuição da incerteza que é inerente a um processo oral. Substitui a imprecisão da memória por um retrato preciso. E confere autoridade a uma descrição produzida em resposta a um certo contexto mas que passa a ter valor de referência permanente, mesmo se o que era o seu contexto inicial acaba por mudar. A tradição tende assim a ser substituída por algo que passa a ter valor de norma (Lenclud 1987). E, como foi o caso em 2017 com a participação de raparigas no cortejo das Maçãzinhas, a resolução de tensões suscitadas pelo aparecimento de visões novas do que deve ser a tradição, mesmo muito minoritárias, pode ser difícil de resolver: os espaços de debate, como as Convenções Nicolinas, são poucos e, sobretudo, as suas modalidades não são hoje atrativas para os primeiros interessados, os estudantes. E, se «as Festas são dos estudantes», como é sempre repetido, o poder de controlo sobre elas, outrora concentrado na Comissão, encontra-se agora de facto atribuído em parte às instituições.

Há aqui outro foco de possíveis tensões, resultando das relações diferenciadas com «a tradição» que atravessam o universo Nicolino. Sem cair em esquematismo excessivo, é possível dizer que é neste momento mais fácil encontrar posições abertas a eventuais mudanças de certos números conversando com Velhos Nicolinos que participaram nas festas há mais tempo do que entre estudantes frequentando agora as escolas secundárias ou recém-saídos delas. Entrevistar jovens participantes nas Moinas ou nos diversos números acerca das motivações do seu envolvimento inspira quase sempre a mesma afirmação: «É a tradição». Na sua maioria, os Velhos também recorrem à mesma ideia, mas de uma maneira menos perentória, visivelmente flexibilizada por uma experiência de vida suficiente para ter visto as Nicolinas evoluírem (sendo a massificação da noite do Pinheiro o exemplo mais evocado). Não são poucos os Velhos que manifestam a consciência de que tradições não são estáticas. Não os impede de se mostrarem ao mesmo tempo muito apreensivos perante perspetivas de "desvirtuação", mas estas preocupações dizem mais respeito a riscos de alterações das significações, do espírito dos números, do que da sua letra, do modelo exato que cada um teria de respeitar perfeitamente.

Neste momento, preocupações estritamente formalistas são mais patentes entre os mais jovens. Comissões recentes, embora de forma variável, têm evidenciado alguma crispação tradicionalista, revelando-se por vezes mais papistas do que o papa, por exemplo no ano em que se criticou a localização da ceia da noite do Pinheiro da AAELG na escola Francisco de Holanda, o que ocasionou fricções diplomáticas. Os anseios de respeito formal irrepreensível podem mesmo chegar a extremos surpreendentes, como quando um Presidente se mostrou apreensivo perante a eventualidade da presença de uma máquina fotográfica no meio da realização das Posses constituir um potencial atentado à tradição.

A solidificação do papel das instituições nicolinas é uma causa importante destas angústias. Antes da sua existência, a presença tutelar dos Velhos era de ordem mais simbólica. Remetia simplesmente para o respeito devido aos anciãos, deixando mais margem de manobra e de interpretação aos jovens. Mas tem hoje uma dimensão mais concreta e aplicada de controlo efetivo das práticas: os poucos textos de ordem regulamentar (determinando por exemplo quem pode participar na Comissão) foram produzidos pela AAELG; são Velhos que organizam e fiscalizam a eleição; o compromisso da Comissão é assumido perante as instituições... Conscientes de serem observados e avaliados, os jovens estão ansiosos para corresponderem ao desempenho que sentem ser esperado. Confrontados com situações inesperadas potencialmente polémicas, alguns expressaram o profundo desgosto de ver a memória da sua passagem pela Comissão associada ao ano em que se deu um certo desvio da tradição: «Depois de tudo, é um desespero», segundo um Presidente cuja namorada acrescenta sem hesitar que «Há de ser o pior dia da vida dele».

Tem havido anos em que membros de comissões recentes fizeram um acompanhamento bastante apertado do trabalho da Comissão, com uma presença frequente ao seu lado, orientando claramente a determinação do que pode ou não ser considerado «tradicional» e impedindo os mais jovens de fazer opções eventualmente divergentes. Certos Velhos de outras gerações reagem falando na existência de uma «guarda pretoriana» composta de elementos juvenis que não conseguem fazer o «desmame» do seu tempo na Comissão, levando-a por caminhos que, na opinião dos primeiros, não são nicolinos, em particular em matéria de praxes. Mais ou menos discretas, as réplicas recorrem com frequência ao registo dos qualificativos depreciativos agora comuns nas redes sociais, ridiculizando as opiniões de Velhos «bafiosos», «rançosos».

Um observador exterior não tarda em reparar nestas tensões, raramente assumidas em público pelos nicolinos, entre os quais elas delineiam grupos. Tais grupos não são propriamente etários, porque existem elementos que recusam escolher entre eles, mas correspondem globalmente a gerações nicolinas diferentes. É um facto que cabelos grisalhos são mais comuns entre os nomes associados à AAELG e aos seus órgãos dirigentes. A renovação geracional da ACFN é inevitavelmente mais rápida, por integrar os membros das sucessivas novas Comissões, além de estar aberta a alunos de todos os estabelecimentos. É neste momento patente a sua capacidade de atração de nicolinos jovens. Esta vitalidade estende-se aliás muito além dos limites do seu corpo de membros, pelo intermédio das relações de amizade ou namoro e também graças à caixa de amplificação das redes sociais. Constitui assim agora um polo de discussão e de consolidação de ideias e de práticas que Velhos de edições anteriores das Festas podem não reconhecer sempre como suas.

Acerca destas divergências, que conheceram períodos de antagonismo relativamente aberto, é comum ouvir hoje dizer que são achas para fogueiras desnecessárias. Suavizam-se, mas persistem em expressar uma das funções das Nicolinas neste momento mais estrutural do que os significados das suas origens religiosas ou as recentes leituras simbólicas de alguns dos seus pormenores: ser um dos dispositivos pelos quais uma comunidade relativamente restrita define, manifesta e reativa os limites e o lugar social de certos grupos que a constituem, neste caso os grupos de género e jovens e adultos. As fronteiras sociais entre os géneros e entre as gerações tendem até um certo ponto a esbater-se. De mesmo modo, os interditos que circunscrevem a liberdade juvenil são muito menos vincados do que há algumas décadas. Mas as identidades são contrastivas, necessariamente relacionais, e precisam de contrapontos para se desenvolver. Nas Nicolinas, a juventude vimaranense encontra um meio de se constituir enquanto grupo tanto perante o mundo exterior ao

município como, sobretudo, perante o resto da sociedade local e em particular os adultos. Parece assim menos surpreendente vê-la adotar algumas ideias menos liberais do que os seus pais ou procurar atribuir sentidos novos a dados aspetos das festividades. Mas «Ser nicolino, é ser estudante toda a vida», como proclamava um projeto educativo da Escola Martins Sarmento: uma das originalidades das Nicolinas é serem festas de juventude em que adultos têm o seu lugar. A oposição intergeracional acaba assim por ter um alcance limitado e ser secundarizada pela participação de gerações sucessivas na mesma grande genealogia nicolina e, por conseguinte, pela integração na identidade vimaranense, que transcende diferenças etárias – e que é muito raro não reunir pais e filhos no mesmo apoio incondicional ao Vitória.

Dinâmicas e transformações

De facto, muitos mais jovens nicolinos (e importa lembrar aqui que hoje também podem ser nicolinas, uma realidade que o masculino genérico em uso nas línguas latinas oculta) do que Velhos mostram estar interessados na atribuição às suas Festas de significados fortes, alicerçados numa suposta origem antiquíssima e algo misteriosa, convocando símbolos que pertencem a um registo sexual de ordem supostamente pagão: o Pinheiro ou mesmo as lanças das Maçãzinhas seriam símbolos fálicos e a repetição do toque representaria o coito, o sangue nos bombos o «desfloramento». Estas representações não são novas. Um texto publicado por Alberto Neves em 1978 no jornal *O Povo de Guimarães* explorava já pistas de pendor psicanalítico:

A arfar, o bafo subindo em espessas nuvens de vapor, as maçanetas surgindo alternadamente, como êmbolos, sobre os barretes vermelhos e verdes para logo se precipitarem em fúria sobre o martirizado instrumento. as nicolinos esforçam-se, com uma feroz obsessão nos olhos raiados de vinho e de noite, por vencer a rijeza daquela pele circular, perfurar a esbatida amarelidão daquele hímen gigantesco. Desta vai!, disse um deles com voz espremida pelo esforço — e a mão sobe. envolta num lenço empapado de sangue, levanta a maçaneta num ritual estudado e, de súbito, como ave de rapina — zás! — cai loucamente sobre o bombo. Ouve-se um ruido surdo, abafado. A pele cedera. O tocador de caixa redobra de vigor. Iluminam-se os rostos. Aumenta o alvoroço. Mãos ensanguentadas e maçanetas penetram pela extensa fenda como pelo ventre de um animal ferido, rasgam a pele do bombo e exibem-na em pedaços como um troféu. É altura, então, de uma golada de aguardente e de uma alegria estranha, vinda não se sabe de onde, subirem pelo sangue nicolina, ébrio de zabumbas e cansaço. [...]

Afirmação de potência, sem dúvida. Rebentar uma pele a golpes de maçaneta é a exibição simbólica de uma virilidade cronicamente insatisfeita é a 'teatralização' machista da mitologia do desfloramento. Sexualidade em pé de guerra, violenta, em luta contra as próprias tenazes que a amarrotam, a desfiguram, a fazem borbulhar de obsessões, nojos e fetiches. E quantos ingredientes gravitam em torno deste núcleo essencial, quantos pequenos actores entram em cena neste teatro inconsciente! — o sangue dos dedos macerados, as maçanetas (já reparou na forma das maçanetas e nas alusões com segundo e malicioso sentido que se lhes fazem em conversas. pregões e "programas" de Nicolinas?), a própria postura das caixas e dos bombos, realçando as zonas genitais...

(Neves 1978)

Como o próprio texto releva, as ditas alusões são maliciosas, humorísticas, e apoiam-se em analogias bastante evidentes, o que não é propriamente nem o registo nem o modo de funcionamento habituais de profundos significados inconscientes. Sabe-se que a ereção de um mastro tem uma mera função anunciadora de uma festa, sem conotação erótica. Além disso, após anos de contração, a presença dos bombos nos números voltou a crescer de maneira espetacular, tornando-se muito visível nas Moinas e no Pinheiro. Esta evolução

deu-se precisamente pela mão das mulheres, que gostam de poder partilhar o instrumento com amigas e cuja participação nesses números é agora maciça, uma realidade que se coaduna dificilmente com uma interpretação em termos de uma iniciação sexual de um ponto de vista machista.

Mas, qualquer que seja a sua plausibilidade, estas interpretações têm ganho peso nos últimos anos. Importa não as descartar como simples invenções de tradições, tentativas de reencantamento do mundo que parecem algo forçadas por não terem precedentes nas décadas todas de história documentada das Festas. Como as configurações, os significados podem mudar. Além de que não podem surgir sem razão, o que faz a sua legitimidade não é necessariamente a sua «autenticidade», mas sim a sua hegemonia num determinado contexto social. Se todos ou quase todos os nicolinos começarem a considerar que na prática do bombo escondem-se significados sexuais, esta deverá ser vista como a interpretação certa, até eventualmente mudar outra vez.

Antropólogos no terreno recebem por vezes pedidos de certificação da autenticidade de uma prática tradicional, de identificação da sua origem ou de desencriptação dos seus significados. Tratou-se de facto de uma abordagem importante nos primórdios da disciplina, nomeadamente quando se debruçava no século XIX sobre as sociedades rurais europeias e o "espírito" supostamente próprio de cada nacionalidade. Esta linha de questionamento foi aos poucos abandonada quando se começou a perceber que as tradições populares não se transmitem identicamente entre gerações, numa continuidade regular. A antropologia redirecionou então o seu olhar, escolhendo ser mais atenta aos processos de mudança e às suas significações do que a ilusórias sobrevivências oriundas de um passado remoto. Pergunta agora «como é que isto funciona?» e «o que significa agora?» em vez de «provem de onde?» e «o que significava quando apareceu?». Porém, a sua imagem pública não seguiu a mesma evolução e continua a não ser raro esperar do antropólogo que seja exegeta de uma manifestação cultural de contornos mais ou menos misteriosos ou intrigantes. Pode mesmo acontecer que se pergunte aos investigadores qual seria, na sua opinião, a melhor maneira de garantir que certas manifestações conservem a sua forma atual. E aconteceu com alguns nicolinos, sobretudo a propósito das Maçãzinhas. Não sendo descodificador das tradições e polícia da sua autenticidade, o investigador tem todavia de considerar semelhantes pedidos no seu contexto e tentar elucidar os significados que *eles* acarretam, potenciais reveladores das funções presentes das práticas que as motivam.

Inúmeros exemplos de «invenções de tradições» e de manipulações do passado têm sido estudados desde a relativa popularização desta noção com a publicação do livro dirigido por Hobsbawm e Ranger (1983). No caso das Nicolinas, ao contrário de muitas tradições erradamente consideradas como ancestrais, a antiguidade plurissecular das origens das Festas é inquestionável. Mas, mesmo entre nicolinos, o grau de conhecimento histórico varia obviamente imenso e muitos tomam este facto como uma indicação da origem das Festas tais como as conhecemos hoje. Sem recapitular aqui todos os dados históricos expostos nas páginas anteriores, importa portanto pô-los em perspetiva com a leitura que é feita deles na atualidade.

A habitual narrativa histórica nicolina, reproduzida em inúmeras páginas na internet e, invariavelmente, nos trabalhos que alunos universitários dedicam às Festas, estipula, em termos que variam pouco, que «As Festas Nicolinas têm a sua origem na devoção religiosa dedicada a São Nicolau que era oriundo da Ásia Menor e terá vivido nos séc. III e IV. (.../...) Este culto terá chegado até Guimarães através dos peregrinos de

vários pontos do país e do estrangeiro que aqui se deslocavam para venerarem Nossa Senhora de Guimarães (Padroeira de Portugal até ao séc. XVII), e também através da passagem de romeiros de/e para Santiago de Compostela que terão deixado como marca a sua devoção a S. Nicolau.» (exemplo encontrado no site do Município de Guimarães, consultado a 30 de Setembro de 2016). Sem explicar porquê esta fixação se deu em Guimarães, estas considerações são plausíveis, mas a sua pertinência é muito geral e na realidade só diz respeito ao culto.

No tocante à origem mais específica das Festas, quase nada se sabe que seja preciso, datado e documentado. Mesmo a opinião muito divulgada segundo a qual «Ainda durante a Idade Média, a dimensão religiosa foi perdendo terreno em relação à dimensão profana» (Moreira da Silva 1991: 79), não se encontra sustentada documentalmente. Desde os trabalho de Robert Redfield na década de 1950, uma longa sucessão de investigações têm mostrado que as relações entre «grande tradição» erudita e «pequena tradição» popular estão longe de seguir necessariamente a única via de alto para baixo, das elites para o «povo», e não sabemos se «A pouco e pouco, a celebração profana do Santo foi ganhando raízes, passando a realizar-se na rua, com arraial, danças, números populares, representações académicas, por vezes também muita arruaça» (Moreira da Silva 1991: 79) ou se, entre outras possibilidades, as duas modalidades não coexistiram em pé de igualdade. Mas encontra-se bastante difundida em Guimarães e nomeadamente entre os nicolinos a noção de que, num «antigamente» que nem todos conseguem localizar no século XVII, existiram na cidade brincadeiras estudantis que incluíam mascaradas, disfarces, alguma violência, grosseria, licenciosidade, crítica social. A descoberta pelo historiador Rui Faria de um documento notarial que estabelece a existência de tropelias estudantis na noite de S. Nicolau em 1645 teve algum eco na cidade: acrescentando algumas décadas à idade documentada de um provável antepassado das Festas, contribuiu para fortalecer o orgulho nicolino.

Não sabemos até que ponto o incidente referido no documento se enquadrava na realização de festividades minimamente organizadas que seria possível efetivamente ver como Nicolinas primitivas. Mas parece pelo menos suficiente para sustentar a ideia de uma continuidade da dimensão carnavalesca das Festas desde os seus primórdios até às suas formas contemporâneas. A precisão da documentação histórica relativa a tempos mais recentes vai crescendo ao longo dos séculos XIX e XX. Reforça esta imagem de continuidade temática geral mas, por outro lado, indica uma impressionante e quase constante variação de aspetos mais secundários, ou que pelo menos nos parecem mais ou menos secundários agora que foram abandonados há muito.

Por exemplo, centrais no que seria possível designar como o período «clássico» das Festas Nicolinas (1895-1974), as suas referências ao universo escolar, à experiência estudantil e à cultura clássica estão agora a passar por uma certa diluição. É fácil encontrar participantes no Pinheiro, entre os quais estudantes, que confessem desconhecer por inteiro o significado do carro de Minerva: «Pensava que era um anjo! Não é um anjo?». Entre as outras mudanças que afetaram o Pinheiro, sabe-se que o desfile não tinha necessariamente sempre a mesma organização e que certos carros alegóricos não apareciam sempre. Com o avanço da urbanização, o destino final do cortejo passou por vários sítios. O percurso, em teoria invariável mas que sofreu modificações ocasionais, fazia-se perante varandas enfeitadas com bandeiras, luzes e festões, um costume hoje desaparecido (Moreira da Silva 1991: 120-122). Quanto à bandeira escolástica, que não era menos do que a razão de ser do Pinheiro, acabou por desaparecer provavelmente no início do século XX.

E desapareceram igualmente as máscaras que os estudantes podiam usar enquanto acompanhavam a árvore, resquícios do tempo em que o conjunto das Festas era uma mascarada, sem sequer deixar o mesmo rasto simbólico que no Pregão.

Mas a mudança maior deste número tem sido o impressionante crescimento do envolvimento popular num número outrora exclusivamente estudantil e masculino, em que «futricas» participam hoje em massa, ao lado de Velhos Nicolinos e de mulheres. Enquanto o Pinheiro era um número com um forte cunho académico e cuja função principal era meramente anunciar a abertura dos festejos, o polo de atração principal das Festas passou de facto a ser a noite de 29 de Novembro, em vez do dia de São Nicolau, 6 de Dezembro.

O Pinheiro é agora o culminar emocional da «semana mais longa que ajuda a definir Guimarães» (Silva 2010), algo paradoxalmente colocado no início, o que contribui para ofuscar o resto do programa aos olhos de quem não tem um mínimo de cultura nicolina. Embora a preeminência deste número seja relativamente recente, tendo-se afirmado durante os anos 80, é surpreendente constatar até que ponto a memória da situação anterior já tem sido filtrada entre os estudantes mais novos. Na realidade não são poucos, hoje, aqueles para quem «ir às Nicolinas» significa antes de mais, se não unicamente, participar na primeira noite. E esta força adquirida pelo Pinheiro facilita ou mesmo estimula a emergência de novas interpretações simbólicas do número, alicerçadas em leituras de senso comum de supostas raízes culturais remotas e girando menos à volta da fertilidade (registo plausível para as manifestações que deram origem ao número) do que mais explicitamente da sexualidade e das relações de género vistas pelo prisma das suas conceções agora culturalmente vigentes.

Pelo contrário, a carga licenciosa e subversiva presente nalguns outros números segue um caminho inverso e vai-se erodindo. A crítica social tem novos *fora* onde se manifestar, mais visíveis e eficazes do que o Pregão ou as Posses e que não necessitam do recurso a uma máscara, dado as identidades poderem esconder-se atrás de um «perfil» inventado. Mesmo a «posse do Cucúsio», que Raúl Brandão (1903) descreveu, na qual, ao longo de várias gerações, o dono de uma casa entregava aos estudantes uma vista do seu posterior, hoje atrairia menos as atenções. E a sátira das Danças, ocasionalmente ácida, saiu das ruas e das casas particulares onde era dantes apresentada. Produz-se agora num quadro onde é expectável e fica contida nos limites consensuais do humor mediático.

Todos os números passaram por mudanças que podem ter sido profundas, sem no entanto serem comparáveis com a rutura que tem marcado o Pinheiro em poucos anos. Introduzidas no programa das Festas renovadas em 1895, as Roubalheiras são diretamente inspiradas em tradições que eram então fortes no Minho rural e que os restauradores das Festas podiam conhecer de perto. Hoje, as práticas equivalentes desapareceram por inteiro da região, e as Roubalheiras são como transplantes que conseguiram prosperar em meio urbano. Mas são também marcadas por uma certa rotina, e acontece criticar-se mais a falta de imaginação dos ladrões do que o seu atrevimento. No caso das Novenas, houve menos uma rutura que um deslize, que acompanhou a baixa generalizada da prática religiosa em Portugal – ou mesmo da cultura religiosa: o programa de 2015 indica erradamente que as missas celebradas na Capela da Nossa Senhora da Conceição de Fora são dedicadas à São Nicolau.

Quanto ao aspeto de solidariedade social ligado ao número, não tem agora mais do que uma relevância simbólica. O mesmo se pode aliás dizer do magusto que conclui as Posses, número que se encontra nos primórdios das Festas, oportunidade de convívio num quadro noturno agradável mas já completamente desprovido de qualquer aspeto redistributivo de géneros alimentares a necessitados. As Maçãzinhas mudaram igualmente ao longo do século XX. As meninas não recebiam só maçãs, embora fossem as ofertas mais desejadas, mas também bolos, castanhas e outra fruta. Era também importante agradar-lhes manifestando o domínio da arte de cavalgar ou apresentando um coche muito engalanado para se deslocar até às suas casas, dispersas pela cidade. Os dois prémios destinados, no início do século XX, a quem se vestisse melhor nesse dia foram substituídos pela recompensa atribuída ao melhor carro alegórico, mas ainda há nicolinos para lamentar a substituição dos cavalos por carrinhas pouco estéticas, nem sempre decoradas com grande empenho e criatividade, em particular por ser do número considerado como o mais "bonito" e importante, no dia de São Nicolau. Este estatuto não o terá todavia impedido de ver o seu significado evoluir radicalmente:

o controlo social outrora exercido sobre o namoro soltou-se tanto que as Maçãzinhas já não podem ser mais do que uma encenação, concentrada num espaço único, evocativa de tempos idos, cujo sentido é de segundo grau.

O que sobressai deste panorama histórico é a notável capacidade adaptativa das Nicolinas e a sua resiliência perante a adversidade. Houve diversos períodos em que estiveram em visível decadência, com números abandonados, como durante os tempos conturbados entre 1828 e 1834. Um novo período difícil surge em 1858/59, ao que parece por causa da concorrência do Carnaval. Após dificuldades políticas na década de 70, o Pinheiro chega à cidade por uma última vez em 1884. É só mais de dez anos depois que voltará, em 1895, quando um grupo de renovadores elabora o essencial das formas atuais das Festas, nomeadamente a sua extensão a mais dias, que, ao que tudo indica, passaram a chamar-se Nicolinas só em 1904, a partir de uma ideia de João de Meira. Tal como nos seus tempos mais remotos e mais recentes, entre os séculos XIX e XX a vitalidade destes festejos evoluía com o encerramento de certos cursos ou a abertura de novos estabelecimentos de ensino na cidade, acontecimentos que podiam mudar muito a paisagem estudantil. É do período da sua restauração, concomitante com a criação do Liceu, que parece datar a dimensão marcadamente saudosista do sentimento nicolino, transportado e reproduzido por antigos estudantes. É aliás também quando passa a existir a clara distinção entre os Velhos e os novos (que só podiam entrar nos festejos a partir do momento em que a bandeira estava içada no Pinheiro), tão importante ao longo do século XX, mas que tende agora a reformular-se ou mesmo a diluir-se, o que teria sido impensável ainda na década de 1970.

Impensável, mas já esquecido, pelo menos por parte dos nicolinos menos aplicados no conhecimento das suas próprias Festas e também do resto da população. É de facto surpreendente constatar como evoluções recentes de certos números são rapidamente — ou mesmo imediatamente — consideradas como sendo tradicionais. Entre os mais jovens, não existem grandes dúvidas que a noite Pinheiro decorreu da mesma maneira desde sempre – «E mesmo antes!», como me disse um estudante entre duas batidas no bombo e antes de uma gargalhada. A redução das Novenas a um «serviço mínimo» não parece incomodar muita gente e as intenções anunciadas de lhes devolver a sua completude têm surtido poucos efeitos. Em contrapartida, cada vez mais participantes comparecem nas Moinas, simples momentos de preparação das festividades, situados fora do programa oficial, mas que de facto mobilizam agora muito mais estudantes do que números

oficiais como as Novenas ou as Posses (apropriadas quanto a elas sobretudo por habitantes do centro, seja como intervenientes que dão posses, seja como meros espetadores).

Outras extensões de facto do calendário festivo são o cortejo do Pinheirinho ou a participação da Comissão na missa de São Nicolau, acrescentos de cariz religioso que foram aceites sem problemas e de que é possível pensar que virão a integrar o programa oficial. Ainda implícito, este reforço da dimensão cultual constitui uma inovação fundamental: é promovido por membros da Irmandade de São Nicolau, uma instituição historicamente sempre desligada de Festas que, de facto, têm neste momento uma vertente religiosa residual e nunca incluíram cerimónias dedicadas ao próprio santo que celebram. Como observa António Amaro das Neves, mais do que devotos de São Nicolau, os estudantes de Guimarães mostram ser sobretudo fervorosos devotos das festas dedicadas a São Nicolau. Poderá ser interessante observar se uma eventual evolução desta atitude, acompanhando talvez tendências mais gerais da prática religiosa no país, suscitará reações por parte dos nicolinos agnósticos que até agora, fora de qualquer quadro ritual, acompanharam de bom grado um santo simpático e acolhedor.

Continua a ser verdade que em Guimarães se fala pouco das Nicolinas fora do tempo próprio, mas diversas atividades de socialização ou de divulgação, regulares ou ocasionais, públicas ou privadas, são organizadas com alguma frequência ao longo do ano pelas instituições nicolinas ou certas tertúlias. Convívios gastronómicos nunca são problemáticos, mas tem havido críticas dirigidas a iniciativas de representação ou de divulgação protagonizadas pela Comissão ou por grupos de Velhos. O assunto pode parecer inócuo, mas tem suscitado algum debate, nomeadamente quando o resultado escapa ao controlo dos interessados, seja em razão de um tratamento jornalístico inepto (o *Expresso*, em 2016, designando por "campinos de Natal" os nicolinos acolhendo o Rei de Espanha em visita oficial), seja por causa de um desvio de significado:

Recentemente estreou uma novela que, no seu genérico, usa alguns nicolinos a tocar o que se supõe ser um toque nicolino ao qual se sobrepõe uma música bastante popular mas que em nada se relaciona com as festas e tradições Nicolinas.
[...]
o que é que os nicolinos foram fazer há tempos ao Estádio D. Afonso Henriques? Porque é que agora é comum ver os nicolinos nas ruas em pleno Verão? Resumindo: qual é a necessidade de os nicolinos fazerem qualquer tipo de demonstração ou actuação fora do contexto das Nicolinas?
Será que as Nicolinas e os nicolinos podem ou devem caminhar para um modelo semelhante ao dos ranchos folclóricos? Isto é, passam a actuar por convite em qualquer altura do ano?
[...]
daquilo que sabemos até agora, as "Nicolinas" são festas dos estudantes que se realizam por altura do dia de S. Nicolau. Tudo o resto é uma mera representação sem sentido e sem contexto. (Brito 2018a)

O autor e os promotores da iniciativa que critica partilham o mesmo desgosto de ver que muitos «não querem saber das Nicolinas para nada, outros reduzem as festas à noite do Pinheiro». Mas divergem inteiramente quanto à maneira de remediar a situação, o que é bastante frequente em matéria de opiniões nicolinas. Aqui, o tom é determinado, mas cordato e ponderado, como também, apesar de um sensível sentimento de ultraje, na carta aberta escrita pelo nicolino Rui Barreira (2018) a propósito do mesmo assunto. Mas, agora que uma grande parte dessas trocas abandonaram os jornais para se desenvolver sem moderação nas redes sociais, a virulência – ou mesmo a grosseria – é frequente nas polémicas que rasgam o mundo nicolino e que, além

de serem muito acesas, podem ter uma longevidade notável. Mais de 30 anos após o facto, e com a prática tendo sancionado de facto as mudanças, a abertura da Comissão a alunos de todas as escolas secundárias ou a participação de jovens, futricas e mulheres no cortejo do Pinheiro voltam por vezes a ser criticadas. A paixão profunda que move muitos nicolinos leva-os a esgrimir argumentos acerca de outras questões muito diversas (A passagem pela comissão é um ritual de iniciação? O pinheiro é um símbolo fálico? Qual é a ementa tradicional da Ceia? Qual é o melhor local de realização das Maçãzinhas? As cores das fitas têm determinado simbolismo?...) e que podem chegar a um grau de precisão um pouco desconcertante para quem não tem um relacionamento direto com o assunto em questão: qual é a espécie de maçã verdadeiramente tradicional? Todas apontam para uma grande preocupação com a correta definição da tradição e dos seus significados. Na ausência de textos ou de registos de referência, as respostas relevam em geral mais de opiniões do que de factos e é raro ver detratores admitir a derrota.

A densidade destes debates decorre da busca de respostas a dúvidas, indefinições, incertezas que parece ser premente resolver para poder melhor assegurar a perenidade da tradição, quando não só ela própria evolui mas também deve interagir com um contexto igualmente em mudança rápida. De facto, antes do último quarto do século XX, num mundo apesar de tudo mais lento, os escritos dos nicolinos (cuja comunidade era consideravelmente mais reduzida, o que pode também ter alguma relevância aqui) não nos propõem registos de semelhantes afrontamentos tão pormenorizados. No seu tempo, os números profanos que tinham passado a compor o programa das Festas a partir de 1895 eram realizados num contexto social e cultural coerente com a sua simbologia. Fixadas no dia 6 de dezembro, data da morte do santo, as Festas Nicolinas ocorrem no momento do ano em que as trevas são as mais duradouras, o frio mais penetrante, e em que se anseia mais pelo regresso da luz. Trata-se de um «entrudo», no sentido etimológico de *introitus*, uma entrada, um começo. Estamos perante um momento de transição no ciclo anual, uma altura de incerteza que é preciso esconjurar. Os estudantes de 1895 eram urbanos mas conheciam certamente o mundo rural, de onde podiam aliás ser originários, e que em Guimarães na época – e mesmo hoje – nunca ficava muito longe. Não deixaram textos esclarecendo ou justificando as suas escolhas para a constituição dos números, mas as suas fontes de inspiração correspondem ao florescimento em finais do século XIX de um forte interesse dos letrados pela cultura popular e pelas tradições rurais que muitos etnógrafos se preocupavam então em registar.

Todos os números enquadram-se claramente na antiga matriz das festividades populares associadas ao início do inverno, marcadas por traços de cariz carnavalesco, pela subversão temporária seguida da reafirmação de alguns aspetos da ordem social, por uma simbologia de fertilidade e de força vital contrastando com a chegada da escuridão, do frio e da esterilidade invernais. Comuns no Carnaval, estes traços estão aqui associados ao início de outro período de transição e de incerteza de que é preciso proteger-se. A fogueira, elemento típico das festas de inverno, é a única ausência de monta entre os motivos presentes nos números nícolinos, pelo menos desde que parou de se fazer uma para o Magusto quando tinha lugar no Toural.

Mas, mesmo recuperando números que existiam no seu período anterior, as Nicolinas revitalizadas de 1895 eram uma recomposição feita de elementos selecionados deliberadamente e não uma produção cultural espontânea. Tal não impede que tivessem sido apropriadas facilmente pela população, tanto mais que foram introduzidas num terreno onde tinham tido predecessores. Mas esta particularidade deveria levar a

considerar com alguma cautela as interpretações simbólicas de que são alvo e a sua leitura em termos de rito de passagem. Além disso, hoje as incertezas já não são bem as mesmas que nos tempos em que as Nicolinas reapareceram. A insegurança alimentar não foi erradicada mas já só tem uma seriedade relativamente mitigada para grupos muito reduzidos de pessoas. O consumo massificado, o conforto doméstico, embora ainda não inteiramente generalizados, mudaram as condições de existência da quase totalidade da população. As incertezas mudaram, o que em si constitui certamente nova incerteza. Mas será realmente possível considerar que as Nicolinas significam hoje exatamente o mesmo que há cinquenta ou cem anos? É verdade que se o seu contexto social mudou, o seu contexto cosmológico permaneceu igual; situam-se *grosso modo* no mesmo momento do ano que o Hannukah judáico, o Diwali hinduista, a católica festa das luzes de cidades francesas a 1 de dezembro e tantas outras festas destinadas a iluminar o inverno. Mas mesmo admitindo que isto seja o que sobretudo o Pinheiro e o Magusto fazem, não é certo que estas duas manifestações sejam hoje percebidas ainda com a mesma intensidade e as mesmas referências de sentido que antigamente.

Outras reformulações podem ser motivadas por transformações totalmente diferentes, de ordem estritamente económica ou material. Antigamente, por exemplo, os estudantes não tinham dificuldade em encontrar numerosas juntas de bois, omnipresentes nos trabalhos agrícolas da região e que os seus tratadores gostavam de ostentar, sem contrapartida monetária, num espírito de competição. Além de colocar um limite no tamanho dos cortejos (que aconteceu incluírem várias dezenas de carros), a sua rarefação progressiva deixa pensar que virá um dia em que será necessário encontrar outro meio de transporte. Há quase 30 anos, Moreira da Silva (1991: 116) encarava sem problema a perspetiva da «motorização do desfile» (o que resolveria aliás a maior dificuldade financeira da organização do Pinheiro). Mas, num ano recente, ouvindo dizer que o Pinheiro teria sido trazido por um trator da Quinta de Aldão até às proximidades do Cano, dois Velhos confessavam-se «desolados». Nada de simbolismo profundo aqui, mas um simples sentimento de impotência perante as transformações trazidas pela passagem do tempo e novamente, como só podia ser, de saudade.

Folgar, raparigas?

Mas a dinâmica provavelmente mais marcante nas últimas décadas têm sido sem dúvida a progressiva abertura a alguma participação feminina de festividades cujos protagonistas ativos tinham sido exclusivamente masculinos desde as suas origens. «Alguma participação» significa na realidade uma participação bastante maciça na maior parte das atividades, mas restrita em duas instâncias: as raparigas não podem ser eleitas para a Comissão e, nas Maçãzinhas, devem ficar nas varandas, à espera das ofertas que os rapazes lhes enviam na ponta das suas lanças. Estes dois temas já foram abordados acima, nas respetivas páginas, mas é possível voltar aqui rapidamente a eles para registar desenvolvimentos recentes.

No dia 6 de dezembro de 2018, muita gente foi assistir às Maçãzinhas perguntando-se se o incidente do ano anterior produziria ecos. Não foi o caso, nenhuma rapariga participou no cortejo dos carros alegóricos. Do lado da Escola Santo Simões, parece que ainda se considerou colocar um casal de namorados num banco que fazia parte da decoração da carrinha, mas afinal foi substituído pela representação de uma maçã. Uma professora confiava a sua deceção de não ter podido dar um prolongamento à iniciativa do ano passado, indicando que «Houve pressões», mas sempre otimista porque «Estas coisas levam tempo». Entre as centenas de pessoas que enchiam a Praça de São Tiago, ouvia-se em contrapartida unicamente comentários

de satisfação perante este regresso à normalidade. E interrogar uma dezena de raparigas também não foi suficiente para obter uma única declaração de apoio à contestação. O resultado de semelhante inquérito não é obviamente fiável, mas é, no entanto, suficiente para que seja possível considerar que o apoio aos contestatários do ano passado é muito fraco. Alguns Velhos Nicolinos da AAELG, igualmente satisfeitos de ver que os espíritos tinham acalmado debatiam acerca da validade retórica do argumento da «tradição» — precisamente aquele que todas as raparigas interrogadas tinham escolhido para justificar a sua posição — concordando entre eles que não chega para justificar nada mas ficando perplexos quanto a como fazer para «ter a certeza que isto [o número] ficará tal como está».

No mesmo dia, António Amaro das Neves (2018) publicou no seu blog um texto intitulado «Festas Nicolinas: questões de género» em que, entre diversos argumentos a favor de uma participação das mulheres nas Festas alargada até à sua inclusão na Comissão, defende que as Maçãzinhas devem conservar a sua forma atual porque já não passam de uma representação alegórica, seguindo a posição expressa por Helder Rocha que, em 1993, as qualificou de «acto cultural». Segundo Amaro das Neves, tratar-se-ia «de uma recriação etnográfica, chamemos-lhe assim, de um ritual que decorria de um modo de vida que já não é o nosso». É no entanto forçoso de reconhecer que esta pode não ser exatamente a ideia de membros da Comissão que decidiram colocar no cortejo do Pinheiro o seguinte cartaz:

Vem aí o dia 6
Damos maçãs às donzelas
Pais não vos preocupeis
Nós tratamos delas

Numa conversa tida ao fim do mesmo dia, uma mãe de uma adolescente «que acha que deveria poder candidatar-se à Comissão», ideia que ela própria apoia, manifestava o seu desacordo: «Então um ato cultural não quer dizer nada além do que representa? E o que quer dizer um ato cultural em que rapazes passam a tarde a beber e a berrar em cima de uma carrinha?», aludindo aos comportamentos festivos de certos grupos de alunos. Vê-se que, mesmo se o ambiente geral é claramente desfavorável à contestação da forma atual do número, o assunto, que toca num dos aspetos mais estruturante da sociedade, veio para ficar. As mulheres são agora maioritárias, por vezes largamente, na eleição, nas Moinas, nos cortejos de acompanhamento dos números, e a noite do Pinheiro é perfeitamente mista. Nem que seja de um ponto de vista estatístico, parece provável que algumas vozes discordantes se queiram fazer ouvir no futuro.

A ideia de as Maçãzinhas serem uma representação aponta para um deslizamento das suas significações: já não se encontram tanto na literalidade do que o número expressa, mas no facto de ser realizado. O mesmo pode aliás até um certo ponto ser dito também do Pinheiro, de que nem todos os participantes, em particular forasteiros, têm uma ideia sempre exata do que quer dizer. O que retiram da sua participação provem sobretudo da experiência da performance, da sensação (até física) de comunhão rítmica com a multidão. Pelo mundo fora são inúmeros os exemplos de festas com tambores que proporcionam a desconhecidos a possibilidade de partilhar uma sensação coletiva, o que lhes confere uma forte atratividade, como a noite do bombo da festa de Nossa Senhora do Amparo, em Mirandela, tradição iniciada em 1963 mas que já motiva a vinda de 2000 tocadores desejosos de entrar num toque coletivo, ou as «tamboradas» espanholas inscritas em 2018 na Lista Representativa do Património Cultural Imaterial da Humanidade.

Solenidade e riso

Na noite do Pinheiro, observar os participantes permite rapidamente distinguir entre duas grandes tendências comportamentais. Por um lado, a postura coletiva solene, quase hierática, dos Velhos mais embrenhados no seu papel de guardiões e transmissores da tradição comunica uma gravidade e uma introspeção que realça a capa preta. Por outro, a imensa maioria de tocadores, muitos vestidos com o traje de trabalho ou usando só o barrete ou o lenço como emblemas descuidados, forma uma contrastante animação agitada e desordenada. O fluir lento dos carros puxados pela força impassível dos bois transmite uma certa sensação de propósito partilhado e de força contida, mas os repiques de tocadores soltos perturbam a sincronia sonora. Esta coexistência no mesmo número de duas polaridades tão distantes é como a visualização mais imediatamente percetível de um traço essencial das Festas Nicolinas. Esta noite que une dignidade e descompostura é o momento em que se torna mais óbvio e palpável o balançar constante das Festas, permanentemente mantido e alimentado pelos nicolinos, entre solenidade e brejeirice, entre gravidade e riso.

Sabe-se que a agregação de elementos religiosos e profanos é comum em festividades populares. Mas, além da referência tutelar ao santo padroeiro, a presença direta e explicita da religião, manifestada em rituais formalizados, é marginal nas Nicolinas. Nestas festividades, e na realidade em toda a vida social que as rodeia ao longo do ano, a forma de devoção individual a São Nicolau, que pode ir de uma sincera simpatia agnóstica a uma estrita observância litúrgica, fica quase inteiramente circunscrita ao foro privado. Esta caraterística poderá ser reformulada num futuro relativamente próximo, caso se venha a confirmar a incipiente tendência de introdução de novos elementos religiosos no programa das festividades. Mas neste momento, na quase ausência da religião instituída nelas, acompanhar as Festas permite alternar à vontade, no registo profano, entre os polos da disciplina e do desregramento. A ênfase memorial e protocolar do discurso nicolino coexiste com a piada de práticas carnavalescas; as dádivas recebidas destinam-se à partilha com necessitados e abastecem em abundância gargantas nicolinas sedentas; o rigor indumentário minucioso dos membros da Comissão, um dos ícones das Festas, deve aguentar as consequências gástricas de diversas ingestões descomedidas; o texto da mesma Posse, do mesmo Pregão, alia a exaltação da memória dos anciãos nicolinos e o irrespeito dirigido a personagens públicas ou a arqui-inimigos desportivos; mesmo o cómico das Danças tem de reservar espaços para a expressão da consideração merecida pelos vencedores de prémios de mérito ou por figuras desaparecidas – sem esquecer o entoar do hino, das poucas realidades que parecem poder ficar fora do alcance do humor nicolino.

Os exemplos de semelhantes contrastes podiam ser multiplicados: as Nicolinas inteiras associam em permanência, em todas as suas dimensões, estas polaridades divergentes. Esta oscilação constante entre solenidade e riso é das propriedades mais marcantes destas Festas. Permite simultaneamente avivar a emoção brotando da consciência de fazer parte de um alinhamento temporal de gerações, suscitando assim uma almejada saudade, e colocar o mesmo sentimento num plano pessoal e mais diretamente experiencial, o que, em retorno, volta a dar alento ao sentimento de inscrição num tempo longo, ancorado no chafariz do Toural e no granito da cidade.

Algumas alusões ao futebol foram feitas ao longo das páginas que precedem porque o Vitória Sport Club ocupa um lugar de relevo na esfera das referências afetivas da híper-identidade vimaranense, e nomeadamente da quase totalidade dos nicolinos – não deve haver muitas outras cidades portuguesas do tamanho de Guimarães

sem uma «casa» de pelo menos um dos três grandes clubes nacionais. Mas, além disso, um paralelo pode ser estabelecido entre a paixão futebolística e a paixão nicolina: ambas são motivadas por um sentimento avassalador e imparável para quem é afetado por ele, mas que parece ligeiro e irrisório a um olhar exterior frio e distanciado: «Sou nicolino antes de ser advogado», «O dia em que a minha namorada me pedir par escolher entre ela e as Nicolinas, não hesitarei».

Se o futebol pode ser descrito como «a bagatela mais séria do mundo» (Bromberger 1998), as Nicolinas efetivam também um paradoxo de ordem similar. Do mesmo modo que «Uma sociedade diz muito acerca dela própria através das suas paixões coletivas» (Bromberger 1998: 9), as Nicolinas, embora numa escala menos abrangente e profunda que um desporto de sucesso global, são reveladoras de algumas linhas da organização simbólica da comunidade vimaranense: orgulho bairrista confesso; identidade alicerçada na noção de alguma excecionalidade histórica que deve perdurar; conhecimento interpessoal intenso, próximo de uma sociabilidade aldeã, mais do que urbana; lugares sociais dos grupos etários e de género; expectativas de fidelidade e de solidariedade...

As Festas Nicolinas realçam o entremear do sério e do divertido no desenrolar da existência humana, de que são uma figuração fragmentária e para a qual, ao mesmo tempo, propõem um modelo, assente numa reverência assumida pela «tradição». Ora a dita tradição manda ser, por momentos, irreverente, o que leva os nicolinos a ter de praticar um jogo delicado entre reverência e irreverência. Designando a falta de respeito, esta última noção acarreta uma conotação de contestação da ordem estabelecida, de rebeldia. Configura um questionamento crítico procedendo em parte pela provocação. Atitude que se espera por parte dos adolescentes, a irreverência é uma versão diluída da transgressão, ato que deve ser intencional, portador de significado e arriscado (Balandier 1979), mas parece agora designar sobretudo condutas mais desordeiras, ou mesmo simplesmente brincalhonas, do que realmente contestatárias. Mobilizado com frequência para falar das praxes académicas, o termo chega a ficar associado a comportamentos que evidenciam mais conformismo do que o seu oposto.

O compromisso que os membros da Comissão recém-eleitos assinam perante representantes das três instituições nicolinas estipula a obrigação de «combater "praxes" e "comportamentos menores ou pouco edificantes», apontando para um assunto cuja apreciação varia de maneira radical no seio da comunidade nicolina. Muitos consideram tratar-se de um pormenor irrelevante, um costume integrador benigno ou mesmo benéfico, que não merece o alarido que suscita, a propósito das Nicolinas ou das universidades. É pelo contrário uma questão de superior importância para outros, mas por razões opostas. É frequente entre membros de Comissões relativamente recentes a ideia de que se trata de uma «tradição» de mesma natureza do que qualquer outra tradição Nicolina, o que a deve portanto isentar de qualquer tentativa de escrutínio. Os mesmos apontam igualmente para a existência de praxes, que recusam descrever, como razão principal para invalidar a ideia de uma possível participação feminina na Comissão.

Por outro lado, são sobretudo Velhos de gerações anteriores que vêm nela um sinal de degradação ética e um motivo de indispensável intervenção educativa por parte das instituições nicolinas. Muitos membros da AAELG mostram-se particularmente preocupados e interessados em procurar soluções para o que consideram ser uma deturpação do espírito nicolino, uma aprendizagem da subserviência a uma autoridade

arbitrária que criticam mesmo em termos de atentados aos direitos humanos, como o fez Fernando Capela Miguel na comunicação que apresentou em 2015 na 2ª Convenção Nicolina. Os moldes da questão são aqui portanto similares aos que têm no resto da sociedade, sendo de realçar que nada na tradição nicolina estipula a necessidade de uma praxe. O seu aparecimento foi aliás impossível de datar com um mínimo de fiabilidade, mesmo cruzando muitas informações, por serem tão contraditórias ou incoerentes. A dificuldade começa aliás pela definição do que é uma praxe: para José Luís Xavier Fernandes, no tempo da sua passagem pela Comissão, nos anos 1940, não havia nada que excedesse «piadas». André Coelho Lima usa o termo «brincadeira» para falar do que pensa terem sido práticas de miúdos na rua talvez em metade do século XX, que foram introduzidas na Comissão e lá ficaram até serem vistas como tradicionais, sem qualquer significação particular além da sua função de instrumento de disciplina.

A existência de praxes parece variar nas suas formas e na sua intensidade de ano para ano, consoante as personalidades envolvidas. Segundo uma crítica formulada por Velhos, «O problema não são os miúdos, mas há os outros gajos [recém-Velhos que gravitam na proximidade da Comissão], os miúdos sentem-se constrangidos», opinião que a observação não confirma por inteiro. Tendo assinado o juramento, os membros da Comissão evidenciam um particular cuidado em não falar em praxes: «Não falaria em praxes, não são praxes» declara um Presidente recente, «Na realidade, são testes». Esta requalificação indica o desconforto que acompanha um tema de que se sabe que é polémico e falado fora dos círculos nicolinos. Questionado sobre o assunto, André Coelho Lima declara que «essa é a pergunta mais difícil de todas», pedindo ao investigador que as suas respostas não sejam citadas, como aconteceu com muitos outros interlocutores.

Em contrapartida, os críticos mostram-se interessados em que seja divulgado o que sabem, ou pensam saber sobre praxes às quais não assistiram: nas suas descrições, praxes que alguns qualificam de «doentias», «o avião» e «a estrelinha» envolvem nudez e roupa embebida de urina. A distribuição de pancadas no traseiro, nomeada «orquestra», serviria para punir quem é suspeito de desviar mais fundos dos peditórios. Uma outra prática da Comissão que teria a mesma função é descrita por mais gente na cidade porque chegou a ser realizada em público: o Pio IX, do nome do ponto de início do seu percurso. Nas palavras de quem assistiu várias vezes ao exercício, «é um jantar, beber até dizer chega e há carros, vão para a Penha, tiram a roupa [...] e têm que fazer o Pio IX falar "fala, fala oh filho da puta" até que alguém diz "ele já falou". Antes que seja resolvido não divulgar a data do Pio IX, chegou a haver várias centenas de pessoas a assistirem à tentativa de descida da Penha, em plena noite, pelos rapazes nus e copiosamente etilizados: «Houve um que caiu nas silvas e foi parar ao hospital».

Esses relatos são contestados por nicolinos, que falam em meras brincadeiras. Mas quando um rapaz desiste da sua participação na Comissão e é substituído, um pedido de esclarecimento obtém por única resposta que «Não aguentou», sem que seja possível saber ao certo o que foi que não aguentou. Rumores alimentam as críticas que adultos, entre os quais professores ou pais de alunos, dirigem ao que vêem como algo que «desprestigia as Festas» – que as praxes, a existir como descritas, não colocam do lado da solenidade. Outros rumores evocam as punições reservadas a quem não atinge os objetivos do peditório: «conheço uma mãe que dava todos os dias dinheiro ao filho, porque estava com medo». Alguns dos críticos receiam também que as praxes constituam um problema para a desejada «candidatura a património da humanidade», o que merece consideração pelo menos no que toca às «punições» constituídas pela ingestão de séries de *shots*.

As praxes só dizem respeito aos membros da Comissão, e a sua realidade ou as suas modalidades exatas podem permanecer hipotéticas e envoltas num certo secretismo, que faz parte da aura de um grupo de eleitos, entre os quais tais praxes servem também para marcar hierarquias: «Depois do Pio IX, dizem que os novos são nicolinos, antes são considerados malotas». Mas o consumo alcoólico concerne a todo o universo Nicolino. Por contraste, torna muito mais conspícuo o facto de ele nunca ser evocado nos textos institucionais de divulgação, como as descrições das Festas nos sites do município ou das associações (para lá da indicação que convém acompanhar a Ceia com vinho verde), enquanto é muito comum um programa das Festas, um Pregão ou uma Posse lembrar por exemplo «Que está na hora de dar um golo de Macieira» para lutar contra o frio da noite de inverno. Existem muitas evocações bastante explícitas e insistentes:

Um frio intenso atravessa-nos nesta noite estrelada de Novembro. Não muito longe de nós um rapaz vomita sobre os próprios pés. Há pouco vimos outro ser levado, certamente em estado de coma, para o hospital. E vimos de onde em onde ajuntamentos ruidosos em tomo de algumas bebedeiras mais cómicas, a risota e o brilho das garrafas, o palavrão e o dichote grosseiro fazendo girar a noite em torvelinho, adensando-a de pesadelo e sombras. E vimos como o vinho se encrespava de uma violência grotesca logo seguida, quantas vezes, por arrebatamentos ainda mais grotescos de fraternidades curtidas em álcool... [...] *ser nicolino é. antes de mais nada. ser um bom copo. Festa de exibição viril, a bebedeira é da praxe, a garrafa e o copo são das alfaias litúrgicas mais importantes neste ritual de exaltação machista. E há heróis: aquele que suga (é o termo) uma garrafa de cerveja em 6 segundos bem contados; outro que bebe de uma assentada 38 finos e no fim tem ainda o "despudor" de pedir um conhaque bem servido; e etc..."*

(Neves 1978)

As memórias contadas em conversa não são menos claras, como quando Jorge Castelar evoca a sua participação nas Maçãzinhas: «no meu ano de comissão até foi um cortejo engraçado, ainda hoje se fala no disparate monumental que foi o meu disfarce, pois resolvi ir disfarçado de bebé, só com a babete e umas fraldas e apanhei um frio desgraçado, o que vale é que levava um biberão cheio de vinho do porto para me aquecer.»

Efetivamente, quem acompanhar os números constata sem dificuldade a frequente partilha de garrafas. Os «comas etílicos» de que jornalistas gostam tanto de contar o número de entradas no hospital concentram-se na noite da Pinheiro, em resultado da longa euforia coletiva de dezenas de milhares de pessoas de todas as idades. Quem declama uma Posse na sua varanda pode fazer questão de acompanhar pelo gesto a evocação de Baco nos versos.

E as garrafas que não faltam nos cestos entregues à Comissão são depois esvaziadas no Magusto. Alguns tocadores de caixa ou de bombo vão prevenidos escoltar o Pregão, mas o consumo mais visível centra-se na carroça da Comissão, convenientemente apetrechada. No dia seguinte, nem todos os professores acham importante acompanhar os alunos, e certos carros alegóricos das Maçãzinhas recebem os mesmos preparativos, transportando grupos de rapazes que alinham rodadas sucessivas, incentivadas e ritmadas por diversos cânticos ruidosos – uma atividade recorrente durante o jantar do Baile, como em muitas das refeições tomadas em conjunto pelos membros da Comissão. Antes das Festas, durante as Moinas, a partilha de garrafas é mais discreta, mas constante.

Os Velhos mais idosos lembram-se de uma época em que o vinho verde era o carburante nicolino mais comum, de facto evocado com frequência em textos antigos. Cruzar os relatos, nem sempre unânimes, de quem foi membro da Comissão em meados da década de 1970, quando o contexto revolucionário podia fazer pensar que as Festas não teriam futuro, indica que deve ter sido quando se deu a adoção preferencial de uma marca de destilado comercial. Para Zé Ribeiro, atual Presidente da AAELG, o recurso a «punições» com copos de álcool não existia quando integrou a Comissão nessa época. Pensa que esta prática, que acha «inqualificável», deve ter aparecido pouco depois, numa altura em que a Associação não acompanhou as Comissões de tão perto, o que se traduziu por uma maior influência de jovens de anos anteriores que «chegavam lá e mandavam beber», o que resultou na ideia que os pais não deixavam «ir os filhos para as Comissões por serem bêbados». Qualquer que seja o momento exato da sua entrada nas Nicolinas, o facto é que a Macieira ganhou o estatuto de um emblema mais ou menos implícito e assumido das Festas: a página Facebook da marca faz parte dos *likes* da ACFN e os seus autocolantes ornam inúmeros bombos ou caixas, existindo pelo menos um instrumento em que se vê D. Afonso Henriques segurando, em lugar da sua espada, uma garrafa com o grafismo característico.

Sabe-se que, além de ser há milénios um elemento central das festividades populares europeias, o consumo coletivo abundante de bebidas alcoólica faz parte neste momento das modalidades mais comuns da sociabilidade adolescente, tendo tomado as dimensões de um problema de saúde pública em certos países. Muitos Velhos Nicolinos manifestam a sua preocupação perante as proporções atingidas por uma situação que consideram escapar agora aos «limites razoáveis» do eterno gosto nicolino pela «pinga», alicerçado nas boas práticas da gastronomia minhota. João Neves confessa não ter «nada contra as borracheiras. A minha primeira e última até foi num Pinheiro, mas [...] dá cabo de mim, mexe comigo ver canalha com 15, 16, 17 anos bêbados». Alguns, que se assumem como «mais antiquados», são particularmente perturbados pelo facto de ver «as meninas» adotar o mesmo comportamento que os rapazes, de parte de quem «a bebedeira» lhes parece mais «natural».

Mas, como nos comentários que é possível ouvir entre o público do Pregão ou das Maçãzinhas, as atitudes podem ser ambivalentes. A mesma pessoa que, numa entrevista, expressa a sua preocupação e a sua perplexidade quanto a «maneiras de intervir» passa, não mais de 5 minutos mais tarde, a evocar num tom jovial e satisfeito uma memorável visita de Velhos às Caves da Macieira em que os representantes da empresa ficaram muito impressionados pelas capacidades de absorção das gargantas vimaranenses, o que inaugurou uma era de relações privilegiadas com as associações nicolinas: «Aqui em Guimarães a gente sabe beber. Eu próprio, não fico atrás»: a força do amor-próprio vimaranense pode ser suficiente para fazer contrapeso à consciência da crescente censura social de comportamentos outrora perfeitamente aceitáveis.

Mas a tonalidade dominante é o desconforto, o que pode levar a tentar menorizar o assunto. É por exemplo muito surpreendente constatar que o tema do álcool não aparece explicitamente uma única vez nos resultados dos trabalhos da Comissão Especializada da Assembleia Municipal (ver abaixo). Há quem critique o documentário realizado por Rodrigo Areias porque indica abertamente que abusos etílicos são habituais na Comissão e mostra as suas consequências «menos dignas». O autor destas linhas foi repreendido publicamente por ter projetado, na sessão de apresentação da ficha de inscrição das Festas no Inventário Nacional do Património Cultural Imaterial, um cartaz humorístico de uma farmácia propondo a oferta de

um conjunto composto de um conhecido remédio para a ressaca «Guronsan® + Creme Mãos Neutrogena®». A presença gráfica da Macieira em documentos nicolinos, como os programas, tem-se feito mais discreta, uma evolução provavelmente induzida pela proibição legal, em 2015, do consumo de bebidas alcoólicas por menores de 18 anos. E nicolinos lembram sempre que praxes envolvendo álcool podem ser recusadas por quem é afetado por uma condição médica particular.

De facto, como para as praxes, nada estipula a necessidade da bebedeira sistemática. Mas, num quadro de transmissão consuetudinária, o teor da regra decorre do consenso em que se alicerça a tradição. Historicamente, as Festas Nicolinas tiveram sempre uma ligação estreita com o álcool, que faz parte da sua imagem interna e externa. A força deste elo na atualidade salta imediatamente à vista de um observador minimamente atento, como é patente por exemplo na obra de Marco Mendes exposta na Casa da Memória. Simplesmente evocar Festas Nicolinas regadas com sumo de fruta parece hoje um absurdo absoluto que só uma inimaginável mudança cultural radical tornaria possível. Mais do que festas, bares e discotecas parecem ter sido os alvos privilegiados de ações de implementação da lei. Mas este novo contexto legal pode tornar-se num fator externo que colidirá com a ideia que os nicolinos têm do que as suas Festas devem ser, agora e no futuro.

Património, e mais além[30]

As relações das nicolinos com as suas Festas são uma manifestação de um fenómeno observável neste momento em toda a parte: o desejo de cultura, o anseio de sentir que se está a produzir e a transmitir um conjunto de valores bem definido e estável (Sahlins 1999), em resposta ao sentimento de perda da sua cultura que está a atravessar as sociedades humanas (Berliner 2018). Com a sua origem plurissecular, as Festas existiam muito antes da aceleração deste sentimento, iniciada nas sociedades ocidentais na primeira metade do século XIX, em consequência das ruturas provocadas pela Revolução Industrial, e reforçada pelos desenvolvimentos socio-tecnológicos das últimas décadas. O facto de terem conseguido atravessar os últimos dois séculos, quando tantas outras manifestações da mesma ordem ficaram apagadas, é em si revelador de certas especificidades do território onde existem: uma cidade cuja população, na sua generalidade, reivindica ter uma consciência viva do lugar que ocupa na história, e faz desta reivindicação, ativada em permanência nos seus discursos identitários, ao mesmo tempo uma marca e um instrumento do que vê como a sua própria singularidade. Os nicolinos quiseram preservar as suas Festas porque são de Guimarães, têm podido fazê-lo porque são em Guimarães, e querem que se saiba que é pela mesma razão que tencionam continuar.

Dedicadas a São Nicolau enquanto padroeiro dos estudantes, mas em moldes diferentes da tradição do seu culto noutras regiões da Europa, são as únicas festas de estudantes do ensino secundário existentes na atualidade em Portugal e o único contexto em que ainda se usa um antigo traje académico liceal fora de atividades cénicas. Decorrendo em contexto urbano, realizadas por uma juventude aberta à multiculturalidade contemporânea, trazem para a cidade manifestações de uma ruralidade essencialmente pretérita, evocação do universo camponês com que a urbe vivia outrora em estreita simbiose. A sua existência encontra-se enraizada em celebrações e travessuras estudantis associadas ao dia de São Nicolau que estão documentadas

[30] Alguns pontos desta passagem são adaptados de um texto (Durand 2016) que aborda sobretudo aspetos mais regulamentares e técnicos do património imaterial.

em Guimarães desde pelo menos 1645 mas, no essencial, os seus traços atuais e a sua extensão além do dia 6 de Dezembro foram estabelecidos em finais do século XIX, a partir da sua revitalização em 1895 após uma interrupção de alguns anos. Tendo aparecido ao longo de séculos num grupo da elite social vimaranense, os números são no entanto inspirados em práticas da tradição popular europeia e em particular minhota. E as Festas Nicolinas são agora objeto de uma forte apropriação coletiva local, afirmada a partir da democratização e massificação do ensino secundário após o 25 de Abril. Alimentando-se de uma convicção identitária vivida com intensidade, o sentimento de pertença a uma comunidade e o desejo de contribuir para a transmissão da sua memória, que as Festas enaltecem, podem ser considerados como constituindo hoje o seu principal significado.

Os nicolinos gostam de salientar estas propriedades das Festas, com uma insistência particular na sua originalidade no panorama das diversas formas de culto a São Nicolau pelo mundo fora, na sua antiguidade e na sua natureza de festas liceais, ambas dimensões emblematizadas pelo uso do traje. Invocam sempre estas singularidades para justificar as suas reivindicações de intervenções de promoção e de salvaguarda, destinadas nomeadamente a prevenir riscos de «desvirtuação» dos números festivos, uma preocupação que manifestam com frequência. A este respeito, mostram-se motivados pelos mesmos sentimentos que todos os promotores das inúmeras manifestações culturais aproveitadas pela atual tendência localista (Leal 2010) das estratégias de visibilização turística de lugares. Guimarães tem aliás sabido usar o registo da cultura (e não unicamente nas suas vertentes locais) e do património para a sua autopromoção, aproveitando um dos poucos recursos disponíveis neste momento para uma cidade de média dimensão com as suas caraterísticas.

A primeira lista de práticas e manifestações que a UNESCO considerou serem elementos do Património Cultural Imaterial da Humanidade foi divulgada em 2001, precisamente o ano em que, no dia 13 de dezembro, o centro histórico de Guimarães obteve, da mesma instituição, a classificação enquanto Património Mundial. Esta simultaneidade poderá ter contribuído para despertar o interesse local no «PCI», para usar o acrónimo agora popularizado. Enquanto começava a ser divulgada a nível nacional a intenção de apresentar uma candidatura do fado, o sentimento da necessidade de ver as Nicolinas «avançar» tomou progressivamente corpo em Guimarães. Ficou expresso publicamente num artigo do Prof. Lino Moreira da Silva, em janeiro de 2005 no semanário *O Povo de Guimarães*: «Nicolinas a "Património Oral e Imaterial da Humanidade"». Esta reivindicação afirmou-se nos anos seguintes, fortalecida por um sentimento de urgência perante a visível dinâmica da candidatura do fado. Nota-se aliás que os programas patrimoniais da UNESCO induzem com frequência atitudes competitivas entre Estados, contraditórias com a missão da instituição e a visão que promove das relações interculturais. Em Guimarães, o registo de expressão deste sentimento é sem surpresa: para Francisco Guise, Pregador no ano de 2012, «a UNESCO, seria como estar na Champions!».

Meses depois da publicação do artigo do Prof. Moreira da Silva, a Assembleia Municipal aprovou, em Dezembro de 2005, uma moção apresentada pelo PSD, mas subscrita por todas as forças partidárias com assento na Assembleia, solicitando a constituição de uma Comissão Especializada da Assembleia Municipal, com o propósito de efetuar «um estudo concreto acerca do cabimento da sugestão da elevação das Festas Nicolinas a Património Cultural e Imaterial da Humanidade» e de permitir que a candidatura seja «impulsionada e formalizada». Os trabalhos da Comissão concluíram-se com um parecer exprimindo a vontade partilhada por

todas as entidades consultadas de ver o Município promover uma candidatura, o que resultou na realização do presente estudo (Assembleia Municipal de Guimarães 2008).

Na população, a perspetiva de uma candidatura, do resultado positivo da qual raramente se duvida, é tomada como uma inevitabilidade ou uma «necessidade», para um nicolino entusiasta. Não é raro ouvir que "já somos património mundial, houve a Capital da Cultural, agora só falta o património imaterial", "já devia ser!", "seria a cereja em cima do bolo", como se de um complemento inevitável e indiscutível se tratasse. É que, para os apoiantes da candidatura, como aliás quase sempre em situações semelhantes em qualquer sítio, o argumento mais imediato e forte que apresentam invoca o carácter único e excecional das Festas, salientando a sua antiguidade e as suas originalidades formais. Esta excecionalidade é por certo indiscutível – e em vários aspetos das Nicolinas – mas a ideia que a UNESCO valoriza esta qualidade está errada.

Trata-se de uma noção que pode resultar de uma analogia com o «património da humanidade», distinção, familiar em Guimarães por razões óbvias, que é de facto atribuída a monumentos, sítios ou paisagens em virtude do seu «valor universal excecional», embora o crescimento da lista tenha resultado numa certa erosão do critério de excecionalidade. E uma necessária excecionalidade estava igualmente presente entre os critérios de inclusão nas listas que vigoravam antes da adoção da Convenção de 2003 sobre o património imaterial, já que se destinavam a distinguir as «obras-primas do património oral e imaterial da humanidade». Depois de prolongados debates, o conceito de «obra-prima», e portanto também o de excecionalidade, que lhe é inerente, não foram contemplados pela Convenção, com o intuito de evitar qualquer hierarquização entre manifestações culturais. O texto atualmente em vigor insiste em contrapartida na «representatividade», considerada em simultâneo em duas vertentes: enquanto ilustração «da criatividade da humanidade» e testemunho «do património cultural de comunidades, grupos ou, eventualmente, Estados» (UNESCO 2003).

Esta notável evolução institucional, todavia, não tem sido integrada pelo público. Vários outros erros são frequentes, entre os quais ignorar que um pedido de inscrição no Inventário Nacional do Património Cultural Imaterial é diferente de uma candidatura à inclusão na Lista Representativa do Património Cultural Imaterial da Humanidade da UNESCO (de que é um pré-requisito) ou desconhecer a existência de duas outras listas: Lista do Património Cultural Imaterial da Humanidade com Necessidade Urgente de Salvaguarda e a Lista das Boas Práticas de Salvaguarda. Na senda de um discurso jornalístico que põe com frequência as três listas no mesmo cesto, o público ignora que a UNESCO valoriza particularmente a Lista do Património Cultural Imaterial da Humanidade com Necessidade Urgente de Salvaguarda. Estando ameaçadas, as realidades que abrange têm necessariamente uma visibilidade mais reduzida do que, por exemplo, certos rituais ou festas que mobilizam a paixão de milhares de participantes e que podem ter uma forte presença mediática. E é também verdade que muitas, em particular nas categorias do artesanato tradicional ou dos conhecimentos sobre a natureza, não são muito espetaculares, o que em si não significa que não possam ser realmente excecionais. É assim que se produz o que é possível designar de «efeito chocalho», que tem sido observável em Portugal após a inscrição da arte chocalheira entre os elementos culturais com necessidade de salvaguarda urgente: a perplexidade, por vezes acompanhada por alguma ironia, perante o reconhecimento por uma instância supragovernamental de uma realidade vista como menor e sem originalidade ou especificidade. A clara dificuldade do público em alcançar a distinção feita pela UNESCO entre «chocalhos» e «arte chocalheira» (e todas as dimensões socio-económicas a ela associadas) é a tradução de uma artificial e absurda separação

entre dimensões materiais e imateriais da cultura que as ciências sociais – e o senso comum – consideram desprovida de sentido e que dificulta muito o trabalho no terreno. E o efeito de banalização chegou a ser evocado em diversos artigos na imprensa francesa (por exemplo Desplanques 2015), inclusive com críticas ao programa formuladas pela então diretora do próprio departamento do património imaterial, Cécile Duvelle: «Existe um grande mal-entendido sobre esta lista representativa. Era só um instrumento de comunicação, e não uma classificação, mas os Estados precipitaram-se para aparecer nela como se de um quadro de honra se tratasse. Hoje, tornou-se no concurso de Miss Mundo»

Uma entrevista recente a um nicolino militante ilustra as dificuldades que pode ter mesmo quem se interessa de perto pelo assunto (Machado 2018). Ruí Teixeira e Melo, autor de muitos Pregões e Posses, declara temer pelos efeitos de uma candidatura à UNESCO, receando que «amanhã tenhamos alguma tutela de alguém que nada nos diz» e pensando aliás que o processo «parece estar entravado só por si: é que esse reconhecimento por parte da UNESCO parte do pressuposto que é uma tradição que se está a perder. E não me parece que as Nicolinas se estejam a perder.» Ora a UNESCO não intervém na existência das manifestações que distingue (e mesmo que quisesse, não teria os meios para fazê-lo...), limitando-se a observar a sua eventual evolução. Quanto aos Estados signatários da Convenção, devem adotar medidas de salvaguarda, mas necessariamente definidas em acordo com os agentes da manifestação cultural considerada. E uma inscrição na lista representativa parte do pressuposto exatamente inverso ao do risco de desaparecimento: só pode visar uma manifestação perfeitamente viva, transmitida de geração em geração, constantemente recriada pela comunidade em que existe, para a qual tem um importante significado de identidade e de continuidade.

Como em qualquer situação de patrimonialização, dificuldades e riscos colaterais existem: necessidade de prevenir tentativas de definição de formas «puras» da tradição; cristalização de certas formas após séculos de evolução contínua; espetacularização, mercadorização e turistificação... Estes problemas têm sido documentados em vários contextos em Portugal (Godinho 2010; Raposo 2004), onde por exemplo a distinção do fado pela UNESCO leva agora a ouvir dizer que «Toda a gente virou fadista» (Falcão 2017), enquanto no Alentejo os efeitos profissionalizantes da patrimonialização do cante provocam mudanças nas condições da sua prática e, consequentemente, na sua estética (Salwa Castelo Branco, comunicação pessoal). Mas semelhantes efeitos não são específicos às intervenções da UNESCO, mesmo se estas acarretam uma importante mediatização que pode amplificar impactos. A Convenção estipula que deve ser evitada qualquer fossilização cultural e preservada a dinâmica das manifestações, o que a Comissão Especializada relevou. Mas é também verdade que patrimonialização, qualquer que seja o seu enquadramento institucional, significa entrada no campo da economia da cultura e num jogo de interesses que podem ser potentes. A consciência dos perigos não é necessariamente suficiente para os afastar.

Na realidade, os nicolinos estão na sua maioria perfeitamente cientes das potenciais consequências de uma visibilidade acrescida das suas Festas. O receio mais comum diz respeito aos riscos de «desvirtuação» de certos números e, mais ainda, de despossessão das Festas: «No Pinheiro, já não reconheço quase ninguém», «Basta olhar aqui à volta, precisamos da UNESCO para quê? Trazer turistas? Não perceberiam nada» (um nicolino anónimo, durante as Maçãzinhas 2015). A já considerável massificação da noite inaugural das festividades leva muitos Velhos Nicolinos a recear chegarem a ver «o Pinheiro tornar-se no eucalipto das Nicolinas» (citando uma feliz expressão usada por Miguel Bastos durante a Convenção Nicolina de 2017),

sugando tudo à volta dos outros números – que, justamente, precisam de redinamização – e obliterando a sua importância. Por outro lado, há quem diga que «mais 1000, menos 1000, com a confusão em que já se tornou, não muda nada». Por isso, falar com alguns dos Velhos Nicolinos mais militantes permite recolher muitas declarações entusiasmadas mas também outras mais comedidas: "é uma coisa que se vier, vem por bem, se não vier não é nada de extraordinário"; "as Nicolinas, penso que não é o reconhecimento que lhe poderão trazer mais-valia"; "se trouxer, muito bem, se não trouxer... tudo bem na mesma" (Miguel Bastos); "Eu acho que seria muito bom mas não acho que tenha de ser" (Jorge Castelar).

Mesmo André Coelho Lima, proponente ardente da candidatura desde a primeira hora, na sua qualidade de vereador, diz «Não sei se as Nicolinas ganham alguma coisa com isto», mas acrescenta imediatamente: «Talvez ganhe Guimarães». Ou, numa outra ocasião: «As Nicolinas não precisam de candidatura. Mas Guimarães precisa», colocando-se na senda das conclusões da Comissão Especializada: «Uma eventual classificação como Património Cultural Imaterial da Humanidade será geradora de um conjunto de benefícios e acréscimo de notoriedade para as Festas Nicolinas, que compensam largamente quaisquer condicionantes e obrigações». E, em conversas pelas ruas do centro, a perspetiva de um «acréscimo de notoriedade» para as Festas e para a cidade, com o seu esperado corolário de acréscimo de atividade económica, surge de facto como o mais frequente argumento a favor da candidatura – além da satisfação de estar na «Champions».

A visão do património enquanto fator de desenvolvimento encontra em Guimarães um terreno muito favorável: com a classificação do centro histórico como património mundial ou com a Capital Europeia da Cultura, a experiência da cidade tem sido claramente positiva, o que naturalmente incentiva a prosseguir com o mesmo tipo de esforços. Todavia, estudos em economia da cultura (Benhamou 2012) mostram que o elo património / desenvolvimento não é mecânico. A efetiva valorização económica de bens patrimoniais varia imenso de caso para caso, em função de condições contextuais que a frequente fragilidade das manifestações consideradas como património imaterial torna ainda mais incontroláveis. E não faltam Nicolinos que se interrogam: será que haverá realmente turistas motivados para vir a Guimarães passar alguns dias numa altura em que o tempo é já invernal e assistir a uma festa cujo significado profundo, que vai muito para além da devoção a São Nicolau e está enraizado no sentimento partilhado de pertença a uma comunidade, dificilmente poderão alcançar? Tudo o que uma candidatura à UNESCO implica fazer pode ser feito sem ela. Mas proporciona uma motivação forte, um objetivo preciso e, em caso de sucesso, uma potencial grande mediatização gratuita – além de satisfazer grandemente o amor-próprio coletivo. Na sua entrevista, Rui Melo coloca claramente a questão, a partir das reações ao genérico da TVI: «temos de ter em conta que das duas uma: ou vemos as Nicolinas como uma coisa nossa de Guimarães, e fechamos as portas de 29 de novembro a 9 de dezembro, ou então encaramos as Nicolinas como um fenómeno que pode atrair outros investimentos ou turismo, e aí escancaramos as portas. O que tem é de se definir um rumo».

Na realidade, um rumo foi definido com as conclusões da Comissão Especializada, favoráveis à candidatura. Seria no entanto provavelmente relevante prever agora, o que aliás o parecer da Comissão já contempla (p. 25), a realização de um acompanhamento atento de experiências comparáveis realizadas nos últimos anos, de modo a melhor identificar fatores de risco e estratégias eficazes para os evitar.

Uma outra motivação favorável à candidatura é evocada por muitos Velhos Nicolinos: independentemente do desfecho, seria uma oportunidade para as instituições depositárias da tradição nicolina proporem inovações suscetíveis de revitalizar números hoje menos proeminentes, intervirem sobre certas evoluções, «endireitarem» alguns comportamentos que nem todos consideram apropriados. Além de deixar antever tensões com os mais jovens, tudo isto pode aqui também ser feito fora de uma candidatura, que no entanto fornece um enquadramento estimulante às iniciativas. Mas, em sentido oposto, alguns julgam que, precisamente em razão do que vêm como recentes derivas, certos traços atuais das Festas lhes tiram a "dignidade" necessária para serem apresentadas ao julgamento pela UNESCO e que ações corretivas são necessárias antes de qualquer outra iniciativa.

De facto, uma candidatura – ou mais exatamente, nesta fase, uma proposta de candidatura – das Festas Nicolinas à lista representativa enfrenta duas grandes dificuldades. Sendo a inscrição das Festas Nicolinas no Inventário Nacional do Património Cultural Imaterial um prerequisito legal para a sua candidatura, a ficha de pedido de inscrição foi lacrada em dezembro de 2016 mas ainda não recebeu qualquer reação por parte da Direção Geral do Património Cultural. O caso não é isolado e outras fichas estão em espera de tratamento há mais de três anos. Além desta morosidade e de um fraco acompanhamento institucional, devidos à insuficiência de recursos humanos alocados ao funcionamento do inventário, a plataforma Matriz-PCI colapsou há meio ano. Neste contexto de disfuncionalidade absoluta, tornou-se ainda mais difícil perceber quais são exatamente os procedimentos de formalização de uma proposta e da sua posterior avaliação pela Comissão Nacional da UNESCO.

Consultar esta estrutura do Ministério dos Negócios Estrangeiros parece dever ser a primeira etapa. Além de esclarecer a metodologia de apresentação de uma proposta, permitirá saber até que ponto a questão do consumo alcoólico seria impeditiva. A recente lei que proibiu a disponibilização, o consumo e a venda de bebidas alcoólicas a menores em locais públicos e em locais abertos ao público (DL n.º 106/2015, de 16 de junho) desenha um quadro em que parece problemático colocar um município na posição de promotor de um evento em que atividades ilegais são constantes e até fazem parte da sua identidade histórica (ou, noutras palavras, da sua tradição). O problema não é obviamente o consumo praticado por participantes individuais no Pinheiro, cuja responsabilidade não pode ser imputada a ninguém além dos próprios. Mas, independentemente do atual enquadramento legal da questão em Portugal, os comportamentos suscetíveis de facilitar uma eventual dependência são objeto de uma crescente censura social, sendo abordados como problemas de saúde pública por parte da Organização Mundial da Saúde, uma agência das Nações Unidas, tal como a UNESCO. Parece *a priori* pouco provável que esta considere uma tolerância do consumo alcoólico juvenil como sendo compatível com a sua missão. Além do mais, as decisões sobre as inscrições nas listas do património imaterial são tomadas por um Comité Intergovernamental em que participam países onde qualquer consumo de álcool é proibido por razões religiosas, o que faz duvidar da sua disponibilidade para votar a favor de uma candidatura em que figuraria uma forma polémica de tal comportamento (o que não é o caso com as técnicas tradicionais de vinificação da Geórgia ou com a cultura da cerveja na Bélgica, por exemplo, que já integraram as listas).

É verdade que nada na tradição nicolina obriga explicitamente os nicolinos a beberem. Mas, numa tradição transmitida oralmente e por replicação de ano para ano, nada é explícito além dos raros pontos regulamentares fixados recentemente pelas instituições nicolinas (como a composição da Comissão) – nem mesmo a maneira como deve decorrer o Pinheiro. Além disso, o funcionamento da *peer pressure*, a «pressão dos colegas», não necessita de ser explícito, sobretudo quando a tradição, constantemente reiterada pelos Velhos e por décadas de Pregões e de Posses, manda apreciar a «pomada». E a noite de novembro é tão fria.

A questão das limitações à participação feminina não parece dever constituir qualquer problema. Num contexto social em que as dicotomias de género constituem uma das estruturas centrais das relações sociais, parece difícil exigir de tradições seculares que as passem repentinamente a negar, o que também não impede que sejam debatidas. O argumento de que as Maçãzinhas são uma mera encenação é acolhível, embora também discutível a partir do momento em que há nicolinos/as (nicolin@s?) que o contestam. Ora, precisamente, o simples facto de a questão ser debatida pode ser apresentada, em conjunto com a impressionante feminização das festas em pouco tempo, como uma evidência de que as tradições nicolinas não estão mais cristalizadas agora do que já estiveram ao longo de séculos e que são discutidas em consonância com as dinâmicas sociais da atualidade. O mesmo se aplica à composição exclusivamente masculina da Comissão. Mas importaria que os nicolinos encontrem uma maneira construtiva de debater, entre gerações, além das imoderações das redes sociais.

Quanto ao assunto das praxes, encontra-se em parte ligado ao do álcool e pode em parte ser abordado com ele. De um ponto de vista mais geral, e independentemente da opinião que se tenha do comportamento praxista (inócuo, essencialmente formador, ou dramaticamente desformador), é limitado a 10 pessoas (supondo que o funcionamento da Comissão fique realmente vedado a qualquer estranho, mesmo a antigos membros de Comissões) que se candidataram livremente, em perfeito conhecimento de causa. A pressão dos colegas poderá ter aqui alguma relevância, mas uma saída é sempre possível.

Comportamentos praxistas podem fazer duvidar que os humanos são sempre «Dotados de razão e de consciência», como diz a Declaração Universal dos Direitos Humanos, mas isso não invalida a exigência, que a mesma estipula, de «agir uns para com os outros em espírito de fraternidade». Este conceito é relativo, e nada diz que pancadas no posterior não possam ser aplicadas num espírito que o respeita. Mais seriamente (mas não podemos esquecer que estamos a falar de Nicolinas, e que o riso nunca deve andar longe), parece excessivo qualificar evidentes atentados ao bom gosto ou ao bom senso enquanto violações de direitos humanos. Lembra-se aliás que as descrições de praxes feitas nestas páginas não são mais do que *hearsay, "ouvir dizer"* e, ainda mais, opiniões proferidas por críticos. Respeitar a confidencialidade pedida por nicolinos obriga a considerar que na realidade o investigador nada sabe além da existência de rumores – que podem ser sinais da presença de um problema mas não a sua prova, e menos ainda uma descrição fiável da sua substância. E o relativo secretismo que envolve o funcionamento da Comissão pode aliás ser visto como um elemento tradicional que importa respeitar. Em todo o caso, aqui novamente a busca de um espaço de debate construtivo no universo Nicolino afigura-se importante.

Uma abordagem similar poderá proporcionar um ângulo eficaz para o tratamento da única questão que *a priori* parece verdadeiramente complicada na ótica de uma candidatura. Qualquer que seja a opinião de

cada um, assumir a questão do álcool enquanto problema parece hoje inevitável, pelo menos em razão da proibição legal. É verdade que esta, ao devolver uma parte de risco a um aspeto da tradição, também lhe permite voltar a ter uma dimensão mais verdadeiramente irreverente, e portanto tradicional, do que é o caso hoje, o que é algo paradoxal. Pode ser interessante (e até muito estimulante em termos de teoria do património) testar a plausibilidade do recurso a um argumento na linha de uma defesa cultural (que deverá ser mais sofisticado do que um simples «a tradição manda»). Soluções que tornariam este passivo num ativo da candidatura não são evidentes e, aqui também, só podem sair de um amplo debate, desta vez provavelmente com a participação do município e talvez também dos serviços de saúde.

Mostrar como a comunidade nicolina lida com o assunto e evidenciar com que empenho procura uma maneira de conciliar lei e tradição permite ir além de um olhar estritamente patrimonial e projetar a tradição das Festas no futuro, o que, como vimos, tem sido uma preocupação constante. Intensidade e enraizamento do sentimento nicolino, vigor da sua transmissão, anseio partilhado pelos nicolinos de deixar às gerações vindouras matéria para poderem comemorar como eles próprios o fazem hoje: seguindo as instruções da UNESCO, estes traços, mais ainda do que as propriedades das Festas, devem ser vistos como sedutores pelos avaliadores das candidaturas. E é tanto mais o caso quanto esta candidatura, ao contrário do que muitas vezes acontece apesar das recomendações do programa do património imaterial, teve realmente origem nos atores das Festas.

Uma implementação de sugestões feitas acima enquadrar-se-ia num passo seguinte aos contactos iniciais com a Comissão Nacional da UNESCO: a definição do que é provavelmente o elemento principal de uma candidatura: o plano de salvaguarda. A equipa do relatório tem ideias de intervenções possíveis e ouviu nicolinos evocar propostas. A Casa da Memória de Guimarães parece ser o quadro evidente onde debater e formular projetos concretos. Por fim, não se deveria esperar pelo desbloqueio do Matriz-PCI para entrar em contacto com os outros municípios europeus que estão a ponderar as modalidades de candidatura das suas próprias festas de São Nicolau, que têm todas caraterísticas muito diferentes das Nicolinas e remetem para outras figuras tradicionais do santo. Na região francesa de Lorena, certas famílias de diversas localidades onde a festa existe há mais de sete séculos consideram que o dia 6 de dezembro é mais importante que o Natal. A cidade de Nancy acaba de proceder à inscrição da sua festa no inventário francês e encetou contactos com Liège (Belgique), Karlsruhe (Alemanha) e Bari (Itália), onde se encontram relíquias de São Nicolau, assumindo portanto uma posição de liderança – o que tem suscitado alguma irritação por parte de localidades vizinhas mais pequenas em que a festa também é importante. Nicolinos vimaranenses que descobrem esta informação ainda pouco divulgada podem ter uma primeira reação de vivo desapontamento. Mas, na realidade, pode ser uma grande oportunidade: a UNESCO assume explicitamente que favorece as candidaturas internacionais e não há dúvida que uma iniciativa coletiva tem maiores hipóteses de sucesso.

Da mesma maneira, vê-se que, enquanto é comum pensar que uma candidatura pode causar problemas *a posteriori*, gerando efeitos indesejáveis e atraindo a atenção de uma tutela distante, no caso das Nicolinas as dificuldades são imediatas. Trata-se de uma manifestação de um paradoxo inerente, em graus variáveis, a qualquer situação de patrimonialização: tornar uma manifestação cultural mais visível pode constituir uma ameaça mais ou menos séria, pode paradoxalmente levar à sua modificação. Património são pedaços da realidade cultural de que se decide que merecem uma atenção particular, medidas de preservação, etc, o que

só pode ser realizado por uma entidade detentora de poder. Na relação de poder entre Nicolinas e UNESCO, quem define as regras do jogo não são as primeiras. Escancarar as portas pode ter consequências. A Nicolina mais do que convicta que é a Marta Nuno confessa que «Eu querer, querer, queria a festa só para mim! Repare: isto é uma festa que, mais do que para ver, é uma festa para participar, para sentir e para viver.»

Quem não «viver» ou «sentir» as Festas Nicolinas não tem qualquer hipótese de entender o seu significado: esta é uma das mais frequentes afirmações que os nicolinos gostam de fazer acerca de uma manifestação que, para muitos deles, alimenta um fervor intensíssimo com um único equivalente: o seu apego ao Vitória Sport Clube. Alguns fazem questão de evocar também o amor à sua cidade, sendo que as Festas e o futebol não são mais do que formas particulares de expressão da mesma certeza de uma excecionalidade vimaranense. Estas páginas foram escritas por pessoas que têm graus bastante diversos de proximidade ou de intimidade com as Nicolinas ou mesmo com Guimarães – além de ter interesses futebolísticos variáveis, em todo o caso sem qualquer comparação possível com a paixão avassaladora dos adeptos mais ferrenhos do Vitória. É inevitável que as suas interpretações das Festas correspondam só de maneira muito fragmentária à visão que os nicolinos têm deles próprios e das suas práticas. Espera-se no entanto que a leitura mostre que foi desenvolvido um esforço de descrição ao mesmo tempo completo e imparcial das formas atuais das Festas e dos processos que as produziram. E a situação atual tem sido abordada com uma preocupação de constante equilíbrio, em particular a propósito dos assuntos mais delicados.

É aliás também verdade que os membros da equipa previamente menos ligados a Guimarães não ficaram sempre imunes à sedução que podem exercer certos momentos e ambientes nicolinos. Podem perfeitamente entender o impulso afetivo que sustenta o desejo nicolino de ver as Festas «irem a património mundial». Podem igualmente entender um desapontamento, ou mesmo suspeitas, perante as abordagens mais frias que fazem da questão. A sua posição pode ser sempre caracterizada pela noção de «agnosticismo patrimonial», proposta pelo antropólogo Christoph Brumann (2014) para apontar a possibilidade de uma terceira via entre o que vê como as duas atitudes mais habituais (e mais limitativas) acerca do património: a «crença patrimonial», afetiva e envolvida, e o «ateísmo patrimonial» de muitos cientistas sociais que deconstroem tudo sem sequer reparar que as motivações dos seus interlocutores são sinceras e têm razões. A leitura das Festas Nicolinas aqui proposta é uma entre muitas possíveis. Não reivindica qualquer autoridade inquestionável e espera reações e crítica construtivas, tendo sido formulada a partir da certeza de que adotar uma tal postura de equidistância «agnóstica» é particularmente importante.

Não menos importante, e menos enfadonho, será nunca esquecer as gargalhadas das Posses e as castanhas do Magusto. Folgar, rapazes, folgar!

1980

Epílogo

J-Y. Durand

As Festas Nicolinas no panorama português do «património cultural imaterial».

Desde a apresentação das páginas precedentes, cumpriu-se mais um ciclo anual nicolino: convívios das tertúlias, plantação do pinheiro, encontro dos alunos cuja primeira matrícula no antigo Liceu Nacional de Guimarães ocorreu há 50 anos ou mais, assembleias das associações... Com o início do ano letivo, os estudantes começam a falar na próxima comissão. O *site* dos Velhos Nicolinos anuncia o 11º Encontro Nicolino que «Será um dia para não temer as moléstias do colesterol ou hepáticas e de esforço comum na prevenção da gripe sazonal e outras enfermidades e debilidades do inverno que se seguirá». Tempo, solenidade e riso...

Observadas perante o panorama das festividades portuguesas, as Festas Nicolinas apresentam a particularidade, partilhada por poucas celebrações comparáveis, de estarem presentes ao longo do ano nos pensamentos dos seus participantes mais envolvidos. Para muitos deles, esta preocupação é saudosista, virada para a perpetuação da memória de tempos de juventude alinhados com a evocação de gerações desaparecidas. Para alguns, é a presença de Nicolau, seja enquanto santo ou como simples companheiro de caminho, que é sentida com intensidade. Mas, como observa António Amaro das Neves, com algumas exceções, os estudantes de Guimarães prestam um culto às Festas muito mais do que ao seu santo padroeiro.

Todos partilham o desejo de ver as suas Festas ajudarem a promover o reconhecimento da cidade e alguns acarinham a ideia de as ver contribuir para a atividade económica. Todas as festas podem ter efeitos práticos, mas hoje este objetivo é almejado de maneira deliberada. O que era uma consequência incerta decorrente da realização de uma festividade passou a ser um propósito. O desejo de candidatura das Festas Nicolinas à inscrição na Lista Representativa do Património Cultural Imaterial da Humanidade da UNESCO, que motivou a realização deste estudo, inscreve-se nesta tendência. Tornou-se óbvio que, completamente indiferente às críticas que muitos cientistas sociais lhe têm dirigido, a noção de «património cultural imaterial» tem alcançado um notável sucesso público, espoletando vivas expetativas. Tratando-se de um movimento marcante da vida cultural portuguesa neste início de século, importa alargar o ponto de vista além das Nicolinas e esboçar os principais problemas que afetam a situação tal como se desenvolveu durante o tempo que durou o estudo.

Muitas das proliferantes intenções de candidatura de que a leitura da imprensa permite ter conhecimento têm uma existência de pouca dura além do seu anúncio. Isto poderá ser consequência do desconhecimento de determinadas regras: em teoria (porque na prática não tem sido o caso até agora), a lei estipula que antes de qualquer eventual candidatura, uma manifestação cultural tem de estar inscrita no Inventário Nacional do Património Cultural Imaterial, gerido pela Direção Geral do Património Cultural, excluindo qualquer outro. As manifestações cuja ficha já se encontra depositada na plataforma MatrizPCI, constituem um universo mais estável que é possível observar. Em Setembro de 2019, os cinco domínios de registo repartem-se assim: Expressões orais: 1 (mas não se entende por que razão os cestos de esteira de Odivelas não se encontram colocados nas técnicas tradicionais); Artes e performances: 4; Saberes naturalistas: 0; Técnicas tradicionais: 19; Rituais e festas: 21 (mas não é a equitação portuguesa uma técnica ou uma performance?).

Estas discrepâncias podem resultar do facto que técnicas e festas, além da sua abundância, são as duas áreas em que é mais possível encontrar «produtos» suscetíveis de terem um potencial valor turístico e económico.

As festas sempre foram palcos de lutas mais ou menos abertas entre localidades, como o jogou do pau ilustrou durante séculos. E os esforços de inscrição no inventário nacional tomam por vezes uma aparência de corrida, em particular porque a consagração visada em última instância passou a ser limitada a uma por ano e por país. No entanto, o fervilhar de iniciativas que é patente no terreno não tem expressão representativa num inventário com mais de 8 anos de funcionamento mas que só inclui 45 fichas em setembro de 2019, após um longo período em que se limitou a 38. Esta lentidão explica-se por uma deficiente familiaridade com um modo de investigação e um registo de escrita essencialmente etnográficos, pela rigidez do modelo de ficha, pela problemática interação com o sistema e as suas limitações técnicas. Mas a demora mais preocupante diz respeito ao prazo, após a introdução na plataforma, de avaliação das fichas e de conclusão do processo com a inclusão oficial no Inventário. No caso de Guimarães, os sardões e as passarinhas da festa de Sta. Luzia já estão há quase 4 anos à espera de uma reação, muito além dos prazos oficialmente previstos.

Associado à cultura popular, o património imaterial tem uma imagem *low cost*, não beneficia do prestígio do grande património *gourmet* que são os palácios, monumentos e alguns museus. Mas mesmo estes não escapam às dificuldades orçamentais: a DGPC não dispõe dos recursos humanos necessários para o funcionamento do INPCI. E os meios técnicos são também insuficientes. Lançada em 2011, a plataforma não evoluiu, nenhuma sugestão dos utilizadores foi ouvida para melhorar uma *interface* desconfortável e repleta de constrangimentos. A falência da empresa que criou o software não terá facilitado a substituição de tecnologias obsoletas.

É assim que uma restrição financeira conjuntural se torna num entrave estrutural e faz recear um colapso. Após um longo período de disfuncionamentos constantes, a plataforma ficou inacessível durante a segunda metade de 2018. Uma nova versão foi lançada em janeiro de 2019, mas melhorias funcionais não saltam à vista do utilizador. E qual é o estado de manutenção dos servidores onde está localizada? Será que tudo o que os investigadores introduzem na plataforma, num processo penosamente repetitivo, não se vai evaporar? Porque não recorrer a plataformas comerciais para depositar vídeos, já que a estrutura oferecida pelo Estado não apresenta a necessária garantia de permanência (além de obrigar a recortar os documentos em fatias com um reduzido «peso», tornando o seu visionamento impraticável)?

Este ponto indica que os problemas são sobretudo estruturais, causados pela visão burocrática orientando o modelo das fichas, concebido como uma coleção de objetos distintos que seria possível encaixar num mesmo quadro predefinido. A noção de inventário acarreta um ideal de objetivação e exaustividade cuja aplicação a uma realidade fluida é ilusória. É de esperar que venha a ser adotado um registo flexível, colegial em vez de centralista, mais transparente, adequado à realidade dos recursos. No terreno, a frustração decorrendo do sentimento de inutilidade dos trabalhos é sensível, reforçada pela perplexidade perante as percebidas opacidade e arbitrariedade dos critérios e procedimentos de seleção das manifestações submetidas à UNESCO.

A falta de envolvimento real das populações no inventário é demonstrada pela quase completa ausência de observações públicas nas fichas definitivamente inscritas: só 2 anotações em 12 manifestações. Sendo pouco provável que as investigações tenham todas sido de uma excelência absoluta ou que as comunidades não se interessem mais pelas suas tradições, este facto indica que o procedimento burocrático escolhido para anúnciar a abertura de uma consulta pública é inoperante: uma publicação oficial no *Diário da República* tem poucas hipóteses de suscitar um envolvimento popular.

Uma metodologia participativa, além da mera introdução de observações num pouco amigável formulário em linha, permitiria discriminar entre as iniciativas enraizadas nos sentimentos de uma população e outras que não são a expressão de manifestações realmente vividas mas motivam decisores políticos. Facilitaria também a avaliação, de maneira específica para cada caso, das ideias da população acerca de aspetos da tradição que podem ser polémicos, das suas evoluções possíveis ou inadmissíveis. Quando determinadas atitudes se tornam antiquadas, as festas proporcionam um espaço social restrito onde a sua permanência é mais tolerada, em nome da tradição. Como nas Nicolinas, na Bugiada e Mouriscada de Sobrado e no carnaval de Binche (na Bélgica, inscrito na lista representativa; RTBF 2019), a polémica toca nos limites aceitáveis para a participação feminina em festejos cujos protagonistas costumavam ser exclusivamente masculinos. Mas a «danza de los tecuanes» só sobreviveu entre os imigrantes mexicanos em Nova Iorque graças à sua apropriação pelas mulheres (Vilchis 2019).

A propósito de outro assunto difícil que suscitou comentários durante a apresentação do estudo, Miguel Bastos lembrou que ele próprio é o exemplo de que é possível ser nicolino sem beber álcool. Mas como não considerar que só se trata de uma pinga de Sumol num oceano de Macieira? Numa das poucas reações públicas ao relatório, Francisco Brito indica que a UNESCO tem manifestado uma grande tolerância «relativamente a outras festas em que se cometem grandes excessos», ou «certas bizarrias que envolvem animais», e que «seria necessária uma grande dualidade de critérios [...] para excluir as Nicolinas» (Brito 2018b). Deixando de lado o facto que, além da perspetiva da candidatura, se trata de um assunto de saúde pública, estas considerações são tanto mais convincentes quanto Anthony Seeger, conhecedor da questão, sugeriu na apresentação que, no seu *marketing* institucional, uma candidatura pode simplesmente omitir aspetos delicados da manifestação que promove (algo que já seria problemático de um ponto de vista ético no quadro de um estudo etnográfico).

Verifica-se um sentimento de banalização da noção de património imaterial, de que se pensa que é aplicada a realidades que não são comparáveis: "os chocalhos" e o fado, ignorando que estão inscritos em listas diferentes. Mas, quaisquer que sejam o seu grau de informação técnica e as suas motivações, as vozes favoráveis a uma intenção de candidatura das Nicolinas continuam claramente maioritárias em Guimarães. O futuro dirá se, apesar das incógnitas, os nicolinos resolverão escolher esta via e encontrarão como ultrapassar bloqueios, no seu anseio de dar às suas Festas mais uma possibilidade de fazer com que o passado não passe.

Bibliografia

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE GUIMARÃES: 2008, «Parecer acerca do cabimento da sugestão de elevação das Festas Nicolinas a Património Cultural e Imaterial da Humanidade», documento fotocopiado.

BALANDIER Georges: 1979, *Violence et transgression*, Éditions Anthropos.

BARREIRA Rui: 2018, « Carta aberta - Genérico da novela da TVI valor da Vida» https://www.facebook.com/rui.barreira.16/posts/2330560440311858

BARROS, Jorge; MARTINHO COSTA Soledade: 2002-2003: *Festas e tradições portuguesas*, 8 volumes, Círculo de Leitores.

BENHAMOU Françoise: 2012, *Économie du patrimoine culturel*, La Découverte.

BERLINER David: 2018, *Perdre sa culture*, Zones Sensibles Édtions.

BOISSEVAIN Jeremy (ed.): 1992: *Revitalizing European rituals*, Londres, Routledge.

BOURDIEU Pierre: 1982, «Les rites comme actes d'institution», Actes de la Recherche en Sciences Sociales, 43, pp. 58-63.

BRITO Francisco: 2018a, «Nicolinas, tradições e associações», *Duas Caras. Gazeta Vimaranense*, 11 de novembro de 2018.

BRITO Francisco: 2018b, «Portugal como um bacalhau e Nicolau como um peru», *Duas Caras. Gazeta Vimaranense*, 23/12/2018. Consultado a 27/12/2018: https://duascaras.pt/2018/12/23/portugal-como-um-bacalhau-e-nicolau-como-um-peru/ https://duascaras.pt/2018/11/11/nicolinas-tradicoes-e-associacoes/

BROMBERGER Christian: 2015, *Les sens du poil. Une anthropologie de la pilosité*, Créaphis.

BROMBERGER Christian, CHEVALLIER Denis, DOSSETTO Danièle (eds.): 2004, *De la châtaigne au Carnaval. Relances de traditions dans l'Europe contemporaine*, Die, Éditions A Die.

CAPELA MIGUEL Fernando: 1998, *Cartilha Nicolina*, AAELG.

CARVALHO António Lopes de: 1956 (1943), *O S.Nicolau dos Estudantes. Tradições escolásticas de Guimarães*, Guimarães, Oficinas de S. José, 2ª edição.

COELHO LIMA André: 2012, «Memórias de um nicolino» http://acfn-festasnicolinas.blogspot.com/2012/11/memorias-de-um-nicolino.html

DESPLANQUES Erwan: 2015, «Le Patrimoine immatériel de l'Unesco, un label dévoyé ?», *Télérama*, 07/12/2015. https://www.telerama.fr/idees/fest-noz-tissage-peruvien-contes-africains-repas-gastronomique-des-francais-comment-un-peu-tout-et-n-importe-quoi-devient-patrimoine-immateriel-de-l-unesco,134909.php

DUQUE Eduardo Jorge: 2013, «Atitude dos jovens portugueses face à religião», Plataforma Barómetro Social, Instituto de Sociologia, Universidade do Porto http://www.barometro.com.pt/2013/07/04/atitude-dos-jovens-portugueses-face-a-religiao/

DURAND Jean-Yves: 2016, «"A candidatura": perpectivas locais. O caso das Festas Nicolinas», *Veduta. Revista de Estudos em Património*, nº 10.

FALASSI Alessandro (ed.): 1987, *Time out of time. Essays on the festival*, University of New Mexico Press.

FALCÃO Eduardo Roque dos Reis: 2017, *Toda a gente virou fadista: ressonâncias do processo de patrimonialização do fado na cidade do Porto*, Mestrado em História e Património, Ramo Mediação Patrimonial, Universidade do Porto.

FERNANDES, Nuno Miguel Oliveira Pinhão de Sousa: 2014, *As Festas Nicolinas em Guimarães: Propostas de Valorização Turístico-Cultural*, dissertação de Mestrado em Património e Turismo Cultural, Universidade do Minho.

FERREIRA, Tânia Cristina Fernandes: 2014, *A Valorização Turística do Património Cultural Imaterial: O Caso das Festas Nicolinas*, Mestrado em Economia Social, Universidade do Minho.

GODINHO Paula: 2010, *Festas de Inverno no Norte de Portugal. Património, mercantilização e aporias da "cultura popular"*, 100 Luz.

GONÇALVES Paulo César, CUNHA Gabriela, COSTA Raquel: 2016, *Manual (para um pequeno) Nicolino*, Minhografe-Artes Gráficas.

GONÇALVES Ricardo: 2014, *30 anos de Nicolinas. 1984-2014*, A Oficina.

HOBSBAWM, Eric; RANGER, Terence (eds.): 1983, *The Invention of Tradition*, Cambridge University Press, Reino Unido.

LEAL João: 2010. «Usos da Cultura Popular», *in* José Neves (ed.) *Como se faz um povo*, Lisboa: Tinta-da-China.

MACHADO Delfim: 2018, «"Temo pelos efeitos de uma candidatura à UNESCO". Ruí Teixeira e Melo. Especialista analisa questões sensíveis da festa de Guimarães, uma das mais antigas», Jornal de Notícias, 1 de Dezembro de 2018.

MOREIRA DA SILVA Lino: 1991, *Guimarães e as Festas Nicolinas*, edição da Associação dos Antigos Estudantes do Liceu de Guimarães.

MOREIRA DA SILVA Lino: 1992, *A Senhora Aninhas, Mãe dos Estudantes Nicolinos*, Edição da Associação dos Antigos Estudantes do Liceu de Guimarães.

MOREIRA DA SILVA, Lino: 1994, *São Nicolau. A sua irmandade e a sua Capela na Insigne e real Colegiada de Guimarães*, Associação dos Antigos Estudantes do Liceu de Guimarães.

NEEDHAM Rodney: 1967, «Percussion and transition», *Man*, New Series, Volume 2, N.º 4.

NEVES Alberto: 1978, «Pinheiro — Alguns símbolos e mitos», *O Povo de Guimarães*, 14 de Dezembro de 1978.

NEVES António Amaro das: 2018 «Festas Nicolinas: questões de género» https://araduca.blogspot.com/2018/12/festas-nicolinas-questoes-de-genero.html

PEREIRA Benjamim: 1965, *Bibliografia analítica de etnografia portuguesa*, Lisboa, Centro de Estudos de Etnologia Peninsular.

RAPOSO Paulo: 2004, «Do Ritual ao Espectáculo: 'Caretos', Intelectuais, Turistas e Media», *in* M. Cardeira da Silva (ed.) *Outros Trópicos. Novos Destinos Turísticos, Novos Terrenos da Antropologia*, Lisboa, Livros Horizonte.

ROQUES Jean Luc : 2011, « Une sociologie de la petite ville », *Recherches sociologiques et anthropologiques*, 42-2

RTBF: 2019, «Place des femmes dans les carnavals: quand les hommes se rangent derrière l'argument de la «tradition»». Consultado a 3 de abril de 2019: https://www.rtbf.be/info/societe/detail_place-des-femmes-dans-les-carnavals-quand-les-hommes-se-rangent-derriere-l-argument-de-la-tradition?id=10159854&fbclid=IwAR3mUvIMo-5uCYg1ldAji3vhKsPcWHdbGGIiqmDDFtE4FeAvJJuGhPDRd_E

URL : http://journals.openedition.org/rsa/737 ; DOI : 10.4000/rsa.737

SAHLINS Marshal: 1999, «Two or Three Things that I Know about Culture», *The Journal of the Royal Anthropological Institute*, Vol. 5, No. 3, pp. 399-421.

SANTOS SILVA Augsto: 1994, *Tempos cruzados. Um estudo interpretativo da cultura popular*, Afrontamento.

SILVA Samuel: 2010, «Nicolinas. A semana mais longa que ajuda a definir Guimarães», *Público*, 05/12/2010.

UNESCO: 2003, *Text of the Convention for the Safeguarding of the Intangible Cultural Heritage* https://ich.unesco.org/en/convention

VAN GENNEP Arnold: 1909, *Les rites de passage*, Nourry.

VILCHIS Raúl: 2019, «Breaking a Mexican Tradition That Excludes Women, to Keep It Alive in Brooklyn», *The New York Times*, 27/07/2019. Consultado a 28 de julho de 2019: https://www.nytimes.com/2019/07/27/nyregion/mexican-dance-tecuanes.html?action=click&module=Features&pgtype=Homepage

Ficha Técnica

Título:
As Festas Nicolinas, em Guimarães: tempo, solenidade e riso

Coordenação:
Jean-Yves Durand (CRIA-UMinho)

António Amaro das Neves
Clara Saraiva (CEC)
Hugo Castro (INET-MD)
Rui Faria

Fotografias:
Jean-Yves Durand
Paulo Pacheco

Revisão:
Alberto Gomes

Layout gráfico:
Maria Alexandre Neves

Tiragem:
1000 exemplares

Impressão:
Empresa do Diário do Minho, Lda.

ISBN
978-972-8050-62-7

Depósito legal
Nº 468889/20

As Festas Nicolinas, em Guimarães: tempo, solenidade e riso

Jean-Yves Durand (coord.)

MUNICÍPIO DE
GUIMARÃES